

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANILO MARTINS BRANDELLI

**A CLASSE MÉDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA SOB A ANÁLISE DO
MARXISMO ESTRUTURALISTA**

UBERLÂNDIA

2019

DANILO MARTINS BRANDELLI

**A CLASSE MÉDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA SOB A ANÁLISE DO
MARXISMO ESTRUTURALISTA**

**Dissertação submetida à banca de defesa de
mestrado no Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, do Instituto de
Ciências Sociais (INCIS), da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU), para
obtenção do título de mestre.**

**Área de concentração: Sociologia e
Antropologia**

**Linha de Pesquisa: Política, Cultura,
Trabalho e Movimentos Sociais**

Orientador: Prof. Dr. Aldo Duran Gil

UBERLÂNDIA

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B817 Brandelli, Danilo Martins, 1991-
2019 A CLASSE MÉDIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA SOB A ANÁLISE
DO MARXISMO ESTRUTURALISTA [recurso eletrônico] / Danilo
Martins Brandelli. - 2019.

Orientador: Aldo Duran Gil.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Ciências Sociais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.130>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Sociologia. I. Gil, Aldo Duran, 1964-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Ciências
Sociais. III. Título.

CDU: 316

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br

**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado n°. 33 do PPGCS-UFU				
Data:	31 de Outubro de 2019	Hora de início:	14:30hs	Hora de encerramento:	17:00hs
Matrícula do Discente:	11712CSC010				
Nome do Discente:	Danilo Martins Brandelli				
Título do Trabalho:	A classe Média na Sociedade Capitalista Sob a análise do Marxismo Estruturalista				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A Problemática da Classe Média na Literatura Contemporânea da Sociologia e da Ciência Política				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1 Bloco 5M, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Professores Doutores: Moacir de Freitas Júnior, (INCIS/UFU), Luciano Cavini Martorano, (Examinador), Webconferência (UNIFAL) e Aldo Durán Gil, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Aldo Durán Gil, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

APROVADO

Banca Examinadora:

Aldo Durán Gil, (INCIS/UFU), Orientador do candidato

Luciano Cavini Martorano, (Examinador), (UNIFAL) Webconferência

Moacir de Freitas Júnior, (INCIS/UFU)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Duran Gil, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/11/2019, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Moacir de Freitas Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/11/2019, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Cavini Martorano, Usuário Externo**, em 13/11/2019, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1655153** e o código CRC **44204868**.

Dedico esta singela obra a todos os trabalhadores manuais, mais comumente denominados pela sociologia de classe operária, que não podem por motivos simbólicos e materiais continuar seus estudos. Esta obra é sobretudo uma resposta teórica a reprodução do fracasso escolar da classe operária

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha avó materna Maria Mariotto Martins (Nina) por me incentivar ao conhecimento crítico das coisas, assim como, agradeço ao empenho de minha família, meus pais Evandro e Vera e meu irmão Murilo para que eu pudesse me dedicar apenas aos estudos.

Agradeço a Capes por ter me concedido a bolsa sem a qual não poderia me manter estudando em virtude de minha condição de classe trabalhadora manual.

Agradeço ao meu orientador pela dedicação em orientações precisas e pela disponibilização de bibliografia crítica ao tema.

Agradeço a UFU pela estrutura que pôde me disponibilizar para a permanência aos estudos e a pesquisa

Agradeço aos amigos que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis da pesquisa: Agnaldo e Mara, Lyon e Thaís, Pedro e Nélcio.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa: Estado e Capitalismo na América Latina, pela participação em atividades acadêmicas e extensionistas e pela obtenção de bolsa de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – (PIBIC/CNPq/UFU) em 2015 que me incentivou a pesquisa e a busca do conhecimento científico.

Também agradeço ao Núcleo de Estudos Marxistas sobre a América Latina (NEMARX-AL) criado em 2017, por me oferecer à oportunidade de participar de atividades acadêmicas e extensionistas, até mesmo como ministrante de um minicurso acerca da classe média no Brasil.

“O que torna científica a abstração é justamente o fato de ela designar uma realidade concreta que existe realmente, mas que não podemos “tocar com as mãos” ou “ver com os olhos”. Todo conceito abstrato fornece, portanto, o conhecimento de uma realidade cuja existência ele revela: conceito abstrato quer dizer, então, fórmula aparentemente abstrata, mas, na realidade, terrivelmente concreta pelo objeto que designa. Esse objeto é terrivelmente concreto porque é infinitamente mais concreto, mais eficaz, do que os objetos que podemos “tocar com as mãos” ou “ver com os olhos”, contudo não podemos tocá-lo com as mãos ou vê-lo com os olhos” (Introdução feita por Althusser à celebre obra O Capital de Karl Marx); (ALTHUSSER, 2011, p.61; grifos do autor).

RESUMO

A sociologia tem produzido vasto conteúdo acerca da classe média em análises pontuais recortando um período histórico, ou, a respeito dos sindicatos médios, quer seja em análises de renda ou na busca de um *status* diferenciante do trabalhador manual, mas pouco se produziu até o presente momento acerca do esclarecimento do conceito de classe média na sociologia. Por isso, essa pesquisa busca sistematizar os conceitos de classe média dos mais utilizados na sociologia, que são o marxista e o weberiano. Para tanto, será demonstrado os avanços e os limites de tais conceitos que culminem em uma proposta marxista de classes sociais acerca da classe média. O marxismo estruturalista logrou em não deixar de lado a problemática da classe média que nas décadas de 1950-1970 os desafiavam frente ao grande empenho de pesquisadores não marxistas em elaborar um conceito de classe média diante do avanço quantitativo dos trabalhadores não manuais / improdutivos nas sociedades capitalistas. No entanto, as pesquisas não marxistas por não trabalharem com o conceito de classes sociais marxista, inseriam a classe média como uma classe fora da contradição entre as classes principais: burguesia e operariado, cujo enfrentamento desta problemática foi feito pelo marxismo estruturalista que propôs incluir a classe média na luta de classes e ousou propor uma ideologia de classe média que correspondesse as suas práticas de classe, conceito este que se demonstrou muito operacionalizável em pesquisas históricas feitas por Saes (1984, 1985).

Palavras-chave: classe média, classes sociais, Estado burguês, capitalismo, marxismo

ABSTRACT

The Sociology has produced vast content about the middle class in specific analyzes cutting a historical period, or, regarding the middle unions, whether in income analyses or seeking a different status of the manual worker, but little has been produced so far. about clarifying the concept of middle class in sociology. Therefore, this research seeks to systematize the concepts of the middle class most used in sociology, which are Marxist and Weberian. To this end, the advances and limits of such concepts that culminate in a Marxist proposal of social classes about the middle class will be demonstrated. Structuralist Marxism failed to set aside the problems of the middle class that challenged them in the 1950s and 1970s in the face of the great commitment of non-Marxist researchers to elaborate a concept of the middle class in the face of the quantitative advance of non-manual / unproductive workers in societies. capitalists. Non-Marxist research, however, because it did not work with the concept of Marxist social classes, inserted the middle class as a class outside the contradiction between the main classes: the bourgeoisie and the working class, whose confrontation with this problem was made by the structuralist Marxism that proposed to include the middle class in the class struggle and dared to propose a middle class ideology that corresponded to their class practices, a concept that has been shown to be very operable in historical research by Saes (1984, 1985).

Keyword: middle class, social classes, bourgeois state, capitalism, marxism

LISTA DE SIGLAS

Aparelhos Ideológicos de Estado – AIE

Estados Unidos da América – EUA

Modo de produção capitalista – MPC

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Sistema de Ensino – SE

Trabalho Escolar – TE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO UM AS CLASSES SOCIAIS EM MARX, ENGELS, E POULANTZAS	19
1.1. O conceito de classes sociais, a formação das classes até ao nascimento das classes burguesa e operária em Marx e Engels.....	19
1.2. Salário, relações de produção e reprodução das classes antagônicas	34
1.3. O debate acerca da invenção das classes sociais por parte do capitalismo	39
1.4. As classes médias e a pequena-burguesia em Marx e Engels	44
1.5. O Estado capitalista e a pequena-burguesia	50
1.6. As classes sociais em Poulantzas.....	56
2. CAPÍTULO DOIS: A NOVA CLASSE MÉDIA EM WRIGHT MILLS E OS CONJUNTOS INTERMEDIÁRIOS EM POULANTZAS	70
2.1. As classes em Weber	71
2.2. Resposta à crítica da polarização demográfica entre a classe operária e burguesa	73
2.3. A nova classe média em Wright Mills	81
2.4. Contexto da crítica de Poulantzas às concepções de classe média.....	92
2.5. Trabalho produtivo e improdutivo.....	98
2.6. Trabalho intelectual/trabalho manual	104
2.7. Fracionamento da pequena-burguesia	108
2.8. A ideologia da pequena-burguesia e da nova pequena-burguesia	115
3. CAPÍTULO TRÊS: A CLASSE MÉDIA EM BOURDIEU E PASSERON, E SAES	125
3.1. Contribuição de Althusser para se pensar a classe média	126
3.2. A ideologia docente e a classe média em Bourdieu e Passeron	131
3.3. O sistema de ensino e as classes	141
3.4. O conceito de classe média em Saes	149
3.5. Educação e classe média	156
3.6. Polêmicas acerca do conceito de classe média	167
3.7. Operacionalização do conceito de classe média em Saes.....	170
CONCLUSÃO.....	186
REFERÊNCIAS	189

INTRODUÇÃO

A classe média é um assunto muito recorrente da sociologia, pois ainda hoje se busca identificar a classe média em seu posicionamento político próprio, polarização entre as classes fundamentais – burguesia e classe operária –, possibilidade de aliança com a classe operária, busca de um *status* diferenciante do trabalhador manual e os motivos que a levam a isso entre outros. Nenhum desses critérios possui uma resposta equânime dentro da sociologia, mas antes, vários autores ofereceram diversas respostas teóricas para esses questionamentos.

Sendo assim, não existe na sociologia uma concepção homogênea de classe média, bem como de tantos outros conceitos da sociologia, existem diferenças de acordo com as teorias utilizadas. Para tanto, será preciso retornar a concepção de classes para identificar tais diferenças que decorrem, sobretudo, a partir de concepções de classes diferentes. Tal como foi, aliás, notado por Nicos Poulantzas (1978, p. 209-214), o autor identifica três concepções teórico-políticas diferentes de classes sociais que vão desaguar em respectivamente três concepções de classes médias, são elas: a concepção burguesa, a concepção weberiana e a concepção marxista trabalhada por este.

Far-se-á uso nesta dissertação de uma pesquisa de revisão bibliográfica a respeito do conceito de classe média, optou-se por aqui se fazer um recorte muito preciso acerca das concepções de classe média weberiana e marxista. Essa opção não foi em vão, pois, a partir dessas duas concepções, ou melhor, na junção de alguns aspectos da concepção weberiana e a maioria da concepção marxista, nasceu uma que se pode denominar como quarta concepção de classe média, que é inaugurada por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. No Brasil, essa concepção foi sistematizada e criticada por Décio Saes, que propôs uma análise marxista crítica alternativa sobre a questão da classe média.

Existe na sociologia uma enorme produção acerca da classe média, como análises de renda, dos sindicatos médios – professores, bancários e etc. Mas poucos são os trabalhos a respeito do conceito de classe média na sociologia ou da problemática teórica da classe média.

A maior produção teórica da classe média data das décadas de 1950 e 1970, parte do marxismo, a chamada corrente marxista estruturalista muito se empenhou em analisar tal classe e enfrentar o problema a partir do escopo marxista. Justifica-se aqui esta pesquisa, cujo objeto de estudo é a sistematização dos conceitos de classe média em geral e da perspectiva marxista estruturalista em particular.

Parte-se da hipótese geral segundo a qual o conceito de classe média do marxismo estruturalista consiste em um avanço para o campo do marxismo, pois situaria a classe média

entre a oscilação de classe (burguesia e operariado) e a determinância em última instância pelas classes dominantes burguesas (ou frações da burguesia); esse duplo aspecto traz uma contribuição à análise sobre o posicionamento político e ideológico desta classe, cujo objetivo é elucidar o conceito de classe média nesta perspectiva.

A classe social na perspectiva marxista consiste basicamente nas condições comuns de classe, em termos objetivos, a posse e a não-posse dos meios de produção, esses condicionantes comuns geram interesses também comuns contrários a outras classes sociais. Assim, para que se obtenha uma classe necessariamente precisa-se de um grupo de indivíduos objetivamente determinados nas relações de produção como possuidores e não-possuidores dos meios de produção.

Essa disposição fará com que os grupos de indivíduos tenham interesses comuns, que causam, para Karl Marx, a chamada luta de classes; a classe dominante luta para manter a propriedade dos meios de produção na exploração de classe dos não-proprietários dos meios de produção ao extrair mais-valia e aumentar a taxa de lucro. Compreende-se aqui como exploração do trabalho assalariado a extração da taxa de mais-valia, o trabalho não pago aos não-proprietários dos meios de produção pela mercadoria produzida, enquanto a classe explorada luta pela conquista dos meios de produção e derrubada portanto, da propriedade privada e da exploração do trabalho. Ambos os interesses de classes constituiriam na consciência de classe, sobretudo, somada a uma organização política de classe, Marx e Friedrich Engels denominam de classe para si¹.

Embora, fique a indagação, sobre o que ocorre quando uma classe social não demonstre possuir uma consciência de classe e uma organização política de sua classe, esta deixaria de se tornar uma classe? A resposta é negativa, pois, Marx e Engels resguardam isto pelo seu conceito de classe em si, o qual consiste na classe objetivamente disposta na divisão do trabalho entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção. No entanto, não será adentrada aqui toda a polêmica a respeito desses dois conceitos de classe marxista ou se existe apenas um conceito de classe social na maturidade teórica de Marx, antes, será

¹ A concepção de classe em si e classe para si é muito trabalhada por Marx em *A Miséria da Filosofia*. Porém, Marx não a segue, assim como, sua juventude teórica ainda hegeliana para trabalhar com um conceito único e objetivo de classe social. Tanto é que, para Poulantzas (1977, p.71-73) tal conceito de classe é uma reminiscência do jovem Marx com a terminologia ainda hegeliana que deve ser considerado como um processo teórico de construção do conceito de classe, até chegar ao conceito ampliado de classe, abrangendo o nível econômico e ideológico, a classe é deste modo, um efeito da unidade das estruturas (econômica, política e ideológica) sobre as relações sociais.

abordada de maneira mais aprofundada a concepção objetiva de classes sociais em Marx e Engels, apesar desta ser pensada por Poulantzas como apenas uma concepção.

A concepção de classe social objetiva irá contribuir para se pensar no objeto de estudo aqui proposto que é o conceito de classe média, pois, sobretudo existe uma impossibilidade de se pensar a classe média na concepção de classe para si. Haja vista, seu caráter secundário na luta das classes fundamentais do modo de produção capitalista (MPC), cuja classe não é proprietária dos meios de produção, porém, não possui uma condição comum ao trabalhador manual não proprietário.

Ao partir de uma concepção de classes sociais marxista e objetiva, Poulantzas (1977, p. 14) formula sua teoria das classes sociais que designa o lugar das classes no conjunto da divisão do trabalho, o lugar nas estruturas econômica, política e ideológica. Com isso, Poulantzas (1977, p. 65) quer criar um espaço de classe em que as relações de produção presente na estrutura econômica distribui os *agentes-suportes* no lugar/função de proprietários e não-proprietários dos meios de produção, mas nem por isso deixa de se fazer presente outros espaços de luta de classes como o político e o ideológico, onde a classe dominante se faz presente e domina as demais. Assim, também há um espaço de luta de classes para as classes dominadas fora do econômico e abre a possibilidade de conceitualizar uma classe a partir de uma instância específica, o que contribui para se pensar a classe média, até mesmo porque, esta não faz parte diretamente da contradição fundamental do MPC em relação à posse e não-posse dos meios de produção.

A classe média não se enxerga nas relações de produção como classe explorada igualmente referente aos trabalhadores manuais, esta perspectiva perpassará todas as concepções de classe média. Desse modo, buscar-se-á neste trabalho a inconstante indagação acerca dos motivos pelos quais levam a essa afirmativa.

Para Marx e Engels (1998, p.26) a classe média tende a se dividir em momentos de crise entre o apoio da classe dominante no capitalismo (burguesia) e a classe explorada (proletariado), portanto, uma classe secundária a contradição principal do capitalismo. Aliás, Marx em *O 18 Brumário* oferece indícios importantes acerca do interesse da classe média como o temor da equidade social e a busca de um apelo intelectual superior frente ao trabalhador manual (operário). Esses indícios conduzirão a análise da classe média proposta pela corrente marxista estruturalista.

Enquanto as classes sociais são para Max Weber (2012) situações de interesses típicas iguais ou semelhantes, cuja situação de classe se encontra igual em decorrência do privilégio de monopolizar a produção. Desse modo, tem uma classe proprietária e não-proprietária.

Embora, os interesses típicos não levem necessariamente a uma luta de classe, bem como não constitui um interesse de classe equivalente, os interesses de classe estão ligados a condições culturais gerais e a conexão de causas e consequências da situação de classe.

Weber (2012, p.200), aliás, possui um conceito de classe média que irá influenciar a concepção de Charles Wright-Mills e que forma as camadas que adquirem sua renda em virtude das qualidades demonstradas na educação e podem ser tanto proprietárias como não proprietárias.

É relevante ressaltar que a concepção do jovem Marx – teleológica e escatológica -, em que pensava a divisão sóciodemográfica entre a classe operária e a burguesia e extinção das classes médias foi utilizada por Wright Mills para atacar o conceito de classes sociais marxista como fadado ao erro em sua projeção e a não acompanhar o processo vivenciado pelo autor nos anos 1950, no expressivo aumento da classe média nos Estados Unidos da América (EUA).

Para Armando Boito Jr. (2004, p.213) o conceito de classe média era utilizado para atacar a ideia segundo a qual, o capitalismo deveria produzir uma polarização sóciodemográfica na busca da ênfase das diferenças entre os trabalhadores de classe média e o operariado, enquanto para Mills (1979, p.307) a classe média é descoberta pelos marxistas que buscavam novos recrutas para o movimento operário, cuja concepção clássica pautava-se em uma oscilação entre as classes fundamentais, burguesia e operariado. Tão logo, buscava-se com isso, a polarização a favor da última classe, em que o autor ressalta que os teóricos marxistas faziam adaptações à concepção clássica apesar deste não citar algum autor em que se baseia.

A nova classe média para Wright Mills se assemelha com a classe operária já que ambas dependem da venda de seu trabalho no mercado, mas as semelhanças param por aí, porque para o autor torna-se necessário a análise do montante da renda que tende a ser superior ao operário na maioria das vezes e, além disso, o prestígio maior proclamado pelos trabalhadores de colarinhos-brancos (gerentes, profissionais liberais, assalariados, vendedores e empregados de escritório).

Assim, Wright Mills vai analisar a classe média naquilo que a diferencia da classe operária. Para o autor a “nova” classe média busca por meio do uso de roupas de passeio, pelas especializações que são exigidas para exercer suas funções, variedade de tarefas, grau de autonomia no trabalho, tempo gasto para aprender essas especializações e contatos frequentes com as categorias superiores para proclamarem um prestígio superior frente à classe operária, ou seja, essa classe se diferencia pela via do *status*.

Essa concepção da classe média que busca mediante a educação formal o elemento diferenciador da classe operária será mais aprofundada em Bourdieu e Passeron, bem como em Saes, influenciando este último a criar um conceito de classe média marxista, pois não utiliza o escopo teórico do prestígio e sim, a ideologia como traço distintivo de classe/fronteira de classe.

De acordo com Poulantzas (1978, p.222) a nova pequena burguesia (trabalhadores assalariados improdutivos) e a pequena-burguesia (pequena produção e propriedade) são a mesma classe, em outros termos, ambas fazem parte da pequena-burguesia no que o autor denomina subconjunto ideológico pequeno-burguês (pp. 313-314), pois, não pertencem às classes fundamentais – burguesia e operariado, assim, não estão diretamente ligadas nas relações de exploração.

Poulantzas (1978, p.229) defende como sendo trabalho produtivo aquele que produz mais-valia, que valoriza e é trocado por capital. Porém, esta afirmativa não explicaria a problemática dos supervisores, engenheiros e técnicos que estão diretamente ligados à produção nas relações econômicas.

Para tanto, Poulantzas (1978, p.248) vai utilizar sua teoria de classes sociais para identificar que os supervisores, engenheiros e técnicos nas relações políticas e nas relações ideológicas materializam a ideologia dominante. Haja vista, que suas funções nas relações políticas são de supervisão e direção do processo de trabalho, antes feita pelos proprietários e nas relações ideológicas são *portadores* das relações ideológicas e materializam a ideologia dominante em seus trabalhos, porque o capitalismo apropria o saber científico em detrimento da exploração de classe, dessa forma, excluem a classe operária e beneficiam os trabalhadores intelectuais na divisão do trabalho. Portanto, essas profissões na divisão do trabalho capitalista pertencem ao trabalho intelectual² diferentemente do trabalho manual exercido pelos operários, como aponta Poulantzas (pp. 256-258).

O trabalho intelectual aparece para Poulantzas como fronteira de classe com a classe operária, é a partir do momento em que um grupo de trabalhadores supõe deter o trabalho intelectual nas relações políticas e ideológicas da divisão do trabalho que inicia as diferenças de classe. Esta suposição é constantemente confirmada pelos rituais de saber e é necessariamente nisto que Bourdieu e Passeron endereçam suas críticas ao sistema de ensino que mantém as diferenças de classe entre aptidões diferentes do conhecimento dominante.

² Desde já, ressalta-se que esta divisão é puramente ideológica, já que Poulantzas (1978, p.276) não acredita em uma divisão real entre trabalho manual e intelectual, pois todos os trabalhadores exercem algum tipo de atividade mental e manual, mas nem todos se situam na divisão político-ideológica no lado do trabalho intelectual.

Outra dimensão relevante para se pensar a classe média como beneficiária do sistema de ensino foi aberta por Althusser em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* onde pensa a educação como o aparelho ideológico de Estado dominante nas sociedades capitalistas avançadas, pois dispõe de mais tempo para inculcar os sujeitos ali inseridos. Com isso, abre o horizonte de análise para se pensar a educação como fruto de uma violência de classe, no sentido de passar a ideologia dominante, além da formação diferenciada das classes, uma formação para a classe operária e outra para os quadros da exploração “classe média” reproduzindo assim, a divisão do trabalho na sua origem.

Bourdieu e Passeron (1982) procuram responder questões intrínsecas à qualificação diferenciada, como o porquê ocorrem diferenças na aptidão do conhecimento. Para tanto, os autores vão recorrer ao conhecimento como conteúdo de classe, passado juntamente com isso uma cultura dominante, assim, como já feito por Althusser (1980). Deste modo, a escola também é violenta, porque exclui alguns conhecimentos como a cultura da classe operária e é mediante isso que esta classe será excluída sistematicamente do sistema de ensino.

Tal como Althusser (1980), Bourdieu e Passeron (1982) pensam a família relacionada com a escola, enquanto a classe operária é excluída, a classe média se sobressai às sanções feitas pelo sistema de ensino, o que os autores identificam como uma docilidade escolar desta última classe. Haja vista, que no seio familiar da classe média se reproduz a cultura dominante, esta classe tende por isso a se sair melhor nas provas do conhecimento dominante, por conseguinte, o capital cultural das classes médias está mais próximo da classe dominante.

Não obstante, o horizonte de análise de Althusser (1980) implica em outra semelhança com Bourdieu e Passeron (1982), ambos identificam que é intrínseca ao capitalismo a qualificação diferenciada das classes sociais, até mesmo porque, para além de executar as tarefas (trabalhadores manuais) é necessário pessoas que manejem a cultura dominante (trabalhadores não-manuais) professores, dirigentes, administradores, advogados, médicos etc. Em suma, o capitalismo necessita da criação da classe média e esta depende do aparelho ideológico de Estado-Escolar para continuar a exercer suas funções. Ora, a classe média necessita do aval do sistema de ensino para manterem seus postos privilegiados na hierarquia de trabalho.

Segundo Bourdieu e Passeron (1982, p.218) a ideologia dos dons e dos méritos individuais é usada pelo sistema de ensino para justificar o sucesso e o fracasso dos indivíduos na aptidão do conhecimento dominante. Essas ideologias também estão presentes na classe média como justificativa de seus lugares privilegiados.

Embora, a ideologia do dom seja dominante para os Bourdieu e Passeron (1982), o que configura um erro para Saes (2007), pois a ideologia da classe média precisa reproduzir a ideologia do aparelho que a sustenta, ou seja, a ideologia do mérito tem um papel central em todo o sistema de ensino para Bourdieu e Passeron e não tem para o professor, o que demonstra, para Saes, certa incongruência dos autores. Sobretudo, a ideologia do mérito impele mais os indivíduos aos estudos, já que pressupõe numa sociedade aberta a igualdade de oportunidades.

Por outro lado, Saes possui um conceito inovador de classe média. Considera como fazendo parte desta classe os trabalhadores improdutivos e compreende por isto, assim como Poulantzas, trabalhadores que não contribuem diretamente para a produção de mais-valia e vivem da mais-valia dos operários, isto por si só cria efeitos na classe média na não oposição direta aos proprietários dos meios de produção (classe dominante).

Ademais, Saes considera a sociologia funcionalista estadunidense um viés analítico importante - e aí inclui Wright-Mills - ao tratar a classe média como sendo um problema da estratificação social, até mesmo porque esta filtra as contradições do capitalismo, que por sua vez, justifica a divisão do trabalho entre trabalhadores manuais e não manuais/improdutivos como sendo fruto de uma distribuição desigual de dons e méritos individuais, concepção emprestada por Bourdieu e Passeron. Contudo, Saes critica a dupla de autores (conforme visto anteriormente) e defende que a classe média reproduz na maioria das vezes a ideologia do mérito – o meritocratismo.

Embora, a ideologia do mérito sirva para ocultar o real interesse da classe média para Saes – a promoção ininterrupta do trabalho não-manual frente ao trabalho manual e, portanto, preza pela não equidade com o trabalhador manual. O que, aliás, Saes demonstra ao longo da história da classe média no Brasil.

No intuito de demonstrar nossas hipóteses esta dissertação apresenta três capítulos. O primeiro consiste na sintetização do conceito de classe em Marx, Engels, Poulantzas entre outros marxistas que oferecem sustentação teórica para se pensar a classe média a partir de uma teoria de classes sociais. O segundo capítulo sintetiza as principais contribuições e limites de Wright-Mills e Poulantzas em seus conceitos de “classe média”. O terceiro capítulo sintetiza a contribuição oferecida por Bourdieu e Passeron para se pensar a classe média e avança para um conceito definido de classe média que se sustente na teoria de classes sociais marxista, e sua operacionalização em vários períodos históricos do Brasil, aqui proposto como sendo o conceito de classe média de Saes.

CAPÍTULO UM

AS CLASSES SOCIAIS EM MARX, ENGELS E POULANTZAS

A teoria de classes em Marx e Engels é central para se compreender o pensamento em torno de uma classe que emerge da sociedade como dominante e domina a maioria da população, bem como o problema de se pensar uma classe intermediária que não é nem proprietária e explorada diretamente pelo capital. Poulantzas também parte de uma noção de classes marxista para formular uma teoria de classes própria que ofereça pressupostos para localizar os indivíduos em suas relações de produção, o que propicia por sua vez, a análise e a crítica das análises sociológicas da década de 1950-1970 dos conjuntos intermediários (classe média, assalariados não produtivos no geral e pequena burguesia tradicional). Este capítulo busca sintetizar os argumentos e conceitos sobre as classes sociais no campo do marxismo (com base em Marx-Engels, Poulantzas e outros autores marxistas) com o intuito de sustentar uma análise de classe sobre a classe média.

1.1. O conceito de classes sociais, a formação das classes até ao nascimento das classes burguesa e operária em Marx e Engels

As classes sociais em Marx e Engels são um conceito central para se compreender o capitalismo e pensar na superação deste modo de produção. No entanto, não foi tratado de forma sistemática e exaustiva pelos autores que utilizaram esse conceito como chave de análise. Daí, a complexidade de se pensar as classes sociais na obra marxista.

A teoria das classes sociais está no centro da concepção marxista da história das sociedades. Pode ser considerada também uma das contribuições mais relevantes do marxismo às ciências sociais e, em particular, à sociologia. Paradoxalmente, não recebeu de Marx e Engels um tratamento sistemático, apesar das ricas análises concretas que eles empreenderam. As gerações seguintes de marxistas foram obrigadas a voltar ao tema para precisá-lo e desenvolvê-lo (PEREIRA, 2002, p.02).

Aliás, de acordo com Octavio Ianni (1996, p.15), o conceito de classes sociais em Marx vai se desenvolvendo na medida em que ele analisa e interpreta o desenvolvimento do capitalismo e consecutivamente a formação e diluição das classes, bem como, os seus

posicionamentos frente às classes antagônicas (burguesia e proletariado)³, tal conceito é antes um mecanismo de análise do que um conceito sistematizado.

Conforme Hirano,

Conceituar ou delimitar ou ainda definir o que sejam classes sociais dentro do conjunto das obras de Marx é um empreendimento sujeito a múltiplas dificuldades teóricas. Em primeiro lugar, não há em Marx um estudo sistemático, teoricamente desenvolvido do que se poderia entender por classes sociais. Em segundo lugar, as referências encontradas em suas obras são esparsas, muitas vezes por demais genéricas, outras vezes altamente abstratas e às vezes têm a marca de suas especificidades históricas com significações restrita e historicamente determinada por uma dada formação social (HIRANO, 1975, p.81).

Portanto, trata-se de um conceito complexo do conjunto da obra de Marx e Engels ao mesmo tempo fundamental e mantenedor de um modo de produção, pois toda a sociedade é produzida e reproduzida pela lógica da luta de classes, as quais por sua vez, se resumem fundamentalmente em classe proprietária e não proprietária dos meios de produção.

Na *Carta a Weydemeyer* em 1852, Marx reconhece que antes dele, os historiadores burgueses já haviam descoberto as classes sociais no desenvolvimento histórico da luta de classes e, contudo, a anatomia econômica das classes. Marx apenas descreve que a sua inovação foi o fato de provar: 1) a existência de classes somente têm lugar em determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes necessariamente conduz à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura não constitui senão a transição no sentido de abolição de todas as classes e da sociedade sem classes.

Gurvitch, por exemplo, em *As classes sociais* (1966), compreende três concepções de classes sociais em Marx, que grosso modo são: 1) Obras da Juventude à Miséria da Filosofia; 2) (Textos Históricos) Revolução e Contra-Revolução na Alemanha (escrito com colaboração de Engels), As Lutas de Classes em França (1848-1850), O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852), A Guerra Civil em França (1871) e 3) Os 3 volumes do capital. O autor conclui nesse elenco de obras de Marx, o seguinte:

Na primeira série de obras, o problema é estudado do ponto de vista da filosofia da história e da sociologia, de resto em competição mútua. Na segunda série a questão é tratada sob o ângulo propriamente histórico e concreto (divisão em classes e compromissos temporários entre estas em função de conjunturas) em que o esclarecimento vem umas vezes da sociologia, outras da filosofia. Na terceira série, Marx segue o movimento das classes no quadro do funcionamento e das contradições da economia capitalista, que hão-de conduzir rapidamente à sua destruição. Note-se que o que persiste em particular através destes três gêneros de análises, é a luta

³ Cf. também Gurvitch (1966, p.21).

entre sociologia e filosofia da história no pensamento tão profundo de Marx respeitante às classes sociais. (GURVITCH, 1966, p. 38).

Aliás, o autor compreende que nas obras de juventude de Marx, o elemento psicológico (consciência de classe) ganha uma importância considerável. Todavia, conforme Gurvitch, “O relevo dado ao problema das classes sociais por Marx e o marxismo foi consideravelmente preparado por Saint-Simon, pelos Saint-Simonianos e por Proudhon” (GURVITCH, 1966, p.11).

Essa abordagem de Gurvitch (iniciada na década de 1950) é semelhante à de Althusser e o grupo althusseriano na década de 1960. Porém, diferentemente de Gurvitch, Althusser, em *A favor de Marx* (1979) aplica a tese da ruptura epistemológica nas obras de Marx: a existência das obras de juventude (1840-44) e das obras da maturidade (1845 em diante; as obras de transição ou corte: *Teses sobre Feuerbach*, 1845); as primeiras não podem ser consideradas “marxistas” devido a sua grande influência kantiana, hegeliana e feuerbachiana no âmbito teórico; e no âmbito político prático refletiria as posturas liberal, liberal crítica e até anarquista. Nestas obras estão ausentes a análise sobre as classes sociais, a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho, e um conceito definido de Estado e do seu papel de classe para garantir a ordem social, neste caso a ordem social capitalista – ou seja, no jovem Marx, inexistia uma teoria do Estado “marxista” articulado a teoria das classes sociais ou como produto da luta de classes, como ocorre nas obras de maturidade - teorias que são elaboradas de forma prática e não sistematizadas (SAES, 1998, pp. 51-53 e 65-70).

Conforme Saes,

Se, no jovem Marx, a Burocracia e Sociedade civil eram “dois Exércitos inimigos”, no Marx de 1848-1852, a burocracia é um instrumento político das classes exploradoras, embora disponha de alguma margem de iniciativa e de alguma capacidade decisória no preenchimento desse papel. É verdade que Marx caracteriza a burocracia de Estado francesa como um “corpo parasita”, mas não se trata de parasitismo de Estado em relação à sociedade civil, e sim, do parasitismo burguês: os membros da burguesia se servem do emprego público, civil e militar, para redistribuir riqueza a favor de suas famílias, ou para conquistar o apoio, neutralizando-as politicamente, *das classes da pequena produção* (SAES, 1988, p. 67; grifo nosso).

Sendo assim, a inovação de Marx foi antes o marco histórico do nascimento das classes, juntamente com a intensificação da divisão do trabalho e a formação da propriedade privada ao ponto da criação de um Estado que a resguardasse como sendo propriedade de uma determinada classe específica (minoritária) da sociedade – detentora dos meios de produção. Portanto, ao se referir em classe social pensa-se em produção social.

Concerne a Ianni (1996, p.07) que Marx compreende ao analisar o capitalismo a totalidade dos fenômenos sociais com maior relevância na combinação das questões econômicas e políticas. Assim, para Ianni, Marx compreende sempre as estruturas de apropriação econômica e dominação política, as quais têm a tendência de se concretizar nas relações sociais. Exemplo disto seria a mercantilização das relações de produção, o capitalista compra a força de trabalho, esta última por sua vez, aparece como mercadoria. Nesse sentido, o marxismo procura evidenciar as contradições que não são aparentes na sociedade e desvendar suas estruturas.

Este é um aspecto essencial do pensamento de Marx: o materialismo dialético e o materialismo histórico são os dois elementos principais e conjugados do mesmo processo teórico-prático de reflexão sobre o capitalismo. Na obra de Marx, o capitalismo é levado a pensar-se a si mesmo, de maneira global e como um modo fundamentalmente antagônico de desenvolvimento histórico. Da mesma forma que o modo capitalista de produção, a dialética marxista funda-se nas relações de antagonismo. O princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser (IANNI, 1996, p.08).

Ainda, segundo Ianni (1996, p.09) a descoberta desse antagonismo levaria ao polo negativo que é o operário, os reais interesses desses que não são levados em consideração no processo de troca. É relevante apontar que tanto o operário como o capitalista são pensados e referidos de forma antagônica no processo de troca. Daí a conexão entre as classes sociais e o método de análise de Marx que procuraria ao partir do capitalismo, transformar este em concreto pensado, consciente de suas determinações para as quais pudessem ser resolvidas.

Desse modo, Marx propunha uma análise do ponto de vista da consciência operária, o qual será buscado ser feito em relação à classe média, ou seja, o que esta classe oferece de contradição à classe operária, evidentemente na perspectiva desta última.

As classes sociais são pensadas de forma antagônica porque são efeitos das relações de produção também antagônicas, na relação de apropriação real e posse dos meios e objetos de produção, dados pela expropriação econômica de uma classe sobre a outra, da classe dominante sobre a classe dominada. Esta relação aparece como representação na sociedade enquanto troca de equivalentes. O operário troca sua força de trabalho a uma quantidade de valor oferecida pelo proprietário dos meios e objetos de trabalho, salário no caso da forma de troca no capitalismo. Esse último aparece como uma quantidade justa pela força de trabalho. Contudo, não é na realidade concreta, até mesmo pela relação de dominação e subordinação em que o operário está inserido nas relações de produção com o proprietário.

A mais-valia e a mercadoria, pois, não podem ser compreendidos em si, mas como produtos das relações de produção que produzem o capitalismo. Na análise dialética, elas surgem como realmente são, isto é, como sistemas de relações antagônicas. Nisto se funda o caráter essencial do regime: os seus componentes mais característicos, seja a mais-valia e a mercadoria, seja o operário e o capitalista, produzem-se, desde o princípio, antagonicamente (IANNI, 1996, p.09).

Ianni (1996, p.13), aliás, se direciona as classes e a mais-valia como matrizes do capitalismo, pois, a partir do momento em que o proletariado descobre que é ele que produz o capital, ao produzir mais-valia, este começa a se libertar da dominação burguesa e caminhar para um primeiro momento da realização de sua hegemonia.

Para Marx, a força individual de trabalho permanece inativa, estéril, se não se vende ao capital. Ela somente pode funcionar, criar valor, quando se articula, depois de vendida, às outras forças produtivas, nos quadros da divisão social do trabalho, organizada também como força produtiva, segundo as exigências da produção de mais-valia. Isto é, a força individual de trabalho somente pode funcionar em benefício do trabalhador se funcionar também em benefício do capitalista (IANNI, 1996, p.15-16).

Assim, existe uma relação de criação da classe operária por parte da classe burguesa que põe em funcionamento um grupo de indivíduos em um mesmo local de trabalho (fábrica) para se extrair mais-valia. Tende a reprodução da classe operária para sua própria sobrevivência na sociedade porque só lhe resta vender sua força de trabalho ao capitalista proprietário dos meios e objetos de produção.

Segundo Marx e Engels (1998, p.09) “A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes”. No entanto, fazem referência sobre a história das sociedades que se têm notícia de escrita, pois, são essas que para os respectivos autores formariam a propriedade privada e consecutivamente o Estado pelo antagonismo entre proprietários dos meios de produção e não proprietários.

Marx e Engels, aliás, oferecem o caráter específico de um dado desenvolvimento das forças materiais que sofreram mudanças desde as sociedades tidas “primitivas” sem classes e sem Estado. A primeira condição de toda a história para Marx é a produção, a qual pode vir a ocorrer até mesmo em sociedades sem classes de pequena produção familiar, as tidas sociedades primitivas e por não haver classe, não possuem Estado.

Na obra *A Ideologia Alemã*, os autores (2006, 53-54) afirmam que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história é a produção, até mesmo porque, os homens precisam estar em condições para viver para poder assim, fazer história. É preciso que o homem tenha o que comer e beber, também tenha o que vestir, tenha um lar, sem isso o

“homem” não é nada. Dessa forma, a primeira condição é a produção dos meios que permitam satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência. Contudo, essa primeira condição da história para os autores, produz novas necessidades como meios e objetos da produção: ferramentas, implementos em geral que melhoram a produção, utensílios que facilitem o preparo de alimentos. Em geral, a produção conduz a maiores necessidades em Marx.

No entanto, já no seio da família, haveria uma divisão do trabalho no ato sexual (homem *versus* mulher) da divisão natural do trabalho (MARX; ENGELS, p. 2006, 53-54). Com o aumento da população e a agregação de indivíduos em um grupo maior, exigiria uma maior produção que somente seria satisfeita por uma divisão social do trabalho baseada inicialmente por questões naturais (força física, necessidades e acaso).

Todavia, satisfeita a primeira necessidade aparecem tantas outras, esse seria o segundo pressuposto de toda a existência humana e que, seguindo a linha de Althusser (1980, p. 9), resulta na reprodução dos meios de produção - isto é, a condição última da produção, pois, satisfazendo a produção, tão logo necessitamos da reprodução para manter a própria produção, nesse sentido, a tendência ao aumento das necessidades em Marx e Engels leva a constante da reprodução dos meios de produção.

Como Marx dizia, até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja. A condição última da produção é portanto a reprodução das condições da produção. Esta pode ser simples (reproduzindo apenas as condições da produção anterior) ou alargada (aumentando-as) (ALTHUSSER, 1980, p. 9-10).

Terceiro, os homens constituem família, juntam-se com mulheres e criam-se com isso novas relações sociais que aumentam, por conseguinte a população. A junção desses três pressupostos compreende por isso a relação de vários indivíduos (MARX; ENGELS, 2006, p.53-54).

Assim, o aumento da população leva a novas necessidades sendo preciso uma maior produção para suportar a maior quantidade de indivíduos. Sucede a isso, segundo Marx e Engels (2006, p.57), uma dependência material entre os “homens” que se inicia na união dos indivíduos em sociedade, o que os autores denominam no seu início da sociedade por consciência gregária ou tribal, ou seja, a primeira consciência de que os homens vivem em sociedade.

O aumento da população por sua vez, necessitaria de um aumento da produção por haver mais indivíduos vivendo em um mesmo território, com isso, expandiria as necessidades,

sendo preciso, o desenvolvimento da divisão do trabalho para suportar o aumento populacional e suprir todas as necessidades de uma determinada formação.

Tal divisão, que deu início a formação de uma sociedade dividida em classes e ao Estado, tende a se intensificar para Marx e Engels (2006, p.60), pois, aumentariam, por sua vez, as necessidades conforme aumentasse a produção dos meios e objetos de trabalho. Esse fato, explica a ascensão dos burgueses e a formação do capitalismo. Com o aumento das necessidades, a burguesia se ascendeu socialmente frente à aristocracia rural.

Mais especificamente: o processo de evolução das forças produtivas (por exemplo: a introdução de melhorias nos métodos de cultivo do solo que viabilizam a mercantilização crescente da produção agrícola, nos modos de produção pré-capitalistas; ou a socialização crescente do processo produtivo no capitalismo), próprio a todo e qualquer modo de produção, cria condições para a transformação dos diferentes *grupos funcionais*, constituídos na esfera do processo produtivo, em *classes sociais* antagônicas. Essa transformação equivale à emergência de um antagonismo propriamente político - uma verdadeira contradição - entre os diferentes grupos funcionais; ou, em duas palavras, da *luta de classes* (SAES, 1994, p.07; grifos do autor).

Apesar de Marx e Engels não se referirem a grupos funcionais anteriores as classes, a lógica antagônica seria a mesma, a contradição se inicia no processo produtivo com a intensificação da divisão do trabalho em uma sociedade, como a classe dominante de uma época que se demonstra no desenvolvimento de um modo de produção, principalmente, pelo caráter da primeira condição da história (produção), presente em *A Ideologia Alemã* - a produção cria maiores necessidades e desse modo, precisa posteriormente reproduzir os meios de produção. Ambas as condições históricas estão nas mãos da classe dominante - burguesia no modo de produção capitalista - MPC.

Essa condição histórica que engendrou a constituição da classe burguesa mediante o aumento das necessidades que não eram mais satisfeitas em um determinado território foi essencial para a ascendência da burguesia, principalmente ao buscar matérias primas em outras localidades e destruir as antigas indústrias nacionais, processo pelo qual proporcionou o desenvolvimento e a constituição da burguesia, enquanto classe diferente das demais (MARX; ENGELS, 1998, p.15). Pois, dessa forma, a burguesia sobressaiu-se pelo aspecto econômico, o que por sua vez, proporcionou a ela aparecer no seio da sociedade como classe dominante de uma determinada época.

Nesse sentido, o aspecto econômico fez surgir à classe burguesa enquanto uma classe com reais possibilidades de subida ao poder e até mesmo por esse aspecto que esta classe se mantém enquanto classe dominante.

A burguesia, na obra *O Manifesto Comunista*, aparece como uma classe revolucionária, pois aperfeiçoou todos os meios de produção, arrasta todas as nações até a mais bárbara a civilização, detêm o poder da história e faz da sociedade a semelhança de seus interesses. “Vemos como a burguesia moderna é ela mesma produto de um longo desenvolvimento de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca” (MARX & ENGELS, 1998, p.14). Entretanto, para os autores essa burguesia revolucionária se tornou conservadora e anti-revolucionária (defensora da *ordem social* capitalista) e produziu sua própria cova, a classe proletária organizada enquanto nova classe revolucionária na história.

Com a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, mudou-se consecutivamente a forma de produção do artesanato à manufatura. Esta mudança, para Marx e Engels (2006) engendrou duas classes antagônicas na sua origem por serem respectivamente os produtores e não produtores que expropriam o trabalho dos primeiros, cuja forma invariável a todos os modos de produção divididos em classes são: produtores e não produtores dos meios e objetos de trabalho.

Como, porém surgiram essas classes? Se à grande propriedade da terra, anteriormente feudal, se podia ainda, à primeira vista, atribuir uma origem baseada – pelo menos em princípio – em causas políticas em uma usurpação violenta, essa explicação já não servia para a burguesia e para o proletariado. Estava claro e palpável que as origens e o desenvolvimento dessas duas grandes classes residiam em causas puramente econômicas. E era não menos evidente que nas lutas entre os grandes latifundiários e a burguesia, tanto na luta entre burguesia e o proletariado, tratava-se em primeiro plano de interesses econômicos, devendo o poder político servir de mero instrumento para sua realização. Tanto a burguesia como o proletariado deviam seu nascimento à mudança introduzida nas condições econômicas ou, mais concretamente, no modo de produção (MARX & ENGELS, 2006,130).

A mudança para o modo de produção capitalista fez surgir, a burguesia e o operariado – consecutivamente proprietários e não proprietários dos meios de produção. Diferentemente do modo feudal que fez surgir as suas grandes classes senhor feudal e servo de gleba, que a princípio, para Marx e Engels (2006, p.130) decorreu de causas políticas. No capitalismo, foi antes devido às causas puramente econômicas que fizeram surgir suas grandes classes fundamentais, ou seja, eram as causas determinantes e os interesses reais da classe dominante (burguesia) sendo os aspectos econômicos que fez surgir tanto a burguesia como o proletariado.

E era não menos evidente que nas lutas entre os grandes latifundiários e a burguesia, tanto quanto na luta entre a burguesia e o proletariado, tratava-se em primeiro plano de

interesses econômicos, devendo o poder político servir de mero instrumento para sua realização.

Pelo menos na história moderna fica, portanto, demonstrado que todas as lutas políticas são lutas de classes e que todas as lutas de emancipação de classes, apesar de sua inevitável forma política, pois toda luta de classe é uma luta política giram, em última instância, em torno da emancipação econômica (MARX; ENGELS, 2006, p.131).

Assim, Marx e Engels afirmam que toda a história das sociedades divididas em classes se resume a história da luta de classe, tese defendida também no *Manifesto do Partido Comunista*. A liberdade da classe trabalhadora é a emancipação do trabalho assalariado e a liberdade do burguês foi o livre comércio (MARX; ENGELS, 2006, p.116).

Mediante a isso, o econômico se tornou a instância dominante no modo de produção capitalista, pois, sustenta a divisão das classes sociais e determina o poder político aos interesses econômicos. Existe também um caráter invariável de todas as sociedades divididas em classes – a posse de um produto por um indivíduo que não o produziu, este aparece na sociedade como dono do produto alheio do produtor.

Com isso, para que uma classe esteja no lugar de classe dominante ela precisa dominar outra classe no sentido de expropriar parte do produto que é produzido pelas classes não proprietárias. “A condição essencial para a existência e para o poder da classe burguesa é a formação e o crescimento de capital. A condição para o capital é o trabalho assalariado” (MARX & ENGELS, 1998, p. 29).

Dessa forma, temos três aspectos da classe burguesa; 1) a classe burguesa agiu na instância econômica⁴, 2) na instância política ao formar o Estado e 3) formou uma instância ideológica própria – direito próprio. Assim, uma classe ao se tornar dominante é determinada por três critérios diferentes:

No Estado, corporifica-se diante de nós o primeiro poder ideológico sobre os homens. A sociedade cria um órgão para a defesa de seus interesses comuns, face aos ataques criados, esse órgão se torna independente da sociedade, tanto mais quando mais vai-se convertendo em órgão de uma determinada classe e mais diretamente impõe o domínio dessa classe (MARX & ENGELS, 2006, p.133).

⁴ Poulantzas (1978, p.14): “A organização das instâncias em níveis econômico, político, ideológico reflete-se, nas relações sociais, em prática econômica, política e ideológica de classe e em luta das práticas das diversas classes. Sendo as relações sociais um domínio-efeito estruturado do sistema das estruturas, então os escalões da luta de classe mantêm o mesmo tipo de relações que as instâncias da matriz. A determinação em última instância da luta econômica de classe – luta política, luta ideológica. O papel determinante, na constituição das classes sociais, da sua relação com as relações de produção, com a estrutura econômica, indica de fato, com muita exatidão, a constante determinação-em-última-instância do econômico nas estruturas refletida nas relações sociais”.

Com isso, o Estado por meio do poder político exercido por uma determinada classe sobre a outra cria para si um poder ideológico que justifique tal exploração.

Uma vez, porém, que se erige em poder independente, face à sociedade, o Estado cria rapidamente uma nova ideologia. Nos políticos profissionais, nos teóricos do direito público e nos juristas que cultivam o direito privado, a consciência da relação com os fatos econômicos desaparece por completo. Como, em cada caso concreto, os fatos econômicos têm de revestir a forma de motivos jurídicos para serem sancionados em forma de lei e, como para isso, é necessário ter também em conta, como é lógico, todo o sistema jurídico vigente, pretende-se que a forma jurídica seja tudo e o conteúdo econômico, nada (MARX & ENGELS, 2006, p.134).

Assim, forma-se cada vez mais uma ideologia afastada da base material e da base econômica da sociedade. Pode-se resumir o surgimento das classes no capitalismo da seguinte forma: 1) luta política entre aristocracia latifundiária e burguesia; 2) origem e desenvolvimento das duas classes fundamentais do capitalismo como causas puramente econômicas e 3) O Estado cria rapidamente uma nova ideologia de classe (MARX & ENGELS, 2006, p.130-133).

Enquanto a instância econômica no desenvolvimento de um modo de produção constitui uma classe dominante, na posse e na apropriação real dos meios e objetos de trabalho. O que se demonstra em Marx e Engels em *O Manifesto Comunista* sobre a constituição dos operários em classe é o aspecto político:

As colisões entre indivíduos trabalhadores e indivíduos burgueses toma cada vez mais o caráter de colisão entre duas classes. Sobre isso, os trabalhadores começam a formar combinações (sindicatos) contra os burgueses. Eles se unem de modo a manter alto o nível dos salários. Fundam associações permanentes de modo a assegurar-se, antecipadamente, para estas revoltas ocasionais. Aqui e ali a contenda manifesta-se em tumultos (MARX & ENGELS, 1998, p.23-24).

E os autores completam:

Esta organização dos proletários em uma classe e, consequentemente, em um partido político, está sendo perturbada, continuamente, pela competição entre os próprios trabalhadores. Mas ela sempre se levanta outra vez, mais forte, mais firme, mais poderosa (MARX & ENGELS, 1998, p.24)

Como que os trabalhadores individuais transformam-se em proletariado para Marx? Eles se formam enquanto proletariado na esfera política, quando se organizam associações, sindicatos, partidos políticos, coalizões, ou seja, quando esses se unem entre si em relações de

semelhanças pelas condições materiais de existência (relações de trabalho) na relação contra a classe dominante. “Nesse processo, os trabalhadores individuais transformam-se no proletariado; a classe econômica na classe política ou a classe em si numa classe para si⁵ (IANNI, 1996, p.18).” Com isso, o proletariado se transforma em classe social hegemônica onde passa a lutar politicamente pela destruição do Estado no capitalismo.

Nesse sentido, o que constitui uma classe dominada para Marx e Engels é, a não posse dos meios de produção, a qual pode ser observada em uma organização política contrária a classe dominante. E Marx (1985, p.02) completa que a união dos trabalhadores em defesa de seus interesses (consciência de classe) é mais importante do que a simples defesa do salário. O domínio do capital une todos os trabalhadores em um local (fábrica) o que cria por sua vez, uma situação em comum que pode ser aproveitada pela classe dominada enquanto forma de poder exercido contra os donos dos meios de produção. Nessa luta de classes, ao mesmo tempo em que une, transforma todos os interesses de classe em um interesse comum - derrubada do MPC, pois, já é identificado pela classe operária como o empecilho para sua total emancipação, o que ganha um caráter político em uma luta futura a constituir-se em força social, força política ou fração que conquista organização política autônoma.

Segundo Marx e Engels (2006, p.86) com o desenvolvimento da divisão do trabalho ocorreu a separação da produção e do comércio, efeito disso foi a formação de uma classe especial de comerciantes, denominados de burgueses.

Os burgueses na Idade Média em cada cidade eram obrigados a se unir contra a nobreza rural, a fim de se defender. A expansão comercial e o estabelecimento de comunicações levaram cada cidade a conhecer outras que haviam imposto os mesmos interesses na luta contra os mesmos opositores. Das numerosas burguesias locais de diferentes cidades é que se formou, lentamente, a classe burguesa. As condições de vida dos diversos burgueses, em decorrência da oposição às relações sociais existentes e da forma de trabalho que isso impunha tornaram-se, ao mesmo tempo, as *condições comuns* a todos esses burgueses e independente de cada indivíduo isolado (MARX; ENGELS, 2006, p.87; grifos nosso).

⁵ Sobre esses conceitos de classe, sustenta Poulantzas: “De fato, do mesmo modo que existe uma luta econômica ou uma ação econômica de classe – relações sociais econômicas –, também existem estruturas políticas e ideológicas. Que Marx tenha insistido na luta política de classe, isso de maneira nenhuma indicam que as classes emergem historicamente a nível político, em um processo de essência a existência e para acionar as estruturas econômicas: deste ponto de vista, as suas fórmulas de classe em si e de classe para si de 1847 não passam de uma reminiscência hegeliana. Não só, estritamente, nada explicam, como induziram em erro, durante anos, os teóricos marxistas das classes sociais” (POULANTZAS, 1977 p.74). Apesar disto, procurou-se abordar os conceitos de classe em si e classe para si, pois, são bem presentes nas obras do jovem Marx os quais foram mais utilizados nesta pesquisa mediante o recorte de suas obras de juventude, alertando para o fato de o marxismo estruturalista não trabalhar com essa divisão conceitual.

Assim, a classe burguesa surge a partir de condições comuns, essas por sua vez, decorrem de interesses comuns contra outra classe já instituída, no caso da burguesia como descrito por Marx e Engels à classe contrária era a nobreza. Com isso, precisa-se ter um grupo de indivíduos com interesses comuns contra outra classe para que seja desse modo constituída uma classe minimamente organizada.

Tanto é que, de acordo com Marx e Engels (2006, p.87) essas condições comuns da burguesia foram criadas à medida que se haviam separado da associação feudal, estavam assim, ligados pela oposição ao feudalismo que impunha limites para o desenvolvimento da divisão da produção e do comércio e que graças às ligações criadas entre as diferentes cidades transformou essas condições comuns em condições de classe. Desse modo, constituindo uma classe burguesa.

Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante, eles se defrontam como inimigos na concorrência. Por outro lado, a classe torna-se autônoma em relação aos indivíduos, de maneira que estes últimos têm suas condições de vida predeterminadas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal definidos pela sua classe; tornam-se subordinados a ela. É o mesmo fenômeno da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se elimina a propriedade privada e o próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2006, p.88).

Neste trecho, Marx e Engels estão se referindo as duas formas de se conceber uma classe, a classe para si e a classe em si⁶. A primeira aparece somente em momentos específicos da história, são nas revoluções que uma classe defronta com as outras sob um conjunto de interesses comuns para ambas. Enquanto a segunda, aparece independente da vontade do indivíduo e é constituída pela posição que os indivíduos ocupam na divisão do trabalho. Atenta-se para o fato de que a classe está acima dos indivíduos e esses são compelidos a adotarem posturas referentes às suas classes.

Dessa forma, a classe para si constituiria na real classe proletária, ou seja, o grupo dos operários com consciência da exploração vivenciada no capitalismo. Uma classe revolucionária que tenderia a se contrapor e destruir o modo de produção capitalista. Tal mudança para Ianni (1996, p. 18) se fundamenta na mudança da classe em si, que é a classe econômica e determinada no processo de produção capitalista, ou seja, nas relações de produção, a classe operária é expropriada em seu sobretrabalho (mais-valia) para se

⁶ Embora, não se compactue com essa terminologia hegeliana, muito utilizada pela linha historicista do marxismo, trabalhamos aqui, com o conceito único e objetivo de classe social interpretada pela corrente marxista estruturalista que vai desaguar na concepção de Poulantzas.

transformar em classe para si, na classe política, ou politicamente revolucionária e classe social hegemônica, “passando a lutar politicamente pela destruição do Estado burguês e instauração da ditadura do proletariado” (IANNI, 1996, p.18).

Deste modo, o que constitui uma classe em Marx seria o fato de haver uma organização social, contudo, na falta de organização de classe, nem por isso, deixaria o indivíduo de pertencer a uma classe específica, para isso, Marx denomina de classe em si, ou seja, independente da vontade do indivíduo, possuidor ou não de uma ideologia e organização política de classe, este, pertenceria a uma classe pela posição ocupada na divisão do trabalho.

No entanto, a classe em si não se daria de modo natural, ao menos pelo que demonstra Hirano. Para o autor, a classe em si seria fruto das condições de classe engendradas na contraposição de outro grupo, o que possibilitaria a formação de uma classe organizada contra outra – classe para si. “A diferença do indivíduo pessoal com relação ao indivíduo de classe, o caráter fortuito das condições de vida para o indivíduo, somente se manifestam com o surgimento da classe, que é, por sua vez, um produto da burguesia” (HIRANO, 1975, p.88).

Gutierrez (2007), aliás, nos oferece pressupostos para problematizar a classe em si marxista que para o autor cai no erro de fixar as classes em Marx⁷:

Não seria demasiado errôneo identificar a origem dessa concepção no predomínio histórico de um tipo de *abordagem hegemônica do marxismo*, que tendeu a identificar classe social ao exato posicionamento dos agentes no modo de produção, classe *em si*, e a ausência de uma luta efetiva da classe dominada a partir da ideia de inexistência de uma consciência de classe *para si*. Esse tipo de abordagem, fortemente influenciada pela dialética hegeliana e por sua herança presente nos textos de juventude de Marx, apoiava-se, grosso modo, na premissa de que toda sociedade em sua aparência seria o reflexo de uma essência escondida e determinante: a economia constituir-se-ia na estrutura sob a qual se desdobrariam, como epifenômeno, a política e a ideologia. (GUTIERREZ, 2007, p.95-96; grifos nosso).

É relevante apontar que para Marx e Engels (2006, p.87) a própria burguesia acaba por unir todas as classes proprietárias já existentes e, aliás, une a maioria dos indivíduos despossuídos em uma classe, o proletariado. Assim, a burguesia cria a sua própria classe antagonica.

A classe burguesa já cria para si seu próprio coveiro, a classe operária, ao ser unida por interesses comuns no interior do ambiente de trabalho, sendo uma situação comum de

⁷ Essa concepção de classe será mais abordada em relação ao subitem sobre as classes em Poulantzas, que aprofunda a questão das classes em Marx em *O Capital*, auxiliando a compreensão sobre a temática no período de reprodução do capitalismo e como possível solução do problema do posicionamento político dos conjuntos intermediários (pequena e nova pequena burguesia) na teoria marxista.

classe que ao convergir a interesses comuns pode até mesmo ser revolucionária, da classe em si até a classe para si, conforme aponta Hirano (1975, p.98).

Com o advento da manufatura mudou as relações entre trabalhador e empregador. Nas corporações subsistiram as relações patriarcais entre oficiais e mestres; na manufatura, as relações foram substituídas por relações monetárias entre trabalhador e o capitalista, relações estas que conservam vestígios do patriarcalismo no campo e nas pequenas cidades, mas que rapidamente perderam o caráter patriarcal nas cidades maiores, efetivamente manufatureiras (MARX; ENGELS, 2006, p. 90).

Assim, a manufatura também foi um dos grandes fatos que possibilitaram criar a burguesia como classe dominante, dado ao desenvolvimento dessa forma de produção, que por sua vez, criou o proletariado. Marx e Engels (2006, p. 90) citam um exemplo muito ilustrativo de como os indivíduos foram forçados a entrarem nessa forma de produção e, portanto, sendo obrigados a trabalhar para os capitalistas. No exemplo, os autores demonstram que a vadiagem foi fruto das mudanças causadas pelo advento da manufatura e o desmoronamento do feudalismo, que no século XVI chegavam a ser tão numerosos que o rei Henrique VIII da Inglaterra mandou enforcar 72 mil deles, sendo preciso que os vagabundos passassem por uma miséria extrema para serem obrigados a trabalhar, assim, a manufatura os absorveu.

De modo geral, a grande indústria criou por todo lugar as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo com isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. Por fim, ao passo que a burguesia de cada nação ainda continuava a ter interesses nacionais particulares, a grande indústria criou uma classe em que os interesses são os mesmos em todas as nações e em que toda a nacionalidade já está suprimida; uma classe que efetivamente se desembaraçou do mundo antigo e que, ao mesmo tempo, com ela se defronta. Não apenas as relações com o capitalista se fazem insuportáveis para o trabalhador, mas igualmente o seu próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2006, p.96).

A classe operária nesse sentido tem mais razões para se unir do que a própria burguesia, o caráter de exploração presente no trabalho capitalista age com que os interesses comuns de classe perpassem para além de um determinado país ou território, agindo com que os trabalhadores do mundo inteiro possam se pôr contra as condições de trabalho e, por conseguinte contra a classe burguesa. Assim, já está gestada a sua união em classe e seus interesses comuns para tanto.

As condições comuns da classe operária se dão pelas condições de existência individual, cada indivíduo se une em relação a sua condição de existência e assim forma uma coletividade. Somente por essa razão que pode garantir a liberdade pessoal, o que por sua vez

é garantida para aqueles indivíduos que se desenvolvem nas relações da classe dominante e para os quais pertence a esta (MARX; ENGELS, 2006, p.112-114).

Das exposições acima resulta que a relação coletiva na qual entraram os indivíduos de uma classe, relação esta condicionada por seus interesses comuns diante de um terceiro, consiste sempre em uma coletividade que conglomerava tais indivíduos somente como indivíduos médios, somente enquanto viviam sob as condições de existência de sua classe, isto é, uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membros de uma classe. Por outro lado, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam o controle das suas condições de existência e as dos demais membros da sociedade, ocorre justamente o contrário: nela os indivíduos participam enquanto indivíduos (MARX; ENGELS, 2006, p.113).

Mediante isso, a união desses indivíduos como mencionado ocorre pelas condições de existência e essas são determinadas pela divisão do trabalho em que separa cada indivíduo e transforma o vínculo no trabalho em algo alheio a eles (exterior), o mesmo trabalho que o une é o que o transforma em indivíduo isolado.

[...] dentro da divisão social do trabalho, as relações sociais tomam uma existência independente, surge uma divisão na vida de cada indivíduo, desde que uma vida é pessoal e desde que está inserida em um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes (MARX; ENGELS, 2006, p. 114).

Assim, é a divisão do trabalho a responsável por unir os indivíduos trabalhadores em classe de acordo com suas condições comuns de existência, ou seja, todos os indivíduos inseridos na divisão do trabalho vendem a sua força de trabalho para o proprietário para que possam sobreviver, essas são condições comuns de existência que podem fazer com que os indivíduos ali inseridos se vejam enquanto classe. Até mesmo por isso, que Marx e Engels (2006, p.115-116) se referem à classe como sendo um produto da burguesia. No entanto, essa condição de existência dos indivíduos que é o trabalho aparece para eles como algo accidental, ou seja, foge do controle dos indivíduos isolados.

Desse modo, a personalidade do indivíduo isolado se choca com a condição de vida que lhe é imposta, com o trabalho. Assim, esse indivíduo não se realiza enquanto pessoa na sociedade, para que se afirmem, segundo Marx e Engels (2006, p. 116), devem se unir em uma coletividade totalmente oposta da maneira como os indivíduos se uniram até hoje, se opondo ao Estado e ao trabalho (trabalho assalariado) para realizar sua personalidade, no caso da classe operária, o rompimento com as relações de produção capitalista e seu Estado.

Em *O Manifesto Comunista* os autores demonstram a tese de que a burguesia simplificou o antagonismo de classes em dois grandes campos inimigos, burguesia e

proletariado. Primeiramente, porque a burguesia depende da formação e do aumento do trabalho assalariado para manter-se enquanto classe dominante e, por sua vez, a classe de trabalhadores vive somente enquanto encontra trabalho (MARX; ENGELS, 1998, p.19-20).

Essa dependência de início é vantajosa para a classe burguesa, pois na procura de sobrevivência o trabalhador compete entre si para conseguir trabalho, o que faz com que a burguesia diminua o preço pago pelo trabalho (força de trabalho) e consiga obter mais lucro no valor retirado do produto que sobra da produção (mais-valia) (MARX; ENGELS, 1998, p.21-22).

No entanto, a classe burguesa não está livre da competição entre si, entre interesses distintos da própria classe burguesa, principalmente na subida ao poder executivo e nos interesses das antigas classes dominantes, como a aristocracia e parte da burguesia que apresentam interesses antagônicos ao progresso da indústria, além da burguesia de outros países. Desse modo, a burguesia contra a antiga classe dominante e frações da própria classe dominante e da classe burguesa do exterior, apela para o apoio político do proletariado para a sua defesa. “A própria burguesia, portanto, fornece ao proletariado seus próprios elementos de educação política e geral, em outras palavras, supre o proletariado com armas para enfrentar a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p.25).

Esse apoio fornece as armas que o proletariado precisa para derrubar a exploração de classe, por isso Marx e Engels veem nesse processo que a burguesia cria seus próprios coveiros, o proletariado. Assim, a burguesia oferece as armas para a classe em si do proletariado se tornar classe para si consciente de sua causa.

Em suma, resumamos a seguir o que Engels entende por burguesia e proletariado:

Por burguesia entende-se a classe dos Capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores de trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, os quais, não tendo meios próprios de produção, estão reduzidos a vender a sua força de trabalho [*labour-power*] para poderem viver.⁸

1.2. Salário, relações de produção e reprodução das classes antagônicas

A luta de classes está intrinsicamente presente na formação da propriedade privada e do Estado para melhor assegurá-la, porque ambos necessitam de proprietários e não proprietários para subsistirem. Em outras palavras, esses dois aspectos necessitam do trabalho

⁸ Nota de Engels à edição inglesa de 1888 do *Manifesto do Partido Comunista* (disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap1.htm#a3a>. Acesso em: 8/02/2017).

excedente criado pelo não proprietário dos meios de produção e não pago a este, tal processo é chamado por Marx de mais-valia.

Ao criar mais-valia no trabalho excedente e não pago ao produtor direto (não proprietário), cria-se juntamente com isso, uma diferença brutal entre os habitantes de um determinado território. De um lado os proprietários dos meios de produção que exploram a mais-valia alheia, ou o trabalho excedente e não pago aos não proprietários, e do outro lado, aqueles que somente têm o seu próprio corpo para ser ofertado como força de trabalho - é por meio deste corpo que recebem o mínimo para sobreviverem e se reproduzirem apenas enquanto força de trabalho (força produtiva).

Nossa época – a época da burguesia moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado (MARX & ENGELS, 1998, p.10).

Para Marx e Engels (1998, p. 09-10) as classes proprietárias dos meios de produção e não proprietárias são as classes fundamentais de todas as sociedades divididas em classes sociais. Relevante ressaltar que todas as sociedades divididas em classes têm a presença da propriedade privada e do Estado. Essas classes sociais, no entanto, seriam fundamentais por existirem entre elas um antagonismo oriundo das condições postas na sociedade dividida em classes que levaria a vários movimentos da história, como as várias revoluções que ocorrem na história, por exemplo: na revolução escravista, os escravos se colocaram contra o senhor de escravos; na feudal, os burgueses se colocaram contra os senhores feudais e na revolução socialista consecutivamente os proletários se colocarão contra os burgueses por serem esses os não-proprietários e os proprietários dos meios de produção no modo de produção capitalista.

Portanto, as classes sociais fundamentais do capitalismo são a burguesia e o proletariado, este último compreendido por Marx e Engels (1998, p.22-23) como a união dos operários em prol da derrubada do modo de produção capitalista.

Esta organização dos proletários em uma classe e, conseqüentemente, em um partido político, está sendo perturbada, continuamente, pela competição entre os próprios trabalhadores. Mas ela sempre se levanta outra vez, mais forte, mais firme, mais poderosa. Ela força um reconhecimento legislativo dos interesses particulares dos trabalhadores, aproveitando-se das divisões no meio da própria burguesia. Assim foi aprovada na Inglaterra a Lei das Dez Horas (MARX; ENGELS, 1998, p.24-25).

Deste modo, o proletariado se constitui como classe por meio da instância política. O que não exclui necessariamente a presença de outras classes, ora até mesmo assumido pelos próprios Marx e Engels, a existência de demais classes, tais como, a pequena burguesia, a baixa classe média, o lúpem-proletariado, os camponeses e entre outros⁹.

De acordo com Marx (1849, p. 08-09) o salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho, o capitalista não compra trabalho e sim, a força de trabalho que poderá utilizar por um tempo determinado. Nesse sentido, a força de trabalho é uma mercadoria. Assim, os operários trocam a sua mercadoria (força de trabalho) pela mercadoria do capitalista (dinheiro), o qual constitui no salário.

Na produção os homens não atuam só sobre a natureza mas também uns sobre os outros. Produzem apenas atuando conjuntamente dum modo determinado e trocando as suas atividades umas pelas outras. Para produzirem entram em determinadas ligações e relações uns com os outros, e só no seio destas ligações e relações sociais se efetua a sua ação sobre a natureza, se efetua a produção. (MARX, 1849, p.14).

Assim, a produção já é determinada pelas relações de produção existentes em uma sociedade, no caso do capitalismo, tendem a reproduzir as relações de produção capitalistas em toda e qualquer troca que se efetue.

A condição de operário e de capitalista somente se revela nas relações de produção que um e outro estabelecem entre si. Mas essas relações não se realizam, a não ser que um e outro se pensem no processo de compra e venda de força do trabalho, de produção de mercadoria, de intercâmbio entre trabalho necessário (pago) e excedente (não pago). Não se completa a compreensão da existência do operário e do capitalista, a não ser quando a análise passa pela forma pela qual um e outro se compreendem a si próprios e reciprocamente. Para reconhecer-se como operário, é indispensável que o operário reconheça o capitalista como tal e vice-versa. Esse reconhecimento é, ao mesmo tempo, uma condição fundamental da existência e negação recíprocas. Para afirmar-se como capitalista, o capitalista precisa não só apropriar-se do produto do trabalho excedente (não pago), mas também reconhecer o produto de valor excedente, a mais-valia, que aparece na sua consciência como lucro (IANNI, 1996, p.22).

Ianni (1996, p.22), ao se referir sobre a condição de classe em Marx, demonstra que o que existe na realidade são as relações de produção, o capitalista e operário dependem sempre das relações de produção para compreenderem a si próprios. Em suma, a autoconsciência de

⁹ “Marx distingue 5 classes: I – proprietários da terra, II, burgueses, III – pequeno-burgueses, IV – rendeiros-camponeses, V – proletários; no entanto, ele crê que essas classes irão reduzir-se a duas principais” (GURVITCH, 1966 p.47).

classe somente é possível em relação ao outro, o que o autor denomina como sendo um *espelho de classe*, o burguês somente é classe dominante em relação à classe dominada e vice-versa. As relações de produção tendem assim, a configurarem-se em ideias, conceitos, doutrinas ou teorias que saem da realidade concreta, a classe operária em si não existe no plano real e sim, apenas no plano material das relações de produção. Por sua vez, a finalidade das ideias, conceitos¹⁰, doutrinas ou teorias é sempre a de exprimir e constituir as relações sociais de uma determinada formação social.

A condição de operário e de capitalista somente se revela nas relações que um e outro estabelecem entre si. Mas essas relações não se realizam, a não ser que um e outro se pensem no processo de compra e venda de força de trabalho, de produção de mercadoria, de intercâmbio entre trabalho necessário (pago) e excedente (não pago) (IANNI, 1996, p. 22).

Segundo Sedi Hirano o que constitui as classes em Marx são as condições comuns de classe, o que em *A Ideologia Alemã* Marx denomina classe em si.

Ao entrarem em contato umas cidades com as outras, estas condições comuns se desenvolveram até se converterem em *condições de classe*. Idênticas condições, idênticas antíteses e idênticos interesses necessariamente tinham que provocar, em todas as partes, com a mesma amplitude, idênticos costumes. A própria burguesia só começa a desenvolver-se *pari-passu* com suas condições, e por sua vez, cinde-se sob a ação da divisão do trabalho, em diferentes frações e, por último, absorve todas as classes possuidoras pré-existentes (paralelamente faz com que a maioria da classe despossuída com que se encontra e uma parte da classe possuidora anterior se desenvolvem para formar uma nova classe, o proletariado), na medida em que toda a propriedade anterior se converte em capital industrial ou comercial. Os diferentes indivíduos somente formam uma classe enquanto se vêem obrigados a sustentar uma luta comum contra outra classe [...] (HIRANO, 1975, p.89; grifos nosso).

Sob essa ótica, a classe se vê enquanto um grupo homogêneo a partir de interesses comuns internos em contraposição a outros grupos com interesses contrários aos deles, assim como, a burguesia no aumento da expropriação da mais-valia do produtor direto (classe operária). A burguesia em Marx e Engels quer, grosso modo, manter a exploração de classe e aumentar sua taxa de lucro em cima da classe explorada (proletariado), enquanto a segunda classe quer a abolição da propriedade privada e do próprio trabalho.

O que não é diferente de Ianni (1996, p.18): “[...] os trabalhadores assalariados da indústria vão se organizando em associações, coalizões, sindicatos e, por fim, em partido político. Pouco a pouco eles compreendem as suas condições semelhantes de vida [...]”. Até o

¹⁰ O tratamento teórico da classe enquanto conceito da instância econômica está presente também em (POULANTZAS, 1977, p.14).

momento em que os trabalhadores assalariados se compreendem em relação à burguesia, assim, demonstrando as suas contradições com essa, e que possibilite um primeiro estágio da classe para si, ou, a classe com consciência de classe.

Para o operário tornar-se classe para si, segundo Ianni (1996, p.22) precisa não apenas afirmar-se como produtor de mercadorias e vendedor de força de trabalho, mas reconhecer o proprietário dos meios e objetos de trabalho como expropriador de mais-valia. Em outras palavras, como um real apropriador do produto feito a mais e não pago ao produtor.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p.159).

Assim, em Marx, além da classe reunida com consciência de classe (classe para si), ainda existe a classe ao menos para o capitalista, que impõe ao conjunto dos trabalhadores condições comuns mediante as posições ocupadas na divisão do trabalho (classe em si) independente da vontade individual de cada trabalhador.

Segundo Ianni (1996, p.19) à medida que a análise de Marx sobre o capitalismo avança, evidencia a sua teoria da luta de classes, principalmente no exemplo do tratamento teórico da mercadoria, essa aparece inicialmente como do valor de uso, quando na realidade é a expressão subjetiva da mercadoria. Nesse sentido, à medida que a análise avança demonstra-se que sob a mercadoria está o valor de troca e que sob este, está o valor social do trabalho embutido juntamente em ambos. Desse modo, a mercadoria oculta à troca de trabalhos sociais, somente sendo possível a acumulação do capitalista por meio da expropriação do sobretrabalho, também denominado como mais-valia. “O operário não pode viver a não ser pela venda da sua força produtiva ao proprietário dos outros meios de produção, tais como capital, tecnologia, organização empresarial etc.” (IANNI, 1996, p.19).

Como demonstrado, o operário é dependente do proprietário (classe burguesa) para poder se reproduzir minimamente, tanto é que este se vê compelido a vender sua força de trabalho em troca de salário para que assim possa comer, beber, vestir-se e morar.

É relevante ressaltar que a classe operária também é proprietária, no entanto, a sua propriedade depende dos interesses dos proprietários dos meios e objetos de trabalho, ou seja, da classe burguesa. Depende necessariamente da quantidade de valor que a burguesia quer dispendar para utilizar a força de trabalho do operário.

Segundo Hirano (1975, p.107) a produção determina as classes sociais mediante o fato de separarem proprietários dos meios de produção (instrumentos de produção) e os proprietários da força de trabalho, opondo assim, capital e trabalho, além de formarem com isso, dois grupos antagônicos, proprietários e não proprietários. E o autor ainda salienta que o valor do trabalho decorre da produção e reprodução social dos operários, ou seja, da retribuição de acordo com os valores dos artigos de primeira necessidade que são exigidos para manter, produzir, desenvolver e perpetuar a força de trabalho.

Ao se retomar o aspecto da produção em Marx, defronta-se com as condições de existência de uma determinada época histórica para que se produza algo. Assim, no capitalismo, as condições de existência de quem não detém os meios e os objetos da produção, é vender sua força de trabalho e se subjugar a reprodução da classe burguesa enquanto classe dominante. Em outras palavras, o operário necessita vender o seu trabalho (força de trabalho) para o proprietário dos meios e objetos de produção se quiser se reproduzir na sociedade.

De acordo com Hirano, existem cinco elementos em Marx que agem com que um grupo de indivíduos enquanto uma classe em potencial (classe em si) se torne uma classe com interesses comuns (classe para si).

a) oposição do seu modo de vida, de sua cultura aos das outras classes da sociedade; b) isto é, a oposição de seus interesses em relação aos de outras classes; c) oposição de interesses esta que os transforma numa comunidade de interesses; d) sentimento ou ligação nacional; e) organização política, então eles se constituem em uma classe (HIRANO, 1975, p. 106).

Assim, uma classe social – conforme Hirano - se torna efetiva a partir desses critérios, o proletariado seria uma classe em potencial em Marx porque corresponderia a todos esses critérios, embora, nem todas as classes consigam se tornar classe para si. O proletariado ao contrário, tem todas as condições dado a alienação do produto de seu trabalho, na expropriação de mais-valia de se tornar uma classe dominante e hegemônica na sociedade. Assim, pela primeira vez na história uma classe majoritária estaria no posto de classe dominante algo que jamais ocorrera antes para Marx.

1.3. O debate acerca da invenção das classes sociais por parte do capitalismo

A classe seria inaugurada pelo capitalismo ou existe em Marx e Engels uma concepção geral de classe, se a classe foi inaugurada pelo capitalismo, quais os elementos que

motivaram isso ocorrer e com o fim do capitalismo ainda haveria classes? São essas perguntas essenciais ao se abordar as classes nos referidos autores.

No estamento (sobretudo na tribo) isso permanece ainda oculto: por exemplo, um nobre continua sendo sempre um nobre e um vilão sempre um vilão, sem considerar suas demais relações, por ser aquela uma qualidade inseparável de sua individualidade. A distinção entre o indivíduo pessoal e o indivíduo enquanto membro de classe, a contingência das condições de vida para o indivíduo, aparecem somente com a emergência da classe que é, ela própria, um produto da burguesia. Essa contingência só é formada e desenvolvida pela concorrência e pela luta dos indivíduos entre si (MARX; ENGELS, 2006 p. 114-115).

O capitalismo nessa perspectiva inaugura as classes na sua forma acabada, pois elas isolam os indivíduos, esses por sua vez, parecem ser livres, porque suas condições de vida parecem acidentais, mas na realidade não são livres porque ainda estão subsumidos por um poder objetivo (MARX; ENGELS, 2006, p.115).

Ao comentar a forma de propriedade feudal, descrita em *A Ideologia Alemã*, Marx oferece a contraposição à concepção específica de classes em sua obra, tratando inicialmente do capitalismo.

Tal como a propriedade tribal e a comunal, ela também repousa em uma comunidade na qual não são mais os escravos – como, no sistema antigo – mas os pequenos camponeses servos da gleba, que constituem a *classe* diretamente produtora. Ao lado do processo de desenvolvimento do feudalismo surge a oposição às cidades. A estrutura hierárquica da posse da terra e a suserania militar a ela conectada davam à nobreza o poder total sobre os servos. Essa estrutura feudal, como toda a antiga propriedade comunal, era uma associação contra a classe dominada produtora; apenas o que mudava era a maneira de associação e a relação com os produtores diretos, uma vez que haviam mudado as condições de produção (MARX; ENGELS, 2006, p.49; grifos nosso).

Desse modo, Marx e Engels tratam os servos de gleba como classe produtora e a nobreza como classe dominante da estrutura de classes feudal, ou seja, se tratam de suas características intrínsecas das classes sociais, assim, proprietários e produtores e ampliam a concepção de classe a todos os modos de produção divididos em classes com a presença do Estado, pois ambos estariam submetidos à divisão entre produtores e proprietários.

Segundo Hirano (1975, p. 87) a classe aparece apenas no período capitalista¹¹, sendo condicionada por tal sistema diferentemente do feudalismo que dividiria a sociedade em

¹¹ Assim como Hirano, Gurvitch afirma: “Engels não parece entrever nenhuma dificuldade particular para o período de transição, ao contrário de Marx. Ao mesmo tempo, enquanto este, à medida que avançava em idade, parecia tender para limitar a existência de classes ao período capitalista e industrial, Engels parece encontrar

estamentos. Até mesmo por isso, Hirano analisa em Marx a articulação entre o capitalismo e a sociedade de classes.

Com isso, Hirano recorta uma análise da estrutura de classes, a capitalista, e desconsidera as várias outras, como a feudal e a escravista ao visualizar as classes em Marx somente referente ao capitalismo. Neste contexto, a palavra classe adquire um significado historicamente determinado. Mais ainda, o proletariado em referência pertence a uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo moderno, este não formava uma classe para si, mas uma classe em si: cada proletário era um proletário individual devido à ausência de qualquer organização social (HIRANO, 1975, p.88).

As controvérsias teóricas sobre classes sociais se concentram entre duas linhas de interpretação: a) as classes sociais *existiram sempre* em todas as sociedades, b) as classes sociais existiram e ainda existem somente em *sociedades determinadas*, num período determinado, numa produção social determinada, numa divisão social de trabalho específica, numa determinada forma de propriedade; em outras palavras: as classes sociais são uma configuração típica de um modo de produção determinado (HIRANO, 1975, p.93-94; grifos nosso).

Em suma, Hirano afirma que as classes sociais se dividem em interpretações gerais acerca da classe e interpretações específicas que dizem respeito ao capitalismo como simplificador e mantenedor das classes sociais como as conhecemos. Já nos períodos anteriores tais como no escravismo e feudalismo não se trataria de classes em Marx, mas antes de estamentos e castas. Ao longo da obra *Classes, Estamentos e Classes Sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber*, Hirano pretende sustentar essa última perspectiva de classes. Como demonstra nesta passagem ao referir-se as categorias gerais de opressor e oprimido de *O Manifesto Comunista*.

Vimos ainda que, segundo a acepção de Marx, no desenvolvimento dos indivíduos nas condições comuns de existência dos estamentos e classes que sucedem historicamente; são estes estamentos e classes especificações do conceito geral, como variedades da espécie, como fases de desenvolvimento do homem (HIRANO, 1975, p.93).

Hirano (1975, p.97) procura demonstrar que existem em Marx as classes sociais a partir apenas do capitalismo, pois, é com a ascensão da burguesia que uma classe passa a impor interesses comuns de uma classe em formação contra as condições sociais, econômicas

classes em toda parte (salvo nas sociedades arcaicas) e formular no seu espírito uma equação entre conceitos de classe e conceito de Estado” (GURVITCH, 1966 p.78).

e políticas estabelecidas até então pelos estamentos que estavam em decomposição, passando interesses como comuns a todas as outras classes não dominantes.

Quando Marx e Engels (2006, p. 78) se referem às ideias da classe dominante como sendo as ideias dominantes de uma época, os autores estão se referindo assim, a classe dominante como detentora da força material e espiritual da sociedade. Desse modo, a classe dominante dispõe tanto dos meios de produção materiais como espirituais, esses por sua vez são submetidos à classe dominante de uma época.

Nesse sentido, as ideias dominantes para os autores (2006, p. 78) são a expressão ideal das relações materiais dominantes, constituem, portanto, nas ideias de sua dominação, ou seja, nas relações que transformam uma classe em classe dominante, as relações de produção.

Entretanto, a tese de que as classes aparecem apenas no capitalismo devido a emergir das ideias comuns de uma classe a favor de todas as classes não dominantes contrárias a classe dominante, não se confirma em Marx e Engels (2006, p.80), que segundo os quais, as ideias dominantes cada vez mais tomarão o caráter de ideias abstratas ao mesmo tempo em que serão mais universais. Mediante a isso, cada classe que ocupar o lugar de classe dominante se verá obrigada para atingir seus fins de classe dominante de uma época a apresentar seus interesses como sendo interesses comuns a todos os membros da sociedade [...] “ou seja, para expressar isso em termos ideais; é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresenta-las como as únicas racionais e universalmente legítimas” (MARX; ENGELS, 2006, p. 80).

Dessa forma, a luta de classes irá pôr abaixo a maioria das representações ideais da classe dominante anterior, criando outras ideias dominantes que representarão os interesses comuns da maioria das classes anteriormente dominadas até que esse interesse se descole de sua base e se demonstre cada vez mais abstrato e universal ao ponto de ocultar os interesses comuns de uma classe específica perante as ideias dominantes.

Com isso, Hirano não vislumbra o caráter reprodutivo de toda classe social que quando sobe ao poder do Estado tende a exercer uma base maior de poder do que já havia existido anteriormente e, portanto, necessita demonstrar seus interesses de classe como sendo interesses comuns a todas as demais classes da sociedade. Isso não está presente apenas no capitalismo, mas antes, trata-se de uma tendência reprodutiva a todas as classes dominantes em Marx¹².

¹² Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (p.80) reconhecem em nota que a universalidade das ideias corresponde “[...] 1) à classe contra o estamento; 2) à concorrência, ao intercâmbio mundial, etc.; 3) ao grande contingente numérico da classe dominante; 4) à ilusão dos interesses coletivos. Que no começo essa ilusão é verdadeira; 5) à

Esse modo de conceber a história, comum a todos os historiadores, principalmente a partir do século XVIII, terá à sua frente necessariamente o fenômeno de que as ideias dominantes serão cada vez mais abstratas, isto é, são ideias que tomarão cada vez mais a forma de universalidade. Por isso, cada nova classe que ocupa o lugar que dominava anteriormente vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade; ou seja, para expressar isso em termos ideais; é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresenta-las como as únicas racionais e universalmente legítimas. A classe revolucionária aparece desde logo, simplesmente pelo fato de defrontar como uma classe, não como classe, mas como força representante de toda a sociedade; surge como a massa inteira da sociedade ante a única classe dominante (MARX; ENGELS, 2006, p. 80).

O que é possível graças aos seus interesses de classe ainda estarem ligados ao interesse coletivo de todas as outras classes não dominantes e, pelo fato de que sob a pressão das condições anteriores não pôde desenvolver esse interesse particular de classe. A classe que almeja alcançar o lugar de dominância logra em utilizar indivíduos de outras classes diferentes da posição de dominante para que ponham esses em situação de chegar à classe dominante (MARX; ENGELS, 2006, p.80).

Tal movimento também deverá ser feito pela classe revolucionária, pois terá de se contrapor aos interesses da classe dominante em detrimento dos interesses gerais da maioria da população, ou de todas as classes não dominantes.

Quando a burguesia francesa acabou com a dominação da aristocracia, ela possibilitou que vários proletários se elevassem acima do proletariado, mas apenas no sentido em que também se tornaram burgueses. Cada nova classe estabelece sua dominação sempre sobre uma base mais extensa do que a classe que até então dominava, mas, por outro lado, a contraposição entre a nova classe dominante e a não-dominante se agrava e aprofunda mais ainda. Daí se conclui que a luta a ser conduzida contra essa nova classe dominante tem como finalidade, por seu turno, a negação mais decisiva e radical das condições sociais anteriores que haviam buscado o poder (MARX; ENGELS, 2006, p.80).

É o que Marx e Engels (1998, p.50-57) apontam como um dos perigos do movimento revolucionário, como o Socialismo conservador ou burguês que pretende compensar as injustiças sociais para assegurar a continuidade da existência da sociedade burguesa, e o Socialismo pequeno-burguês que visa restaurar os meios antigos de produção e de troca, ou

ilusão dos ideólogos e à divisão do trabalho.” Apesar de os autores reconhecerem o surgimento da classe contra o estamento como um dos motivadores da universalidade das ideias, Hirano se limita a apenas esse período da história e não visualiza as possíveis transformações na estrutura de classes, como em uma possível revolução socialista em que os operários poderiam demonstrar seus interesses como sendo comuns a todas as classes.

restringir os meios modernos de produção e de troca dentro das relações de produção antigas, assim, portanto, é reacionário e utópico.

Desse modo, a ideia dominante de uma época tende a ser para Marx e Engels mais abstratas e universais, pois reuniam os interesses comuns de todas as classes não dominantes frente às classes dominantes anteriores, o que por sua vez, oculta o interesse particular de classe nas ideias dominantes e isto, o capitalismo apenas inaugura. Porém, a classe que busque ser dominante precisa amalgamar todos os interesses comuns contra a classe dominante anterior, algo assim, possivelmente posterior ao capitalismo e que Hirano não aborda no conjunto de sua obra *Castas, Estamentos e Classes Sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber*.

1.4. As classes médias e a pequena-burguesia em Marx e Engels

Em *O Capital - Capítulo LII – As Classes* (Livro III), Marx oferece uma sintetização do que seria uma classe social. Necessariamente, seria a resposta da pergunta, o que faz dos grupos uma classe? Os assalariados, por exemplo, vivem do salário, os capitalistas vivem do lucro e os proprietários de terra vivem da renda fundiária. O primeiro utiliza como fonte de renda a sua força de trabalho, o segundo seu capital e o terceiro a propriedade fundiária (MARX, 1983, p. 317-318).

Dessa forma, o que constitui esses três grandes grupos em classes para Marx, é respectivamente a identidade das rendas e das fontes de rendas na qual a divisão do trabalho separa esses grupos em classes, ou seja, o local das classes na reprodução do capitalismo. No entanto, o que consistiria a classe média para Marx? No mesmo capítulo o autor demonstra que esse não é o seu intuito principal:

Sem dúvida, a estrutura econômica da sociedade moderna desenvolveu-se mais ampla e classicamente na Inglaterra. Não obstante, mesmo nesse país não se patenteia pura essa divisão em classes. Também lá, as *camadas médias e intermediárias* obscurecem por toda parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais e urbanas). Esse fato, contudo, *não tem importância* para nossa análise. Vimos ser tendência constante e lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de produção dispersos, ou seja, converter o trabalho assalariado e os meios de produção (MARX, 1983, p. 317-318; grifos nosso).

Portanto, Marx não está preocupado em categorizar as *camadas médias*¹³, antes está preocupado em responder as questões intrínsecas do capitalismo, por exemplo, como o operário se transforma em implemento – força de trabalho. Embora, no final do capítulo citado acima, Marx procura oferecer uma definição sucinta das *camadas médias* na mesma linha dos locais ocupados pelas classes na divisão do trabalho. “Sob esse aspecto, porém, os médicos e os funcionários públicos, por exemplo, constituiriam também duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos, e as rendas dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte” (MARX, 1983, p. 317-318).

Sendo assim, o que definiria a classe média seria a renda e as fontes de renda, grosso modo, tudo levaria a crer que o médico e os funcionários públicos são operários, pois vivem respectivamente do salário e utilizam a sua força de trabalho para sobreviver.

Já sobre a pequena-burguesia, em *As estruturas de classes na Alemanha*, Marx reconhece sua importância política em quaisquer entidades e revoluções modernas, a posição intermediária dessa classe entre a classe burguesa e operária faz com que sejam “continuamente atirados como peteca – entre a esperança de galgarem a classe dos mais ricos e o medo de serem reduzidos à condição de proletários ou mesmo de indigentes” (MARX, 1996, p.105-106). Em síntese, entre a esperança de galgarem um lugar nos cargos públicos e o receio de despertarem a ira do Governo, que dispõe de seus destinos.

Mesmo que a pequena-burguesia e as classes médias não façam parte das duas principais classes antagônicas, elas se posicionam e almejam alcançar certos espaços no cenário político de uma dada conjuntura do desenvolvimento das forças produtivas. Em suma, apesar de que haja a presença de classes e fragmentos de classes diferentes das classes fundamentais na sociedade capitalista, essas classes se posicionam de acordo com as classes fundamentais, burguesia e proletariado, ora pendendo para a primeira e ora para a segunda.

Marx e Engels (1998, p.26), aliás, demonstram que a classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão e o camponês tendem a se dividir em momentos de crise política acentuada, parte dela se alia com a classe operária e adota posturas revolucionárias. Enquanto, outra parte da fração de classe intermediária assume posturas conservadoras em defesa da ordem vigente, se aliando a serviço do capital, na busca da conservação da sua posição dentro da divisão do trabalho. Como bem explicitam nesta passagem:

A classe média baixa, o pequeno fabricante, o lojista, o artesão, o camponês, todos estes lutam contra a burguesia para não naufragarem. Eles não são, portanto, revolucionários, mas conservadores. E ainda, são reacionários, pois

¹³ Evidentemente, o termo *camadas médias* é utilizado por MARX em *O Capital* – Livro III, p. 318.

giram a roda da História para trás. Se, por acaso, são revolucionários, eles o são só por terem em vista sua transferência iminente para o proletariado. Deste modo, defendem não os interesses do presente, mas os do futuro. Deserdam seu ponto de vista em prol daquele do proletariado (MARX & ENGELS, 1998, p. 26).

Até mesmo o lúpem-proletariado estaria nesse pêndulo entre as classes fundamentais podendo se aliar com o proletariado e arrastado por uma revolução proletária. No entanto, suas condições de vida tendem mais ao papel de ferramenta subornada da intriga reacionária (MARX; ENGELS, 1998, p. 26-27).

A tese da não equidade com o trabalhador manual por parte da “classe média” é descrita acima como um agir no futuro sob o receio da proletarização. Marx e Engels logram o reconhecimento do caráter da classe média, mesmo distante do processo real de intensificação dessa classe na década de 1950-1970, como será abordado no capítulo dois. No entanto, eles não situam o problema do trabalhador não manual/improdutivo em suas obras.¹⁴

Com o decorrer do tempo e com o desenvolvimento do capitalismo ocorreu à formação de frações de classes, suscitando com isso, uma classe intermediária, que se mostrou na história em momentos de crise política, quando aliada com a classe operária, cumprir certo papel até mesmo revolucionário.

Marx (1996b, p.105-106), aliás, completa que, sob um governo feudal e monárquico, essa classe se volta para o lado do liberalismo, quando a burguesia está em ascensão tal classe possui grandes acessos democráticos, embora caia novamente no medo quando o proletariado tenta encetar um movimento independente - ou seja, o limite da pequena-burguesia é a não equidade com o trabalhador manual (proletariado), pois, o movimento independente deste último compreende uma ameaça aos destinos dos pequeno-burgueses num possível Estado socialista (ditadura do proletariado) sob o controle da produção.

A forma pela qual o *conjunto médio* impõe seus interesses particulares segundo Marx em *O 18 Brumário* é pelo seu domínio intelectual, por suas habilidades e condição moral superior frente ao operário, onde demonstra todo seu poder de persuasão para convencer a classe dominada de defender seus interesses particulares de classe – interesses políticos

¹⁴Para Gurvitch “São os assalariados ao serviço do capital – que conserva o comando supremo da indústria – os seus agentes de execução, digamos. Devem ser integrados na classe proletária? Ou na classe burguesa? Representam uma classe intermediária, ou uma classe nova em formação? Marx não no-lo diz no primeiro volume de *O Capital*. Como veremos, no terceiro volume envereda sobretudo por este último caminho, pressentindo que poderia pôr-se o problema da classe tecnocrática” (GURVITCH, 1966, p.67), O autor se refere ao curto último item do III volume de *O Capital*, em que Marx aborda sobre as classes sociais e se referindo às classes médias.

“ideais” dele (conjunto médio), o qual, o autor responde apenas que são interesses políticos dos mais sórdidos interesses particulares.

Tão logo, se o domínio intelectual e a não equidade com o trabalhador manual na opção de posicionamento ao vislumbrar o futuro sombrio da proletarização define os conjuntos médios para Marx até aqui. Os interesses particulares dessa classe são: 1) a não equidade com o trabalhador manual (interesse particular) e 2) o apelo superior frente ao operário.

Isto poderia ser explicado na perspectiva da classe média e pequena-burguesia nos termos de Marx. Tal conjunto médio ocupa um lugar “privilegiado”, uma esfera de atividade de trabalho não manual/improdutivo e se reproduz na medida em que impõe seus interesses particulares de classe ao operário.

As diferentes operações, que o produtor de uma mercadoria executa alternativamente e que vão se incorporando no conjunto de seu processo de trabalho, dele exigem capacidades diversas. Ele precisa mostrar às vezes mais força, às vezes mais habilidade, *às vezes mais atenção; ora, o mesmo indivíduo não possui todas essas qualidades em grau idêntico*. Quando as diferentes operações são separadas, isoladas e tornadas independentes, *os operários são distribuídos, classificados e agrupados segundo suas aptidões específicas*. Se suas peculiaridades naturais são a base sobre a qual vem implantar-se a divisão do trabalho, desenvolve a manufatura, ao ser introduzida, forças de trabalho que, por sua natureza, só são capazes de certas funções restritas. O trabalhador coletivo possui assim todas as capacidades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e emprega-as ao mesmo tempo, do modo mais econômico, pela aplicação de todos os seus órgãos – individualizados seja em *cada um dos trabalhadores*, seja em *grupo de trabalhadores* – em *funções bem específicas*. Quanto mais incompleto e até imperfeito for o trabalhador parcial, mais será ele perfeito como parte do trabalhador coletivo (MARX, 1980, p.23; grifos nossos).

Ou seja, a formação da força de trabalho (criação do trabalhador) necessita da razão inversa de sua qualificação para perpetuar o sobretrabalho (mais-valia) em correspondência aos proprietários dos meios de produção, tende assim, a aumentar a produtividade do trabalhador coletivo em sua pauperização no exercício de apenas uma função.

A depreciação relativa da força de trabalho, que resulta do desaparecimento ou da diminuição das despesas com aprendizagem, acarreta para o capital aumento imediato da mais-valia; pois tudo que reduz o tempo necessário à reprodução da força de trabalho amplia o domínio do sobretrabalho (MARX, 1980, p.25).

Enquanto, a classe média se qualifica mais e, portanto, utiliza disso como merecimento de sua valorização da força de trabalho. Marx e Engels chegam a dissertar sobre

a meritocracia em *O Manifesto Comunista* na ideia de conversão do mérito pessoal em valor de troca, algo diferente do que era nos modos de produção não capitalistas (1998, p.13).

Dessa maneira, o mérito também se tornaria uma mercadoria que, assim como o trabalho humano, poderia valorizar e desvalorizar-se conforme as mudanças na divisão social do trabalho. Temos então, já gestada a possibilidade no início do capitalismo descrito pelos autores da complexificação do mérito como produto desse modo de produção¹⁵.

Com as diferentes funções do trabalhador coletivo mais ou menos complexas, a manufatura desenvolve uma hierarquia das forças produtivas à qual corresponde a uma hierarquia de salários. Se por um lado, o trabalhador individual fica inserido em uma função específica, por outro, as funções dessa hierarquia são apropriadas pelas capacidades naturais ou adquiridas (MARX, 1980, p.24).

Aproveitando-se da capacidade do trabalho que é de ordem individual, natural e ou adquirida temos a divisão social mediante as capacidades naturais ou adquiridas o que se tornam funções exclusivas, o saber ou a habilidade do produtor tem valor na troca de sua força de trabalho (MARX, 1980).

De acordo com Marx e Engels (2006, p.57) a divisão do trabalho tem início no ato sexual, compreendido aqui como a divisão do trabalho entre os sexos, depois se desenvolve por si própria “naturalmente” como por disposições naturais, força física, necessidades, acasos, etc. Entretanto, os autores alertam que ainda assim, a divisão do trabalho não se efetiva nesses momentos descritos.

A divisão do trabalho só vai efetivamente se tornar divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e o espiritual. A partir daí, a consciência pode efetivamente imaginar ser algo distinto da consciência da práxis existente, que ela representa de fato algo sem representar algo real; desde então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc., “puras”. Todavia, ainda que essa teoria, essa teologia, essa filosofia e essa moral e etc., entrem em contradição com as relações existentes, isso só é possível ocorrer porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes; [...] (MARX; ENGELS, 2006, p. 57-58).

Assim, compreende-se a relevância de se abordar a divisão do trabalho material e espiritual em Marx e Engels, pois para esses, isto é o início da consciência desconectada da práxis. Embora, o que conectaria a consciência espiritual se não as próprias relações sociais existentes, ou seja, a matéria daqueles que a concebem.

¹⁵ A compreensão do mérito como valorização da troca de força de trabalho se fará mais presente no terceiro capítulo, pois será por meio do mérito que será possível pensar em como situar os trabalhadores improdutivos.

A divisão do trabalho e a propriedade privada são idênticas porque na primeira se enuncia a relação à atividade e a segunda o produto dessa atividade, significa, no entanto, o poder de dispor da força de trabalho de outrem. O segundo pressuposto dependeria do primeiro, satisfeita a primeira necessidade com a ação de satisfazer as necessidades mínimas de existência por meio de um instrumento de produção (MARX & ENGELS, 2006, p.59).

Além do mais, com a divisão do trabalho ocorre ao mesmo tempo a contradição entre o interesse individual ou da família isolada e o interesse coletivo da totalidade dos indivíduos que se relacionam entre si; e esse interesse coletivo não existe apenas na representação, como *interesse geral*, mas se apresenta, antes de tudo, na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido. Por fim, a divisão do trabalho nos apresenta, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: enquanto os homens se mantêm na sociedade natural, enquanto, pois existe cisão entre o interesse particular e o interesse comum, e enquanto, por conseguinte, a atividade também não é dividida de modo voluntário, mas naturalmente, a própria ação do homem torna para ele uma força estranha a ele próprio, que o subjuga e a ele se opõe, em vez de ser por ele dominada. Por isso, desde o momento em que *o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair*; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e aí permanecerá caso não queira perder seus meios de sobrevivência[...] (MARX, 1980, p.59; grifos nossos).

Desse modo, o lugar de uma classe tende a se reproduzir na própria classe, o operário por ocupar uma posição inferior no trabalho manual, acaba por reproduzir a sua “prole”, ou seja, na sua nova geração a classe a que pertence – classe dominada. Isto é, o lugar ocupado na divisão do trabalho repercute na posição da classe frente a outras classes, o que não difere da classe média.

Tal pai, tal filho. A evolução das condições de vida de uma classe proletária numerosa, forte, coesa e inteligente anda de mãos dadas com o progresso das condições de vida de uma classe média numerosa, rica, coesa e poderosa o movimento da classe operária em si nunca é independente, nunca é de índole exclusivamente proletária, até que todas as facções da classe média e, especialmente, sua ala mais progressista, que é a dos grandes industriais, conquiste o poder político e remodele o Estado segundo a sua vontade (MARX, 1996 p.106).

Por isso, o receio de Marx na ocupação do movimento operário pelas classes médias, ou mais especificamente pela pequena burguesia, como na crítica a Proudhon em *A Miséria da Filosofia* e ao socialismo pequeno burguês em *O Manifesto Comunista*, que tende a reformar o capitalismo e garantir acessos democráticos para conserva-lo, bem como níveis satisfeitos para a classe média e não para o proletariado.

1.5. O Estado capitalista e a pequena-burguesia

De acordo com Marx e Engels (2006, p.98) o capitalismo despiu toda aparência de comunidade da propriedade privada e excluiu toda a influência do Estado na propriedade que passou a ser o contrário, a propriedade privada que acaba por influenciar o Estado.

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado pouco a pouco pelos proprietários privados por meio dos impostos, termina por ficar completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública, cuja existência depende, por causa do jogo da alta da baixa dos valores do Estado e da baixa dos valores do Estado na Bolsa, inteiramente do crédito comercial que é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser já uma *classe* e não mais um *estamento*, é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não apenas localmente, e dar seus interesses particulares forma universal (MARX; ENGELS, 2006, p. 98; grifo dos autores).

Assim, o Estado atinge os interesses dos indivíduos, o que oculta o interesse particular da classe dominante de garantir sua propriedade e a continuidade da exploração de classe: “[...] o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas tal Estado não é mais que a forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses [...]” (MARX; ENGELS, 2006, p.98).

Segundo Ianni, Marx elaborou uma interpretação do Estado capitalista, apesar desta não ser sistematizada em uma obra, ensaio ou livro, isto não quer dizer que não haja uma interpretação do Estado em Marx. Para Ianni (1996, p.30) a concepção de Estado aparece bem delineada conforme Marx avança na análise do regime capitalista de produção. Assim, a desenvolve na medida em que estuda os desdobramentos sociais, políticos e econômicos das forças produtivas. “Em síntese, a análise marxista do capitalismo seria ininteligível, se Marx não tivesse elaborado, também e necessariamente, uma compreensão dialética do Estado” (IANNI, 1996, p.30).

Demonstra-se desse modo, a relevância do Estado para a análise de Marx sobre o regime capitalista de produção, no entanto, onde estaria presente a sua análise dialética do Estado? Quando Marx se refere ao Estado como mero comitê dos assuntos da burguesia em *O Manifesto Comunista* está querendo se referir que o Estado, assim como a sociedade é perpassado pela luta de classes, o Estado é a estrutura da sociedade, pois organiza a dominação de uma classe sobre as demais.

O poder político, propriamente chamado, é, meramente, o poder organizado de uma classe para oprimir outra. Se o proletariado se eleva necessariamente

à condição de classe dominante em sua luta contra a burguesia e, na condição de classe dominante, tira de cena as antigas relações de produção, então, com isto, ele tira também de cena a condição para a existência da oposição entre as classes e para a própria existência dessas classes. E acaba por abolir seu papel de classe dominante (MARX; ENGELS, 1998, p. 45).

Contudo, é relevante apontar que diferentemente de outras épocas como o feudalismo e o escravismo, os interesses de classes são ocultos no Estado capitalista que passa a se demonstrar como aspiração da vontade geral.

O Estado de acordo com Marx e Engels (2006, p.60) representa a contradição entre o interesse particular e o coletivo. Este último, por sua vez, forma a instituição chamada Estado, o qual consiste numa forma distinta entre o interesse particular e coletivo, criando para si uma coletividade ilusória “ideológica”, ou seja, afastada da base material, mas que, na realidade está sobre a base real das conexões entre os interesses particulares e coletivos de uma sociedade, tais como, linguagem, divisão do trabalho em larga escala entre outros. E como será ressaltado mais adiante, no interesse de uma classe particular diante dos interesses dessa coletividade ilusória.

Segundo Ianni (1996, p.32) o Estado em Marx já se constitui fetichizado, tanto na consciência como na prática das pessoas, tende a aparecer como um ato da vontade coletiva ou como a forma externa da sociedade civil.

O intuito de servir ao tido interesse geral não retira o caráter de classe do Estado capitalista em Marx, tanto é que Ianni (1996, p.36) afirma que às vezes a burguesia se vê obrigada a fazer concessões para a classe média e até mesmo para o proletariado. Entretanto, de onde vem o motivo pelo qual interessa a classe dominante ao atender os interesses da classe trabalhadora?

A alienação da mais-valia, como produto do trabalho expropriado ou não pago, somente pode exercer-se se ela se mantém em níveis suportáveis, física e socialmente, pelo proletariado. Daí a necessidade de que o Estado burguês exprima, ainda que em grau mínimo, e como reflexo da própria hegemonia burguesa, algum interesse do proletariado. Nesse jogo está uma condição para a sobrevivência do Estado burguês, como expressão e condição das relações de produção (IANNI, 1996, p.37).

O Estado burguês em Marx pode abrir espaço para o interesse das classes trabalhadoras para manter suas relações de produção, o que por sua vez, mantém o próprio Estado e sua exploração de classe, haja vista, que em grau menor, mas não totalmente ao ponto de eliminar as formas capitalistas de produção. O que para Ianni (1996, p.37-38), é a condição essencial da hegemonia burguesa porque a conciliação de classe permite a

manutenção e aceleração da produção de mais-valia, assim como, evita o acirramento das contradições de classes além dos limites que o próprio regime capitalista permite.

O que Ianni não vislumbra em sua análise de Marx é que existe tal como, na teoria das classes sociais, já mencionada, divergências entre o jovem Marx e sua maturidade teórica acerca da concepção do Estado. Tanto é que Saes (1998, 51-57) divide o Marx de 1843-1844 do Marx de 1848-1852, nas obras de juventude recortadas por Saes como *Crítica do Estado hegeliano* de 1843, *A questão judaica* de 1843 e *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* de (1843-1844), Marx defende a liquidação do Estado, da burocracia e dos mecanismos de representação política para o autor.

Apesar de se posicionar contra o conservadorismo político de Hegel marcado pela preservação do Estado burguês, Marx aceita em grande parte a concepção hegeliana de Estado, principalmente conserva a separação entre Estado e sociedade civil, ou seja, uma concepção ainda burguesa, de acordo com Saes (1998, p.58).

Aliás, outra manutenção não apenas de Hegel como de Rousseau no pensamento de Marx é encontrada por Saes (1998, p.60), no que tange ao formalismo presente do par: interesse geral *versus* interesse particular. Para Saes, Marx não consegue se desvencilhar disto porque o seu eixo de análise ainda é centrado no povo e não nas classes sociais.

É relevante ressaltar que o mesmo ocorre acerca da burocracia, enquanto para Saes (1998, p.59-60) o jovem Marx pensa a burocracia como um grupo criado pela sociedade civil, mas separado dela, devido ao fato que a sociedade civil imagina que essa especialização e separação irão permitir que tal grupo descubra e concretize o interesse geral da sociedade. Embora, esse interesse geral não passe de ilusão, Marx ressalta que a burocracia defende apenas seus próprios interesses, iludindo e oprimindo a sociedade civil.

Já para o Marx da maturidade a burocracia de Estado pode fazer tudo, menos deixar de manter a ordem social, além de que, a burocracia é instrumento político da classe dominante apesar de dispor de certa iniciativa e capacidade decisória para cumprir este papel, segundo Saes (1998, p. 67). Assim, o Marx da maturidade descobre o caráter de classe do Estado e o conteúdo concreto de um verdadeiro Estado proletário (SAES, 1998, p.70). Com isso, a abertura de interesses da classe trabalhadora não é um limite para o Estado, e sim, a manutenção da ordem social.

[...] segue-se também que toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a forma antiga de sociedade e de dominação em geral, deve primeiro conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como geral, ao que está obrigada no primeiro momento. Justamente porque os indivíduos

buscam apenas o interesse particular, que para eles não coincide com o interesse coletivo – o geral é de fato a forma ilusória da coletividade -, esse interesse comum é representado como um interesse estranho aos indivíduos, independente deles, como um interesse geral especial e particular; ou então têm de se enfrentar com esse conflito, tal como na democracia (MARX; ENGELS, 2006, p.61).

Os interesses de classes são ocultos pelo Estado e sua forma política, tudo aparece como sendo representantes da vontade geral, ou seja, do anseio da sociedade. Aparece assim, a versão ideológica do Estado como mediador das classes antagônicas – burguesia e proletariado.

Mas diante do público, em suas grandes representações de Estado, como grande partido parlamentar, iludem suas respectivas casas reais com simples medidas e adiam *in infinitum* a restauração da monarquia. Exercem suas verdadeiras atividades como partido da ordem, ou seja, sob um rótulo social, e não sob um rótulo político; como representantes do regime burguês, e não como paladinos de princesas errantes; como classe-burguesa contra as outras classes e não como monarquistas contra republicanos (MARX, 1997, p.52-53).

Desse modo, ocultam o real interesse de classe dentro do regime burguês tentam seguir a ordem que é a reprodução da sociedade de classes sob o viés capitalista. Já outra classe quando adentrada a política demonstra outros interesses de classe, como a pequena burguesia.

A pequena burguesia se refugia na social-democracia, na mistura com o socialismo operário para defender seus acessos de classe na democracia burguesa, utiliza assim, o operário como apoio de um programa político de conciliação de classe, o intuito dessa parceria era manter a relação de exploração capitalista que consiste no antagonismo entre capital e trabalho assalariado, transformando esse antagonismo em harmonia, segundo Marx (1997, p. 54)

Marx (1997, p.54-55) demonstra que o comportamento político da pequena burguesia está relacionado com seus interesses materiais, assim, tal classe supostamente seria beneficiada com a transformação da sociedade pela via democrática e no fato de exigir “instituições democrático-republicanas” para o enfraquecimento do conflito antagônico de classes na figura da social-democracia. No entanto, o autor alerta:

O que os toma representantes da pequena burguesia é o fato de que sua *mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida*, de que são consequentemente impedidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o *interesse material* e a *posição social* impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que

existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam (MARX, 1997, p.55; grifo nosso).

Sob esta ótica, não é a contradição entre posição no processo produtivo e as visões de mundo, mas sim, a materialidade da última, ou seja, sua ligação com a realidade de seus interesses materiais e posição social. Desse modo, Marx demonstra que não são as visões de mundo que correspondem à posição dos representantes políticos e literários de uma classe e sim, o limite da classe representada e esse é sempre material e decorrente da posição social. A pequena-burguesia nesse sentido age em última instância, pela condição *sine qua nom*, em outras palavras, cabe descobrir qual é a sua condição limite de classe ao agir?

Mas o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, uma classe em transição na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada mas eles, com todo o resto da nação, constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Tem apenas que dar sinal e o povo, com todos os seus inexauríveis recursos, caíra sobre os opressores (MARX, 1997, p.58).

Pode-se observar que o apelo democrático da pequena-burguesia condiz com sua condição não revolucionária de depender da máquina estatal burguesa, utilizando-a a seu favor em acessos democráticos. E dada a sua posição estratégica entre as classes antagônicas, a pequena-burguesia se torna mais perigosa no sentido de ocultar os interesses de classe do Estado para a classe operária, pois ela, assim como os operários, representa o povo ao ponto de as ameaças revolucionárias da pequena-burguesia se tratar apenas de *tentativas de intimidar o adversário* e não corresponder de fato a uma transformação da sociedade. Assim, entregam o Estado aos opressores garantindo ao menos os acessos democráticos de que acham ter direito. (MARX, 1997, p. 57).

Esses preceitos de classe já estão presentes em *O Manifesto Comunista*, onde Marx e Engels (1998, p. 27-29) demonstram os interesses objetivos das classes na luta de classes. No entanto, o que constituiria uma classe? São apenas seus interesses circunscritos na posição ocupada na divisão do trabalho, ou, em determinadas conjunturas haveria a possibilidade de uma classe agir necessariamente contra seus “interesses de classe” visando interesses políticos de uma dada conjuntura histórica?

Para Perissinoto (2007, p. 03), o interessante de se observar na obra *18 Brumário* é que Marx propõe fazer uma análise de classe na política sem, contudo, reduzi-la apenas a luta política. Consiste em um primeiro momento na existência de grupos politicamente estratégicos que não tem uma base produtiva, assim, não se constituem enquanto classe na concepção marxista, pois não ocupam um lugar de classe nas relações de produção, o autor se refere à burguesia do *National*. Como é explicitado por Marx ao se referir à fração republicana da burguesia:

Sob a monarquia burguesa de Luís Felipe essa fração formara a oposição republicana oficial e era, conseqüentemente, parte integrante reconhecida do mundo político de então. Tinha seus representantes nas Câmaras e uma considerável esfera de ação na imprensa. Seu órgão parisiense, o *National*, era considerado tão respeitável, em seu gênero, como *Journal des Débats*. Seu caráter correspondia à posição que ocupava sob a monarquia constitucional. Não era uma fração da burguesia unida por grandes interesses comuns e destacados das outras por condições específicas de produção. Era um grupo de burgueses de ideias republicanas – escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais do país contra Luís Felipe, à memória da velha república, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e sobretudo ao nacionalismo francês, cujo ódio aos acordos de Viena e à aliança com a Inglaterra eles atiçavam constantemente (MARX, 1997, p. 32; grifo nosso).

Desse modo, uma fração de classe pode abarcar, além dos indivíduos de mesma posição nas relações de produção abarca, aliás, parte de uma classe de indivíduos de outra classe com interesses comuns – como uma ideologia comum. Os burgueses do *National* são vistos como classe para Marx pela ideologia comum que professam, como correspondente da burguesia a subida ao Estado independente, se possuem em seus quadros escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria, cujas ocupações pertencem à pequena burguesia.

Entretanto, Perissinotto (2007, p. 04) sustenta como segundo momento da análise classista de Marx, que no caso da pequena burguesia tratada em *O 18 Brumário*, os representantes políticos e literários dessa classe poderiam apesar de corresponder com as visões de mundo, não serem de mesma posição de classe representada no processo produtivo, sustentando, assim, que as visões de mundo podem ser absorvidas a partir de posições sociais que não a posição social no processo produtivo.

Ora, no primeiro trecho acima se consegue identificar a classe por meio de interesses políticos comuns ao procurar se adentrar ao Estado; no entanto, em se tratando da pequena

burguesia e ao comparar com a obra de Marx, não se demonstra o mesmo aspecto da classe dominante de união de outras classes por meio de interesses comuns na subida ao Estado.

Justamente o pequeno-burguês, cujo honrado trabalho – ainda que seja apenas o dos seus empregados e aprendizes – é precisamente desvalorizado pela concorrência da grande indústria e das máquinas, justamente este pequeno produtor sonha com uma sociedade em que a troca dos produtos segundo o valor do trabalho neles cristalizado seja, enfim, uma verdade plena e absoluta. Noutras palavras: ele aspira a uma sociedade em que reine, sem excessão, e exclusivamente, uma lei da produção mercantil, mas na qual estejam suprimidas as condições que garantem a vigência desta lei, ou seja: as outras leis da produção mercantil e, mais tarde, capitalista (MARX, 1985, p. 168-169).

Assim, o pequeno-burguês na política busca manter suas relações de produção às quais por sua vez, não rompem com a produção mercantil, mas podem entrar em conflito com a produção capitalista, principalmente no seu modo concorrencial que acaba por deixar inócua a pequena produção. Inclui nisso propostas utópicas de reformar o capitalismo como solução para a classe operária¹⁶.

1.6. As classes sociais em Poulantzas

Nas obras *Poder político e classes sociais* (1977) e *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1978), Poulantzas procura criar uma teoria das classes sociais, partindo da concepção de classes sociais marxista da obra *O Capital*, na qual consiste no local separado para as classes na divisão do trabalho. Com base nos conceitos de modo de produção, formação social e totalidade social (utilizando os termos determinação em última instância pelo econômico e sobredeterminação para caracterizar a matriz de um modo de produção, neste caso o MPC), o autor se empenhará assim, em formular uma teoria das classes que condiz com as práticas de classes, nesse movimento o autor dará maior ênfase às práticas (luta de classes) do que a economia, apesar de ser um efeito indireto dessa.

Poulantzas, aliás, modifica a condição em última instância do econômico da corrente althusseriana que passa do MPC para os conceitos que se fazem dele (prática teórica), como as classes sociais, que somente são apreensíveis enquanto conceitos a partir da análise da dupla relação presente na produção. Dessa forma, o econômico age na prática teórica que

¹⁶ Tanto é que em *A Miséria da Filosofia* (1985, p.168-175), ao aproveitar da crítica feita por Marx a Jhon Gray e Proudhon, em o *Prefácio* à primeira edição alemã (1884) dessa obra, Engels a endereça a Rodbertus com sua proposta utópica e pequeno burguesa de reformar o capitalismo a partir de uma taxa fixa de mais-valia, ou seja, o Estado por meio da burocracia iria controlar a taxa de exploração do sobretrabalho e isso garantiria à classe operária que jamais fosse diminuída a parte da que lhe confere ao trabalho, cerca de um terço do produto produzido, o que Engels condena tal proposta como uma tentativa de se conservar a dominação de classe.

passa a conceitualizar as classes segundo os seus lugares e funções de classe nas relações de produção.

Defendemos que Poulantzas retém, principalmente, da escola althusseriana o modo como ela trabalha a relação entre teoria e prática, que é materializado na leitura estrutural que a corrente faz do marxismo. Fortemente influenciada pelos escritos de Mao Zedong, a principal contribuição dessa leitura “estrutural” será propor uma nova forma de trabalhar a relação entre teoria e prática, resgatando a concepção do primado da prática: todo exercício teórico seria, assim, uma prática social e historicamente determinada e, como tal, poderia sofrer diversas limitações e vicissitudes do seu contexto político-ideológico; toda produção de teoria inevitavelmente estaria sob influência das ideologias de sua época e seria preciso, pois, um cuidado especial na análise e manipulação – a posteriori – dos conhecimentos. A esse processo de produção de conhecimento feito pela prática humana, Althusser dá o nome de “prática teórica” (GUTIERREZ, 2007, p.10).

O trabalho teórico segundo Poulantzas (1977, p.12) busca conhecer um objeto por meio de instrumentos conceituais, não obstante, o trabalho teórico não corresponde com o real-concreto, mas sim, de informações noções sobre este que parte da suposição que são determinados na matéria prima. Na utilização de Marx, é a síntese de múltiplas determinações.

Digamos, antecipadamente, que tudo se passa como se as classes sociais fossem o efeito de um conjunto de estruturas e das suas relações, no caso concreto 1º) do nível econômico, 2º) do nível político, e 3º) do nível ideológico. Uma classe social pode ser identificada quer ao nível econômico, quer ao nível político, quer ao nível ideológico, e pode pois ser localizada em relação a uma instância particular. No entanto, a definição de uma classe enquanto tal e sua conceitualização reporta-se ao conjunto dos níveis dos quais ela constitui o efeito (POULANTZAS, 1977, p. 73).

Temos então, a possibilidade aberta por Poulantzas de conceitualizar a classe média frente a uma instância específica que seja pela ideológica¹⁷.

Na medida em que a determinação das classes apela para as relações políticas e ideológicas, e só existem materializadas nos aparelhos, uma análise das classes sociais e a sua reprodução só existem pela relação classes sociais/aparelhos de Estado e aparelhos econômicos: tais aparelhos não se sobrepõem simplesmente, como apêndices, à luta das classes, mas detêm um papel constitutivo. Todas as vezes, principalmente, em que se procede à análise das relações político-ideológicas, da divisão trabalho manual-trabalho intelectual para a burocratização de certos processos de trabalho e

¹⁷ Tese defendida por alguns autores como Bourdieu e Passeron e Saes. Os quais defendem que a classe média se reproduz ideologicamente na escola e nas universidades, onde oculta o seu real interesse de classe, diferenciando-se dos trabalhadores manuais pela promoção do trabalho não-manual. Desse modo, identificam a classe média por meio da instância ideológica.

para o despotismo de fábrica, estará presente o exame concreto dos aparelhos (POULANTZAS, 1978, p.27).

As relações de produção para Poulantzas (1977, p.62-63) consistem em não apenas as relações dos agentes da produção entre si, como também essas relações em combinações específicas destes agentes e das condições materiais e técnicas do trabalho. Já as relações sociais de produção (relações de classe) se apresentam ao nível econômico como um efeito da combinação específica: agentes da produção – condições materiais e técnicas de trabalho. Em outras palavras, as relações sociais de produção é o efeito de uma combinação específica das relações de produção.

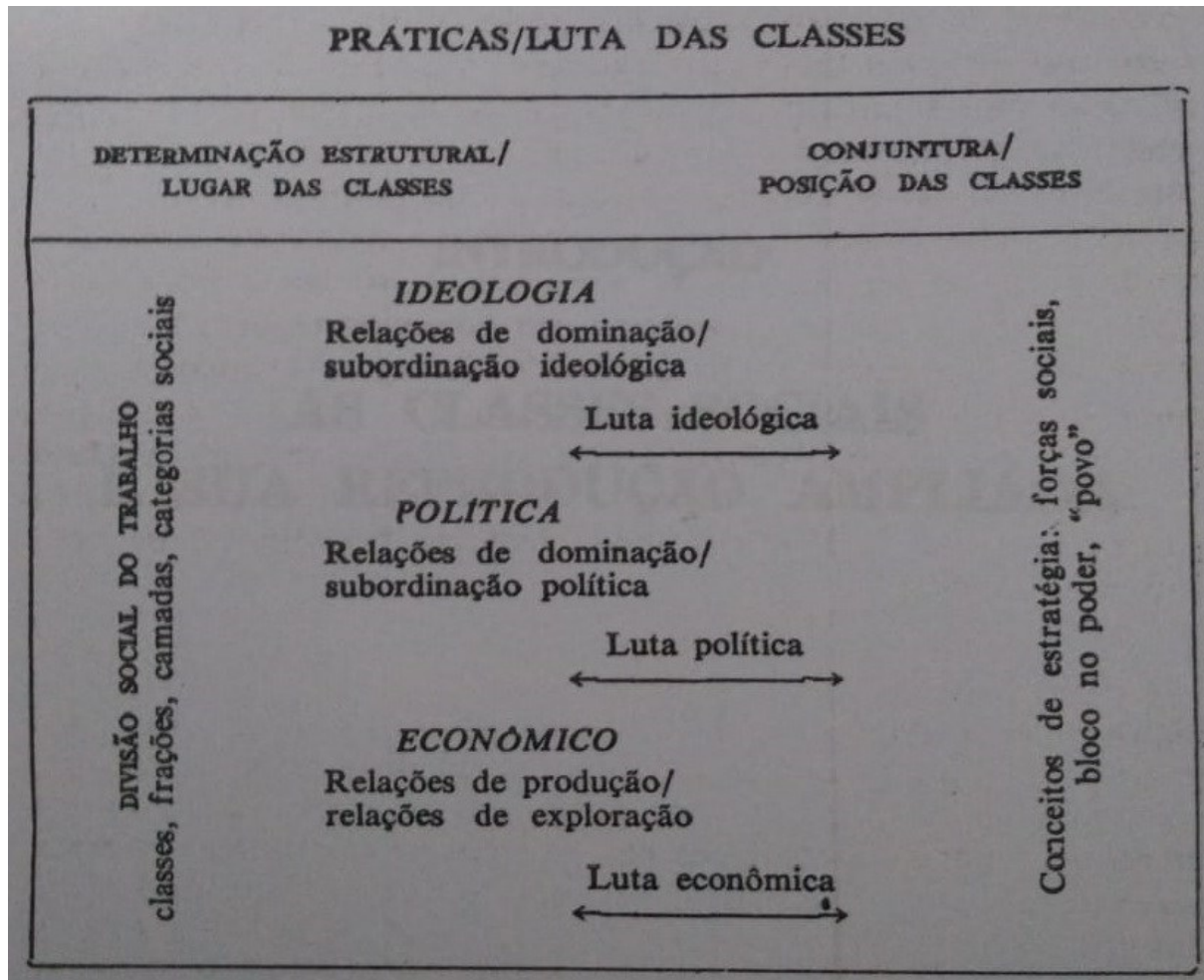
O que seriam então, as relações “sociais” para Poulantzas, as relações de produção correspondem nas relações sociais, às relações “sociais” de produção, mas também se poderá falar com todo o rigor de relações “sociais” políticas e relações “sociais” ideológicas. Estas relações enquanto relações de classe isoladas aqui em relação à instância do político e do ideológico apresentam-se como efeitos das estruturas política e ideológicas sobre as relações sociais (POULANTZAS, 1977, p.63). Sendo assim, compreende-se desta afirmativa que o autor caracteriza as relações sociais como pertencentes a outras instâncias que não a econômica, enquanto as relações “sociais” desta última se tratariam de relações de produção.

A instância do econômico em Poulantzas constitui a unidade do processo de trabalho (relativo a condições materiais e técnicas do trabalho, e em particular, aos meios de produção, de um modo geral, às relações homem-natureza) e das relações de produção (relativas entre os agentes de produção e os meios de trabalho). Resulta-se daqui as relações de produção.

As diversas instâncias marcam, portanto, níveis e escalões simultaneamente nas estruturas e nas relações sociais. No que diz respeito ao econômico, consideramos, nas estruturas, o caso das relações de produção, as quais consistem em *formas específicas de combinação dos agentes de produção e dos meios de produção*. Esta estrutura das relações de produção determina lugares e funções que são ocupados e assumidos pelos agentes da produção, que não são senão os ocupantes destes lugares na medida em que são os portadores *Traeger* destas funções. As relações de produção têm como efeito, sobre as relações sociais, e no que respeita ao econômico, uma distribuição dos agentes da produção em classes sociais que são, a este nível, as relações sociais de produção (POULANTZAS, 1977, p. 64; grifo nosso).

As relações de produção enquanto estruturas não são classes sociais (de modo empírico), estas últimas, recobrem as relações sociais nas variadas instâncias. A classe social é assim, um conceito que indica o efeito do conjunto das estruturas, denominado por Poulantzas (1977, p.65) como a matriz (local onde é gerado) de um modo de produção e

formação social. Em outras palavras, o elemento que pôde possibilitar o surgimento das estruturas é a combinação da dupla relação entre apropriação real e relação de propriedade.



*Fonte: Quadro retirado da obra *As classes sociais no capitalismo de hoje* de Nicos Poulantzas como forma de sintetizar sua teoria das classes sociais, p.15.

O nível mais geral de análise é a base para se entender todo “modo de produção” das sociedades divididas em classes: pressupõe-se que a *instância econômica* seja a única a apresentar *elementos que são invariantes* – os *trabalhadores*, o *não-trabalhador* e os meios de produção – mas que só existem na sua combinação variável. Estes elementos se relacionam de duas formas: a) por uma relação de apropriação real entre o trabalhador e os meios de produção (ligada ao processo de trabalho), e b) por uma relação de propriedade (....) que implica a intervenção do não-trabalhador como proprietário, quer dos meios de produção, quer dos meios de trabalho, quer de ambos, e conseqüentemente do produto (POULANTZAS, 1977, p. 26; grifos nosso).

Essa combinação define o modo de produção particular, fundamentalmente pela combinação dessas duas relações, por exemplo, se os trabalhadores possuem ou não os meios de produção e pela figura do não-trabalhador que aparece para o conjunto da população como o proprietário. Essas relações mudariam de acordo com o modo de produção particular.

A organização das instâncias em níveis econômico, político, ideológico reflete-se, nas relações sociais, em prática econômica, política e ideológica de classe e em luta das práticas das diversas classes. Sendo as relações sociais um domínio-efeito estruturado do sistema das estruturas, então os escalões da luta de classe mantêm o mesmo tipo de relações que as instâncias da matriz. A determinação em última instância da luta econômica de classe – luta política, luta ideológica. O papel determinante, na constituição das classes sociais, da sua relação com as relações de produção, com a estrutura econômica, indica de fato, com muita exatidão, a constante determinação-em-última-instância do econômico nas estruturas refletida nas relações sociais (POULANTZAS, 1977, p.67).

Entre o conceito de classe conotando relações sociais e os conceitos conotando estruturas não há homogeneidade teórica para Poulantzas, principalmente pela expressão de Lenin em que se refere à classe burguesa como sendo um produto da vida social representante de uma formação capitalista. Isto é, quer dizer que as classes sociais condizem com as práticas sociais. A classe é um objeto abstrato-teórico (conceito) que se aproxima da realidade.

Pode-se dizer, assim, que uma classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura – relações de produção lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes (POULANTZAS, 1977, p.14).

As classes sociais em Poulantzas são, portanto, o conjunto das estruturas, econômica, política e ideológica nas relações sociais de produção, que, em uma sociedade de classes distribui os *agentes-suportes* (1977, p.65) em classes sociais, consecutivamente lugar e função de classe (proprietária e não-proprietária dos meios de produção), isso a longo prazo, numa mudança radical da sociedade, que em última instância abalaria a estrutura econômica, criando outras estruturas que a sustentassem de início, como a política e a ideológica.

No entanto, com o passar do tempo às duas últimas estruturas se autonomizariam relativamente da estrutura econômica no modo de produção capitalista. Apesar da autonomia, essas estruturas regulamentam e justificam a expropriação da mais-valia do produtor direito, em todo esse processo estaria presente a luta de classes como definidor dos lugares/funções de classe.

A Revolução Burguesa necessitou formar a classe proprietária dos meios de produção capitalista e desapropriar os meios e os objetos de trabalho dos

produtores diretos, não rompendo assim, com a divisão em classes na sociedade. Tal processo da revolução burguesa é descrito por Marx como acumulação primitiva do capital e que, alias; [...] foi necessário na Inglaterra, por exemplo, todo um processo sangrento das enclosures na transição do feudalismo para o capitalismo (POULANTZAS, 1978, p. 20).

Após, a formação e distribuição das classes sociais em um modo de produção relativamente novo ao anterior, essas mesmas classes que foram formadas como efeito do conjunto das estruturas determinariam por sua vez, os lugares/funções de classe em relação às estruturas de um modo de produção e de uma formação específica.

Logo, a dificuldade da ascensão social das classes tidas como inferiores em virtude da *determinação estrutural de classe* nas relações *sociais* de produção, essas classes nas relações de produção não possuem meios e objetos de produção para tentar se ascenderem socialmente. Como que, não possuindo os meios e os objetos de produção essas classes produziram? Existe, no entanto, uma dependência direta aos donos dos meios e objetos de produção no qual age em favor dos últimos e estrutura o lugar de classe do proletariado, indiferentemente da vontade do indivíduo que condizem, por sua vez, com as relações de produção.

Nesse sentido, a formação das classes, bem como a reprodução dessas, trata-se de fato de um processo estrutural que se oculta da sociedade, do qual não é facilmente vista, dada as estruturas, jurídica e política que ocultam o real caráter das classes sociais, seus lugares e seus posicionamentos de classe.

De modo preciso, a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais. Neste sentido, se a classe é de fato um conceito, não designa contudo uma realidade que possa estar situada nas estruturas: designa, sim, o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe (POULANTZAS, 1977, p.65).

As classes sociais são assim, conceitos, não se consegue visualizar uma “classe” operária ou uma classe burguesa de modo empírico, se não, nos lugares de classes. Quando se denomina alguém de burguês ou operário, vem junto com isso um punhado de conceitos que dizem respeito aos lugares de classe, como pertencimento, rendimento, relações de produção, consumo, etc.

Os conceitos que vêm à mente dos indivíduos não necessariamente são os conceitos de classe marxista, mas sim, os quais o senso comum determina uma classe. No entanto, não será abordado nesse subcapítulo a impressão social das classes ou da classe média que seja; ao

abordar a teoria de classes sociais de Poulantzas, procurar-se-á analisar a contribuição teórica desse autor para a determinação e posicionamento da classe média, mesmo que esse não aborde o conceito em si.

Logo, então, a posição das classes na concepção estruturalista de Poulantzas se reduziria a determinação das classes a sua posição, essas classes seriam condicionadas somente pela estrutura? Quando de fato é o contrário; o autor distingue a determinação estrutural das classes na conjuntura que poderia determinar a posição das classes. Isto é, a conjuntura significa para este, o lugar da individualidade histórica que é sempre singular de acordo com uma formação social. Desse modo, abre assim, possibilidades de análise da confluência desses fatores na determinação de uma classe em uma formação social específica, quando essa comprovasse a distância entre determinação estrutural e a conjuntura.

Com isso, existem dois aspectos da determinação das práticas e luta das classes, de um lado a estrutura e de outro a conjuntura. Já foi sintetizada acima a análise da determinação estrutural das classes que jamais podem ser confundida e reduzida com a sua posição de classe. Exemplo disso, muito utilizado ao longo da obra *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* por Poulantzas ao retirar de Lênin, seria o exemplo da aristocracia operária que não deixa de ser uma camada da classe operária, apesar de assumir muita das vezes um posicionamento em favor da burguesia, isto por sua vez, não significa que ela se torne parte da classe dominante (burguesia), continuando a ser parte da classe dominada, ou seja, classe operária.

Dizer, por exemplo, que existe uma classe operária nas relações econômicas implica necessariamente um lugar específico desta classe nas relações econômicas implica necessariamente um lugar específico desta classe nas relações ideológicas e políticas, mesmo que esta classe possa, em certos países e em certos períodos históricos, não ter uma consciência de classe própria ou uma organização política autônoma. Isso significa que, em tais casos, mesmo que ela esteja fortemente contaminada pela ideologia burguesa, sua existência econômica traduz-se por práticas político-ideológicas materiais específicas que se manifestam sob seu discurso burguês (POULANTZAS, 1978, p.17).

Para tanto, o que agiria nessa classe para se posicionar em favor da classe dominante? Uma debilidade de classe? Ou uma estratégia? No exemplo contrário de Poulantzas (1977, p.16) podem-se observar técnicos da produção se posicionarem a favor em relação aos operários. Diante da impossibilidade de análise desses posicionamentos apenas pela instância econômica ou de modo empírico (classe operária igual posicionamento operário) ou

(posicionamento operário igual classe operária) Poulantzas explica o posicionamento que aparentemente parece contraditório por parte da aristocracia operária.

Primeiramente porque, para Poulantzas (1978, p.14-15) apesar das classes poderem se posicionar segundo a sua determinação de classe, assim, o operário iria se posicionar a favor dos operários numa relação de semelhança, podem também se posicionarem contrariamente a sua classe de origem dependendo das conjunturas concretas que são sempre imprevisíveis ou pela dominação por outras classes nas relações política e ideológicas.

Existem assim, lugares de classes na “totalidade social”, esses espaços não são dados por si mesmos, a classe dominante não ocupa o lugar de dominância como um dado da natureza. Em outras palavras, o lugar da classe dominante não é fixo em algo que o mantém, nem se quer a própria divisão social do trabalho seria um efeito meramente econômico, esta é mais, um efeito da luta de classes na esfera econômica em Poulantzas.

Porque com a luta de classes em um processo de ruptura social (Revolução) é que se pode compreender a divisão das classes nas relações de apropriação real do produto por alguém que não é o produtor - ou seja, o não proprietário dos meios de produção, o qual por sua vez, toma posse do produto alheio e divide a sociedade em produtores e em não produtores. Essa divisão iniciada pela luta de classes é organizada pela instância econômica na dupla relação de propriedade e posse dos objetos e meios de produção.

Segundo Poulantzas (1978, p.17) a classe dominante, por exemplo, ocupa vários espaços da totalidade social: o ideológico, político e o econômico, se fazendo dominante e subordinando os demais agentes da produção em todos os lugares de subordinação e dominação. Por outro lado, as demais classes não ficam sem espaço nesses lugares de classes, haja vista, que também existe uma ideologia operária, apesar dessa não ser tão preponderante quanto à ideologia dominante, ainda assim, ela disputa espaço no campo ideológico, ou seja, esses espaços não são dados, eles estão sendo definidos constantemente pela luta de classes e pelas práticas de classe.

Isso, por sua vez, não exclui o poder que é exercido em todos esses espaços, a classe operária não pode se reunir e educar a própria “prole” nos seus princípios, até mesmo porque, a classe dominante por meio do Estado obriga sob pena de detenção, todos os pais a matriculem os seus filhos na escola; esse é apenas um exemplo, no entanto, existem inúmeras ocasiões em que o poder da classe dominante se faz presente nos mais variados espaços.

Retomando os lugares das classes em Poulantzas, tem-se assim, que nenhum lugar está dado como evidente, consecutivamente todos estão em disputa. Pode-se indagar se a pequena-burguesia, suas frações, camadas e categorias teriam algum lugar de classe.

Por certo, segundo Poulantzas (1978) os conjuntos intermediários teriam um lugar de classe, assim como, as classes fundamentais no capitalismo, até mesmo porque se essas não tiverem lugar de classe definido (situada na luta de classes), seria o mesmo que adotar a concepção oriunda da social democracia que põem tais conjuntos ao lado e a margem das classes. Sobre o problema das concepções de conjuntos intermediários, o autor define que:

Esses conjuntos *não teriam determinação* de classe própria em face da burguesia e da classe operária, estando submetidos à determinação de uma ou de outra. Não é por acaso que se supõe que os critérios de determinação de classe na maioria dessas concepções, segundo *uma antiga tradição burguesa*, estão baseados nas relações de poder, de hierarquia, de autoridade etc. das quais a situação econômica dos agentes só seria o efeito (POULANTZAS, 1978, p. 210; grifo nosso).

De todo modo, negaria com isso, o primado da luta de classes marxista o que não nos responderia em nada o posicionamento de classe dos conjuntos intermediários. Enquanto a concepção social democrata que influenciou, para Poulantzas, diretamente o Partido Comunista Francês - PCF na ideia da terceira via entre o socialismo e capitalismo, em uma aliança com os conjuntos intermediários no poder, a “classe média” é percebida como o baluarte mediador e fator fundamental de equilíbrio da sociedade burguesa, até mesmo porque, essa classe não participa da luta de classes.

A concepção socialdemocrata consiste no critério de determinação da classe operária em contraposição a burguesia pelo acesso a propriedade dos meios de produção e a retribuição do salário, tudo se passa como se houvesse uma classe salarial redutível ao rendimento, segundo Poulantzas (1978, p.211).

Com isso, é indispensável para compreender a pequena-burguesia, bem como a problemática geral da classe média em Poulantzas, a clara compreensão de seu conceito de classes sociais que remete necessariamente ao seu conceito de determinação estrutural de classe, definindo assim, os lugares que as classes ocupam na divisão social do trabalho. Isto pode ou não influenciar no posicionamento de classe sempre dependente de uma conjuntura individualmente histórica.

A classe para Poulantzas (1978, p.14) seria um efeito da estrutura na divisão social do trabalho capitalista, que se constitui pelas lutas de classes nas relações de subordinação-dominação econômica, política e ideológica. Esta seria dada de maneira hierárquica a

princípio: 1) classe dominante (burguesia) suas frações e camadas; 2) pequena-burguesia suas frações, camadas e categorias sociais, e por fim, 3) classes dominadas (proletariado) frações, camadas e categorias sociais dessa.

Não serão abordadas aqui outras classes, como proprietários de terra e suas frações e camadas em virtude da melhor explanação das ideias centrais em Poulantzas, para não confundir com o objeto dessa pesquisa, que é a classe média. Contudo, tal exemplo simples não modifica a configuração principal das classes no modo de produção capitalista, a configuração das classes consiste fundamentalmente em: primeiro a burguesia e por último a classe operária, respectivamente proprietários e não proprietários dos meios de produção.

É relevante também apontar que Poulantzas alerta para a não hierarquização/escalonamento de seu conceito de classes, que poderia ser levado à confusão com o conceito de estratificação social. O qual não é o intuito com essa demonstração, apenas se quer demonstrar de maneira sintética o conceito de classes sociais neste autor, não necessariamente elenca-lo de forma escalonada; até mesmo porque tal conceito seria o resultado das relações sociais nas esferas econômica, política e ideológica que designam os lugares objetivos ocupados por esses, embora, seja diferente das posições de classe nas conjunturas históricas que corresponde a situação concreta dessas lutas.

O conceito de classe recobre a produção das relações sociais como um efeito das estruturas, com a distinção das relações das estruturas e as relações sociais, essas últimas por sua vez, recobrem as estruturas e as práticas consecutivamente (POULANTZAS, 1977, p.83). As classes sociais consistem em práticas de classe, encontrando-se sempre em oposição com outra classe, assim, devem ser concebidas sempre como práticas de classe em oposição e que na sua unidade constituem o campo da luta de classes, segundo Poulantzas (1978, p. 14).

Ainda de acordo com Poulantzas (1977, pp. 68-69), as classes sociais são subdeterminadas pelo modo de produção dominante, como o MPC é a matriz e reflete na distinção de duas classes, o capitalista e o operário, mas nem por isso, deixa de existir outras classes, segundo as quais existem para Poulantzas devido os modos de produção presentes no modo de produção “puro”, ou seja, conceitual, e as formas concretas que revestem essa combinação.

O ponto nodal do processo de transformação de um modo de produção a outro é a luta política das classes, na medida em que o Estado tem como função a coesão de uma formação, principalmente na união de todos os agentes de produção de um determinado local como povo-nação, a luta política de classe tem como objetivo esse Estado. Essa luta não indica necessariamente que as classes emergem historicamente do nível/instância política, como seu

viu anteriormente, a união de indivíduos em torno de um coletivo comum denominado classe é determinado em última instância pelo econômico, quando esse não corresponde mais a união das relações de produção.

Apesar disto, em um momento de ruptura do modo de produção têm possibilidades de uma classe distinta das fundamentais se emerja na cena política enquanto classe dominante ou dividir espaço com essa no Estado, exemplo disso é dado por Marx em *O 18 Brumário*. O que seria para Poulantzas causado por “efeitos pertinentes” no conjunto da estrutura.

Como definir um critério que nos possa levar a decifrar a existência de uma classe, ou de uma fração, enquanto *força social* em uma formação determinada, critério que não pode em caso algum – é patente aqui – ser exclusivamente fornecido pelo nível econômico? Poder-se-á dizer que esta presença existe sempre que a relação com as relações de produção, o lugar no processo de produção, se reflete sobre os outros níveis por *efeitos pertinentes*. Estes “efeitos pertinentes” podem, aliás, ser referenciados tanto nas estruturas políticas e ideológicas como nas relações sociais políticas e ideológicas de classe. Designar-se-á por efeitos pertinentes o fato de que a reflexão constitui um elemento novo, que não pode ser inserido no quadro típico que estes níveis apresentariam sem este elemento. Este elemento transforma assim os limites dos níveis (de estruturas ou de luta de classe) nos quais ele se reflete através de efeitos pertinentes e não pode ser inserido em uma simples variação desses limites (POULANTZAS, 1977, p.76; grifos do autor).

Uma classe diferentemente da perspectiva historicista não pode ser concebida enquanto tal, assim é para a classe distinta, esta irá aparecer enquanto classe de forma efetiva, apenas a nível político, quando se organizar politicamente em partido também distinto de classe. Essa classe para Marx só pode ser considerada distinta ou autônoma quando suas relações de produção, sua existência econômica se refletir sobre outros níveis por uma presença específica (POULANTZAS, 1977, p. 76).

Segundo Poulantzas (1977), no exemplo retirado de Marx sobre o bonapartismo onde este último, se refere às famílias camponesas que viviam condições econômicas que a separavam uma das outras, opondo por sua vez, seus interesses e sua cultura aos das outras classes, o que constituiria os camponeses enquanto classe? Porém, alerta, os camponeses parcelares não constituem uma classe na medida em que não constituírem um partido político.

Com o fenômeno político denominado por Marx de bonapartismo tal conceito de classe distinta ligada a uma organização política autônoma se desfaz, isso é confirmado por Poulantzas. Contudo, o autor redefine o que Marx quis nomear como classe distinta.

No entanto, bastará referirmo-nos ao conjunto do 18 Brumário e de Lutas de Classes na França para ver que Marx admite expressamente, e por várias

vezes, na conjuntura concreta do bonapartismo, a existência dos camponeses parcelares enquanto classe distinta, embora não possuam, no Segundo Império, nem organização política própria, nem ideologia própria. Eles constituem, precisamente, uma classe distinta, na medida em que o seu lugar no processo de produção se reflete nesta conjuntura concreta, e ao nível das estruturas políticas, pelo fenómeno histórico do bonapartismo, que não teria existido sem os camponeses parcelares (POULANTZAS, 1977, p.77).

O que Poulantzas quer chamar a atenção neste trecho é se não, para a vinculação do conceito de classe social a conjuntura, na qual é dada apenas pelas práticas de classe, ou seja, enquanto conceito este também é determinado por inúmeros fatores que não correspondem necessariamente com a realidade devido ao que ele denomina como defasagens da estrutura e das classes sociais das quais constituem um elemento novo na perspectiva do analista. Por isso, o conceito de classe deve se atentar as mudanças proporcionadas pelas conjunturas concretas e dessa forma responder as questões mais próximas do real concreto. Marx fez isso segundo Poulantzas (1977, p.77) ao analisar o conjunto do *18 Brumário* e de *Luta de Classes na França*. O elemento novo foi a forma particular de Estado do Segundo Império Bonapartista que constituía os camponeses parcelares enquanto classe distinta a ocupar o Estado (não era a classe dominante) e força social nesta formação.

É claro que a caracterização dos efeitos pertinentes e da sua novidade em relação à tipicidade dos níveis depende sempre da conjuntura concreta de uma situação histórica concreta. Só através do seu estudo se poderá circunscrever as relações dos limites e das variações, e assim caracterizar os efeitos pertinentes. Esta pertinência pode refletir-se tanto em modificações importantes das estruturas políticas e ideológicas como em modificação do campo da luta política e ideológica de classe. Ela pode manifestar-se por uma importante modificação das relações de representação de classe, refletindo-se a existência econômica de uma classe através de mudanças importantes de estrutura ou de estratégia do partido de uma outra classe, de tal modo que este possa também apresentar-se como representante da primeira, no caso em que este partido tem um papel importante na luta política de classes – caso mencionado dos *Whigs* -; ou ainda através de um deslocamento da contradição no quadro da política das outras classes (POULANTZAS, 1977, p.79).

Ou seja, uma classe distinta não tem a necessidade de se desenvolver a nível político em partido, tendo assim, uma organização política própria e constituindo uma ideologia própria de classe. Esta pode até mesmo representar os interesses de outra classe que não os dela. Desse modo, o relevante é a existência de uma classe em uma formação que julgue sua presença a nível político, o que caracteriza um elemento novo, mesmo que não tenha de fato organização política própria.

Sucede a isso, que os pequenos camponeses na Alemanha de Bismarck não funcionam como elemento novo, ou seja, enquanto força social em virtude da defasagem em relação aos camponeses ligados ainda as estruturas feudais, portanto, o modo de produção feudal estava atrasado em relação à superestrutura do Estado no bismarckismo. Por outro lado, os camponeses parcelares mesmo encontrando-se em estágio muito avançado de sua proletarianização, constituiriam uma força social por serem um elemento novo no fenômeno histórico do bonapartismo em virtude da estrutura feudal atrasada em relação à ascensão econômica dos camponeses parcelares. (POULANTZAS, 1977, p.77-78).

Designar-se-á por efeitos pertinentes o fato de que a reflexão do lugar no processo de produção sobre os outros níveis constitui um elemento novo, que não pode ser inserido no quadro típico que estes níveis apresentariam sem este elemento. Esse elemento transforma assim os limites dos níveis (de estruturas ou de luta de classe) nos quais ele se reflete através de efeitos pertinentes, e não pode ser inserido em uma simples variação desses limites (POULANTZAS, 1977, p.76).

Dito isso, pode-se avançar na caracterização de frações, categorias e camadas. Preferiu-se reproduzir aqui o que o autor compreende por essas três.

- a) Por categorias sociais, poderemos entender, particularmente, conjuntos sociais com efeitos pertinentes – cujo traço distintivo repousa na sua relação específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas: é nomeadamente o caso da burocracia, nas suas relações com o Estado, e dos intelectuais, nas suas relações com o ideológico. Será necessário voltar às relações destas categorias com as classes ou frações de classes às quais pertencem.
- b) designamos por frações autônomas de classes as que constituem o substrato de eventuais forças sociais, por frações, os conjuntos sociais suscetíveis de se tornarem frações autônomas: e isto segundo o critério dos efeitos pertinentes.
- c) Poderemos reservar o termo camadas sociais para indicar os efeitos secundários da combinação dos modos de produção, em uma formação social, nas classes – é o caso da aristocracia operária de Lenin -, nas categorias – por exemplo, as cúpulas da burocracia e da administração de que fala Lenin – e nas frações (POULANTZAS, 1977, p.81-82).

É relevante pontuar que desses *conjuntos intermediários*, apenas as frações são suscetíveis a se constituir como força social refletindo no nível político. A distinção e localização feita por Poulantzas das frações, categorias e camadas não corresponde a um hiper-realismo acadêmico estratificado. Por que:

Ela é importante, na medida em que designa como produtos dos efeitos secundários da combinação dos modos de produção, certas franjas-limites

das classes, categorias e frações que podem, sem serem forças sociais, influir na prática política daquelas (POULANTZAS, 1977, p.83).

O exemplo muito usado por Poulantzas (1977) que é retirado da obra *O Imperialismo* de Lenin é bem aquele que uma camada social não pode pelo seu caráter de franja intermediária se constituir enquanto força social, apesar disso, esta pode influir na prática política, como a aristocracia operária influência os operários.

Em síntese, as classes sociais aparecem como efeito de uma articulação das estruturas, seja do modo de produção ou da formação social. Desse modo, não poderia designar as classes sociais apenas pelas relações de produção, pois essas dizem respeito a apenas uma instância do modo de produção “puro”, ou seja, o conceito que se faz desse. As relações de produção só são localizadas na estrutura regional da instância econômica.

Apesar das classes serem efeito da matriz que são as relações de produção não se pode generalizar como fator determinante de algum grupo em classe, fundamentalmente pelo aspecto da autonomia das instâncias próprio do MPC não se pode isolar uma classe a instância econômica, essa é antes, efeito da articulação das estruturas sobre os suportes – indivíduos (POULANTZAS, 1977, p.70).

Se por acaso isolasse uma classe a instância econômica, se reduziria essa a apenas uma relação de subordinação-dominação no interior de uma estrutura (economicismo). Haja vista, que se designar um operário por aquilo que ele ganha, determinadas ocupações médias de menor rendimento entrariam e outros operários mais qualificados e com maior rendimento sairiam dessa classe, no qual se distanciaria com isso muito da realidade que se é vista.

Nas estruturas, por exemplo, qualquer análise teórica “isolada” da instância regional do econômico ou do político supõe o conceito de modo de produção, que lhe atribui lugar. Neste sentido, o exame isolado da prática econômica, política, ideológica de classe pressupõe o conceito de classe como recobrando a unidade destas práticas – “luta de classes” - , em suma, do domínio das relações sociais. Ora, Marx faz aqui este recorte introduzindo-o, diretamente, de algum modo, no processo de construção teórica do conceito de classe. Resultado: o que, em Marx, é a expressão de uma impossibilidade de construção do conceito de classe unicamente ao nível das relações com as relações de produção, aparece ao mesmo tempo como um recorte vazio, uma luta econômica que não seria uma luta de classe (POULANTZAS, 1977, p.73).

Segundo Poulantzas, é nesse sentido que deve situar a importância da luta política em Marx enquanto nível particular das relações sociais.

A diferença entre as classes feudais e as classes capitalistas – dos modos de produção puros respectivos – não consiste em que estas últimas,

contrariamente às classes do modo feudal, revelem apenas uma definição exclusivamente econômica, mas em que os efeitos das outras instâncias sobre os suportes capitalistas se manifestam na sua relação específica com as relações de produção no interior deste modo (POULANTZAS, 1977, p.70).

Em Poulantzas (1978, p.17) as classes possuem um lugar objetivo e específico no processo de produção (econômico) e, nas relações políticas e ideológicas da divisão social do trabalho. Uma análise acerca das classes sociais para o autor deve-se levar em consideração o lugar das classes na luta de classes.

Dito de outra forma, o trabalhador manual está diretamente ligado na produção das mercadorias na divisão social do trabalho, enquanto o trabalhador não-manual não o está, no qual esse, não depende diretamente disso para compor o seu salário que vêm da extração de mais-valia do trabalho produtivo. O qual, por não estar em relação direta com a produção da mais-valia, não convive cotidianamente com as contradições intrínsecas a produção, isto por si só, cria efeitos da estrutura (divisão social do trabalho) para que esses se diferenciem do trabalhador manual nas práticas e lutas de classes ideológicas, políticas e econômicas. Assim, criando uma classe que se diferencia da classe operária, tão comumente denominada classe média.

CAPÍTULO DOIS

A NOVA CLASSE MÉDIA EM WRIGHT MILLS E OS CONJUNTOS INTERMEDIÁRIOS EM POULANTZAS

Por mais que os autores Wright Mills e Poulantzas utilizem termos diferentes para denominar a classe média, ambos estão partindo do mesmo problema, o qual consiste na emergência dos trabalhadores não-manuais/improdutivos na fase do capitalismo monopolista. O primeiro parte de uma perspectiva weberiana de classes na análise do que ele denomina como nova classe média diferenciando, portanto, da antiga classe média dos pequenos proprietários. Enquanto o segundo, parte da perspectiva do marxismo estruturalista na análise do que o autor denomina como nova pequena-burguesia, com o intuito de aprofundar a tese marxista acerca da pequena-burguesia. Os dois autores são clássicos da análise dos conjuntos intermediários, pois contribuem para as suas respectivas perspectivas teóricas no aprofundamento da classe média estadunidense e francesa. Mediante a isso, busca-se neste capítulo sintetizar os conceitos de “classe média” de ambos os autores na demonstração dos

seus avanços e limites, bem como, a base da concepção de classes em Wright-Mills, no qual se baseia em Weber.

2.1. As classes em Weber

As classes para Max Weber em *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (2012, p.199) indicam situações de interesses *típicas* iguais ou semelhantes em que une um indivíduo a vários outros, assim, encontrando com as situações de interesses típicas dos demais indivíduos pertencentes a um grupo de pessoas, cuja situação de classe se encontra igual.

Desse modo, o que configura um determinado grupo em classe é a igual situação de classe, ou seja, a ocupação de um lugar em comum. Para Weber (2012, p.199) situação de classe é a oportunidade típica de abastecimento de bens, posição de vida externa e destino pessoal que resulta dentro de determinada ordem econômica.

As classes não são comunidades no sentido aqui adotado, mas representam apenas fundamentos possíveis (e frequentes) de uma ação social. Falamos de uma classe quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho (situação de classe). É o fato econômico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando à troca, cria já por si mesmo oportunidades de vida específicas. Segundo a lei de utilidade marginal, exclui os não-possuidores da participação na concorrência quando se trata de bens de alto valor, em favor dos possuidores, e monopoliza para estes, de fato, a aquisição desses bens (WEBER, 2012b, p. 176).

Sendo assim, de acordo com Weber (2012, p.199) a situação de classe em particular exige positivamente o poder de dispor sobre os diversos tipos de bens de consumo, meios de produção, patrimônio, meios de aquisição e qualificação do serviço e de resto representa uma outra situação de classe contrária a primeira, ou seja, negativa para esses critérios restando apenas viver de seu próprio trabalho. Assim, as categorias fundamentais de todas as situações de classe são a propriedade e a falta dela, conforme aponta Weber (2012b, p.177).

Com isso, tem-se para Weber (2012, p.200) três classes, uma proprietária positivamente privilegiada e outra negativamente privilegiada e entre elas as classes médias.

Primeiro, as classes proprietárias positivamente privilegiadas segundo Weber (2012, p. 200) são compostas por rentistas de seres humanos (proprietários de escravos), rentistas de

terra, rentistas de minas, rentistas de instalações de trabalho e aparelhos, rentistas de navios, credores de gado, credores de cereais, credores de dinheiro. Pode-se verificar que com a complexificação do capitalismo amplificaram as ocupações dos proprietários positivamente privilegiados. Embora, uma coisa é certa para Weber (2012, p.201): a importância de se haver uma *classe aquisitiva* positivamente privilegiada que está no fato de poder monopolizar a direção da produção de bens, no interesse dos fins lucrativos dos membros de sua classe e no asseguramento de suas possibilidades aquisitivas pela influência sobre a política econômica das associações políticas e de outras.

As classes proprietárias negativamente privilegiadas são compostas segundo Weber (2012, p.200-201) por trabalhadores qualificados e não qualificados, desclassificados, endividados, pobres e objetos de propriedade.

Todavia, todos esses fatores de diferenciação de classe diferenciam por sua vez, as situações de classe dos possuidores e dos não possuidores. Desse modo, de acordo com Weber (2012b, p.177) a situação de classe significa em última instância a situação do mercado, pois é a partir da oportunidade no mercado que condiciona o destino dos indivíduos entre possuidores ou não. A situação do mercado já condiciona desde a formação das classes os possuidores e não possuidores, além de sujeitar este último como escravo, servo, ao poder do proprietário e daí surge à propriedade como definidor do destino do indivíduo. Observa-se com isso, que são interesses econômicos, vinculados à existência de um mercado que criam a classe.

Já as classes médias abrangem, segundo Weber (2012, p.200), camadas que dispõem de propriedade ou qualidades de educação e em virtude disto obtêm a sua renda, podem ser classes aquisitivas, como empresários e até serem classes negativamente privilegiadas como proletários. No geral são camponeses, artesãos e funcionários (públicos ou privados).

Entretanto, para Weber (2012, p.200) a articulação das classes proprietárias não leva necessariamente a luta de classes, pois muitas vezes estão ao lado uma da outra em relações não antagônicas e às vezes até existe solidariedade entre elas. Somente existe antagonismo de classe para Weber entre rentistas de terras e desclassificados e entre credores e devedores, o que por sua vez, pode levar a lutas revolucionárias, às quais não teriam a intenção de mudar a constituição econômica, mas sim, apenas o interesse de obter acesso à propriedade ou a distribuição desta. Se opondo, assim, diametralmente da concepção de luta de classes em Marx.

É relevante também pontuar que em Weber (2012b, p.177-178) não existe interesse de classe possível de agir como ação de massas em essência homogênea, pois a ação que um

trabalhador individual perseguirá seus interesses pode ser muito diversa. O que ocorre para Weber na ação de massas está ligado a condições culturais gerais, particularmente a natureza intelectual e a transparência da conexão entre causas e consequências da situação de classe resultado da 1) distribuição existente de propriedade ou 2) da estrutura e da ordem econômica concreta.

Assim, toda classe pode ser *portadora* de uma ação de classe para Weber (2012b, p.178-179) que é possível em determinadas formas. No entanto, ela não constitui uma comunidade de interesses por isso, não pode ser tratada como equivalente de uma comunidade de interesses – classe igual a interesse específico de classe. “E a circunstância de que pessoas na mesma situação de classe costumam reagir, diante de situações tão sensíveis quanto as econômicas, com uma ação de massas no sentido em média mais adequado a seus interesses (WEBER, 2012b, p.178).

2.2. Resposta à crítica da polarização demográfica entre a classe operária e burguesa

A sociologia marxista atenta-se para o problema da classe média após os sucessivos ataques das sociologias weberiana e da estratificação estadunidense. Em geral, tais ataques sustentavam que o conceito de classes sociais em Marx realizava uma simplificação/abstração da realidade, e que, por sua vez, tendia para a polarização da sociedade entre apenas burguesia e operariado (POULANTZAS, 1978; BOITO JR., 2004; CAVALCANTE, 2010; estes últimos seguem o primeiro autor).

Para Armando Boito Júnior (2004, p.213) apesar de a noção de classe média ter uma tradição no âmbito do marxismo, o conceito não surgiu deste, mas antes, em debate com o próprio marxismo:

Tal conceito era utilizado para criticar aquilo que seria o simplismo da teoria marxista das classes sociais, ou seja, a ideia segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo deveria produzir uma polarização sócio demográfica crescente entre burgueses e proletários. Os autores que desenvolveram o conceito de classe média, ligados à sociologia weberiana ou à sociologia da estratificação norte-americana, rejeitavam a ideia da polarização sócio demográfica, evidenciando as diferenças entre os trabalhadores de classe média e o operariado (BOITO JR., 2004, p. 213).

É relevante ressaltar que para Wright Mills (1979, p.307) o homem de colarinho branco, ou seja, a classe média é descoberta pelos teóricos marxistas que, ao tentar buscar recrutas para o seu movimento proletário, previam que a sociedade se polarizaria entre

proletariado consciente e burguesia e que as classes “intermediárias” escolheriam um dos lados entre as classes fundamentais da sociedade capitalista. Todavia, nenhuma das previsões feitas se concretizou no início do século XX, forçando assim, os teóricos socialistas e burocratas do partido socialista a fazerem adaptações à perspectiva clássica, ora confirmado em algumas passagens de *O Manifesto Comunista*:

Nossa época – a época da burguesia moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado (MARX & ENGELS, 1998, p.10).

Entretanto, não é presenciada na sociedade atual tal intensidade da divisão em dois grandes grupos antagônicos. Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista¹⁸ houve um grande aumento dos trabalhadores não-manuais e de serviços, além da burocracia estatal e privada, esse elemento que a princípio poderia negar a concepção de Marx e Engels, sobretudo, pelo emprego do termo “cada vez mais” ao que passa a ideia de intensidade na razão inversa, diminuição da divisão social do trabalho entre apenas burguesia e proletariado, polarizaria a sociedade entre apenas essas duas classes fundamentais no capitalismo.

Este conceito de classe marxista, constituiria em um erro crucial para a análise sociológica das classes sociais, que “em tese” até então não tinha correspondência com a realidade que se vivenciava pelos autores das décadas de 1950-1970, período frutífero da produção intelectual acerca da classe média, no mesmo tempo em que se expandia as ocupações não-manuais e improdutivas em todas as nações do mundo, desde as desenvolvidas até as nações em desenvolvimento como o Brasil¹⁹.

Os autores da classe média não-marxistas das décadas de 1950-1970 - como Wright Mills em seu livro *A Nova Classe Média* (1979) utilizaram apenas o Marx da juventude (1830-1840)²⁰ – fazendo a crítica no que comporia a possível leitura teleológica da história, que tenderia a analisar a existência de apenas duas classes no decorrer do desenvolvimento capitalista, o que por conseguinte, suprimiria as frações e camadas de classes como “lei natural” a ser seguida pelo desenvolvimento da luta de classes.

¹⁸ Capital monopolista: fusão do capital industrial e do capital bancário, também indica uma diminuição do trabalho vivo em relação ao trabalho morto (máquinas), além de condicionar o desenvolvimento e a ampliação da nova pequena-burguesia, ou seja, do trabalhador assalariado não manual e improdutivo; “um ciclo de reprodução dominante da concentração do capital produtivo e de um ciclo de reprodução dominante da centralização do capital dinheiro” (POULANTZAS, 1978, p.117).

¹⁹ Sobre a expansão mundial dos setores terciários no mundo, Cf. Braverman (1987). Já sobre a expansão do setor terciário e de serviços no Brasil, Cf. Saes (1984).

²⁰ Sobre as obras do Marx da juventude, Cf. Althusser (1967, pp. 39-73).

A camada mais baixa da classe média, os pequenos comerciantes, lojistas e artífices aposentados em geral, artesãos e camponeses, todos eles se afundam, gradualmente, no proletariado. Em parte, porque seu capital diminuto não basta para a escala na qual a indústria moderna é levada avante, e atola-se na competição com os grandes capitalistas; e, em parte, porque suas especializações se tornaram inúteis com os novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado de todas as classes da população (MARX & ENGELS, 1998, p. 21-22).

Neste trecho, pode-se analisar um aspecto que conduz à interpretação da tendência a constituição de apenas duas classes no capitalismo. Marx reflete aqui sobre um dos vários processos comuns em todos os modos de produção das formações sociais divididas em classes. O qual consiste para Poulantzas (1978, p.216) na existência de outras classes ao “lado” das que dependem do modo de produção, no caso do capitalismo, burguesia e proletariado são as classes fundamentais. Por outro lado, esses *conjuntos intermediários* dependeriam de outros modos e formas de produção presentes em uma formação específica, ou seja, coabitariam no mesmo espaço com as demais classes. Isto seria fruto dos efeitos da articulação desses modos e formas de produção sobre as classes sociais.

Todavia, Poulantzas utiliza *conjuntos intermediários* e *conjuntos assalariados* ao se referir ao termo classe média, não adotando este conceito, pois antes, é crítico dos teóricos que o abordam como Wright Mills (POULANTZAS, 1978, p.210-211). Não existe apenas duas classes fundamentais na totalidade de uma formação dividida em classes, apenas ocorre que, essas duas dependem necessariamente do modo de produção, seja como classes proprietárias ou não-proprietárias e as demais dependem de outros modos e formas de produção, segundo Poulantzas (1978, p.216).

Exemplo disso seria o pequeno-burguês na figura da pequena produção, ele é proprietário do seu próprio negócio ao mesmo tempo em que trabalha nele, em raros casos emprega alguém, quando muito, emprega a família sem o pagamento de salário propriamente dito. Apesar de ele receber o seu lucro em cima da mais-valia dos produtos vendidos, o qual, para Poulantzas (1978, p.216), não necessita do modo de produção capitalista e sim, da forma de produção comercial simples que é mantido o seu espaço no capitalismo.

Quanto à propalada previsão do desaparecimento das camadas intermediárias ou da pequena burguesia, para muitos críticos explícito no excerto acima, em nosso entender aquelas referências são mais consentâneas em relação às velhas classes médias, que Marx ressalta: os pequenos proprietários agrícolas, pequenos artesãos urbanos e certas categorias de profissionais autônomos típicos, em determinadas fases do desenvolvimento da sociedade capitalista. As novas classes médias são produtos típicos da grande indústria e quanto a estas Marx faz referências explícitas n' O

Capital, quando analisa o papel do administrador, do gerente e do supervisor (HIRANO, 1975, p.119).

A classe média parece a princípio não pertencer a nenhuma das duas classes fundamentais no capitalismo (burguesia *versus* operariado) e isto por si só, complexifica a análise desses conjuntos na concepção marxista, até mesmo porque, seria problemático, deixar de lado tal conjunto da luta de classes que muita das vezes é simplificada pela polarização entre as duas classes que dependem diretamente do modo de produção capitalista, ou seja, são as classes fundamentais do MPC.

A possível má compreensão da obra de Marx em sua juventude (leitura teleológica) foi utilizada por autores não-marxistas para deturpar o conceito de classes sociais, maior exemplo seria Wright-Mills e sua concepção de classe média como resposta a tida simplificação/abstração da teoria marxista. No entanto, a premissa da luta de classes não a circunscreveria de fato²¹.

Contudo, é nesse mundo dos colarinhos-brancos que se deve procurar as características da vida no século XX. Por seu crescimento numérico, eles desmentiram as previsões do século XIX de que a sociedade se dividiria em empresários e assalariados. Pelo seu estilo de vida em massa, transformaram a atmosfera da experiência americana (MILLS, 1979, p.11).

Mills (1979) procura demonstrar que a ascensão da classe média negaria, portanto, a divisão cada vez maior entre proprietários e não proprietários dos meios de produção como em Marx e outros pensadores do século XIX, algo que não se via nas décadas de 1950-1970 com a expansão da classe média na sociedade americana, bem como no mundo. O autor não desconsidera totalmente as teorias das grandes tendências, embora procure situar um novo ator, a nova classe média, cuja classe para este, consiste numa classe assalariada que procura se diferenciar da classe operária requerendo para si um prestígio superior, conforme aponta Mills (1979, p.93).

Propõe-se aqui, a separação do jovem Marx (1830-1840) como outros já propuseram, como, por exemplo, Louis Althusser (1979) e Georges Gurvitch (1966). A problemática do jovem Marx para o primeiro autor consiste na dupla ruptura, primeiro rompe com Hegel e depois com Feüerbach. Este último inverte a problemática hegeliana nas ideias regerem o mundo material ao sustentar o contrário, a matéria é que rege o mundo das ideias. O que influencia o movimento neohegeliano que o jovem Marx faz parte.

²¹ Wright Mills pertence a corrente da nova sociologia americana que misturava a teoria weberiana com alguns elementos do marxismo, apesar disso, a luta de classes não era seu ponto de análise central, mas sim a questão do prestígio dos colarinhos brancos, segundo Durand (1970).

Tudo se passa, de fato, como se a história do desenvolvimento teórico do jovem Marx exigisse a redução do seu pensamento a seus “elementos”, em geral agrupados em duas rubricas: os elementos materialistas, e os elementos idealistas; e como se a comparação desses elementos, a confrontação da sua massa, pudesse decidir do *sentido* do texto examinado (ALTHUSSER, 1979, p. 45; grifos do autor).

O que marca este tipo de abordagem é o ecletismo teórico também chamado por Althusser (1979, p. 45) como teoria das origens ou teoria das antecipações por não se saber como os conjuntos de elementos diferentes se combinaram na concepção de mundo de Marx desse período. Em que é fundada em três pressuposições: primeira, analisa todo um sistema teórico reduzindo os elementos deste separados do contexto a que pertence. Segunda pressuposição: é teleológica, pois julga as ideias que lhe são submetidas, permitindo a dissolução dos sistemas em seus elementos. Terceira, considera a história das ideias como seu próprio elemento, o mundo da ideologia é o princípio da inteligência. Isto tudo só é possível a partir de uma leitura teleológica com começo, meio e fim do autor, no caso, a leitura que fazem de Marx ao destacar os elementos do contexto interno do pensamento por eles pensados como entidades dotadas de significados.

Em outras palavras, utilizam a teleologia do jovem Marx e, portanto, ainda idealista e hegeliano para compreender as obras da maturidade de Marx em que já é materialista e rompe com a problemática hegeliana.

Enquanto Gurvitch (1966, p.39-40) propõe que o Marx da juventude até *A Ideologia Alemã* não consolidou ainda seu conceito de classe e que é bastante nítido a combinação do realismo social e da escatologia. Ou seja, Gurvitch quer ressaltar o aspecto escatológico das classes no jovem Marx, como o elemento revolucionário do proletariado, cuja classe irá pôr fim na divisão da sociedade em classes e salvar a humanidade das alienações do trabalho. Isto é, condiz com uma projeção futura do que pode ocorrer se a classe operária emergir ao poder político.

Nesse sentido, ao se utilizar às análises acerca do rompimento epistemológico em Marx para explicar as classes sociais, essas deixam de possuir o caráter escatológico no Marx da maturidade. Desse modo, a tendência à polarização das classes fundamentais do MPC seria pertinente a apenas uma etapa do pensamento do autor e não na totalidade de sua obra. Em suma, sustenta-se aqui como pressuposto correto, o qual foi aberto por Althusser (1979) e Gurvitch (1966).

Assim, ao retornar ao problema da tendência da classe média a polarização entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista, observa-se que essa está imbuída de uma leitura teleológica e escatológica que fazem acerca de Marx e nesse caso, também a fazem de Engels. Por isso, o cuidado ao proceder na análise de classes sociais em Marx, pois como se vê acima, leituras teleológicas podem oferecer sustentações teóricas muito vantajosas para os não-marxistas atacarem a totalidade do conceito de classes sociais como sendo reduzidos a economia entre possuidores ou não de propriedade, quando na realidade estão submetidos as relações de produção, cuja a relação de posse e apropriação real dos meios de produção é um caráter invariável de uma sociedade dividida em classes, como apontado por Poulantzas (1977, p.65). Lembrando que isso não chegou a mudar da década de 1950-1970 até o período contemporâneo.

É de suma importância para melhor compreensão do conceito de classes sociais em Marx o esclarecimento do que é a produção para esse autor, até mesmo porque, as classes sociais são determinadas por uma dada formação social, como afirma Hirano (1975):

A preocupação centrada na abstração e generalização, sem devida mediação com a realidade social historicamente dada, transformou esse conceito de tal modo que o fez permanecer *ad infinitum* na abstração geral, isto é, em vez de *classe social determinada por formação histórico-social particular* em *classe social em geral* (HIRANO, 1975, p.72; grifos do autor).

Hirano, bem como Poulantzas (1978, p. 210) apontam para o risco da interpretação errônea das classes sociais em Marx. É relevante ressaltar tal aspecto desde já, pois esse elemento irá contribuir para a concepção da classe média: 1) como negação da “classe média” em Marx; 2) como retorno ao conceito de classes marxista.

Já quanto à produção social das classes, Marx define o que é produção e o efeito desta aos indivíduos, transformando-os em classe desapropriada, também é relevante apontar que antes, está se referindo a um estágio determinado do desenvolvimento social, ou seja, as classes, bem como, a produção mudaram do século XIX até o período contemporâneo, portanto, não se deve valer de leituras deterministas tanto de classe social como de produção:

[...] a produção social pressupõe uma organização social, uma determinada divisão do trabalho, uma determinada relação social de produção e portanto de cooperação, *formas de propriedade e apropriação do trabalho* e dos instrumentos de produção, uma determinada vinculação do trabalhador à terra ou em relação à propriedade e aos instrumentos de produção etc. Estes e outros elementos componentes são os referenciais do modelo teórico denominado modo de produção e são as condições gerais da produção que Marx indica como sendo as determinações comuns pertencentes a todas as épocas (HIRANO, 1975, p.85; grifos nosso)

Desse modo, para se produzir qualquer coisa socialmente necessita de uma organização social (sociedade), essa por si apenas, não se caracteriza como uma sociedade dividida em classes pela simples produção social, mas sim, pela divisão do trabalho nessa produção que condicionam certos papéis aos indivíduos, essa divisão determina consecutivamente um tipo de relação social de produção, nem que seja o tipo de produto que algum grupo de indivíduos irá produzir, enquanto outro produz outras coisas. Assim, necessariamente a sociedade condiz com uma forma de cooperação entre os indivíduos com o intuito de manter a sociedade.

No entanto, com a intensificação desses elementos, a divisão do trabalho e as relações de produção não permanecem divididas de formas equânimes na sociedade, o que por sua vez, pela luta de grupos de indivíduos minimamente circunscritos por um interesse coletivo comum, condicionou o papel de proprietários e não proprietários dos meios e objetos de trabalho.

Em termos mais gerais, posse e apropriação real dos meios e objetos de produção. Desse modo, a abstração da produção em Marx levaria ao elemento intransponível de todas as sociedades divididas em classes – proprietários dos meios de produção e não proprietários dos meios de produção²². Todavia, demonstra-se equivocada a interpretação de Hirano que consistiria em erro ao utilizar o conceito de classes sociais marxista em geral.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de guia para meus estudos, pode formular-se, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (MARX, 1996b, p.82).

Portanto, não se pode inserir o conceito de classes sociais de Marx como sendo um conceito a-histórico ou que este não corresponda ao contemporâneo, haja vista, que será preciso analisar o grau determinado dessas forças produtivas, incluindo as classes

²² Entretanto, essa abstração do pensamento até chegar ao caráter fundante que corresponde mais ao MPC, enfrentaria, por exemplo, uma certa contradição aparente; no feudalismo os produtores tinham a posse e os meios de produção e eram expropriados de parte de seu trabalho por meio de corveia, ou seja, pagavam diretamente com parte da produção. Então, a fórmula proprietários dos meios e objetos de produção não parece condizer com a realidade das relações de trabalho feudais. Mas antes, capitalistas, em que separaram produtor dos meios e objetos de trabalho. Contudo, aqui entra o conceito de revolução política burguesa (destruição do Estado feudal e criação do Estado burguês, cujo papel é o de criar as condições ideológicas da reprodução do capitalismo (uma revolução jurídico-política). Althusser e os autores althusserianos consideraram mais preciso, ao se tratar de todas as sociedades divididas em classe, a utilização dos termos *apropriação real e posse dos meios e objetos de trabalho*, porque desse modo, condiz com a abstração de todas as relações de produção nas sociedades divididas em classes sociais onde separa o produtor direto do expropriador que aparece na sociedade como dono do produto alheio.

trabalhadoras. Mediante a isso, a classe social aparece como um efeito de relações determinadas socialmente. Como compradores e vendedores de força de trabalho. Sendo assim, o operário e o burguês são determinados pela produção capitalista, a qual foi estabelecida na vitória da burguesia que se alçou como classe dominante perante as demais. O que por sua vez, condiz com a classe objetiva, o lugar ocupado na estrutura social, enquanto grupo social proprietário ou não dos meios de produção, ou seja, independentemente da vontade do indivíduo de pertencer a uma classe ou não, este já é pensado pelo capitalista enquanto uma classe nas relações de produção.

Marx, aliás, nos oferece o caráter específico de um dado desenvolvimento das forças materiais que sofreram mudanças desde as sociedades tidas “primitivas” sem classes e sem Estado.

As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver este antagonismo. Com esta formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (MARX, 1996b, p.83).

A classe operária tende para Marx a resolver os antagonismos das classes devido ao fato de corresponder à maioria da população, a classe produtora da sociedade. Será, portanto, a primeira vez que a maioria subjugará a minoria e assim, irá inverter a estrutura de classes dos modos de produção dividido em classes.

Essa seria uma interpretação que pode ser considerada escatológica? Pois, acreditaria no caráter revolucionário do proletariado para solucionar os problemas da humanidade, o que também exigiria a polarização entre apenas burguesia e proletariado para que assim, viesse a ocorrer à vitória da classe dominada? Esta pesquisa não possibilitou condições de abordar essa questão de maneira mais aprofundada devido a sua complexidade e por fugir do objetivo aqui proposto que é fundamentar um conceito de classe média marxista. Porém, considera-se que Marx, nas passagens acima citadas, estava preocupado com a revolução socialista e não sustentou uma concepção escatológica das classes e da análise da revolução social²³.

²³ O célebre e famoso *Prefácio de 1859* foi lido e entendido em chave economicista, a superestrutura sendo um mero epifenômeno da estrutura econômica (igualmente o Estado e o direito, etc.) sendo um mero epifenômeno, contrariamente ao que Marx sustentava sobre o processo de revolução social. Na verdade, Marx elaborou a tese (sem contudo aprofundar sistematicamente sobre essa questão) da transformação das sociedades humanas no curto prazo (processo revolucionário) que desencadeia a passagem de um modo de produção para outro. Foi Saes em “Marxismo e história” (1994) que alertou para a justeza da tese de Marx a ser aplicada à lógica dos processos de transformação de curto prazo, sendo diferente da lógica da reprodução das sociedades humanas de longo

É desnecessário acrescentar que os homens não são livres árbitros das *suas forças produtivas* — as quais são a base de toda a sua história — pois toda a força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma atividade anterior. Assim, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está circunscrita pelas condições em que os homens se encontram situados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social que existe antes deles, que eles não criam, que é o produto da geração anterior. Pelo simples facto de que toda a geração posterior encontra forças produtivas adquiridas pela geração anterior, que lhe servem como matéria prima de nova produção, forma-se uma conexão [*connexité*] na história dos homens, forma-se uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto as forças produtivas dos homens, e por consequência as suas relações sociais, tiverem crescido. Consequência necessária: a história social dos homens nunca é senão a história do seu desenvolvimento individual, quer eles tenham consciência disso quer não a tenham. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Estas relações materiais não são senão as formas necessárias em que se realiza a sua atividade material e individual (MARX, 1846, p. 2-3; grifos do autor).

O modo de produção capitalista oferece as condições para o livre comércio da força de trabalho e a expropriação de parte do produto de quem o produziu, assim como, concentra a mais-valia nas mãos de poucos proprietários dos meios de produção. Até mesmo por isso, que Marx observa no capitalismo do século XIX a simplificação das classes entre as classes fundamentais do MPC, burguesia e operariado. E não, que essa tendência suprimiria todo e qualquer aumento de trabalhadores não manuais/improdutivos da classe média, mas antes, Marx era um autor do seu tempo que presenciou o início do capitalismo e a proletarização em massa, o que não condizia com o desenvolvimento das forças produtivas da década de 1950-1970.

2.3. A nova classe média em Wright Mills

Wright Mills refere-se à nova classe média em contraposição à antiga, a qual era formada por empresários independentes (agricultores, homens de negócios e profissionais liberais), portanto, essa classe tinha acesso à propriedade ao adquirem renda a partir de sua propriedade ou serviço. Enquanto a nova classe média, formada pelos trabalhadores de colarinhos-brancos (gerentes, profissionais liberais, assalariados, vendedores e empregados de escritório) adquire sua renda a partir da venda de seu trabalho no mercado. Assim, se assemelham antes a classe operária, conforme aponta Mills (1979, p.83-85).

prazo (a reprodução de um modo de produção, ou leis da reprodução ampliada do capital no MPC). Cf. também Saes, “Althusserianismo e dialética” (2017).

Tal diferença corresponde para Mills (1979, p.85) na passagem da estratificação social baseada na propriedade para uma estrutura baseada na ocupação. O autor está se referindo com isso ao grande aumento pós Segunda Guerra Mundial dos trabalhadores de colarinhos-brancos, sob a égide do capitalismo monopolista, ou seja, do aumento da nova classe média frente à diminuição da antiga classe média dos pequenos proprietários. Tanto é que para Mills (1979, p. 85) o declínio numérico da antiga classe média é apenas um episódio na concentração da propriedade, assim, a pequena propriedade não faria frente à concentração da propriedade própria da fase monopolista do capitalismo. Já o aumento das ocupações de colarinhos-brancos se deve aos mecanismos industriais (capital monopolista) que também deram origem a essas novas ocupações de classe média. É relevante ressaltar que tal posição do aumento das ocupações da nova “classe média” e diminuição dos pequenos proprietários é tratado da mesma forma por Poulantzas (1978).

Outra forma de descrever a ascensão dos trabalhadores de colarinhos-brancos é a exigência de novas qualificações para o mercado de trabalho, tais como a manipulação de papéis, de dinheiro e de pessoas. Sendo assim, para Mills (1979, p.86) eles são mestres na arte de lidar com pessoas de maneira transitória e impessoal, também são mestres nas relações comerciais, profissionais e técnicas.

Essas ocupações, portanto, nada criam, mas antes vivem da maquinaria social que coordena e organiza o trabalho daqueles que criam objetos. Dessa forma, eles ajudam a transformar o produto do trabalho de alguém em lucro para outro, em virtude disso, os trabalhadores de colarinhos-brancos estão mais próximos dos meios de produção para Mills, na supervisão do trabalho real de fabricação e no registro do que é produzido. “São as pessoas que tomam nota, manejam a papelada necessária à distribuição da produção. Fornecem serviços técnicos e pessoais e ensina aos outros as qualificações que eles próprios exercem, assim como as outras capacidades transmitidas pelo ensino” (MILLS, 1979, p.86).

Nesse sentido, Mills (1979, p.84) vê como os maiores grupos ocupacionais entre os colarinhos-brancos, os professores, os vendedores e os trabalhadores de escritórios entre 1870 a 1940. Mediante isso, pode-se indagar se apenas os fatores do aumento da concentração da propriedade e da exigência de qualificações foram os únicos na ascensão das ocupações da nova classe média? Mills (1979, p.86-87) separa três tendências que explicam o porquê os colarinhos-brancos se tornaram a categoria de mais rápido crescimento dentre as modernas ocupações, são elas: 1) o crescente aumento de produtividade da maquinaria empregada na indústria; 2) o desenvolvimento da distribuição e 3) a ampliação das funções de coordenação.

A primeira causa é a imensa produtividade da técnica de fabricação em massa na crescente aplicação da racionalidade tecnológica. Tal tecnologia reduziu o número de trabalhadores para os volumes da produção, alterou os tipos e as proporções relativas de qualificações no processo produtivo. A destreza da técnica que era atribuída a uma massa de operários agora é um atributo da máquina e da elite de engenheiros para o autor, tornando desnecessária a perícia artesanal e a primazia dos movimentos automáticos do operador de uma linha de montagem. Assim, houve uma mudança na ocupação, reduzindo a contratação de operários não qualificados e exigindo maior qualificação como a de técnicos e engenheiros (MILLS, 1979, p.87).

O desenvolvimento da distribuição se deve as economias de mão de obra na racionalização da produção, o que fizeram com que se aperfeiçoassem os meios de distribuição, até mesmo por isso, alerta Mills (1979, p.87-88) houve um aumento das pessoas empregadas na distribuição. Nesse sentido, a distribuição expandiu-se mais do que propriamente a produção em virtude do atraso na aplicação da tecnologia nesse setor e a permanência de pequenas empresas individuais em simultâneo com a ampliação do mercado e a crescente necessidade de comercialização.

Essa expansão dos setores produtivos e distributivos conduz a um problema para Mills (1979, p. 88). Para quem serão vendidas as mercadorias disponíveis? Dessa forma, à medida que os mercados aumentam em complexidade e extensão exige a criação de outros mercados, como os intermediários que transportam, armazenam, financiam e etc. Pois, estão interligados numa grande rede de empresas e ocupações. Além do mais, se pensar no aspecto geográfico da distribuição que acaba por envolver grandes e rápidas redes de transporte, a coordenação do mercado também implica um sistema de comunicações, a busca de mercados e a venda supõe a atividade comercial, incluindo nisso não só os centros atacadistas e varejistas como também as organizações de crédito para financiar. Ou seja, a expansão dessas atividades leva necessariamente para o autor o emprego de maior número de pessoas de funções de colarinhos-brancos e o emprego menor das tarefas manuais.

Para além desses três fatores de expansão dos empregos de colarinhos-brancos há o desenvolvimento das grandes empresas privadas e públicas e a sua consequência - o crescimento da burocracia, que criaria necessidade de muitas pessoas planifiquem, coordenem e administrem as novas rotinas burocráticas (MILLS, 1979, p.89).

Pode-se indagar com isso, se o trabalho manual ficou menor em relação ao trabalho dos colarinhos-brancos ou apenas houve um aumento dos segundos em relação ao aumento dos primeiros. Tudo indica que para o autor os colarinhos-brancos são maioria, o que difere

de Poulantzas. Para este, na fase do capital monopolista apesar do aumento considerável da “nova pequena-burguesia” o mais próximo que se aproxima dos colarinhos-brancos de Mills, não houve um aumento absoluto. Em outras palavras, os trabalhadores manuais ainda são maioria do capitalismo, o que leva necessariamente a outro problema, será que no período contemporâneo do século XXI haveria maioria dos trabalhadores manuais ou da classe média? Fica a indagação para pesquisas posteriores.

Mills (1979, p.91) delimita a classe média por meio dos tipos de empregos em que estão vinculados as classes, *status* e poder, lembrando que ele aborda o conceito de classe de Weber (2012). Sob esta ótica, analisa a renda - *situação de classe*²⁴, a dose de prestígio e o grau de poder sobre os outros indivíduos.

No que concerne à situação de classe, segundo Mills (1979, p.92), a nova classe média é igual ao operário, pois não são proprietários, assim como não tem nenhum vínculo financeiro com os meios de produção, nenhum direito sobre o produto da propriedade, ou seja, tal como os segundos, trabalham para quem detêm os meios de produção. Isto por sua vez, demonstra um limite para o autor.

No entanto, se os guarda-livros e os mineiros, vendedores de seguros e trabalhadores agrícolas, médicos de uma clínica e operadores de guindaste numa mina a céu aberto têm esse ponto em comum, certamente suas situações de classe não são as mesmas. Para compreender essas situações é preciso ir além da fonte de renda e examinar também o montante dessa renda (MILLS, 1979, p. 92).

Com isso, a fonte de renda é a mesma para ambos os casos, operários e colarinhos-brancos, mas o que diverge é o seu montante de renda maior para os últimos. Embora, pode-se pôr em risco tal análise, pois se sabe que alguns operários qualificados, como montadores e metalúrgicos do setor de automóveis podem receber rendimentos até mesmo superiores que os de algumas ocupações de colarinhos-brancos, o que complexifica tal análise que fora assumido pelo autor “a camada inferior dos colarinhos-brancos – vendedores e empregados de escritório – ganhavam quase o mesmo que operários qualificados e contramestres, embora mais do que os operários urbanos semiquualificados” (MILLS, 1979, p.93). Portanto, a renda não pode ser o fator que diferencia os colarinhos-brancos.

Contudo, Mills (1979, p.93) não se restringe apenas ao montante de renda, ele aplica tal análise para o prestígio, em que os colarinhos-brancos proclamam maior prestígio frente à

²⁴ Em suma, depende do montante e da fonte da renda, o que no caso da nova classe média é por meio do emprego, a sua fonte de renda.

classe operária. Isto é explicado pelo autor da seguinte forma: além da renda “superior”, tem a semelhança de seu lugar e tipo de trabalho com os da antiga classe média. Em virtude de suas relações com o empresário e freguês rico, os colarinhos-brancos se tornaram mais impessoais, isso fez com que passassem a tomar emprestado o prestígio da própria firma. Por seus empregos possibilitarem o uso de roupas de passeio, pelas especializações que são exigidas na maior parte de suas ocupações, pela variedade de tarefas executadas, grau de autonomia no trabalho e o tempo gasto para aprender essas especializações através da educação formal e contatos frequentes com as categorias superiores, todos esses elementos tiveram grande influência para o prestígio dos colarinhos-brancos.

Os colarinhos-brancos são os que mais estudam para Mills (1979, p. 94), tanto é que estudam quatro anos a mais do que os operários e os empresários em 1940. O *status* também foi influenciado por fatores de nacionalidade e raça, pois, pouco são os empregados negros, casos isolados para o autor e em 1930 apenas 9% eram estrangeiros, totalizando a grande maioria nascida nos Estado Unidos da América – E.U.A.

Aliás, é importante ressaltar que certas ocupações de classe média trazem certo grau de poder em alguns empregos que requerem a supervisão direta de outros empregados e operários, além de muitos cargos estarem em estreita ligação com os quadros de direção, que são assim, auxiliares de autoridade, um poder atribuído por outros, embora existente (MILLS, 1979, p. 94).

Em várias passagens de *A Nova Classe Média*, Mills (1979, p. 224) acentua a proximidade dos colarinhos-brancos com a classe operária, seja pela perda de *status* ou pela padronização dos serviços de escritório, maior introdução de máquinas, menor tempo de treinamento e especializações mais simples.

Se comparamos o pessoal do escritório moderno com o do antigo, o que nos chama logo a atenção é a massa de operadores de máquinas. No mundo dos colarinhos-brancos são os que mais se assemelham aos operários de fábrica. O tempo que levam para adquirir suas aptidões profissionais parece declinar regularmente; e, de fato, isso é necessário para que se justifiquem as despesas com a introdução de máquinas e de novos especialistas. A vantagem principal dos processos mecanizados e dos escritórios centralizados é permitir maior rapidez e exatidão e, ao mesmo tempo, exigir mão-de-obra mais barata, menos tempo de treinamento, especialização mais simples e, portanto, tornar os empregados mais facilmente substituíveis (MILLS, 1979, p.224).

Entretanto, vale ressaltar que Mills recorta as ocupações de baixo nível da classe média, tanto é que se quer houve manutenção de algumas ocupações, como guarda-livros,

datilografa, estenógrafa²⁵ e secretária. Assim, tais ocupações tenderiam a se tornarem mais próximas dos operários até se extinguirem, já apontado pelo autor.

A técnica da taquigrafia torna-se obsoleta; a jovem funcionária é quase imediatamente substituível; o trabalho no escritório transforma-se num beco sem saída. A funcionária moderna jamais chega a conhecer perfeitamente uma fração do escritório ou da empresa, e perdeu o contato privado, que era a base do status da secretária e mesmo da estenógrafa. O trabalho é regulado de maneira a ser acelerado e efetivamente supervisionado por um pessoal de nível subalterno (MILLS, 1979, p.226).

Isto por sua vez, chama a atenção para outro fato relevante no conceito de nova classe média de Mills, a hierarquia ou a fragmentação dos colarinhos-brancos, já que a distribuição de prestígio, *status* e poder não se dão de forma equânime para todas as ocupações pertencentes aos colarinhos-brancos.

O escritório moderno cria para Mills (1979, p.227) uma hierarquia que nivela o pessoal, em virtude do poder e autoridade do quadro administrativo. No interior desse sistema o indivíduo é classificado de acordo com a função que desempenha, embora ocorram para o autor outras distinções “artificiais” de prestígio, posição e título. Essas distinções servem para melhorar a moral dos empregados e desencorajar a solidariedade entre eles. Todavia, a posição na hierarquia nem sempre condiz com a competência (função que desempenha), mas também ao nível salarial e a autoridade de dar ordens. Desse modo, para o autor o quadro de direção é o que sustenta a hierarquia, pois é a parte mais alta da autoridade.

Assim, a posição de um indivíduo depende: 1) da medida que ele participa da autoridade e 2) de suas relações com os membros do quadro de direção. Nesse sentido, a secretaria particular do gerente geral de uma divisão pode ter posição e prestígio superiores aos de um subgerente de outra divisão situada mais em baixo da hierarquia, conforme apontado neste exemplo de Mills (1979, pp. 227-228). Aliás, chama a atenção para o que ele denomina de *sistema de panelinha* que ultrapassa a hierarquia puramente burocrática, baseada na autoridade formal, ou seja, na prática tal hierarquia não é cumprida, mas sim, a proximidade do alto escalão do quadro de direção, como o poder de influência de alguém bem “relacionado”.

Retomando o exemplo da secretaria particular, essa pode ter uma ilusão de autoridade pela proximidade fictícia com a autoridade, o que pode por sua vez, lhe trazer prestígio. Por

²⁵ Estenógrafa é uma datilografa que toma ditados, ou seja, assim como a datilografa ela escreve em uma máquina de escrever, mas além disso, ela pode escrever o que é ditado por alguém; Mills (1979, p.226) chama a atenção para o fato da substituição dessas funções por máquinas que já desempenhavam este papel, como os ditafones.

meio de uma identificação interior nas relações diretas com a autoridade como manipulação e a forja de seus segredos cria para si uma ilusão de autoridade por via do *status* que muitas das vezes não condiz com a realidade. Para além da proximidade com a autoridade o autor ressalta outros sinais decisivos de prestígio como ter telefone na mesa, usar um lavatório específico, ter seu nome escrito na porta ou numa tabuleta em cima da mesa, esses elementos representam motivos de ambição e esperanças para o empregado (MILLS, 1979, pp.228-229).

Entretanto, tal hierarquia “artificial” das diferenças de *status* tende a desaparecerem para Mills (1979, p.229-230) mediante o trabalho mecanizado e padronizado, a diminuição do fato de o empregado compreender todo o funcionamento do sistema e a dificuldade de se entrar em contato direto com a autoridade, restando para o futuro à hierarquia baseada em fatores técnicos e econômicos.

Pode-se indagar com isso, de que forma tais fatores se concretizaram na realidade e o que há por traz desses fatores para a hierarquia/fragmentação da classe média. Aponta-se aqui desde já que é o mérito, ou melhor, a ideologia que o corresponde (meritocratismo) é que fragmenta a classe média, e como se demonstrará melhor no terceiro capítulo, está distante de se basear em critérios objetivos como os técnicos e econômicos.

O prestígio exige no mínimo duas pessoas, uma para pretendê-lo e outra para atribuí-lo, e as bases sobre as quais os indivíduos requerem tal prestígio são a propriedade, o nascimento, a ocupação, a instrução, a renda e o poder, conforme Mills (1979, p.257).

Segundo autor (1979, p.258-259) é muito relevante à posição do prestígio para definir e situar os colarinhos-brancos na estratificação social, além de pensar esses trabalhadores como uma camada social, pois esses, muito o reivindicam e já obtiveram algum prestígio, no esforço para superar o critério de estratificação apenas pela renda, sua psicologia pode ser definida como uma luta pelo prestígio.

O prestígio de uma camada baseia-se naturalmente, nas relações mútuas que ela entretém com outras camadas sociais. A situação intermediária dos colarinhos-brancos, uma característica negativa, e não funções técnicas definidas, escreveu Emil Lederer em 1912, é a marca social dos empregados que recebem salário mensal, e determina-lhes a posição social em suas próprias consciências e na opinião da comunidade (MILLS, 1979, p. 259-260).

Tal prestígio dos colarinhos-brancos é reivindicado por cinco aspectos exteriores, ou seja, são reivindicados para fora do seu grupo, conforme aponta Mills (1979, p.259-263):

1) uso de roupas de passeio no trabalho, por suas ocupações permitirem e até obrigarem o uso de roupas de passeio, esses empregados se diferenciam dos macacões usados pelos operários da fábrica;

2) consumo, pelo consumo ser limitado pela renda, a situação de classe e a posição de prestígio se entrecruzam, no ponto de interseção, destaca-se as despesas com roupas;

3) fetichismo da empresa, a tomada de empréstimo do prestígio da firma, essa identificação é facilitada, pois o trabalho em si oferece poucas oportunidade de reivindicar um prestígio superior frente aos outros, fazendo com que os indivíduos se apeguem ao prestígio da firma, em virtude da localização, renome, tipo de artigos que vende, como os mais caros e para quais clientes;

4) trabalhos que exigem maior capacidade mental frente a um menor esforço físico, o que por sua vez os diferenciam dos operários que exercem um esforço físico maior e é uma base clássica e histórica para as pretensões de prestígio dos colarinhos-brancos;

5) tempo necessário e a maneira para adquirir as especialidades das ocupações de colarinhos-brancos, tais especialidades são aprendidas mais na escola do que no emprego o que garante o prestígio ligado as suas qualificações, nota-se que os processos de adquirir qualificações profissionais que trazem mais prestígio combinam-se em muitas ocupações de colarinhos-brancos, e o mesmo não ocorre entre o operariado.

Deste modo, Mills imputa papel essencial para a escola como formadora de uma “ideologia” de classe média. Assim, para este (1979, p.264), a escola teria papel fundamental para as grandes pretensões de prestígio por parte das ocupações de colarinhos-brancos – de classe média, pois são os que mais estudam, mais até mesmo que o operário e os empresários. Tanto é que difere para a antiga classe média:

A passagem da pequena propriedade independente para as ocupações dependentes aumentou muito a influência da educação formal sobre as condições de vida. Para a nova classe média, a instrução substituiu a propriedade como uma garantia de posição social. As economias e o sacrifício da nova classe média para assegurar uma boa instrução aos filhos substituíram as economias e o sacrifício da velha classe média para ter certeza de que o filho receberia uma boa herança, com a qual poderia garantir sua subsistência. A herança da ambição profissional, e da instrução que é sua condição necessária, substituiu a herança de uma propriedade (MILLS, 1979, p.263-264).

Essa perspectiva auxilia na compreensão da reprodução da classe média enquanto grupo que exige um prestígio diferenciado do operário, com isso, a formação escolar é a única que garante que o filho da classe média continue exercendo um prestígio superior ao operário

que menos estuda e ocupa cargos que exercem mais esforço físico e de menor renda em alguns casos. O requerimento de prestígio da educação é aceita por parte da classe média, haja vista que todos os indivíduos das mais variadas classes irão passar por esse local de aprendizado, onde os indivíduos são inseridos igualmente, a classe média pode se sobressair como a que mais aprende o conteúdo passado e, portanto, merecedora de tal prestígio requerido para os demais.

Segundo Mills (1979, p.283-284) com o aumento das matrículas nas escolas públicas reforçou as ideologias de classe média em virtude dos professores representarem as atitudes e valores, costumes e capacidades intelectuais da classe média, a educação de massa também tem sido um dos principais meios sociais de ascensão dos empregados da nova classe média devido esses empregos exigirem qualificações que são proporcionadas pelo sistema educacional. Assim, o período escolar é a principal chave para todo o destino profissional dos colarinhos-brancos.

Entretanto, Mills (1979, pp. 265-267) nota um processo inverso, conforme sobe o nível geral de educação, diminui o nível exigido para ocupações de colarinho-branco, aliás, a racionalização²⁶ das ocupações de colarinhos-brancos leva necessariamente a uma menor exigência de aptidões para tais cargos, o que acaba por sua vez, retirando o prestígio pautado pelos colarinhos-brancos. Existem outras tendências que intensificam a perda de prestígio para o autor como a diminuição da importância da instrução e experiência na aquisição de conhecimento, nivelamento da renda dos colarinhos-brancos e aumento da renda dos operários, diminuindo a diferença salarial entre eles, e entre outros. Assim, ele observa uma tendência de aproximação dos colarinhos-brancos ao operário, o que denomina como uma proletarianização de *status*, ou seja, se todos fazem parte de uma confraria perde-se o sentido das distinções que o agrupam.

Por Mills (1979, p.312) partir da perspectiva teórica de classe em Weber (2012), ele não encontra necessidade para se compreender um grupo de pessoas quanto à ocupação, classe e *status*: 1) se eles assumirão uma consciência de classe na qual acreditam que essa união ao entorno de uma consciência comum é necessária para a defesa racional de seus interesses; 2) se organizarão ou deixarão se organizar em movimentos, partidos políticos etc.; 3) se adotarão qualquer tipo de atos coletivos e 4) se tornarão hostis para com outras camadas e lutarão contra elas. Observa-se desde já que esses aspectos condizem mais a perspectiva teórica das classes marxista e até mesmo por isso o autor ressalta:

²⁶ Constante uso de máquinas para auxiliar os trabalhadores de escritório, o que torna algumas funções desnecessárias em virtude do uso da tecnologia.

Essas características sociais, políticas e psicológicas podem ou não ocorrer em situações objetivas semelhantes. De qualquer modo, é preciso sondar essas possibilidades, e não usar atributos “subjetivos” como critério para a inclusão numa determinada classe; mas precisamente, como explicou Max Weber, convém tomar essas características como probabilidades na base de situações objetivamente definidas (MILLS, 1979, p.312)

Os debates acerca das concepções de classe seriam grandes e não ofereciam os melhores objetivos para se pensar a classe média. Embora, a concepção de classes sociais objetiva de Marx já responda a isso, pois designa a classe por um lugar na produção, algo que a situa objetivamente. Entretanto, atenta-se para a contribuição da concepção weberiana enquanto probabilidade de situações comuns ocorrerem ou não.

Assim, como analisar uma classe na perspectiva de Mills? O autor pontua que se um estrato social for bem analisado espera-se a recorrência de traços psicológicos. Assim, uma probabilidade de que os homens tenham uma mentalidade em comum, o que condiz necessariamente a certa homogeneidade em relação à classe, profissão, prestígio. O autor, aliás, pondera que outros fatores além dos psicológicos podem influenciar ao ponto de encontrar uma ideologia, organização e consciência comuns entre membros de uma camada semelhante. No entanto, os traços ideológicos tendem a estar associados à noção de camada social, a qual vai ao encontro de diferentes dimensões como classe, ocupação, *status* e poder (1979, p.313).

Cabe ressaltar aqui se esses traços psicológicos seriam oferecidos pela própria opinião da camada ou do analista e como isso seria determinado de forma objetiva? Para tanto, Mills (1979, p.313) insere como necessária para não cair em suposições injustificáveis da psicologia das classes a análise em separado da posição objetiva e da consciência ideológica. Ou seja, a objetividade é muito frágil em tal análise, pois parte do pressuposto que esses traços psicológicos são objetivos, sendo que são determinados pelo analista. O único fator objetivo aqui seria o lugar da camada na produção, até mesmo por que para tal medida o indivíduo nada poderia fazer.

Para Mills (1979, p.316) a situação objetiva dos colarinhos-brancos se aproxima da classe operária mediante ações de reivindicação de grupos de pressão por horas de trabalho, salários, férias, remuneração garantida em casos de doença, acidentes, desemprego e velhice. Assim, a nova classe média não se rebaixaria ao nível da classe operária, mas sim o contrário, a classe operária por meio de seus grupos de pressão (sindicatos) conseguiu uma elevação da condição de classe que se assemelha a condição da nova classe média de forma objetiva.

Tanto é que para o autor a renda da nova classe média tende a aproximar-se da classe operária, assim como, os fatores que garantiram um *status* diferenciado tendem a desaparecer e por último e principal argumento é pelo o aumento da racionalização que abaixa os níveis de qualificação dos colarinhos-brancos e seu trabalho torna-se cada vez mais parecido com os de uma fábrica. Aliás, à medida que a educação secundária atinge um número maior de operários, as qualificações de colarinho branco se tornam mais simples, o mercado de trabalho passa a incluir mais filhos de operários em funções antes de colarinhos-brancos (1979, p.315).

Embora, tal como, os operários conseguiram elevar sua condição de classe mediante os sindicatos, a nova classe média também adquire consciência das suas condições de existência enquanto empregados dependentes diferente da antiga classe média que possuía pequena propriedade, Mills (1979, p.320) ressalta com isso, a emergência dos sindicatos de colarinhos-brancos da sua época, meados da década de 1950 nos E.U.A. Todavia, ainda eram minoria os trabalhadores de colarinho-branco sindicalizados, totalizam 84% desses trabalhadores que ainda não pertencem a sindicatos.

Um traço ideológico importante dos colarinhos-brancos ressaltado pelo autor é a identidade dos com o patrão. Por haver uma semelhança de formação técnica e educacional entre empregado e patrão, além do fato de trabalharem juntos, o empregado pode tirar seu prestígio dessa proximidade, o que influencia na esperança de progredir na firma e por sua vez, essa lealdade com a gerência atrapalha-os a adentrarem a um sindicato (1979, p.323).

Isto realça outro aspecto, a sua dependência das companhias monopolistas para a segurança de seu emprego, diferentemente da antiga classe média dos pequenos proprietários que lutaram contra essas companhias (MILLS, 1979, p.369). Cabe ressaltar a semelhança com Poulantzas (1978), o qual também pensava a “nova pequena-burguesia” como aliada (favorável) do capital monopolista contra a classe operária.

Não obstante, a esperança de serem considerados diferentes dos operários pela gerência, de acordo com Mills (1979, p.330), e, portanto, de progredir na firma segundo os *caminhos individuais clássicos*. Mas independentemente disso, tem base na inveja e no preconceito e quando desaparecem juntamente com a esperança de progredir individualmente, os colarinhos-brancos passam a ver o sindicato como um instrumento que se familiariza com as ideias mais liberais e perdem a esperança de progredirem na firma.

Entretanto, o autor alerta que apesar de os sindicatos aumentarem o nível e a segurança da renda dos empregados de colarinhos-brancos, podem ao mesmo tempo diminuir o nível e a segurança do prestígio, já que na medida em que os sindicatos de colarinhos-

brancos se baseiam nas diferenças entre eles e os operários, e que suas organizações se assemelham a dos operários, perdem a base de seu prestígio. Portanto, o autor logra, ao analisar a nova classe média, pautar possíveis diferenciações no sindicato para manutenção de seu prestígio superior ao operário (1979, p.330).

Contudo, apesar de Mills criticar a polarização da sociedade fruto das grandes tendências teóricas de forma “equivocada” como foi demonstrado, acaba por não vislumbrar o desenvolvimento da nova classe média nos termos propostos por ele (gerentes, profissionais liberais, assalariados, vendedores e empregados de escritório). Algo que foi observado nas relevantes pesquisas de Bourdieu e Passeron (1982), e Saes (1984, 1985, 2005, 2007), tal classe, denominada aqui como classe média, não somente se expandiu como não se proletarizou, assim como, previa Mills ao criticar as grandes tendências acabou por criar outra – a proletarização da classe média.

Esta classe ainda continua a se diferenciar da classe operária na busca de um *status* superior por via ideológica amparada pelo reconhecimento da instituição escola enquanto distribuidora de lugares privilegiados na divisão do trabalho capitalista. É de se estranhar o fato da crítica de Mills à concepção das grandes tendências teóricas como a polarização da classe operária e burguesia, sendo que este ao mesmo tempo em que critica, compactua com uma grande tendência de polarização, já que vislumbra a proletarização da “nova” classe média, retornando para a polarização sócio demográfica.

2.4. Contexto da crítica de Poulantzas às concepções de classe média

Será trabalhado aqui o Poulantzas de *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, o qual pertence a uma fase de guinada teórica do autor, como aponta (MARTIN, 2008, p.19, apud MOTTA, 2009, p.223-224), que consiste no abandono de pensar o Estado como estrutura, que unificaria os diferentes níveis de uma formação social, ao invés disso, Poulantzas pensa como um aparelho político e ideológico e aproxima-se cada vez mais de uma definição relacional do Estado. Aliás, procura definir as classes sociais para além da localização nas relações econômicas, passando a analisa-las a partir de relações ideológicas e políticas que as determinam juntamente com as relações econômicas e a luta de classes.

Enquanto Saes (1998, p.15) ressalta que Poulantzas se mostrou incapaz em trabalhos posteriores a *Poder Político e Classes Sociais* de desenvolver e aprofundar suas teses iniciais, e aqui se enquadra a obra a ser trabalhada, como sendo uma obra de transição, até se chegar

na obra *O Estado, o Poder e o Socialismo* a propor novas teses sobre o Estado e encobrir sua primeira teorização.

Poulantzas não tem um conceito de classe média, mas antes um conceito de pequena-burguesia e nova pequena-burguesia, o que oferece certa dúvida do porque não utilizou o termo classe média e se este pode ser utilizado na teoria marxista ou, então, não a circunscreveria²⁷

Para Sávio Cavalcante (2014, p.19) é de se destacar em Poulantzas seu empenho de atacar o problema das classes médias sob a perspectiva do marxismo, o que por outros fora negligenciado.

Poulantzas, aliás, é taxativo nas críticas endereçadas às concepções de classe média e que muito contribuem até os dias atuais para os problemas teóricos desses conceitos. Em *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (1978) o autor procura sistematizar um conceito definido de pequena-burguesia dentro de sua teoria das classes sociais. Até porque, tal conceito de classes sociais marxista, do qual o autor seguia, estava sendo criticado pela grande produção acerca da classe média por parte da sociologia estadunidense, principalmente na figura de Wright Mills, que procurava situar os trabalhadores de colarinhos-brancos (não-manuais) fora da luta de classes, negando portanto, as classes sociais de Marx como foi visto anteriormente.

A grande preocupação de Poulantzas (1978, p. 213) é a negação da luta de classes presente numa antiga compreensão de classe social da social-democracia, podendo ser dividida nas concepções *empirista* e *nominalista-idealista*, às quais influenciaram para o autor as principais obras acerca da classe média da sociologia estadunidense e weberiana e que acabou influenciando a concepção de classes sociais marxista no interior do Partido Comunista Francês – PCF. O autor divide suas críticas nas duas grandes concepções de classes sociais.

Ambas as concepções consistem, segundo Poulantzas (1978, p. 216), no efeito do conjunto de resíduos de um empilhamento de modos e formas de produção concebidos de maneira abstrata, como modelo de classes sociais que fogem da rede de inteligibilidade do real-concreto - isto é, assumem a possibilidade de existência de classes que são externas a rede-modelo das classes sociais “abstratas” como efeito da riqueza do real-concreto. Em outras palavras, aparece para essas concepções que as formações sociais concretizam o modo de produção e, por conseguinte, as classes que, na sua “pureza abstrata” ultrapassam as

²⁷ Tal dúvida será retirada no terceiro capítulo quando for tratada a classe média em Saes.

abstrações (classe burguesa e classe operária), sendo então, o real-concreto mais rico que as abstrações que o fazem dele.

Quando de fato, segundo Poulantzas (1978, p.217) as classes de uma formação social não são a concretização das classes dos diversos modos de produção por si somente, essas por sua vez, podem dar lugar a recaídas concretas que lhe escapam, como por exemplo, a extinção de frações de classes e constituição de outras, comuns a todos os modos de produção divididos em classes.

Sendo, portanto, o contrário das concepções de origem social-democrata. Segundo Poulantzas (1978, p. 217), *a formação social é a forma de existência e de reprodução das classes nos diversos modos de produção* (luta de classes), as classes sociais são, assim, o conjunto de *efeitos da estrutura* na divisão social do trabalho que destina certos (lugares) as classes sociais nas esferas, econômica, política e ideológica. Esse efeito é designado pelo autor de determinação estrutural de classe, que também divide espaço com a (posição) de classe na conjuntura histórica individual de cada formação social.

As duas concepções de classes sociais *empirista* e *nominalista-idealista* são coniventes entre si, no sentido de chegar ao mesmo resultado: a negação das classes sociais e a luta de classes. Observa-se a síntese feita por Poulantzas (1978, p.220) sobre as duas concepções: 1) conjuntos sociais que saem da rede-modelo das classes; 2) indivíduos-conjuntos que não entram na composição das classes – somas de indivíduos. Desse modo, tudo levaria a crer que a polarização entre classe burguesa e operária deixaria de ser relevante na medida em que surgia um terceiro ator, que se exprimiria na classe média.

Para além da crítica às concepções empirista e nominalista-idealista, em *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, Poulantzas (1978, p. 213-215) procura defender sua tese no PCF contra a corrente *classe média terceira força*, que consistia numa aliança com os conjuntos intermediários contra a fase do capital monopolista na chamada estratégia da terceira via/terceira força entre capitalismo e socialismo. Mediante a isso, para Poulantzas ao mesmo tempo em que refutava a dissolução dos conjuntos intermediários na classe operária, negava sua especificidade de classe e sua vinculação, ao não responder questões essenciais para o problema, tais como: qual é o pertencimento de classe desses conjuntos? E esses são camadas de que classe?

Apesar dessa concepção apontar para a luta de classes de maneira “displicente” segundo Poulantzas, não situam as camadas intermediárias em relação às duas classes fundamentais, displicente, na medida em que, não possuem um lugar próprio de classe (pertencimento de classe) na luta de classes. Tal concepção, afirma o autor levaria em

consideração as classes sociais existindo apenas enquanto tais e em lugares isolados entrando em seguida na luta de classes, o que por conseguinte gera os conjuntos intermediários, esses sem lugar e pertencimento de classe. Ou seja, os conjuntos intermediários debatidos no PCF também estariam negando a luta de classes, não poderia, portanto, um conjunto intermediário sem pertencimento de classe estar na luta de classes, essa não o circunscreveria; “sustentar que existem grupos sociais exteriores às classes, mas na luta de classes, não tem estritamente sentido algum” (POULANTZAS, 1978, p.217-218).

É preciso, pois, observar bem: a) que as classes sociais só existem de qualquer maneira como luta de classes, os lugares das classes sociais encobrindo as práticas de classe (as relações sociais); b) mas que a determinação das classes na luta de classes não significa, por isso, que estas (ou alguns conjuntos sociais) só existiriam sob a forma *relacional*, no sentido de que elas permutariam de *situação* segundo a *luta de classe*, concebida aqui de acordo com o modelo de Touraine dos *movimentos sociais*. Isso seria, de fato, reintroduzir indiretamente, sob o disfarce de um *antiestruturalismo* de fachada, a concepção idealista de uma redução da determinação objetiva das classes à posição de classe: assim como a adoção, por uma certa camada de classe operária (aristocracia operária), de posições de classe burguesa não pode eliminar sua determinação estrutural de classe e transformá-la em *camada intermediária* [...] (POULANTZAS, 1978, p.217-218; grifos do autor).

Sobretudo, Poulantzas (1978) já aponta para seu conceito de classes sociais na ideia central sobre a determinação estrutural de classe, a qual, não é redutível à posição de classe como citado no trecho acima. O autor divide a determinação estrutural das classes na luta ideológica, política e econômica, essas são a expressão das lutas pelas posições de classe na conjuntura.

É relevante ressaltar as críticas das concepções de classe média por Poulantzas, pois, essas serão o guia das respostas dadas a partir de sua teoria de classes sociais as perguntas não respondidas por essas concepções “Mas em nenhuma parte se responde à questão: de qual classe esses conjuntos são camadas ou, por outro lado, qual é o pertencimento de classe dessas camadas?” (POULANTZAS, 1978, p.215).

Uma formação social é o local de existência de uma articulação de vários modos e formas de produção. Isso se manifesta: a) pela existência, em uma formação social, de mais de duas classes, ao lado das duas classes que dependem dos outros modos e formas de produção presentes nessa formação; b) por efeitos de decomposição e de reestruturação de classe, de fracionamento e de reagrupamento de classe, de sobredeterminação e de subdeterminação de classe: em síntese, por efeitos da articulação desses modos e formas de produção sobre as classes que daí se destacam em uma formação social (POULANTZAS, 1978, p. 216).

A partir dessa definição que irá surgir grupos ao lado das classes fundamentais de um modo de produção, a própria pequena burguesia tradicional seria um efeito disso, dependeria antes do modo de produção simples da pequena produção²⁸. Entretanto, qual modo de produção dependeria a nova pequena-burguesia? “[...] eu lhes reservarei o termo de nova pequena-burguesia, pois mostrarei que dependem, com a pequena-burguesia tradicional (pequena produção e propriedade, artesãos e comerciantes), de uma mesma classe, a pequena-burguesia (POULANTZAS, 1978, p.222).

A nova pequena-burguesia consiste nos trabalhadores assalariados improdutivos, enquanto a pequena-burguesia tradicional consiste na pequena produção e propriedade. Assim, ao que indica a nova pequena-burguesia e a pequena-burguesia tradicional são a mesma classe – a pequena-burguesia. Apesar de ocuparem lugares diferentes na divisão do trabalho elas sofrem os mesmos efeitos ideológicos e políticos na pequena produção e propriedade, segundo Poulantzas (1978, p. 223).

A pequena-burguesia e a nova pequena-burguesia estão negativamente relacionadas com as classes fundamentais (burguesia e operariado) de acordo com as relações econômicas, pois, não pertence a nenhuma delas. No entanto, alerta Poulantzas (1978, p.224) que o critério negativo não é capaz de produzir um lugar comum nas relações econômicas, mas por outro lado, tal critério produz semelhanças econômicas que por sua vez, terão efeitos políticos e ideológicos.

Em suma, o autor quer alertar para o fato de poder situar tal classe nas relações políticas e ideológicas comuns. O fato de não estarem nas relações de exploração direta cria *distorções-adaptações* nas relações político-ideológicas, essas se referem à determinação estrutural de classe (POULANTZAS, 1978, p.225).

Para tanto, Luis Felipe Miguel (1998, p. 26-27) vai identificar em Poulantzas o argumento da junção da pequena-burguesia com a nova pequena-burguesia em uma mesma classe pelo fato de os dois grupos sofrerem os mesmos efeitos ideológicos. Desse modo, o critério de definição das fronteiras de classe passa a ser a ideologia.

²⁸ A tese da dependência de outros modos de produção também é referida por Marx (1863, p.15-16) em que afirma que a produção dos artesãos e dos camponeses independentes não depende do modo de produção capitalista, porque, na relação de comprador e vendedor, ambos, apesar de aparecerem como vendedores de mercadorias e não de trabalho, não trocam capital por trabalho, antes, trabalham com os próprios meios de produção e é possível que reproduzam a sua própria força de trabalho se apropriando de seu trabalho excedente em parte ou na sua totalidade. Nesse sentido, se diferenciam do modo de produção capitalistas: 1) possuem os meios de trabalho e 2) são seus próprios patrões e trabalhadores assalariados.

Enquanto para John Milios e George Economakis (2011, p.66) Poulantzas insere diferentes agrupamentos numa mesma classe porque exercem o mesmo tipo de funções sociais no interior da reprodução capitalista, embora em níveis diferentes. A nova pequena-burguesia não faz parte da classe capitalista por não ser proprietária dos meios de produção e nem faz parte da classe operária, apesar de vender sua força de trabalho, devido a sua posição da rede de funções em torno do poder capitalista (econômico, político e ideológico), portanto, isso a caracteriza como uma classe social intermediária.

De acordo com Milios e Economakis (2011, p. 74), a pequena burguesia em Poulantzas é composta por várias frações de classe, como a média burguesia e as classes médias no geral (pequena burguesia tradicional, nova pequena-burguesia e média burguesia). Essa junção de classe se dá por meio dos efeitos pertinentes que indicam posições potenciais de classe. Deste modo, essa classe social intermediária (pequena burguesia) sofreria os mesmos efeitos político e ideológicos.

Saes (1984, p. 4), também contribui ao analisar a dificuldade de operacionalização do conceito de nova pequena-burguesia de Poulantzas para um país como o Brasil que jamais teve uma pequena-burguesia tradicional e se constituiu um verdadeiro campesinato, pois a economia agrária nunca adotou um regime de produção feudal. Assim, o problema teórico tratado por Poulantzas da junção de grupos tão diferentes como a pequena-burguesia tradicional (camponeses, artesãos e pequenos comerciantes) com a nova pequena-burguesia (trabalhadores assalariados improdutivos) em uma mesma classe em virtude de uma ideologia em comum - subconjunto ideológico pequeno-burguês - não circunscreveria a realidade brasileira.

Apesar disto, Saes (1985, p. 287) identifica que se quer na esfera ideológica a junção da pequena-burguesia e da nova pequena burguesia seria correta. A primeira é apegada a propriedade privada dos meios de produção (ideologia de pequenos proprietários independentes), por isso, tende a ter dificuldades a qualquer processo de coletivização dos meios de produção; enquanto a segunda, a classe média nos termos de Saes luta para a perpetuação da divisão entre trabalho intelectual e manual e valorização do trabalho não manual. Ou seja, não teria motivo pelo qual a pequena burguesia de se juntar ideologicamente com a “classe média” - nova pequena burguesia, pois, ambas almejam interesses políticos diversos no Estado burguês²⁹.

²⁹ Estado burguês para Saes (1985, p.25-33) e, baseado nas obras de Marx e Engels se divide em dois aspectos relevantes, de 1) organização de um modo particular a dominação de classe e, 2) correspondência a relações de produção capitalistas. O autor procurar dar ênfase ao segundo aspecto, ou seja, na pergunta fundamental, como

2.5. Trabalho produtivo e improdutivo

Para Cavalcante (2014, p.74-75), Poulantzas parte da noção de Antonio Gramsci – não existe trabalho estritamente manual ou intelectual, o que existe são distinções políticas e ideológicas no seio da empresa capitalista. A mera vinculação dos engenheiros e técnicos com o trabalho coletivo produtivo não faz deles proletários. A especificidade ideológica de reproduzirem as relações de produção capitalistas, divisão manual/intelectual, os faria agentes da pequena burguesia.

Assim, para Cavalcante (2014, p.77) os motivos que levam Poulantzas a diferenciar o trabalho manual/intelectual é a valorização do efeito social do trabalho intelectual. Em suma, sua valorização cultural na sociedade capitalista. Decorre dessa valorização social do trabalho intelectual, o monopólio do saber, como o saber falar bem, o uso correto da palavra. Diante disso, os trabalhadores intelectuais se diferenciam do trabalhador manual por se tratar de trabalhos que exigem menos conhecimentos ou aptidões.

Devido a prevenções acerca do caráter classificatório das classes, Poulantzas enrijece a operacionalização de seus conceitos e permite que a classe operária seja realmente reduzida, segundo Cavalcante (2014, p.83), o que para esse último parece ser o maior limite da obra *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* do autor. Há de algum modo, para Cavalcante, a ausência do proletariado que aparece apenas como o outro das frações e camadas excluídas de suas fileiras. O outro erro de Poulantzas seria caracterizar os trabalhadores de escritório como pertencentes à nova pequena-burguesia.

De acordo com Miguel (1998, p. 26) o trabalho produtivo em Poulantzas é aquele que gera mais-valia diretamente em contraposição ao trabalho que permanece na realização desta ou da circulação que seria então, o trabalho improdutivo/intelectual. Já o trabalho manual é aquele no qual o trabalhador está em contato direto com a matéria. Seriam assim, proletários

um Estado particular corresponde a relações de produção capitalistas. Para tanto, o autor oferece uma resposta que é na medida em que somente uma estrutura jurídico-política específica torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas, como na relação do produtor direto – não proprietário dos meios de produção e o proprietário dos meios de produção e na separação entre produtor direto dos meios de produção, algo específico das relações de produção capitalistas. Além disso, o Estado cria condições ideológicas para a sua reprodução na dupla função: individualiza os agentes da produção (produtores diretos e proprietários dos meios de produção) mediante a sua conversão em pessoas jurídicas (sujeitos individuais) regulamentando assim, a troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário à forma de um ato de vontade realizado por iguais (sujeitos individuais); a outra função, neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva antagônica ao proprietário dos meios de produção, que cria outro coletivo oposto à classe social, unificando-os em um delimitado espaço geográfico, o povo-nação, esta é a forma de coletividade antagônica que o Estado burguês impõe aos agentes da produção.

apenas os trabalhadores manuais produtivos, todos os outros formariam a nova pequena-burguesia.

Supervisores e gerência são excluídos do trabalho produtivo por Poulantzas por serem detentores dos “conhecimentos secretos” ou do “monopólio do saber” do processo de produção, e se colocam de forma antagônica com a classe operária ao reproduzirem e preservarem a divisão técnica do trabalho (CAVALCANTE, 2014, p.72).

Cabe ressaltar que Poulantzas (1978), ao se basear em Marx, caracteriza a classe operária não pelo simples critério negativo, como a sua exclusão das relações de propriedade - ou seja, ela não detém os meios e os objetos de produção e de tudo que a classe operária produz nada é seu, pertencendo antes, a classe proprietária (burguesia) que compra em forma de salário o valor do uso da força de trabalho, algo sempre correspondente a uma fração inferior daquilo que produziu, o restante, o sobretabalho fica com o proprietário, aparecendo para este último em forma de lucro da produção, que o utiliza para produzir mais e conseguir maior lucro através do produto final.

Segundo Miguel (1998, p. 26), Poulantzas considera insuficiente à dupla de critérios para localizar as classes no modo de produção capitalista, que são propriedade dos meios de produção e trabalho. O problema seria que essa definição pode incluir tanto um executivo quanto um trabalhador braçal, ou seja, qualquer pessoa que vive do trabalho. Mediante a isso, Poulantzas vai estabelecer distinções entre trabalho manual e intelectual.

Ora, mas a relação de exclusão da propriedade também se faz presente na nova pequena-burguesia, ela assim como a classe operária, não é proprietária dos meios e objetos de produção. Para tanto, Poulantzas (1978) acha insuficiente esse critério negativo e faz uso de um elemento explicativo de Marx em que afirma que todo o trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é produtivo. Desse modo, utiliza o critério da produtividade do trabalho para classificar a nova pequena-burguesia e, portanto, define: “é trabalho produtivo aquele que produz diretamente mais-valia, que valoriza o capital e que é trocado pelo capital” (POULANTZAS, 1978, p.229).

Marx em *Produtividade do Capital, Trabalho Produtivo e Improdutivo* (1863) destaca a complexidade da natureza do trabalho no capitalismo. Um trabalho pode tanto ser produtivo como improdutivo, vai depender necessariamente se este produz capital ao se submeter ao próprio capital e acrescer valor. Marx (1863, p.11) utiliza o exemplo bem ilustrativo da cantora que ao vender seu canto por conta própria é uma trabalhadora improdutiva. Contudo, se a mesma cantora for contratada por um empresário para ganhar dinheiro com seu canto é uma trabalhadora produtiva.

Atenta-se para o fato do recolhimento do lucro pela própria trabalhadora faz com que ela exerça um trabalho improdutivo, mas quando há um terceiro na relação de troca que recolhe o sobretrabalho dela enquanto produtora direta do canto, isto age em favor do trabalho produtivo, pois produz capital e acresce valor para quem a contratou. “A mera troca direta por trabalho, portanto, não transforma o dinheiro em capital ou o trabalho em trabalho produtivo” (MARX, 1983, p.12).

Na realidade, essa concepção, por mais irracional que seja à primeira vista, é contudo correta até certo ponto. Sem dúvida, o produtor cria, no caso considerado, a própria mais-valia (supõe-se que vende sua mercadoria pelo valor), ou seja, o produto todo só materializa o próprio trabalho. Poder ele, porém, tomar para si mesmo o produto inteiro do próprio trabalho e um terceiro, o patrão, não se apropriar do excesso do valor do produto acima do preço médio de sua jornada de trabalho, é mercê que deve não a seu trabalho - que não o distingue de outros trabalhadores - e sim à propriedade dos meios de produção. Assim, é por força da propriedade destes que se apodera do próprio trabalho excedente e, como seu próprio capitalista, consigo mesmo se relaciona na qualidade de assalariado (MARX, 1983, p.16)

O que configura um trabalho como sendo produtivo para Marx é a conversão de tempo de trabalho necessário, ou seja, o trabalho não pago ao produtor direto, este trabalhará um determinado tempo a mais para o proprietário dos meios e objetos de produção. “Este, o primeiro ponto a elucidar: trabalho que produz mais-valia ou que é força que permite ao capital criar mais-valia, assumir a figura de capital, de valor que cresce por si mesmo” (MARX, 1863, p. 4). Como se demonstra, isso não é muito diferente da forma de se pensar o trabalho produtivo em Poulantzas (1978, p.229), enquanto produtor de mais-valia.

Há outros exemplos em Marx (1863, p.12) sobre essa questão: a) de um alfaiate que vende sua força de trabalho em troca de um produto, como uma calça, e b) de um alfaiate que trabalha em uma alfaiataria capitalista e vende sua força de trabalho em troca de um salário. Para o comprador tanto faz comprar de um como de outro, este por sua vez, procura o valor mais barato da calça. Suponha-se que ele prefira comprar a calça do alfaiate do exemplo A. Assim, ele irá comprar o serviço que o alfaiate prestou para satisfazer a sua necessidade de vestuário. Já o dono da alfaiataria compra para fornecer mais valor de troca do que custa realmente, como simples meio de trocar menos trabalho por mais trabalho na venda do produto final.

Trabalho produtivo, portanto é o que - no sistema de produção capitalista - produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital (MARX, 1983, pp. 6-7).

Os trabalhadores produtivos, isto é, os trabalhadores que produzem capital são caracterizados por Marx pelas circunstâncias de seu trabalho ao realizarem mercadorias, produtos do trabalho, em riqueza material. Assim, para Marx (1863, p.17) a produção imaterial resulta em mercadorias, valores de uso que possuem uma forma autônoma, podendo circular entre produção e consumo como mercadorias vendáveis, tais como livros, quadros e outros produtos artísticos. Como referido anteriormente tal produção imaterial pode tanto se configurar em trabalho produtivo como trabalho improdutivo.

É relevante ressaltar que em *Produtividade do Capital, Trabalho Produtivo e Improdutivo*, Marx quer ressaltar a produtividade e a improdutividade para o capitalista, dono dos meios e objetos de produção e não para quem a consome. Um artista e um professor podem exercer funções improdutivas perante o público para o primeiro, e para o segundo em relação aos alunos, mas o que interessa na análise de Marx (1863, p.18) é se ambas as profissões se submetem a uma empresa capitalista ou trabalham por conta própria para caracterizar seus trabalhos como produtivos ou improdutivos perante o capital.

De acordo com Marx (1863, p.18-19) o engenheiro, apesar de trabalhar com a mente, sua produção se expressa em mercadoria ou num produto material, assim, juntamente com o operário, os dois são a máquina viva da produção e, portanto, produtivos “[...] considerando-se o processo global de produção, trocam o trabalho por capital e reproduzem o dinheiro do capitalista como capital, isto é, como valor que produz mais-valia como valor que cresce” (MARX, 1863, p.18).

Desse modo, tanto faz o operário e o engenheiro para o capitalista. O que poderia ir de encontro com a tese de Poulantzas acerca do trabalho improdutivo, não necessariamente se contrapõe, pois, o autor procura analisar a pequena-burguesia do ponto de vista da classe operária e frente a essa, se pode considerar o engenheiro como trabalhador improdutivo, assim como, o artista e o professor também o seriam a partir desta perspectiva.

Segundo Poulantzas (1978, p. 229), Marx delimita as fronteiras essenciais da classe operária. Os trabalhos que depende da esfera da circulação do capital ou que contribuem para a realização da mais-valia não seriam produtivos³⁰, pois não produziram a mais-valia e não

³⁰ Poulantzas (1978, p.237-239) se posiciona frente ao debate acerca das concepções de trabalho produtivo em Marx: 1) definição geral de trabalho produtivo comum a todas as formas históricas de processo de trabalho e 2) análise do trabalho produtivo capitalista, específico ao MPC. O autor argumenta que existe uma junção das duas na obra de Marx pela distorção da mercadoria, na primeira concepção Marx se refere ao trabalho produtivo como criador de mercadorias, apesar de existirem trabalhos em que podem tomar a forma mercadoria sem por isso produzir mais valia ao capital, como o trabalho de pintores, artistas e escritores que concretizam seus trabalhos respectivamente na obra de arte e no livro. No entanto, trata-se de uma só concepção para Poulantzas que é

interveriam diretamente na reprodução dos elementos materiais de produção, portanto, não fazem parte da classe operária (trabalhador produtivo).

No entanto, vale ressaltar que para o capitalista individual, os trabalhadores assalariados aparecem como fonte de lucro. Esses trabalhadores também são explorados e o seu salário corresponde para a reprodução de sua força de trabalho, segundo Polantz (1978, p.230). Apesar de que, na esfera da circulação, a separação entre o trabalhador e os meios de produção é negada e transformada no seu contrário – os meios de produção (SAES, 1994, p.59).

Poulantzas (1978, p. 230) assim, reconhece o caráter de classe explorada dos trabalhadores de serviços mencionados anteriormente. O que ele chama a atenção é para o fato de diferenças no *capital social* de sua reprodução, pois o lucro do capital comercial e bancário não resultam de um processo de criação de mais-valia, mas antes, de uma *transferência de mais-valia* criada desse modo pelo capital produtivo. O trabalhador de serviços nesse sentido, somente tem a função de contribuir para a repartição da massa de mais-valia entre as frações do capital, segundo a taxa média de lucro. “São enfim considerados como trabalhadores improdutivos aqueles que tomam a forma de serviços, cujos produtos ou atividades são consumidos diretamente como valores de uso e que não se trocam pelo capital mas pela renda” (POULANTZAS, 1978, p.231).

Exemplificando, um comerciante do ramo de sapatos não produz nada, este apenas repassa os sapatos da fábrica para o consumidor final, a mais-valia já vem embutida na compra por ele efetuada do sapato, este apenas repassa sua taxa de lucro baseada no quanto de salário vai ser despendido com empregados, custos de manutenção e etc. Para este também se apropriar de parte da mais-valia, por isso, transfere mais-valia para o produto final e não a cria, o trabalhador do comércio nesse sentido, apenas contribui para a transferência de valor.

Há um dilema intrínseco nessa afirmação de Poulanzas, o trabalhador de serviços não acresce valor ao produto, mas em sua relação existe um terceiro, o empregador capitalista que não necessariamente explora seu trabalho de forma direta (segundo a relação de exploração capitalista dominante), antes, depende do capital produtivo e da respectiva venda do produto final. Nessa perspectiva, o autor vai em direção do que os capitais comercial e bancário representam por suas respectivas funções que são na realidade improdutivas e o generaliza para os trabalhadores desses setores. Até mesmo porque suas funções estariam circunscritas as funções desses capitais. De onde então, viria o salário desses trabalhadores?

completada, de intervenção direta na produção material para produtor direto de mais-valia, uma já estaria em essência na outra e se complementaria em uma somente.

[...] ora, a relação salarial e a intervenção direta do capital tendem a apoderar-se do conjunto dos serviços. Dos ramos da medicina aos das diversas profissões liberais (advogados, arquitetos etc.), passando por aqueles dos espetáculos, da informação etc., os agentes prestadores de serviços tornam-se, maciçamente, assalariados do capital que se apodera dessas atividades. Esses agentes assalariados não se tornam, no entanto, trabalhadores produtivos. Mas vendem, também eles, sua força de trabalho ao capital, seu salário corresponde à reprodução dessa força de trabalho e fornecem uma parte do trabalho não-pago: eles vêm que são extorquidos do sobretrabalho, que permite ao capital economizar sobre suas rendas para aumentar a mais-valia acumulada em relação à mais-valia consumida ou despendida em custos falsos (POULANTZAS, 1978, p.233).

Assim, o capitalista não compra o trabalho do trabalhador improdutivo por capital e troca por mais capital, compra antes, os serviços e o troca por renda. Esse último também oferece ao capitalista sobretrabalho de que lhes é extorquido, segundo Poulantzas (1978, p.233-234).

De acordo com Cavalcante (2014, pp. 62-63), Poulantzas comete um erro ao relacionar trabalho produtivo como sendo apenas o trabalho assalariado pelo capital que produz mais valia ao reproduzir os elementos materiais, ou seja, aquele que intervém diretamente na produção material produzindo assim, valores de uso que aumentam as riquezas materiais. Dessa forma para Cavalcante, Poulantzas desconsidera passagens importantes de Marx sobre trabalho produtivo, relacionando esse a apenas a materialidade como critério de produtividade do trabalho.

Para Cavalcante (2014, p.64), Poulantzas restringe o trabalho produtivo à riqueza material, primeiramente por não seguir a preocupação permanente de Marx em focar a relação essencial da produção capitalista e a forma como ela se reveste. Assim, a pergunta acerca das particularidades dos diversos conteúdos gerados no trabalho (materiais ou não) não circunscreveria o horizonte de análise de Marx, o qual Poulantzas o negaria, partindo então das particularidades do trabalho produtivo.

Desse modo, Cavalcante (2014, p. 64) afirma que em Poulantzas não haveria produção de valor fora da esfera material. O trabalho produtivo gera valores de uso a partir da mediação com os meios e objetos de trabalho. Valores de uso que são o conteúdo material da riqueza, o suporte material dos valores de troca. O que segundo Cavalcante não seria adequado, pois,

não é suficiente produzir valores de uso, é preciso produzi-los sob a forma capitalista, gerando mais-valia e valorizando o capital³¹.

Contudo, a produtividade e a improdutividade do trabalho e o que se trabalha até aqui como sendo verdadeira fronteira de classe entre a classe média e a classe operária pode ter sofrido mutações atualmente, como ressaltado por Lojkine (2002, p.280) que defende que a revolução informacional³² fez com que o trabalho improdutivo deixasse de ser monopólio de uma categoria social e passasse a se fazer presente em até mesmo, ocupações manuais.

Algo que abre caminho para futuras pesquisas acerca do deslocamento da fronteira de classe do trabalho improdutivo/produtivo após a revolução informacional sob a égide do modelo neoliberal de desenvolvimento capitalista. Haja vista, que a análise acerca da fronteira de classe de Poulantzas (1978) é restrita ao capital monopolista, isto, alertado pelo próprio autor -, que as diferenças entre a produtividade e a improdutividade do trabalho mudam de acordo com os modelos de desenvolvimento capitalista.

2.6. Trabalho intelectual/trabalho manual

Há para Poulantzas (1978, p.243) uma insuficiência do critério das relações econômicas na distinção trabalho produtivo e improdutivo como fronteira de classe entre a classe operária e a nova pequena burguesia. Essa insuficiência se daria pelo fato da implicação de se pensar o processo de produção material. Como inserir, por exemplo, supervisores do processo de trabalho, engenheiros e técnicos enquanto trabalhos improdutivos sendo que, muitas das vezes exercem segundo a distinção entre produtividade e improdutividade, trabalhos produtivos, pois auxiliam na criação de mercadorias e consequentemente na produção de mais-valia.

Para uma saída a esse dilema teórico, o autor (1978, p.248) vai propor que, apesar de os supervisores do processo de trabalho, engenheiros e técnicos estarem diretamente ligados à produção nas relações econômicas, esses por sua vez, nas relações políticas na divisão do trabalho cabem à função de “empresários”, ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo, os proprietários terceirizaram sua função de fiscalização, direção do processo de trabalho e

³¹ Contudo, não será possível avançar nesse debate dado as leituras de Marx serem ainda insuficientes para a profundidade que o tema exige. Entretanto, foi buscado com isso mapear o debate entorno do trabalho produtivo e improdutivo em Marx e em Poulantzas.

³² A revolução informacional emerge na segunda metade do século XX. Trata-se de uma revolução da informação e organizacional, a qual afetou a antiga relação homem/máquina/produto material, própria do maquinismo para a relação homem/homem, em que a informação passa a ser também um produto (LOJKINE, 2002, p.125).

coleta de mais-valia, antes efetuada pelos capitalistas. Assim, não fazem parte da classe operária porque estão em uma função do capital.

Ora, apesar dessa função os supervisores, gerentes e técnicos são assalariados e expropriados do seu sobretrabalho, o que indicaria de início um duplo pertencimento de classe, burguês e operário e uma dificuldade em situa-los em uma única determinação de classe. Poulantzas (1978, p.248) alerta para que em alguns momentos, esses trabalhadores podem exercer até mesmo os poderes decorrentes da relação de posse, domínio e direção do processo de trabalho.

Para tanto, o autor procura encontrar a determinação de classe dos supervisores, gerentes e técnicos por meio da divisão trabalho manual e intelectual, pois essa divisão não dependeria da divisão do trabalho produtivo e improdutivo que, como foi visto em Marx, não depende por sua vez, de um trabalho manual, antes da submissão as relações de produção capitalistas. Desse modo, tais trabalhadores exerceriam trabalho produtivo e poderiam ser situados como operários, sendo que, no entanto, esse não é o objetivo de Poulantzas ao pensar tais trabalhadores fazendo parte da classe operária e sim, delimitar as fronteiras que o separam da classe operária.

Então, esses técnicos e engenheiros têm tendência a fazer parte do trabalho produtivo capitalista, pois valorizam diretamente o capital na produção de mais-valia. Se não pertencem, em seu conjunto, à classe operária, é que, no seu lugar no interior da divisão social do trabalho, realizam as relações políticas e ideológicas de subordinação da classe operária ao capital (divisão trabalho intelectual/trabalho manual), e que esse aspecto de sua determinação de classe é o aspecto dominante (POULANTZAS, 1978, p.262).

A divisão trabalho manual/intelectual depende de um modo de produção determinado e está diretamente ligada as especificidades das relações de produção desse modo de produção, no caso do capitalismo, “principalmente à separação e despossessão do produtor direto de seus meios de produção, tal qual se reproduz pela subsunção real do trabalho ao capital” (POULANTZAS, 1978, p.255).

A partir do capitalismo as forças intelectuais desenvolvem de um único lado e desaparecem de todos os outros, a produção dos operários concentra-se diante deles no capital. Assim, o capitalismo oporia as forças intelectuais da produção como poder que os domina, segundo Poulantzas (1978, p.255-256).

Em o *Capital e Tecnologia - manuscritos econômicos* (1861-1863), Marx defende a tese segundo a qual o capitalismo foi o primeiro modo de produção a pôr a ciência a serviço

direto do processo de produção, essa, está contra o trabalhador direto e não está para o seu benefício imediato, até mesmo por ser utilizada para se obter maior produtividade em menor tempo, que tem por consequência o aumento da mais-valia relativa, mas também, da mais-valia absoluta, já que em um possível aumento das horas trabalhadas significaria muito mais lucro com a utilização das máquinas do que sem o seu uso, pelo simples fato do uso desse agente de produção ser mais barato do que o uso da força de trabalho humana.

Marx apenas retira os conhecimentos científicos circunscritos no conjunto da ideologia burguesa, a Economia Política erguida pelo marxismo. Nesse mesmo sentido, pode-se indagar que o conhecimento é posto em funcionamento pela burguesia e por isso, carrega consigo a ideologia dominante em sua aplicação.

Digamos simplesmente que a ciência em questão, apropriada pelo capital, não é encontrada jamais de forma pura ou neutra, mas sempre sob sua forma de saber estreitamente imbricado na ideologia dominante. É o mesmo caso que se designa como pesquisa fundamental: é a ciência como tal que está submetida às condições sociais, políticas e ideológicas de sua constituição, e não somente suas aplicações tecnológicas, tanto mais que não existe separação essencial, ao menos depois da revolução industrial (maquinismo e grande indústria), entre ciência e técnica. Mas as coisas vão, no entanto, mais além, pois, no caso dos engenheiros e técnicos, trata-se precisamente das aplicações tecnológicas dos conhecimentos científicos ao processo de produção material, é o desenvolvimento maciço desse aspecto que condiciona atualmente a extensão desse conjunto de agentes (POULANTZAS, 1978, p.256).

Por isso, a divisão manual/intelectual é tão relevante para os engenheiros e os técnicos, e que por meio dela que o autor procura delimitar suas fronteiras de classe. Esses engenheiros e técnicos, por sua vez, dependem incessantemente da separação do saber do produtor direto e controle por parte desses funcionários que o utilizam contra o operário na maior produção de sobretrabalho. Assim, esses agentes põem em funcionamento as aplicações tecnológicas da ciência a serviço do capital. “As aplicações tecnológicas da ciência estão imediatamente presentes aqui como materialização da ideologia dominante” (POULANTZAS, 1978, p.256).

Desse modo, o autor (1978, p.256) tira uma primeira conclusão quanto à questão dos engenheiros e técnicos, o trabalho desses, enquanto aplicação tecnológica da ciência encontra-se submetido à ideologia dominante que eles materializam em seu próprio trabalho.

[...] eles são assim portadores da reprodução das relações ideológicas no próprio seio do processo de produção material. Seu papel nessa reprodução, através da via indireta das aplicações tecnológicas da ciência, toma precisamente a configuração capitalista de uma divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, que manifesta as condições ideológicas do processo de produção capitalista (POULANTZAS, 1978, p.256-257).

O engenheiro e o técnico são assim, fruto do que o autor (1978, p.257) denomina de *monopólio do saber*, o qual é a forma de apropriação capitalista dos conhecimentos científicos e da reprodução das relações de dominação-subordinação, excluindo os subordinados do conhecimento científico (classe operária).

Essa relação com o conhecimento científico e sua aplicação nas relações de produção capitalistas designam os lugares dos engenheiros e técnicos nas relações ideológicas, segundo a teoria de classes sociais de Poulantzas. Seus respectivos lugares nas relações políticas são de supervisão e direção do processo de trabalho, eles materializam a ideologia dominante em seus trabalhos, por isso são *portadores* da reprodução das relações ideológicas no seio do processo de produção material, seu papel consiste pela via indireta das aplicações da ciência que toma a configuração capitalista da divisão trabalho manual e intelectual, manifestando as condições ideológicas no processo de produção capitalista na exclusão do saber do trabalhador direto e legitimação do trabalho intelectual, segundo Poulantzas (1978, p. 256-258).

Além disso, cumprem esse trabalho de direção e de supervisão na medida em que se encontram investidos de funções em relação ao saber. Seu trabalho intelectual, separado do trabalho manual, representa o exercício das relações políticas no despotismo da fábrica legitimadas pelo, e articuladas ao, monopólio e segredo do saber, isto é, à reprodução das relações de dominação e subordinação ideológicas. É essa articulação estreita que caracteriza o trabalho intelectual dividido com o trabalho manual no processo de produção capitalista (POULANTZAS, 1978, p.260).

Nesse sentido, é por meio da ideologia de separação do conhecimento do trabalhador direto, conforme Poulantzas (1978, p.255) um efeito da não posse dos meios de produção que age em favor dos trabalhadores intelectuais nas relações de dominação/subordinação política nos cargos de supervisão e direção do trabalho produtivo em que esses controlam diretamente a eficácia do trabalho produtivo, como no exemplo, oferecido pelo autor (1978, p.260) no cumprimento das normas de rendimento. Assim, já se demonstra a submissão da divisão do trabalho manual/intelectual às especificidades das relações capitalistas de produção, à qual os engenheiros e técnicos estão submetidos em uma relação de superioridade ideológica, política e econômica em se tratando de rendimento frente ao trabalho manual.

Poulantzas (1978, p.260) afirma que se o saber separado do produtor direto comporta as tarefas de direção e supervisão na fábrica; por outro lado, tais tarefas se legitimam pela relação com o saber. Desse modo, as relações ideológicas e políticas do trabalho intelectual

dependem uma da outra, o que proporciona a afirmação de que não existem em separado, mas sim, que são fruto das relações capitalistas de produção.

2.7. Fracionamento da pequena-burguesia

De acordo com Poulantzas (1978, p.269-270), os trabalhadores intelectuais também são explorados nas relações políticas de direção e supervisão do processo de trabalho, pois, os empresários ao ocuparem diretamente o lugar do capital na empresa (instâncias dirigentes) subordinam os engenheiros e os técnicos impondo as finalidades da produção monopolista. O que não é diferente com o monopólio do saber que é submetido a instâncias dirigentes, sendo possível até mesmo encontrar a parcialização do trabalho em seus trabalhos intelectuais, algo comum do trabalho manual.

Assim, as próprias instâncias dirigentes burguesas “estratificam” hierarquicamente trabalhadores intelectuais, enquanto alguns pertencem às instâncias dirigentes do capital, outros permanecem diretamente calcados na produção, o que permite relacionar como fracionamento desse conjunto em frações pequeno-burguesas.

A reprodução da divisão trabalho intelectual/trabalho manual no seio do trabalho intelectual refere-se de fato ao próprio conjunto pequeno burguês engenheiros-técnicos e se manifesta aqui como fracionamento desse conjunto em frações pequeno burguesas, principalmente ao lado dos técnicos e de certos casos de engenheiros subalternos (desenhistas, técnicos químicos, agentes técnicos da construção etc., ou ainda engenheiros mecânicos, engenheiros de transportes etc.) cujo próprio trabalho é constantemente desqualificado-parcializado em relação àquele da fração superior. Fracionamento cujos efeitos se encontram na hierarquia salarial no seio desse conjunto (POULANTZAS, 1978, p. 271).

Poulantzas (1978, p.271), aliás, aponta que esses trabalhadores apesar da polarização no seu posicionamento de classe podendo variar de classe burguesa a operária de acordo com suas frações, ainda mantêm diferenças em seu posicionamento na conjuntura que continuam a marca-los.

No entanto, apesar de possuir frações superiores e inferiores e nas relações econômicas, os engenheiros e técnicos ocupam parte do trabalhador coletivo-produtivo como aponta o autor (1978, p.271), esses trabalhadores não deixam de ter uma determinação estrutural de classe específica pelo lugar ocupado nas relações de dominação/subordinação ideológica e política de que são portadores; e como foi visto, esses trabalhadores são também

submetidos ao capital em sua posição de direção/supervisão do trabalho e no monopólio do saber pela divisão do trabalho intelectual/manual.

Segundo Poulantzas (1978, p.278-279) o fracionamento da nova pequena-burguesia deve ser distinguido por graus de atividade intelectual dos mais altos aos mais humildes de acordo com o lugar ocupado na divisão trabalho intelectual/manual, baseado por sua vez, nas relações ideológico-políticas entre os trabalhos tidos como mais ou menos “intelectuais”. Apesar de certa aproximação de alguns serviços da classe operária no capital monopolista, o autor (1978, p.279) alerta que isso não retira a barreira de classe com a classe operária, e sim, reproduzem de uma nova forma a divisão trabalho intelectual/manual.

As relações econômicas também resguardam características comuns para os trabalhadores da nova pequena-burguesia, ambos são trabalhadores assalariados explorados pelo capital, “seja porque vendem sua força de trabalho, seja pela posição dominante do capital nos termos da troca (serviços)” (POULANTZAS, 1978, p.272). Embora, para Poulantzas essa posição comum não seja suficiente para que esses diversos conjuntos pertençam a uma mesma classe, é preciso analisar os lugares desses conjuntos nas relações políticas e ideológicas da divisão do trabalho para analisar as determinações comuns desses conjuntos.

É relevante ressaltar que apesar de Poulantzas dar ênfase ao trabalho intelectual exercido pelos trabalhadores da nova pequena-burguesia, este não trata o trabalho como única e exclusivamente exercido pelo intelecto, enquanto o operário executaria um trabalho exclusivo ou preponderantemente manual. Antes, ele quer ressaltar assim como, o fez Gramsci, que todos os trabalhadores utilizam o intelecto, mas nem todos são vistos na sociedade como intelectuais (GRAMSCI, 1982, p.7), mais precisamente: “Direi, quanto a mim, que todos os trabalhadores comportam atividades intelectuais; mas nem todos os trabalhos se situam, na divisão político-ideológica trabalho manual/trabalho intelectual, do lado do trabalho intelectual” (POULANTZAS, 1978, p. 276).

Assim, não se referindo a intelectuais enquanto categoria social (elaboradores de ideologia de classe), Poulantzas (1978, p.273) situa os trabalhadores intelectuais do lado do trabalho intelectual, ou seja, trabalhos direta ou indiretamente impregnados por este, que são valorizados em relação à classe operária na exclusão desses últimos do monopólio do saber.

Segundo o autor (1978, p.277), trabalhadores intelectuais são aqueles que supõem deter o trabalho intelectual nas relações políticas e ideológicas da divisão trabalho intelectual/manual à qual é legitimada em relação ao saber efetivo na desvalorização do trabalho manual. “Trata-se de um investimento ideológico da ciência em toda uma série de

rituais do saber ou do que se supõe ser o saber, de que se acha excluída a classe operária, e é nesse sentido que funciona aqui a divisão trabalho intelectual/trabalho manual” (POULANTZAS, 1978, p.276).

Tais rituais para Poulantzas (1978, pp.279-280) são aqueles referentes a uma série de habilidades, de elementos culturais que se distinguem da classe operária, ou seja, se diferenciam do trabalho produtivo no seio do processo de trabalho material. Apesar de essa diferenciação ter pouco a ver sobre a ciência, já que como apontado por Gramsci todo trabalho é intelectual³³, ela se baseia sobre si mesma.

Essa simbolização cultural é bastante conhecida para que lhe dediquemos mais atenção: ela vai da valorização clássica do trabalho de escrita, dos funcionários de escritório em geral (saber escrever e expor ideias) até aquela de um certo uso da palavra (é preciso falar bem – falar bonito – para bem vender e comercializar produtos – a arte da venda) etc., e destaca, finalmente, as diferenciações ideológicas entre a cultura geral e o traquejo nobre de um lado, e o saber técnico (trabalho manual) de outro (POULANTZAS, 1978, p.280).

Assim, conclui dessa simbolização cultural que todas as coisas que demandam certa aprendizagem, segundo o autor (1978, p.280), saber escrever, falar e vestir ao trabalho, inserir-se nos usos e costumes de certa forma, sempre em oposição à classe operária, constituem o monopólio e o segredo do saber³⁴. Tanto é que o autor vai se referir em relação ao segredo do saber que, [...] “não sabem ou não poderiam, por defeito de origem, saber, e o que sabemos é o saber que conta, o saber nobre, o verdadeiro saber: somos os intelectuais dos outros (da classe operária)” (POULANTZAS, 1978, p.280).

O critério do trabalho intelectual aparece como um critério de fronteira de classe em se tratando dos engenheiros e técnicos na impossibilidade de se pensar esses como diferentes da classe operária por meio do critério do trabalho produtivo/improdutivo em Marx, já que tais trabalhos desempenham funções produtivas e produzem mais-valia. No entanto, o autor (1978, p.276) vai afirmar que não são somente os engenheiros e técnicos que fazem trabalho intelectual e sim, tal divisão está presente em toda a nova pequena-burguesia. “Direi, com efeito, que a divisão trabalho intelectual/trabalho manual marca o conjunto da nova pequena-burguesia que se situa nessa divisão, e em relação à classe operária, do lado ou no campo do trabalho intelectual, seja de forma direta, seja de forma indireta” (POULANTZAS, 1978, p. 273).

³³ (GRAMSCI, 1982, p.7.)

³⁴ Nesse raciocínio, Poulantzas parte da tese de Althusser em *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. (1980, p.67), à qual relaciona a escola como reprodutora da divisão do trabalho capitalista ao diferenciar os trabalhadores como mais ou menos aptos a manejar bem a ideologia dominante.

Conforme aponta Poulantzas (1978, p.272-273) as relações econômicas já excluem da classe operária alguns trabalhadores, como os trabalhadores não produtivos da esfera da circulação do capital e da realização da mais-valia, dos funcionários de Estado e etc. Esses, juntamente com os engenheiros e técnicos, empregados da contabilidade, de bancos, de publicidade, do marketing, dos seguros, do setor comercial, agentes dos diversos serviços (saúde, hospitais, assalariados dos estudos das profissões liberais) e funcionários de escritórios em geral pertencem ao trabalho intelectual e, portanto, devem ser pensados como trabalhadores da nova pequena-burguesia.

Assim, abstrai-se disso, dois critérios para delimitar a nova pequena-burguesia em Poulantzas: 1) se presta trabalho improdutivo e 2) se presta trabalho intelectual, ou seja, trabalho tido como intelectual por parte de seus prestadores diante da divisão trabalho intelectual/manual. Com isso, respondendo a esses dois critérios ou ao menos um deles, pode-se caracterizar um grupo de trabalhadores como pertencente à nova pequena-burguesia. Por exemplo, um professor, ele presta um trabalho improdutivo para o capital em alguns casos, como professor de instituição pública; mas se acaso ele for contratado por uma empresa privada de ensino e gerar mais-valia para o proprietário, o que o caracterizaria como exercendo um trabalho produtivo nos termos de Marx, ele ainda prestará um trabalho intelectual visto como superior ao trabalho manual, portanto, tal trabalhador faz parte da nova pequena-burguesia.

Qual seria então, a determinação estrutural de classe da nova pequena-burguesia? Seria o seu lugar em comum ocupado por suas várias frações na divisão trabalho intelectual/trabalho manual para Poulantzas (1978, p.279). No entanto, esse lugar comum ocupado traz consigo implicações ideológicas que atingem em grau desigual o conjunto da nova pequena-burguesia com relação à classe operária, como referida anteriormente em seu fracionamento.

Um indício importante ressaltado pelo autor (1978, p.281) quando se trata da nova pequena-burguesia ao caracteriza-la, em relação com a classe operária, que constitui na distinção de seu trabalho em relação ao trabalho manual diretamente situado no processo de produção material. Esta distinção se configura como fronteira de classe, ou seja, se relaciona ao motivo pelo qual os trabalhadores manuais produtivos não pertencem à nova pequena-burguesia devido aos seus respectivos trabalhos exigirem menos aptidões do conhecimento, assim, esses trabalhadores são menos qualificados frente à “superioridade intelectual” dos trabalhos intelectuais praticados pela nova pequena burguesia.

Toda essa distinção de classe está baseada na divisão real aplicada pelo capitalismo entre trabalho intelectual/trabalho manual. Com isso, pontua Poulantzas (1978, p.281) que a nova pequena-burguesia depende das relações ideológicas capitalistas e de uma política da burguesia precisa, que tem efeitos consideráveis na formação da ideologia dessa classe.

Dito isso, demonstra-se a dependência da nova pequena-burguesia da ideologia dominante, não criando para si uma ideologia de classe própria, mas sim, se aproveitando desta para sua promoção de classe frente aos trabalhadores manuais (classe operária).

Ao retomar a distinção de classe da nova pequena-burguesia, demonstra-se a centralidade da formação escolar para a concepção ideológica de classe, dependendo por sua vez do *aparelho ideológico do Estado – Escolar*, desse modo, dos aparelhos da burguesia conforme aponta Althusser (1980, p.43-44). Nesse sentido, Poulantzas afirma:

A formação do trabalho intelectual corresponde essencialmente, e em graus diversos, à inculcação de uma série de rituais, de segredos e de simbolizações da ordem, entre outras da cultura geral, cujo principal objetivo consiste em distingui-la do trabalho manual. Assim diferenciado, esse trabalho intelectual é, numa grande parte, universalizável, pois está situado na ordem do universal: como provam as tentativas feitas para estabelecer uma escala de qualificação – escalões do trabalho intelectual do funcionalismo, dos escritórios e dos serviços -, que se desejaria objetiva, isto é, correspondente a conhecimentos precisos adquiridos na formação desse trabalho, e cujo aspecto fantasmático aparece claramente estando essa escala de qualificação diretamente fundamentada na relação com o segredo do saber (POULANTZAS, 1978, p.291).

Assim, todo e qualquer curso de ensino superior estaria relacionado a uma ascensão de classe para a classe operária e fracionamento para a pequena-burguesia, no sentido de que serve para se diferenciar do trabalhador manual. O estudante universitário é assim, seu *portador* no lado do trabalho intelectual em geral e na sua própria hierarquia reproduzindo a divisão trabalho intelectual/trabalho manual, conforme aponta Poulantzas (1978, p.291).

Deste modo, resguardaria um papel fundamental para a escola que estaria sempre em benefício do trabalho intelectual e o reproduziria ideologicamente destinando lugares as classes sociais pela reprodução da divisão trabalho intelectual/manual sempre em benefício dos primeiros, haja vista, que o próprio agente difusor dessa ideologia é o professor que está alocado na classe da nova pequena-burguesia tendendo a reproduzir a promoção de seu trabalho intelectual como superior.

A escola também reproduziria o fracionamento de classe da nova pequena-burguesia no processo denominado por Poulantzas (1978, p.292) de *qualificação-desqualificação do*

trabalho intelectual, os aproximando mais ou menos da classe operária, apesar disso, a distinção de classe se manteria forte e até a reforçaria em alguns casos.

Se uma secretária-datilográfica bacharelada se sente frustrada em suas esperanças, isso evidencia que ela se aproximará automaticamente da classe operária: é também muito possível que sua proximidade da classe operária, articulada à sua qualificação escolar, reforce, nela, suas práticas de distinção da classe operária (POULANTZAS, 1978, p.292).

Isso reforça o preconceito de classe já presente na nova pequena-burguesia em formato de fronteira com a classe operária, possibilitando a explicação de frações dessa classe como reacionárias a mudanças progressistas para a classe operária, como numa certa aproximação desta até a fração mais próxima da nova pequena-burguesia, o que por sua vez, reforçaria as fronteiras em benefício do trabalho intelectual. Sendo assim, lutam ideologicamente para se distinguirem e promoverem o trabalho intelectual em cima dos trabalhadores manuais.

As classes burguesa e operária, tal como a pequena burguesia possuem suas camadas ou frações 1, 2, 3 e etc; como apontado por Poulantzas (1978, p.300-306). Um dos aspectos que influência esse processo é a burocracia, no caso das classes dominadas, como o exemplo da aristocracia operária que sob a égide do sindicato e da burocracia sindical se torna uma fração superior da classe operária; na pequena-burguesia não é diferente, a não ser pelo apego ao monopólio e segredo do saber mantidos na hierarquia burocrática. Assim, a burocracia é a realização e materialização das relações de dominação/subordinação política que a classe dominante exerce sobre o conjunto das classes dominadas e influencia em seus fracionamentos, segundo Poulantzas (1978, p.297).

Essa burocratização não se limita mais, atualmente, apenas ao setor público do aparelho de Estado no sentido estrito, mas marca precisamente, em graus certamente desiguais, os lugares privados onde se localiza uma grande maioria dos assalariados não-produtivos (POULANTZAS, 1978, p.299).

Sob essa ótica, a burocratização fraciona os trabalhadores não produtivos segundo os escalões em relação ao segredo do saber burocrático, ou seja, de quem mais detém o saber no interior da burocracia. “Os diversos pequeno-burgueses detêm, em relação àqueles que lhe são subordinados, uma parcela desse segredo fantasmático do saber que legitima a parcela de autoridade delegada” (POULANTZAS, 1978, p. 299).

A reprodução da burocratização no interior da nova pequena-burguesia assume a tendência de uma reprodução da divisão trabalho intelectual/manual no exercício sobre as camadas inferiores do monopólio do saber e das relações de autoridade. Assim, todo agente

dessa classe tem a tendência de exercer relações induzidas de autoridade e de segredo do saber sobre os agentes subalternos, conforme o autor (1978, p.300).

Por isso mesmo, a nova pequena-burguesia reproduz seu próprio lugar de classe ao reproduzir a divisão trabalho intelectual/manual nas suas relações internas, reafirmando tal divisão, essa por sua vez, é tão presente na nova pequena-burguesia burocratizada em decorrência de seus interesses de classe, como apontado por autor (1978, p.303) no ato de *galgar os escalões* e com isso, aumentar seu salário. Desse modo, a interiorizam com o real interesse de se ascenderem aos escalões superiores de sua classe. Por exemplo;

Um agente pequeno-burguês semelhante pode com frequência esperar razoavelmente, no decorrer de sua vida profissional, galgar os escalões e aumentar, aos cinquenta anos, de 15, 20 ou 50% o salário que ganhava aos vinte anos (POULANTZAS, 1978, p.303).

Apesar disto, o autor (1978, p.303) alerta para o fato de que setores inferiores da nova pequena-burguesia sofrem com o parcelamento de suas tarefas no próprio trabalho intelectual, tal como já ocorre com o trabalho manual, o que limita as possíveis promoções de carreira, até mesmo por isso, não se trata de um fenômeno geral de classe.

No entanto, para Poulantzas (1978, p.300) tal hierarquia de acordo com o segredo do saber burocrático e a autoridade é específica da nova pequena-burguesia e, portanto, não deve ser relacionado com a classe operária que se submete a outras formas de organização do trabalho, tal como, o *despotismo de fábrica*, baseado na extração de mais-valia, em que a burguesia oprime e domina a classe operária e quem exerce os poderes são os executivos de supervisão e de direção, os contramestres, os técnicos etc. Até mesmo por isso, diverge da nova pequena-burguesia e não necessita de relações político-ideológicas de segredo de saber, e de autoridade. Apesar disso, a classe operária está submetida à legitimação dos poderes da direção da empresa.

Disso resultam efeitos consideráveis sobre a ideologia, muito particular, da promoção social desses agentes: efeitos articulados sobre o isolamento competitivo desses agentes entre si nas relações ideológico-políticas burocratizadas, isolamento que contrasta com a solidariedade de classe no seio da classe operária, o que tem repercussões na luta de classe, constatando-se diariamente, de forma particular, nas dificuldades e particularidades características dos movimentos de greve dessa nova pequena-burguesia (POULANTZAS, 1978, p.305).

Isto por sua vez, reflete no isolamento competitivo, pois, os agentes da nova pequena-burguesia estão inseridos em relações ideológico-políticas de competição pelos melhores cargos da burocracia, o que a difere da classe operária de se reunirem em torno de algo em

comum – solidariedade de classe. Embora, seja importante frisar que para Poulantzas (1978, p.306) a burocratização não afeta da mesma forma o conjunto da nova pequena-burguesia.

2.8. A ideologia da nova pequena-burguesia e pequena-burguesia

De acordo com Poulantzas (1978, p.311-312) a pequena-burguesia tradicional compreende a pequena produção e a pequena propriedade. Na primeira consiste em formas de artesanato e pequenas empresas de família, em que simultaneamente o pequeno-burguês é proprietário, possuidor dos meios de produção e trabalhador direto, enquanto na segunda trata-se do pequeno comércio da esfera da circulação. O lugar comum de ambos nas relações de produção, ou seja, sua determinação de classe e o fato que a diferencia das classes fundamentais, burguesia e classe operária é que, nessa classe o trabalhador direto é o próprio proprietário dos meios de produção, o que constitui a existência de propriedade e a ausência de exploração direta de trabalho assalariado (na maioria dos casos). Assim, a pequena-burguesia não depende do MPC, mas da forma de produção comercial simples, haja vista, que a existência da pequena-burguesia depende da manutenção deste modo de produção que a estrutura enquanto classe.

Não se pode referir-se a uma ideologia “pura” pequeno-burguesa, antes, somente se pode dizer no sentido forte que existem as ideologias das duas classes fundamentais do MPC – burguesia e classe operária, até mesmo por isso, o autor (1978, p.313-314) vai se referir a um subconjunto ideológico pequeno-burguês que sofre os efeitos das ideologias fundamentais e de sua própria ideologia de classe. Desse modo, a pequena-burguesia para Poulantzas não tem posição política autônoma de longo prazo pelo lugar que ocupa na determinação de classe de uma formação capitalista – não dependente do MPC.

Nessa torção-adaptação da ideologia burguesa às aspirações próprias da pequena-burguesia, esta insere elementos ideológicos específicos que dependem de sua própria determinação de classe: classe também explorada e dominada pelo capital, mas de forma completamente distinta da exploração e dominação sofridas pela classe operária (POULANTZAS, 1978, p.314).

Da mesma forma que a determinação de classe resguarda os lugares de dominado e dominante, na ideologia não é diferente e isso se faz presente no interior da pequena-burguesia. Poulantzas (1978, p.314) demonstra que a ideologia burguesa se faz dominante e que a ideologia pequeno-burguesa domina a ideologia operária. Desse modo, pode-se dizer de

um socialismo burguês e um socialismo pequeno-burguês, nos termos de Marx (1998, p.50-52) em *O Manifesto Comunista*.

Atenta-se que a pequena-burguesia também é explorada e dominada, o que se configura na presença de traços da ideologia operária em sua ideologia particular. Para Poulantzas (1978, p.314-315) esta presença da ideologia operária no subconjunto ideológico pequeno-burguês corresponde à efetiva polarização da pequena-burguesia.

O que por sua vez, indica duas coisas: 1) a presença da ideologia operária no subconjunto ideológico pequeno-burguês sempre teve a tendência de ser dominada pela ideologia pequeno-burguesa e pela ideologia da burguesia. Assim, Poulantzas alerta para o fato de que o subconjunto da ideologia pequeno-burguesa é um campo de lutas, mesmo quando setores pequeno-burgueses adotam posições da classe operária, eles podem com frequência se investir de suas próprias ideologias já que também é classe explorada e podem se beneficiar de algumas práticas de classe operária. Mas isso acontece de forma desigual em razão dos seus fracionamentos/polarização de classe; 2) Tudo isso indica que os elementos ideológicos pequeno-burgueses podem ter efeitos e se misturar com a ideologia operária e isso em razão dos efeitos da ideologia burguesa – classe também explorada e dominada pelo capital, o que corresponde a um real perigo alertado pelo autor (1978, p.316) para a classe operária na figura do socialismo pequeno-burguês, anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário.

Para Poulantzas (1978, p.317-319) a nova pequena-burguesia possui os seguintes traços ideológicos:

a) Um aspecto anticapitalista que se inclina às ilusões reformistas, como a luta salarial e outras reivindicações sobre a questão das rendas pela via indireta da justiça social – redistribuição das rendas, hostis as grandes rendas, não se opõem a manutenção da hierarquia salarial, insistindo assim, na racionalização mais justa, o que oculta por sua vez, a estrutura do MPC, e o papel na exploração, da posse e dos meios de produção, não constituindo a um anticapitalismo de fato, como o socialismo operário. Além disso, encontra-se o medo da permanente proletarização e que se exprime na resistência a uma transformação revolucionária da sociedade, mediante a insegurança vivida no nível dos salários. Isso tudo juntamente com o próprio isolamento desses agentes da nova pequena-burguesia pautado na concorrência do mercado de trabalho, o que contribui para que esses se contraponham a socialização do processo de trabalho, e, então a solidariedade de classe que é própria da classe operária;

b) Um aspecto de contestação das relações políticas e ideológicas, como reivindicações de abertura do capital para que os agentes da nova pequena-burguesia possam assumir uma parte maior de responsabilidade nos poderes de decisão e para uma requalificação em benefício do trabalho intelectual, se expandindo sem os entraves do lucro, sob a forma do que Poulantzas denomina de tecnocratismo de esquerda, que consiste na tomada do lugar da burguesia por parte dos técnicos enquanto recobrem para a classe operária, o controle operário;

c) Mito da passarela: concentra-se, sobretudo no aparelho escolar, crendo na cultura neutra passada nos conhecimentos da escola, se utilizam deste aparelho como corredor de circulação para promoção e ascensão dos melhores à condição burguesa, ou, numa condição superior na hierarquia de trabalho intelectual. Representado por reivindicações de uma democratização dos aparelhos, para que este possa oferecer uma “igualdade de oportunidades” aos indivíduos mais aptos para participar da renovação das elites, sem colocar em questão a estrutura do poder, essa concepção elitista, sob a forma de meritocracia está articulada para Poulantzas com as aspirações de justiça social da pequena-burguesia. Esse traço ideológico pode se estender a outros aparelhos até ao exército, também concebido pelas escalas das promoções de seus agentes subalternos e intermediários;

d) Fetichismo do poder: atitude de respeito ao poder político do Estado, que em virtude de ser uma classe intermediária, polarizada entre burguesia e classe operária e pelo isolamento de seus agentes (individualismo pequeno-burguês) tende a considerar o Estado como força neutra e de imputar o papel deste como árbitro das classes sociais.

A pequena burguesia tradicional ocupa um lugar diferente da nova pequena-burguesia nas relações econômicas para Poulantzas (1978, p.321-322). Porém, para o autor há uma conjunção de fatores ideológicos que ligam uma a outra, como a polarização em relação à burguesia e à classe operária. Isto, por sua vez justifica para Poulantzas o pertencimento das duas a uma mesma classe – pequena burguesia.

Se podemos considerar a pequena-burguesia tradicional e a nova pequena-burguesia como dependentes de uma mesma classe, isso significa que as classes sociais só podem ser determinadas na luta das classes, e que esses conjuntos estão polarizados precisamente em relação à burguesia e ao proletariado (POULANTZAS, 1978, p.322).

Enquanto na pequena-burguesia tradicional o trabalhador direto é o próprio proprietário dos meios de produção, assim, há propriedade e ausência de exploração do trabalho assalariado (na maioria dos casos), a nova pequena-burguesia é assalariada tal como

a classe operária, no entanto, presta um trabalho tido como mais intelectual e por isso é beneficiada da divisão trabalho intelectual/trabalho manual.

Mediante a isso, a pequena burguesia tradicional distingue-se segundo o autor (1978, p.321-322) da burguesia na figura da pequena propriedade, pois não faz parte do capital e da classe operária - seus agentes são proprietários dos meios e dos bens de comércio, apesar de serem trabalhadores diretos – não produzem mais-valia, porque não prestam trabalhos produtivos para si mesmos, se aproximando mais da burguesia de modo contraditório³⁵ (pequena propriedade) e da classe operária (trabalhadores diretos). Essa polarização de acordo com Poulantzas (1978, p.321-324) tem os seguintes aspectos ao nível ideológico:

a) aspecto ideológico anticapitalista: são contra a grande riqueza, as grandes fortunas, mas temem muitas vezes a transformação revolucionária da sociedade, porque a pequena burguesia tradicional se prende a sua pequena propriedade. Apesar disto, ela almeja que a sociedade mude no sentido de poder participar na distribuição do poder político;

b) mito da passarela: articula o isolamento econômico desses agentes no domínio da concorrência, os agentes pequeno-burgueses têm medo de caírem na proletarização e se atraem na ascensão individual dos mais aptos à burguesia, o que também carrega formas elitistas de uma renovação das elites pela substituição da burguesia e pautam indiretamente uma democratização da sociedade capitalista;

c) fetichismo do poder: devido sua polarização entre burguesia e classe operária e pelo seu individualismo econômico pequeno-burguês, acreditam no Estado neutro acima das classes, esperam que o Estado “democratizado” traga-lhe por cima a influência e o poder, também consideram os aparelhos (a administração, o exército, a polícia etc.) como passarelas de ascensão que dão lugar frequentemente a uma idolatria de *status*. E por meio do Estado que consideram seu, aspira sempre à arbitragem social, cujo Estado aparece como organizador político da pequena-burguesia através indiretamente dos ramos e dos aparelhos;

d) família: a ideologia que é inculcada na pequena-burguesia e se prende ao papel da exploração familiar na forma de existência econômica desses agentes – resistência da família a uma transformação radical das relações sociais e que se reúnem no *binômio família-escola*;

e) anarquismo: por a pequena-burguesia não ter posição política autônoma de longo prazo e quando não adota uma postura operária, parte para o anarquismo que é próprio do individualismo burguês, segundo Poulantzas (1978, p.322).

³⁵ Cf. Poulantzas (1978, p.322). A pequena-burguesia é progressivamente esmagada pelo capital.

De acordo com Milios e Economakis (2011, p.76) as categorizações de Poulantzas de anti-capitalismo, aspirações de ascensão social e fetichismo de poder são muito genéricas porque são elementos agregadores da burguesia e, portanto, obscurecem as formas particulares de como são recebidas por cada classe particular. Exemplo disso, seria a recepção do anti-capitalismo pelas diferentes frações que formam a pequena burguesia, para os autores, a média burguesia, a pequena burguesia tradicional e a nova pequena-burguesia lidariam de formas diferentes.

O anti-capitalismo da média burguesia é dirigido contra as grandes companhias capitalistas que dominam as menores, apesar de que pode haver uma confluência de interesses quando se tratando do aumento do custo do trabalho o que afeta a taxa de lucro de ambas. Enquanto para a pequena-burguesia tradicional se assemelha a média burguesia ao querer reproduzir a si própria como detentora dos meios de produção. Contudo, o anti-capitalismo da pequena-burguesia tradicional favorece a redistribuição de riqueza, uma vez que sua reprodução como classe proprietária não depende diretamente do MPC. Já a nova-pequena burguesia se aproxima da pequena-burguesia tradicional em seu anti-capitalismo que também visa à redistribuição de renda, embora diferentemente das demais, é favorável ao aumento da responsabilidade daqueles que comandam o conhecimento e estão acima na hierarquia do Estado ou da empresa, segundo Milios e Economakis (2011, p.76-77).

Assim, o par de autores difere de Poulantzas a respeito dos interesses comuns da pequena burguesia, essa para os primeiros autores tem diferentes interesses para várias frações de classe que a compõe e não necessariamente se coincidem, haja vista suas diferenciações apontadas acima. “Esses efeitos emergem de e correspondem às peculiaridades das características estruturais de classe de cada coletividade da classe média” (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011, p.80).

Apresenta-se a isso, uma clara diferença entre os traços ideológicos da nova pequena-burguesia e da pequena-burguesia tradicional, apesar de Poulantzas denomina-los iguais em alguns, como por exemplo, o aspecto anticapitalista, o mito da passarela e o fetichismo de poder.

O primeiro aspecto, segundo Poulantzas (1978, p.317) resguarda para a nova pequena-burguesia papel na racionalização mais “justa” do sistema ligado a manutenção das hierarquias salariais e ao individualismo competitivo, já a pequena-burguesia (p.322) busca com isso maior participação na distribuição do poder político.

O segundo aspecto de acordo com o autor (1978, p.318) resguarda para a nova pequena-burguesia a ascensão social, assim, se tornando burguesia, pelos mais aptos/mais

capazes, ligado ao estudo no aparelho escolar, portanto, os que mais estudaram, enquanto a pequena-burguesia (p.323) busca com a democratização também ascenderem socialmente, entretanto como pequenos empresários.

No terceiro aspecto a nova pequena-burguesia para o autor (1978, p.319), apesar de compreender a dominação que sofre indiretamente do Estado, ela percebe como uma deformação técnica que pode ser remanejada por uma democratização que o tornaria neutro conforme a sua “natureza” para essa classe, assim, buscaria a racionalização na administração política contra o centralismo tecnocrático do Estado. Já a pequena-burguesia (p.323-324) buscaria cumprir o papel ideológico de arbitra social se encontrando com o Estado que faria seu reflexo, sendo assim, também neutro entre as classes fundamentais – burguesia e classe operária.

Percebe-se assim, que o ponto de encontro do subconjunto ideológico pequeno burguês enfrentaria questões cruciais para se concretizar, apesar de que o primeiro aspecto (anticapitalista) seja vislumbrado uma correlação de forças no que diz respeito à manutenção das hierarquias salariais e participação da pequena-burguesia tradicional no poder político. Já nos outros aspectos isto não se concretiza, haja vista, as divergências para pôr em prática no (mito da passarela) a ascensão a burguesia por meio do aparelho escolar – os que mais estudam típico da nova pequena-burguesia, ao mesmo tempo em que ascende a pequena-burguesia tradicional por meio da pequena empresa.

O fetichismo do poder enfrentaria também a contradição no interior da nova pequena-burguesia. Ora, como todo esse conjunto se veria contra o tecnocratismo de Estado, sendo que algumas de suas frações, alta burocracia do Estado pode ser beneficiada com isso. Desse modo, falta homogeneidade teórica para imputar os mesmos aspectos ideológicos para classes tão diferentes em seus anseios políticos e ideológicos, o que se apresenta no próprio pensamento de Poulantzas.

Esse conjunto de traços ideológicos se traduz em posições políticas de curto prazo para Poulantzas (1978, p.324-325), mas nunca em um modo de produção “pequeno-burguês”, pois, para o autor a experiência histórica comprova que essa classe só se apresenta às vezes como no lugar de classe reinante, ocultando a dominação política e a hegemonia burguesa. Esses seriam os casos do fascismo e de certas ditaduras nos países dependentes, como também se apresenta em regimes socialdemocratas. Ou em casos quando se assume o lugar da burguesia em sua substituição, mas jamais se constituindo como classe autônoma dominante, como nos casos do Egito de Nasser e da substituição da burguesia colonialista estrangeira por uma burguesia de Estado, como em certos países africanos. Em termos gerais, para Poulantzas

somente existe o caminho burguês e o caminho proletário (socialista) em uma formação capitalista.

No entanto, o autor (1978, p.325-326) alerta que em conjunturas determinadas e em curto prazo, a pequena-burguesia pode intervir politicamente como uma autêntica força social, haja vista que esse caso é bastante raro para o autor, a pequena-burguesia age assim, em uma posição conjuntural visando um prazo mais longo, seja em favor da burguesia ou da classe operária. O que condiz por sua vez, que a pequena-burguesia reúne as posições das classes fundamentais e a realiza de forma indireta, quando se posiciona a favor da burguesia pode se tornar uma aliança de classe, apesar do caráter explosivo e contraditório oferecido pelo Estado que considera seu, algo que não diverge de quando se posiciona a favor da classe operária, pois ainda continua marcada pelos seus traços ideológicos de classe.

Isso abre uma questão muito relevante para se pensar a pequena-burguesia em Poulantzas. Em que medida ela se posiciona em favor da burguesia e da classe operária? Para Poulantzas (1978, p.326-327) a pequena burguesia tradicional e a nova pequena-burguesia se dividem em partes pequeno-burguesas que adotam posição de classe burguesa, e em partes que adotam a posição de classe operária. Entretanto, resta uma dúvida: como se dá tal polarização de classe no seio das frações pequeno-burguesa e em que medida isso destaca diferenciações entre elas?

Respondendo a isso, pode-se verificar em Poulantzas (1978, p.346-348) que a maioria dos empregados do comércio, os assalariados mobilizados pelo setor não produtivo devido ao maquinismo e que são afetados de forma intensa pela mecanização do trabalho, pertencem à esfera da circulação e de realização do capital, o contingente dos aparelhos do Estado, empregados do setor de serviços – empregados de restaurantes, cafés, cinemas, teatros, assalariados de base do setor de saúde, como auxiliar de enfermagem. Esses setores na divisão trabalho intelectual/trabalho manual se aproximam mais deste último (trabalho manual) pela *ordem do saber* e do *ritual simbólico-ideológico* em que eles são investidos. Em suma, são menos racionalizados. Os assalariados submetidos diretamente ao maquinismo no trabalho não produtivo são afetados na reprodução da divisão trabalho intelectual/trabalho manual na figura da parcelização das tarefas, o que acaba por precarizar estes em relação à classe operária.

Aliás, apesar de alguns setores da nova pequena-burguesia dependerem, para autor (1978, p.347-348), de forte burocratização como uma grande loja ou um grande hospital, esses agentes escapam da hierarquia burocrática, à qual pertencem outros agentes. Além do mais, as possibilidades de carreira se demonstram limitadas, por causa da organização do

trabalho, sua parcelização e também da instabilidade de que lhes são próprias, assim como a promoção e a carreira divergem de outros conjuntos pequeno-burgueses.

Assim, há uma aproximação de frações da nova pequena-burguesia da fronteira de classe com a classe operária, o que age com que essas frações se posicionem em favor da classe operária ao invés de se posicionarem em relação à burguesia.

Segundo o autor (1978, p.350) é interessante notar que esses agentes das frações mencionadas acima em que seus filhos caem em considerável proporção na classe operária e que o caminho inverso é feito pela classe operária que parece dirigir-se maciçamente nessas frações no decorrer de sua vida de trabalho. “[...] os operários homens que deixam a produção vão, principalmente, para o setor independente, enquanto as operárias que deixam a produção dirigem-se, sobretudo para aqui (empregadas de comércio e, também dos diversos serviços)” (POULANTZAS, 1978, p.350).

É relevante ressaltar que alguns setores da nova pequena-burguesia, sobretudo aqueles que trabalham em grandes lojas, de acordo com Poulantzas (1978, p.352), estão submetidos ao autosserviço, a realizar simples tarefas de manutenção, de embalagem, de armazenamento das mercadorias que se tornam desnecessários a arte da venda, o mimetismo burguês e o fetichismo do objeto-mercadoria, a arte de se vestir, falar, o gosto e etc. Desse modo, a desqualificação das tarefas se apresenta de forma acelerada para esses setores do comércio, tendendo a fazer parte da classe operária.

Já a segunda fração de polarização operária compreende, para o autor (1978, p.353-354), os agentes subalternos dos setores burocratizados públicos e privados, esta se distingue da fração comercial por ser mais nítido o aspecto intelectual do seu trabalho em relação ao trabalho manual. Essa fração é bastante atingida pela promoção e carreira, desempenhando a qualificação escolar no papel dos diplomas e dos graus escolares, a promoção é por antiguidade e os deslocamentos são mais frequentes em direção à burguesia.

No entanto, apesar de certa proximidade do trabalho intelectual e relativo deslocamento à burguesia, essa fração sofre com a reprodução da divisão trabalho intelectual/trabalho manual no seio do trabalho intelectual, segundo Poulantzas (1978, p.354), que se manifesta na parcelização e padronização das tarefas da grande massa dos agentes subalternos, tarefas repetitivas de execução que desqualificam o trabalho intelectual, sofrem também com a acentuação das relações autoritárias-hierárquicas.

Com isso, Poulantzas (1978, p.354) demonstra que as possibilidades de promoção e carreira são restringidas e assim, o deslocamento de classe até a burguesia está restrito ao alto escalão da burocracia. O que configura para Poulantzas na desvalorização dos diplomas e

graus escolares e que não desempenham relevância significativa para a promoção desses agentes, tendo estes de se contentarem a ocupar cargos subalternos apesar de sua formação poder lhes proporcionar outras esperanças concernentes a melhores ocupações ou escalões superiores da própria burocracia³⁶.

Desse modo, essas delimitações tanto no que concerne a restrita promoção e carreira nos baixos cargos da burocracia quanto na parcelização e padronização das tarefas e da acentuação das relações autoritárias-hierárquicas (escalões de decisão e escalões de execução), agem com que essa fração da nova pequena-burguesia em seus cargos de agentes subalternos da burocracia pública e privada demarquem essa fração de polarização objetiva proletária, conforme apontado pelo autor (1978, p.355).

É dessa divisão que depende a fronteira concreta de tal delimitação: um funcionário, por exemplo, que, considerado abstratamente, é formalmente assimilável a um executivo médio dos bancos, e não a um simples empregado dos bancos, pode, entretanto, como este último, depender, em virtude da divisão social do trabalho que caracteriza o aparelho de Estado ao qual ele pertence, da fração de polarização objetiva proletária, enquanto o executivo médio dos bancos disso não depende (POULANTZAS, 1978, p.355-356).

Isto, por sua vez, explica as diversas frações que o autor (1978, p.339) menciona como polarizadas objetivamente pelo lado proletário e pelo lado burguês, ou seja, a divisão trabalho intelectual/trabalho manual age no próprio seio do trabalho intelectual o dividindo entre mais ou menos próximos do que é tido como mais intelectual ligado à racionalização de seu trabalho. Assim, mais próximos à burguesia, enquanto os trabalhos menos tidos como intelectuais, tendem a sofrerem de questões parecidas ao trabalho manual, se aproximando deste, o que não muda sua determinação de classe pequeno-burguesa, mas acentua os elementos ideológicos proletários que são mais fortes nessas frações, de acordo com Poulantzas (1978, p.332).

Enquanto para a terceira e última fração composta, no que concerne ao autor (1978, p.358), por engenheiros e técnicos subalternos diretamente implicados no trabalho produtivo, na produção de mais-valia - demonstram que por vivenciarem cotidianamente as contradições do trabalho no seio da fábrica possuem condições objetivas para poderem se polarizar em relação aos operários.

³⁶ Denominado por Poulantzas (1978, p.340) de *desqualificação do trabalho intelectual* que se configura na desqualificação do trabalho em relação à sua formação, os agentes da nova pequena-burguesia nesse sentido esperam encontrar cargos superiores de acordo com a sua formação, o que não ocorre na prática.

A fração da pequena-burguesia que o autor (1978, p.361) insere como sendo uma fração de classe cuja polarização objetiva pertence à classe operária, é a fração dos artesãos, que para o autor parte da própria natureza do trabalho e da permeabilidade particular do artesanato aos agentes da classe operária. Poulantzas vai além ao se refere aos artesãos como apresentando sempre a polarização proletária, ao citar esses como sendo o berço do sindicalismo revolucionário e que se encontram ainda vivas as tradições de lutas.

O campo pequeno-burguês de polarização proletária também é fracionado, segundo o autor (1978, p.344) em virtude da sua heterogeneidade das condições de vida e de trabalho de seus agentes como dependentes da circulação comercial, da realização bancária e dos serviços e que, frequentemente buscam por reivindicações específicas e por aspectos particulares. Nesse sentido é que se pode referir a frações de polarização proletária da nova pequena-burguesia.

Contudo, delimitado essas frações de classe da nova pequena-burguesia e pequena-burguesia de polarização proletária, Poulantzas (1978, p.365) afirma que essas são as frações do conjunto pequeno-burguês que oferecem a nova possibilidade histórica de aliança com a classe operária em uma revolução socialista na França da década de 1970. Com isso responde aos objetivos que levaram a escrita do livro, principalmente, combater a tese de que todo o conjunto da nova pequena-burguesia são possíveis aliados da classe operária, sendo que não foram investigados a fundo seus lugares nas relações de produção e, portanto, sua determinação de classe frente aos interesses da classe operária. Apesar de que alerta para a falta de materialidade em uma aliança em objetivos precisos das frações da nova pequena-burguesia com a classe operária.

De acordo com Poulantzas (1978, p.366) a pequena-burguesia na oscilação entre a burguesia e a classe operária tende a adotar posição de classe desta última.

Mas o cerne do problema é que, precisamente, a relação das forças entre a burguesia e a classe operária só pode ser radicalmente modificada na medida do estabelecimento das alianças da classe operária com as outras classes, e frações de classe, populares, e portanto na medida da sedimentação do povo contra a burguesia (POULANTZAS, 1978, p.366).

Tal aliança se daria da seguinte forma para o autor (1978, p. 367), na representação dos interesses particulares das frações da nova pequena-burguesia de polarização proletária, pois, lembrando – o subconjunto ideológico pequeno-burguês e nisso incluindo a nova pequena-burguesia; não demonstram historicamente para Poulantzas posição política autônoma de classe em longo prazo, o máximo que se tem para este são partidos burgueses de

clientela pequeno-burguesa, Ou seja, partidos que representam de forma predominante, os interesses burgueses. No entanto, sabe assegurar o apoio da pequena-burguesia, algo que não será diferente do partido operário sob a aliança das frações da nova pequena-burguesia.

Com isso, confirma a posição teórica de Poulantzas (1978, p.367), a classe operária ao se aliar com as frações de classe da nova pequena-burguesia deve iniciar um processo ininterrupto e por etapas sob a hegemonia da classe operária de unificação de classe na medida em que a nova pequena-burguesia transforme sua posição de classe na luta de classes em posição de classe operária.

Desse modo, Poulantzas não fica intransigente para a questão da classe média, ou nos termos dele, da nova pequena-burguesia, não a introduz fora da luta de classes ou acima dela, pautando uma particularidade de classe que não condiz com as classes fundamentais do MPC – burguesia e classe operária, como uma terceira via para o conflito, mas, como fazendo parte de um subconjunto ideológico particular de classe – pequeno-burguês, que também tem sua posição e determinação de classe, o que é o seu grande achado teórico no campo do marxismo.

Embora ofereça respostas para a oscilação de classe da pequena-burguesia, Poulantzas em sua análise sobre o período do capital monopolista na França acaba por posicionar a pequena-burguesia na tendência a polarização proletária do que burguesa em virtude dos ataques desta fase do capitalismo aos empregos da nova pequena-burguesia. Assim, avança na análise do posicionamento de classe desses setores no campo do marxismo, apesar dos problemas teóricos acerca da junção da pequena-burguesia com a nova pequena-burguesia e o aspecto da produtividade do trabalho como fator diferenciador dos trabalhadores intelectuais.

CAPÍTULO TRÊS

A CLASSE MÉDIA EM BOURDIEU E PASSERON E SAES

Bourdieu e Passeron muito contribuem para compreender o processo reprodutivo da classe média, em sua tendência de manutenção de seu posto de trabalho dependente do sistema de ensino, que por sua vez também reproduz a estrutura das relações de produção. Ao dar continuidade a tal análise iniciada por estes autores, Saes vai compreender a classe média como forte defensora da ideologia do mérito e, portanto, de sua posição privilegiada na hierarquia de trabalho enquanto trabalhadores não-manuais. Esse caminho de análise é aberto

por Althusser (1980), que passou a pensar a escola em conluio com a divisão capitalista do trabalho. Este capítulo tem por objetivo sintetizar as contribuições de Bourdieu e Passeron acerca do conceito de classe média e avançar para um conceito marxista sistematizado por Saes, bem como, a sua operacionalização histórica.

3.1. Contribuição de Althusser para se pensar a classe média

Althusser (1980) chama a atenção para a reprodução dos meios de produção e das forças produtivas, o que auxilia a compreender o fenômeno da classe média na perspectiva da corrente marxista estruturalista. De fato, Althusser inicia um campo de estudos que identifica na escola a manutenção da divisão do trabalho capitalista, isto por sua vez, abre pressupostos explicativos para se pensar porque a classe média é a maior beneficiária do sistema de ensino³⁷.

A partir disso, irá se focar na reprodução das forças produtivas (trabalhadores), no que tange a qualificação diferenciada dos trabalhadores, algo que cria verdadeiros estratos sociais no interior da classe trabalhadora, através do sistema escolar capitalista e da hierarquia de trabalho, as ocupações tidas como manuais e não-manuais são diferenciadas. No interior das classes trabalhadoras também existem diferenciações de renda, *status* e poder político.

É fundamental para uma formação social qualquer, a reprodução das condições de produção (materiais), ao mesmo tempo em que as produz. Sendo assim, a condição última da produção é a reprodução das condições de produção. Para existir, toda formação social deve reproduzir: 1) as forças produtivas e 2) as relações de produção existentes (ALTHUSSER, 1980, pp. 9-10).

Althusser (1980, p.19-22) alerta que não basta assegurar as condições materiais de reprodução das forças produtivas, devem-se desenvolver as competências dessas para que sejam postas em funcionamento no processo complexo de produção capitalista. Esse desenvolvimento das forças produtivas em conjunto com o tipo de unidade histórica em que constitui num dado momento, resultaria para o autor na qualificação diversificada entre os trabalhadores e, portanto seria reproduzida enquanto tal, segundo as exigências da divisão

³⁷ Cf. Nogueira (1990), apesar da crença de ser possível, nos anos 1960, a realização de reformas na educação para equalizar os indivíduos.

social-técnica do trabalho³⁸ em seus diferentes postos e empregos - ou seja, a formação social capitalista reproduz a qualificação diversificada e também desigual entre as forças produtivas.

Em outras palavras, a divisão social-técnica do trabalho imprimiria o ritmo da qualificação diversificada, embora, diferentemente das formações sociais anteriores ao capitalismo, não é na produção que é assegurada a reprodução da qualificação da força de trabalho, mas sim, fora dela, no sistema escolar.

Desse modo, chegamos ao centro de nossa discussão, a escola ensina algo para além dos saberes práticos *savoir faire*, ensina também o respeito a regras e bons costumes em última instância que coadunam com a ordem vigente, segundo Althusser (1980, p.21-23).

Mas por outro lado que a escola ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as regras dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a bem falar, a redigir bem, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a mandar bem, isto é, (solução ideal) a falar bem aos operários, etc. (ALTHUSSER, 1980, p.21-22).

O autor nos diz que a reprodução da força de trabalho exige não apenas a reprodução de sua qualificação, como ao mesmo tempo em que a qualifica, reproduz a submissão dos trabalhadores à ideologia dominante passada na escola. Essa qualificação, segundo Althusser (1980, p.22), não ocorre de forma igualitária entre todos os trabalhadores (forças produtivas), uma qualificação para os operários e outra aos agentes da exploração e da repressão, no qual, reproduz a capacidade de manejar bem a ideologia dominante, a fim de que possa assegurar também, pela palavra a dominação da classe dominante. Em outras palavras, a escola é reprodutora das relações de produção e destina funções de acordo com a classe a que pertence.

Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos profissionais da ideologia (Marx) devem estar de uma maneira ou de outra penetrados desta ideologia, para desempenharem conscienciosamente a sua tarefa – quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus funcionários), etc. (ALTHUSSER, 1980, p.21-22).

Nesse sentido, a classe média no capitalismo coaduna com a ordem vigente ou tende na maioria das vezes a isso (reprodução das relações de produção), pelo fato de ser educada

³⁸ A divisão social-técnica do trabalho na verdade oculta a divisão e organização de classe (dominante) do trabalho, segundo Althusser (1980).

no aparelho ideológico de Estado para continuar exercendo determinada tarefa de forma consciente e, portanto, não crítica ao ponto de pôr em risco as estruturas de dominação, como no seu papel de quadros de auxiliares da exploração.

Apesar das diferenças entre os aparelhos de Estado (repressivo) e (ideológico), no qual, o primeiro é mais preponderante a violência, enquanto o segundo é a ideologia, mesmo que ambos utilizem tanto da violência como da ideologia para funcionarem. O que unifica as suas contradições e diversidade é a ideologia dominante da qual não se separam, mesmo com a respectiva autonomia relativa que esses têm frente ao Estado, de acordo com Althusser (1980, p.43).

A escola também funciona de forma violenta, mesmo que atualmente não utilize mais métodos de violência física, essa faz uso de violência simbólica nos métodos de sanções, exclusões e seleção dos estudantes, de acordo com Bourdieu e Passeron (1982, p.40-43), como nas provas de domínio do conhecimento dominante, maior exemplo disso, é o vestibular, ao mesmo tempo em que exclui/seleciona para o ensino universitário, difunde a ideologia meritocrática entre os demais agentes da produção como justificativa do sucesso profissional/escolar de alguns e o fracasso de tantos outros.

Será analisado os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), especialmente o AIE escolar: o sistema das diferentes escolas públicas e privadas. Partindo da tese de Althusser (1980, p.60) segundo a qual a escola é o aparelho ideológico de Estado dominante nas formações capitalistas avançadas, pretende-se analisar e detectar o seu caráter de classe e sua função na reprodução das relações de produção.

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais vulnerável, entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, saberes práticos (*des savoir faire*) envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). Algures, por volta dos dezesseis anos, uma enorme massa de crianças cai na produção: são os operários ou os pequenos camponeses (ALTHUSSER, 1980, p.64-65; grifos do autor).

Dessa forma, o sistema escolar é o AIE mais dominante, até mesmo, por dispor de mais tempo para inculcar as crianças, ou seja, muitos dias da semana e por muitas horas elas estão submetidas à ideologia dominante, na qual substituiu o papel que fora da Igreja e da família pelo duo Família-Escola, como aponta o autor (1980, p.57-62). Portanto, para analisar a escola em Althusser torna-se necessário problematizar a família enquanto maior reprodutora da ideologia dominante em aliança com a escola. Daí, a relevante diferença de desempenho

no domínio dos conhecimentos dominantes entre os estudantes oriundos de famílias de trabalhadores não-manuais e improdutivos e de famílias de trabalhadores manuais e produtivos, positiva para os primeiros e negativa para os segundos³⁹.

O desenvolvimento dessa relação está presente em autores que partem da premissa do AIE dominante althusseriano, tais como Bourdieu e Passeron (1982), e Saes (2005). Tais autores sustentam a tese de que no âmbito familiar não só se reproduz a ideologia dominante como também é fundamental para o sucesso e fracasso escolar na ocupação dos melhores cargos da hierarquia de trabalho capitalista. Os setores médios são os mais beneficiados no sistema escolar para esses autores, por ser reproduzidos em seus próprios lares a ideologia dominante.

A ideologia consiste para Althusser (1980, p.77-85) em: 1) representar a relação imaginária dos indivíduos com as condições de existência (realidade) e, 2) ter uma existência material, pois sempre necessita de um aparelho ou de uma prática para ser realizada. Ou seja, é uma relação imaginária dotada de uma prática.

Assim, qual seria a realização (material) da ideologia dominante no AIE escolar? Interpretando de forma livre a obra de Althusser *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (1980), pode-se defender a tese de que a existência material da ideologia na escola seria (em última instância) a reprodução das relações de produção e as provas seriam a prática recorrente de inculcação ideológica.

Segundo Bourdieu e Passeron (1982, p.171) o exame inspira a todos o reconhecimento dos vereditos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam. Os eliminados se identificam com aqueles que fracassam, enquanto aqueles que são eleitos veem em sua eleição a comprovação de um mérito e de um dom que explica o motivo pelo qual são preferidos ao invés dos outros.

Assim, os examinadores seguem as normas implícitas que retraduzem e especificam a lógica escolar os valores das classes dominantes. Desse modo, os candidatos devem suportar uma desvantagem segundo esses valores estão mais afastados da sua classe de origem. Isto explica, por sua vez, o fracasso na privação do ensino e prorrogação da eliminação da classe operária que é a mais distante dos valores das classes dominantes.

³⁹ Tese discorrida inicialmente por Bourdieu & Passeron (1982, p.40-43), que consiste na existência de uma superioridade na assimilação dos conhecimentos dominantes por parte de estudantes oriundos de famílias de trabalhadores não-manuais e improdutivos, e que demonstra nesse sentido, que esses reproduzem com maior facilidade a linguagem (dominante) exigida no sistema escolar.

De acordo com Althusser (1980, p.98-102) a ideologia se realiza através do sujeito e para o sujeito, a ideologia interpela os indivíduos para se tornarem sujeitos de subjetividade livre, centro de iniciativa, autores e responsáveis por suas práticas, seres submetidos a uma autoridade superior. A ideologia é centrada no sujeito absoluto (Sujeito) que ocupa um lugar único no centro e interpela uma infinidade de indivíduos como sujeitos refletindo a vontade do sujeito absoluto como a vontade dos sujeitos em geral (sujeito). Em suma, necessita de um reflexo do sujeito (Sujeito absoluto) para agir nos demais sujeitos que são subjugados por esse. O que o autor (1980, p.110-111) designa por estrutura redobrada da ideologia em geral é esquematiza no quadro abaixo:

- 1) a interpelação dos indivíduos como sujeitos,
- 2) a sua submissão ao Sujeito,
- 3) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento do sujeito por ele próprio,
- 4) a garantia absoluta que tudo está bem assim, e que, na condição de os sujeitos reconhecerem o que eles são e de se conduzirem em consequência, tudo correrá bem: Assim seja (ALTHUSSER, 1980, p.111-112).

Resultado disso e conclusão de Althusser (1980): os sujeitos andam sozinhos pela ideologia. Sendo assim, e analisando o caráter reprodutivo da ideologia em geral, a ideologia interpela os indivíduos a agirem como sujeitos, portanto, responsáveis por suas práticas, convergindo-os em reprodutores em última instância das relações de produção vigentes, algo a ser seguido como a conduta correta.

Transpondo tal análise para a classe média na reprodução das forças produtivas e qualificação diferenciada dessa classe (trabalhadores no geral), pode-se observar que a escola é o grande laboratório de obediência à sociedade capitalista de acordo com Althusser (1980), seja pelo respeito da divisão e hierarquia do trabalho, pela ideologia dominante ou submissão aos superiores. Atenta-se para o seguinte, quem passa tais preceitos para as forças produtivas não é a classe dominante e sim, os próprios trabalhadores, especificamente o docente, esse um trabalhador improdutivo, o qual se classifica aqui, com base nas análises de Saes (2005), como sendo pertencente à classe média.

Dessa forma, o sujeito (docente) interpela os outros sujeitos (força produtiva) para respeitarem o Sujeito (capitalista) ou seus quadros de agentes da exploração (classe média) e entre outros, ou seja, em geral (via de regra), o docente não ensinará o contrário para os trabalhadores.

Contudo, sustenta-se no caso da ideologia meritocrática que, esta interpela os indivíduos em sujeitos de suas práticas, que seja a equalização dos desiguais. Nesse sentido, o

sistema escolar igualiza todos os indivíduos em sujeitos, independentemente se são oriundos de famílias de trabalhadores não-manuais ou manuais e até mesmo, de proprietários dos meios de produção; no caso da escola única, são compelidos assim, pelo (Sujeito) docente a mando do sistema de ensino na capacidade igual dos desiguais, na assimilação dos conhecimentos dominantes, como sustenta Saes (2005 e 2008).

O resultado disso não seria diferente, reproduz as mesmas distinções entre as classes de origem no que são exigidos delas para a reprodução da força produtiva. Tais diferenças serão avançadas no decorrer deste capítulo.

Assim, partindo desse pressuposto - que vai desaguar nas teses sobre a educação em Althusser e ter seus resquícios em Bourdieu e Passeron, além de Saes - pode-se deduzir que o conhecimento dominante é da classe dominante, ou em outros termos, burgueses, melhor dizendo, o conhecimento está imbuído de ideologia dominante (burguesa), não sendo desta maneira, neutro, mas antes, fruto da luta de classes. E isto irá influenciar o pensamento dos autores referidos acima ao refletir o conhecimento enquanto um domínio de classe.

3.2. A ideologia docente e a classe média em Bourdieu e Passeron

Bourdieu e Passeron (1982, p.19) querem chamar a atenção para o fato de que a educação não necessita do uso da força para ser arbitrária, esta já parte das relações de força existentes na sociedade, pois impõe de forma arbitrária uma cultura. Os autores partem da noção já iniciada por Althusser (1982) de que nas sociedades de capitalismo avançado a educação é o seu aparelho ideológico dominante, até mesmo porque, dispõe de mais tempo para inculcar os indivíduos ali inseridos, além disso, buscam reaproximar as teorias clássicas na sociologia de Marx, Durkheim e Weber.

Na obra *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1982) Bourdieu e Passeron não demonstram ter um conceito definido de classe média, antes, suspeita-se aqui, a utilização do conceito de classe média de Weber (2012, p.200) que são camadas que dispõem de propriedade ou qualidades de educação e em virtude disso que adquirem sua renda. Até mesmo indicado pela ênfase dos autores acerca da questão do prestígio diferenciador da classe média pela educação e pela referência ao longo da obra da ascese laboriosa dessa camada.

Em *La reproduction*, Bourdieu & Passeron não propõem um conceito geral de classe média, mas aludem sucessivamente às frações superiores da classe média (alta burocracia escolar, conectada na prática à alta burocracia estatal;

professorado do ensino superior; “frações intelectualizadas da classe dominante”) e às frações inferiores da classe média (professorado primário, empregados dos serviços etc.). Se as primeiras têm um *capital cultural* a transmitir aos seus filhos, as segundas só podem lhes legar uma *boa vontade cultural*. Ambos os subconjuntos investem os seus esforços na educação escolar dos seus filhos, por pensarem que a escola é o melhor caminho para a conquista dos melhores postos dentro da sociedade industrial moderna (SAES, 2005, p.110; grifos do autor).

Toda ação pedagógica para Bourdieu e Passeron é violenta, mas não necessariamente decorre da violência física, o que os autores denominam de *violência simbólica*:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.19).

Até mesmo por que, os grupos ou as classes que constituem uma formação social estão na base do poder arbitrário, que é por sua vez, a condição para instaurar uma relação de comunicação pedagógica. Por meio disto, é que vai impor a inculcação de um arbitrário cultural (educação), segundo os autores (1982, p.21-22).

A ação pedagógica desse modo deve passar sempre aquilo que corresponde aos interesses objetivos dos grupos e classes dominantes para Bourdieu e Passeron (1982, p.22), sejam materiais, simbólicos ou pedagógicos. Nesse sentido, ela reproduz a seleção/exclusão arbitrária que um grupo ou uma classe opera objetivamente por seu arbitrário e com isso, os autores ressaltam uma duplicidade no que concerne ao arbitrário cultural; um grupo ou uma classe selecionam aquilo que é passível a ser reproduzido para os demais grupos e classes, ou seja, tem uma seleção interna e outra geral, optando por aquilo que é dominante.

Essa seleção é arbitrária porque “a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à natureza das coisas ou a uma natureza humana” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.23).

Pela ação pedagógica corresponder aos interesses materiais e simbólicos do grupo ou classe dominante situado nas relações de força, a ação pedagógica tende a reproduzir a distribuição do *capital cultural*⁴⁰ desses grupos ou classes, contribuindo dessa maneira para a reprodução da estrutura social em sua manutenção de locais de classe, conforme apontam os

⁴⁰ São os bens culturais transmitidos pelas diferentes ações pedagógicas familiares cujo valor diz respeito à distância entre o arbitrário cultural imposto pela ação pedagógica dominante e o arbitrário cultural inculcado pela ação pedagógica familiar nos diferentes grupos ou classes (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.43).

autores (1982, p.25-27). Mas de acordo os autores essa ação pedagógica oculta a sua verdade objetiva de violência simbólica para com outras culturas que não a dominante, ao não explicitar sua verdade objetiva ela acaba por revelar-se como não violenta, exprimindo ideologias que contribuem para isso. Busca-se assim, impedir os grupos ou as classes dominadas a clara compreensão da ação pedagógica como violência simbólica, impossibilitando a tomada de consciência dessa força, o que por sua vez acaba por legitimar a violência e a autoridade pedagógica.

Um exemplo oferecido por Bourdieu e Passeron (1982, p.30) esclarece o desconhecimento da verdade objetiva (violenta) da ação pedagógica, como a ideia de uma ação pedagógica culturalmente livre, ou seja, neutra, requerida por muitos em contestações do poder pedagógico, supondo assim, que poderia deixar de existir um arbitrário cultural na educação, algo utópico para os autores.

Com isso, o conteúdo passado na escola é uma cultura e uma linguagem de classe, resta saber se todos os indivíduos de uma formação social a interiorizam da mesma forma a ação pedagógica dominante? Os autores (1982, p.43) respondem a esse dilema, o êxito da interiorização de tal ação pedagógica para os autores diferencia de acordo com os grupos e classes, em virtude, primeiro, do sistema de disposições relativo à ação pedagógica dominante e da instância que a exerce como produto de interiorização: a) valor que a ação pedagógica dominante confere por suas sanções as várias ações pedagógicas familiares e b) do valor dado por esses grupos e classes para as sanções objetivas e os demais produtos da ação pedagógica dominante. E em segundo lugar, pelo capital cultural que em suma é a distância da ação pedagógica familiar a ação pedagógica dominante.

Assim, se pode afirmar que a classe média, sob a ótica de Bourdieu e Passeron (1982, p.40), como classe que sua ascensão depende diretamente da escola e que se distingue das classes populares por sua docilidade escolar, se exprime ao interiorizar melhor o efeito simbólico da ação pedagógica dominante das suas punições e recompensas, cujo efeito é a certificação social dos títulos escolares. E que por sua vez, condiz com um capital cultural superior ao das classes populares, portanto, seu arbitrário cultural inculcado pela ação pedagógica familiar está mais próximo do arbitrário cultural imposto pela ação pedagógica dominante na escola.

Enquanto, o contrário ocorre com as classes populares, segundo os autores (1982, p.52-53), por estarem mais distantes da cultura dominante, a ação pedagógica dominante tende menos inculcar a informação da cultura dominante para as classes populares. Contudo, é importante ressaltar o fato que chama a atenção dos autores, a obrigatoriedade do ensino

consegue obter das classes dominadas um reconhecimento do saber e do saber-fazer legítimos desvalorizando, respectivamente, o saber e o saber-fazer que de forma efetiva essas classes dominam. Como no exemplo oferecido pelos autores, ao mesmo tempo em que há uma valorização do direito, da medicina, do entretenimento e da arte, ocorre, a desvalorização do direito consuetudinário, medicina doméstica, técnicas artesanais, língua e artes populares, o que configura para os autores um verdadeiro etnocentrismo ético e lógico.

A ação pedagógica supõe, de acordo com os autores (1982, p.33-34), uma autoridade pedagógica para se instaurar, assim, ela não se reduz a uma simples comunicação. É preciso o reconhecimento da legitimidade da emissão, o emissor condiciona a recepção da informação transformando isso em formação. A autoridade pedagógica nada mais é que o exercício do poder de violência simbólica podendo ser exercida por ambas as instâncias (agentes ou instituições) numa delegação de autoridade ao produzir o desconhecimento da verdade objetiva, que consiste no seu caráter violento de negação de outras ações pedagógicas de outros grupos e classes.

Toda ação pedagógica implica para Bourdieu e Passeron (1982, p.43-44) no trabalho pedagógico como trabalho de inculcação da cultura dominante, na passagem do *habitus* aos grupos e classes dominadas, ou seja, de passar uma formação durável a ponto de produzir um hábito, produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após o término da ação pedagógica, dessa maneira, perpetua nas práticas os princípios do arbitrário cultural interiorizado, exteriorizando a interioridade.

O trabalho pedagógico, ou o processo de aprendizagem é irreversível para os autores (1982, p.53-54), isso implica que existe uma ação pedagógica inicial que pressupõe outra secundária, como um trabalho pedagógico primário e secundário, e que constitui num processo de inculcação duradouro gerando disso um hábito primário que está no princípio da constituição posterior de todo outro hábito. Os autores alertam para o fato de que a própria língua materna esta carregada de disposições lógicas que predis põem um domínio simbólico.

Desse modo, o sistema de ensino não pode deixar de cumprir sua função, a qual consiste na inculcação de um arbitrário cultural na condição de produzir e reproduzir seus meios próprios da instituição as condições de um trabalho pedagógico capaz de reproduzir nos limites da instituição “um *habitus* tão homogêneo e tão durável quanto possível, entre o maior número possível dos destinatários legítimos (entre os quais os reprodutores da instituição)” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.66; grifos dos autores).

Assim, o professor tem um papel fundamental no sistema de ensino – SE, pois são eles que reproduzem o arbitrário cultural como cultura legítima, aquela que é legitimada na

instituição, para tanto, o professor também necessita de uma formação para seu trabalho escolar – TE, a qual corresponde à cultura dominante que é passada na escola. “Considerando-se que ele deve garantir as condições institucionais da homogeneidade e da ortodoxia do TE, o SE tende a adotar os agentes encarregados da inculcação de uma formação homogênea e de instrumentos homogeneizados e homogeneizantes” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.67).

Mediante isso, apesar dos esforços individuais para se romper com o sistema de ensino, esse tende a garantir a ortodoxia do trabalho escolar por meio de manuais, comentários, sumário de memória, livros do mestre, programas e instruções pedagógicas que os professores devem seguir, garantindo assim, as condições institucionais para a homogeneidade do trabalho escolar, conforme apontado pelos autores (1982, p.67).

Logo, para os autores (1982, p.69), a classe dominante exige apenas a reprodução da cultura legítima e a produção de agentes capazes de manipulá-la legitimamente, ou seja, os professores, dirigentes, administradores, advogados e médicos, produzindo com isso a classe média. Sob esta ótica, o sistema de ensino detém o monopólio da produção dos agentes encarregados de reproduzi-lo, que nada mais são que agentes com formação durável que lhes permite exercer um trabalho escolar que tende a reproduzir essa mesma formação entre os novos reprodutores. E por isso os autores creem numa tendência, apesar da autonomia relativa do trabalho escolar, a uma *auto-reprodução perfeita (inércia)*.

Desse modo, os próprios agentes da classe média reproduzem a cultura legítima, pois necessitaria do aval do sistema de ensino para manter seus postos privilegiados na hierarquia de trabalho, assim, Bourdieu e Passeron situam a classe média em um posicionamento político que condiz com sua condição social e posição na estrutura das relações de classe – trabalhadores não manuais, não diretamente ligados à produção que exercem trabalhos tidos como intelectuais/não-manuais e devem sua posição social ao sistema de ensino.

É relevante pontuar que, já que esses agentes de um sistema de ensino cujo valor econômico e social depende da sanção escolar tendem, para os autores (1982, p.69), a assegurar a reprodução do mercado pelo qual eles têm todo seu valor. Em outras palavras, a classe média por ser fruto de uma formação durável a partir da cultura dominante é refém desta, porque seu valor é intrínseco a formação escolar.

Mais geralmente, o conservantismo pedagógico dos defensores da raridade dos títulos escolares não encontraria um apoio tão firme junto aos grupos ou classes ligados à conservação da ordem social se, sob a aparência de defender somente seu valor sobre o mercado quando dependem o valor de seus títulos universitários, eles não defendessem, pelo seu próprio fato, a

própria existência de um certo mercado simbólico, com as funções conservadoras que assegura (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.69).

Com isso, apesar de não ser o intuito claro dos autores, pois teorizam sobre o sistema de ensino e a sua reprodução nas classes sociais como a manutenção da divisão do trabalho, acabam por situar a classe média – valor dos seus títulos universitários/valorização da força de trabalho, a qual era um problema em Poulantzas (1978) e Wright Mills (1979); o primeiro com seus traços ideológicos e o segundo com sua concepção de perda de *status*/proletarização.

O objetivo da obra *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* é tratar a relação pedagógica como uma simples relação de comunicação e medir o seu rendimento. Assim, determinando os fatores sociais e escolares do êxito da comunicação pedagógica pela análise das variações da comunicação em virtude das características sociais de quem a recebe, como a classe social dos estudantes, conforme apontam Bourdieu e Passeron (1982, p.81).

Essa análise conduz por sua vez, ao que os autores (1982, p. 82) denominam por *princípio primeiro das desigualdades de êxito escolar dos alunos procedentes das diferentes classes sociais*, o qual é a distância entre o *habitus* que o trabalho pedagógico tende a inculcar do *habitus* que foi inculcado por formas anteriores, como a família e o domínio prático da língua materna. Desse modo, eles (1982, p.81-82) têm o intuito de levar em consideração nos resultados obtidos em uma prova de linguagem, na qual é cobrado o domínio erudito da língua erudita, não somente o resultado dos estudantes caracterizados por sua formação anterior, mas pela categoria dotada do conjunto de características anteriores, tal como formação anterior, origem social e sexo. Ou seja, o *capital linguístico*⁴¹ que os estudantes conseguiram adquirir anteriormente e o *grau de seleção* por qual passaram.

Devendo ter conseguido êxito num empreendimento de aculturação para satisfazer ao mínimo as exigências escolares em matéria de linguagem, os estudantes das classes populares e médias que ascendem ao ensino superior são necessariamente submetidos a uma mais forte seleção, segundo o próprio critério da competência linguística (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.82).

Com isso, aumenta a concorrência para um grau de competência linguística maior, o que não necessariamente aumenta a desigualdade, já que para os autores (1982, p.83) tende a

⁴¹ “[...] a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas ela fornece, além de um vocabulário mais ou menos rico, um sistema de categorias mais ou menos complexo, de sorte que a aptidão à decifração e à manipulação de estruturas complexas, quer elas sejam lógicas ou estéticas, depende em certa parte da complexidade da língua transmitida pela família (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.82-83). Ou seja, é o valor da língua transmitida pela família na distância com a língua cobrada no sistema de ensino que é a legítima.

reduzir progressivamente e às vezes anular os efeitos da desigualdade diante da seleção. Observa-se assim, que quanto mais selecionado um grupo for para os autores, maior a competência linguística desses e isto, por conseguinte, tende a nivelar o grau de desigualdade, os nivelando para cima enquanto exclui os demais que não obtêm êxito na aquisição desse conhecimento.

É importante ressaltar que as competências linguísticas dizem respeito a todas as disciplinas ofertadas nas escolas, segundo Bourdieu e Passeron (1982, p.144). A ação pedagógica designa e consagra o professor – agente encarregado da inculcação como digno de transmitir a cultura legítima, por conseguinte, autoriza este a impor através de sanções socialmente garantidas o discurso professoral, o qual consiste em uma *autoridade estatutária* que tende a excluir a questão do rendimento informativo da comunicação, conforme apontam os autores (1982, p.121-122).

Sob esta ótica, os autores (1982, p.122) acabam por não reduzir a relação pedagógica a uma simples relação de comunicação, mas sim, uma relação de poder em que o professor amparado pela instituição escola detém o poder legítimo do uso da violência simbólica, este faz uso da entonação, dicção, o modo de pronunciar um discurso e a ação oratória para impor um sentido na linguagem, como o certo a ser seguido.

Tanto é que, para os autores (1982, p.123), a linguagem do magistério é a mais eficaz e sutil técnica de distanciamento de que a instituição dota os seus agentes (professores). Os professores jamais podem ser dissociados da autoridade pedagógica como demonstram os autores e fazem uso da linguagem para demonstrar certa neutralização de seus propósitos, cuja função principal (instrumento de comunicação), acaba por atestar e impor a autoridade pedagógica da comunicação e conteúdo comunicado. Perceba-se que assim como, a ação pedagógica, o uso professoral de uma língua professoral oculta à relação de violência que ela está submetida, quer seja, a exclusão da participação ativa dos estudantes em sala de aula e como inculcação direta desse modo de linguagem que exclui tantos outros para expor um conteúdo, dado ao fato de que os estudantes distantes do *habitus* dominante têm mais dificuldade na compreensão das exposições.

Essas exposições de conteúdo para os autores (1982, p.124-125) condizem em um monólogo professoral que cabe ao público (estudantes) e não a instituição ou ao próprio professor a responsabilidade da compreensão do conteúdo, individualizando assim, os estudantes que mal compreendem como responsáveis e não pela forma de exposição do professor, “inclina o professor a supor todos os fracassos da comunicação, por inesperados

que sejam, como constitutivos de uma relação que implica por essência a má recepção das melhores mensagens pelos piores receptores” (BOURDIEU; PASSERON, p.124).

Dessa maneira, faz com que o estudante se condicione a compreender a linguagem do professor aderindo ao que autores (1982, p.125) denominam visão do mundo universitário, em que as boas palavras e as frases de espírito circulam do professor para os estudantes e a má linguagem ou gracejos de mau gosto circulam dos estudantes para o professor, principalmente quando interrompem o monólogo professoral.

De acordo com Bourdieu e Passeron (1982, p.128-129) existem dois modos de falar bem definidos, o modo burguês e o modo vulgar, se resumindo na língua burguesa e na língua popular. A língua burguesa tem uma tendência à abstração e ao formalismo, ao intelectualismo e à moderação eufemística, enquanto em oposição, a língua popular consiste na expressividade ou no expressionismo que se manifesta na tendência de ir diretamente do caso particular ao caso particular, da ilustração à parábola, ou de fugir da ênfase dos grandes discursos ou da afetação dos grandes sentimentos, pela zombaria, pelo atrevimento e pela impudícia⁴².

Essas diferenças querem dizer muito, pois a língua utilizada na escola não condiz com a língua das classes populares que estão mais distantes do que é cobrado como o modo de falar correto. Por isso, o capital linguístico verificado pela escola é uma das formas mais bem dissimuladas pelas quais se instaura a relação entre origem social e êxito escolar e também o sinal distintivo mais seguro da posição social do locutor, segundo as autores (1982, p.128-129).

Importante ressaltar que, quem maneja a língua burguesa é antes o professor, o qual é pertencente da classe média; “[...] a língua burguesa não pode ser adequadamente manejada exceto pelos que, graças à Escola, puderam converter o domínio prático, adquirido por familiarização no grupo familiar, numa aptidão de segundo grau para o manejo erudito da língua” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.128). Ou seja, os autores indicam que quem maneja o viés erudito da língua burguesa não é classe burguesa como constatado nas características do modo de falar burguês acima, mas antes, é manejado pela classe na qual se ascende pela familiarização da língua burguesa graças à escola, papel este imputado a classe média para os autores.

⁴² Encontra-se mais a respeito das diferenças das línguas e mais especificamente da língua das classes médias em nota dos autores. “Para não se tomar senão um exemplo, os traços distintivos da língua das classes médias, tais como a hipercorreção falível e a proliferação dos sinais do controle gramatical, são índices entre outros de uma relação com a língua caracterizada pela referência ansiosa à norma legítima de correção acadêmica [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.144-145).

Não obstante, a maneira de expressar verbalmente os sentimentos e os julgamentos para os autores (1982, p.129) é maior conforme se eleva na hierarquia social e isto por sua vez, é apenas uma dimensão que é exigida na medida em que se eleva na hierarquia escolar e na hierarquia das profissões, para manifestar na própria prática, a distância relativa à prática própria e à regra que rege essa prática.

Assim, não existe menor possibilidade de se adquirir uma linguagem sem adquirir ao mesmo tempo uma relação com essa linguagem, ou seja, se adquire juntamente com a língua uma cultura. O que Bourdieu e Passeron (1982, p.128-129) querem dizer com essa afirmação é que ao se adquirir a língua burguesa, adquire também um *modus operandi* burguês, tese essa muito parecida de Althusser (1980), que concebe a escola como instituição de inculcação ideológica burguesa.

Pode-se com isso, indagar porque a língua popular (modo de falar vulgar) é excluída da sua passagem na escola: Bourdieu e Passeron (1982, p.130) resumem que as classes privilegiadas são levadas a fazer uso da sua linguagem como exclusão do vulgar, onde afirma a sua distinção⁴³. Desses dois modos de falar, existem para os autores (1982, p.131-132), também dois modos de aquisição dessa linguagem; 1) exclusivamente escolar que condiz com uma relação escolar, que é o aprendizado por partes mediante a discussão regrada do exercício, da experimentação, da leitura e da produção de trabalho e 2) pela familiarização, que é o único para os autores, capaz de produzir completamente o domínio prático da língua e da cultura, este é o aprendizado por meio do ouvi-dizer.

Na escola, apontam os autores (1982, p.132), o primado da transmissão oral se demonstra através de uma fala dominada pela língua escrita como prova de valor conferido às regras de expressão escrita e da estilística letrada que tendem a impor todo o discurso sancionado pela instituição universitária é o que os autores denominam como *falar como um livro*, nas aulas ou em produções orais e isto se resumem ao único discurso legítimo que é bem aquele do contexto da cultura legítima. Assim, todo o conhecimento, até mesmo o “último” dos estruturalismos tende por função servir de distinção social, e de instrumento de êxito social, segundo os autores (1982, p.135). Ou seja, existe a tendência de transformar as várias formas de conhecimento em língua e cultura burguesa que se resumirão em avaliação de aptidão do conhecimento obtido.

⁴³ Tal dúvida é antes retirada de uma nota de Saes (2008, p.7) como reflexo da vitória política da classe média na França que instituiu uma escola a sua semelhança, um exemplo de consequência disso é a exclusão da língua vulgar e a teoria separada da prática.

Para preencher sua função de legitimação da cultura dominante, o sistema de ensino deve obter reconhecimento de sua legitimidade pela figura do professor, sob a forma de reconhecimento da autoridade dos mestres encarregados da tarefa de inculcação da cultura dominante. Concede assim, ao docente, o direito e o poder em proveito da autoridade da instituição, esta delega para o docente a autoridade, a qual é dotada pela instituição de atributos simbólicos como a *farda do discurso* para poder se dar ao direito de renunciar às proteções da instituição, acentuando os aspectos da tarefa que lhe é incumbida na demonstração que são os mais indicados de manifestar simbolicamente a qualidade única de professor (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.136-137).

E se a instituição tolera e até encoraja esse tipo de atitude do professor é porque além de transmitir o conteúdo, a ação pedagógica deve afirmar o valor desse conteúdo e conseguirá isso a partir do momento em que desviar o foco da coisa comunicada para o prestígio que a maneira correta de comunicar passa ao docente. Com isso, a instituição faz o docente agir segundo os seus princípios na relação do docente com a linguagem e com a cultura que é a das classes dominantes, de acordo com os autores (1982, p.137).

Percebe-se desde já que o docente possui certa autonomia no sistema de ensino em Bourdieu e Passeron (1982, p.137), tanto que essa é a sua grande astúcia para os autores, porque é por meio desta liberdade que o sistema de ensino faz com que o docente sirva à perpetuação das relações estabelecidas, o que os autores denominam de *razão universitária* - que nada mais é que a relação com a linguagem inculcada também pelo docente em sua formação, a qual induz o docente a servir a instituição dispondo-o a se servir desta, o que acaba pela função de conservação social e que a própria razão universitária não conhece e nem pode conhecer.

Não obstante, a cultura dominante não é adquirida apenas pela via institucional da escolarização, os autores (1982, p.139) ressaltam que ela também é adquirida pela familiarização que são dadas às famílias que têm como cultura a cultura das classes dominantes. Desse modo, o sistema de ensino francês que é o estudado pelos autores exige o que ele não dá, como a relação familiar com a linguagem dominante e somente pode se sobressair àqueles que têm essa informação no seio familiar tendo a formação que o sistema de ensino não oferece, ou seja, a classe média.

Nesse sentido, para Bourdieu e Passeron (1982, p.139) a relação com a cultura não está completamente dominada, a não ser pela cultura que foi adquirida pela familiarização. Assim, as classes privilegiadas que reproduzem a cultura dominante no seio familiar tendem a

reconhecer e impor como legítima, na medida em que elas possuem o monopólio da relação com a cultura dominante.

Essa relação não escolar com a cultura está predisposta a assumir uma função conservadora para os autores (1982, p.140), pois servem automaticamente aos interesses das classes que necessitam da Escola para legitimar escolarmente o monopólio de uma relação com a cultura da qual não é completa e se dá pela família. Cabe saber quem são as classes privilegiadas de que dissertam os autores. Desde já, se ressalta aqui como pressuposto, se tratar da classe média e das frações intelectuais da burguesia.

3.3. O sistema de ensino e as classes

O sistema de ensino não é neutro e independente em relação à estrutura das relações de classe para Bourdieu e Passeron (1982, p.153). O sistema de ensino é antes, fruto de um arbitrário cultural, cuja função tradicional é conservar e transmitir uma cultura herdada do passado e dispõe de meios de auto perpetuação, como são os docentes, de acordo com os autores (1982, p.156).

Desse modo, o sistema de ensino deve por função inculcar as tradições singulares de uma história universitária e que não se reduzem às funções apenas técnicas de comunicação e qualificação. Por isso, o exame desse sistema de ensino impõe como digno da sanção universitária uma definição social do conhecimento e da maneira de manifestá-lo. O exame é assim, um dos instrumentos mais eficazes para o empreendimento da inculcação da cultura dominante e do valor dessa cultura para os autores (1982, pp.153, 155).

Apesar de haver diferentes tipos de provas para Bourdieu e Passeron (1982, p.154-155), essas, sempre serão ao mesmo tempo modelos regrados e institucionalizados de comunicação, fornecendo um tipo de mensagem pedagógica com certa ambição intelectual. O exame exprime, inculca, sanciona e consagra os valores que coadunam com certa organização do sistema escolar, e que acabam por impor e valorizar a cultura dominante.

De acordo com os autores (1982, p.155-156) há uma tendência geral nas sociedades modernas de uma multiplicação dos exames e o peso de sua função no sistema de ensino. Pelo qual levam em consideração como pressupostos verdadeiros: 1) como para Durkheim, que vê o surgimento do exame supondo a existência da universidade, ou seja, nos termos dos autores de um corpo de profissionais (docentes) que proveem sua própria perpetuação; 2) a análise de Weber, que o exame somente aparece na Europa moderna com o desenvolvimento das organizações burocráticas e 3) que a garantia de igualdade formal mediante provas idênticas

satisfaz o ideal pequeno-burguês de equidade formal. No entanto, os autores apontam que essa análise explica apenas os aspectos mais gerais da história escolar.

Bourdieu e Passeron (1982, p.157) utilizam o exemplo da França moderna e da China clássica para explicar que esses sistemas de ensino estavam de acordo em fazer uma exigência de seleção social para ocupar uma burocracia tradicional num caso e no outro para uma economia capitalista; e que ambos buscavam com a seleção social em que os autores denominam de *tendência propriamente professoral* para potencializar o valor social das qualidades humanas e das qualificações profissionais que o próprio sistema de ensino produz, controla e consagra.

Nesse sentido, os autores querem ressaltar o caráter que o sistema de ensino tem de se perpetuar imputando essa ação aos seus profissionais (docentes), na condição de liberdade que os outorga para valorizar o próprio sistema de ensino em sua profissão, o que recai por sua vez, na sobrevalorização dos docentes enquanto grupo privilegiado. Todavia, é relevante ressaltar que para os autores (1982, p.157-158) a escola é uma instituição que goza de uma autonomia relativa para retraduzir e reinterpretar as normas herdadas do passado que também possuem uma relativa autonomia, apesar de não poder lhe opor nenhum princípio concorrente de hierarquização que não o escolar. Isto é, o sistema de ensino inculca para além dos conhecimentos, o valor das hierarquias escolares. Essa ação se exerce sobre as classes sociais, como o reconhecimento da autoridade pedagógica da escola.

Embora, Bourdieu e Passeron (1982, p.158) reconheçam que a aderência dos indivíduos às hierarquias escolares e ao culto escolar da hierarquia não esteja desligada da posição que a escola outorga às suas hierarquias. Essas, sobretudo, dependem: 1) do sistema de valores que eles devem à sua classe social de origem e 2) do valor mercantil e sua posição social dependem da garantia escolar. Assim, o sistema escolar somente consegue impor o reconhecimento de seu valor sobre as classes sociais ou frações de classes que não lhe impõem qualquer princípio concorrente de hierarquização.

É a partir desses princípios que os autores (1982, p.158) vão analisar os mecanismos que permitem a escola atrair para a carreira do ensino as classes médias e a fração intelectual da grande burguesia, desviando essas de aspirar à elevação noutras hierarquias como do dinheiro e do poder. O que explica por sua vez, no apego da classe média aos títulos escolares.

Não obstante, os autores (1982, p.158) elucidam o que seria um dos principais interesses políticos da classe média – a defesa da escola e não somente isso, mas, sobretudo, o que esta oferece de função social na reprodução das hierarquias escolares para a sociedade.

Quando a classe média denuncia contra a corrupção dos políticos e dos negociistas corruptos querem demonstrar que a sociedade é incapaz de cumprir suas dívidas com a escola, necessariamente sua própria posição social. Por isso, para os autores (1982, p.158-159), os quadros superiores da universidade defendem a utopia jacobina – uma ordem social onde cada um seria retribuído conforme o seu mérito, que nada mais é que sua posição na escola, em que os autores não veem contradição com a pretensão aristocrática, segundo a qual reconhecem como legítima os valores que a escola reconhece como a hierarquia escolar.

De acordo com os autores (1982, p.159) o sistema de ensino francês tem a tradição da competição pela competição, a qual é herdada dos colégios jesuítas do século XVIII, e que faziam disso, um instrumento de ensino privilegiado da juventude aristocrática. Por isso, para compreender a necessidade de escolher os mais aptos é necessário situar a cultura escolar nesse contexto em que ela foi formada, em um sistema fechado em si mesmo, no qual possui uma organização metódica e envolvente da competição e que se realiza mediante a construção de hierarquias escolares. Isto é, “os jesuítas cultivavam um *homo hierarchicus*, transpondo para a ordem do sucesso mundano, da façanha literária e da gloriola escolar o culto aristocrático da glória” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.159).

Esse culto escolar da hierarquia encontrou para os autores (1982, p.160) as condições ideais para sua plena realização na medida em que foi ao encontro dos interesses da pequena-burguesia e das frações intelectuais da burguesia que encontravam na ideologia jacobina de igualdade formal dos indivíduos, a sua impaciência ao favoritismo e ao nepotismo. Ademais, ao mesmo tempo em que também se apoiou sobre a estrutura centralizada da burocracia que, ao convocar a proliferação dos exames e concursos nacionais submetidos à correção exterior e anônima, oferece a melhor oportunidade de impor o princípio da ideologia jacobina.

A pequena-burguesia para os autores (1982, p. 211) serve de guardiã da ordem moral, cultural e política da burguesia, e daqueles que servem essa ordem como eles próprios. Assim, ela está condenada a servir com zelo nos postos subalternos e médios das burocracias, quer seja inculcando a ordem ou chamando à ordem aqueles que não a interiorizam.

Bourdieu e Passeron (1982, p.163-166) dissertam sobre dois modos de *condenações* pelo *tribunal escolar*, tais termos não são à toa, pois a seleção dos indivíduos na progressão dos estudos no sistema de ensino condiz por outro lado na exclusão de outros indivíduos de acordo com o seu capital cultural herdado, ora na privação dos estudos e ora na prorrogação da eliminação, restando aos indivíduos que não foram excluídos na passagem de ensino, como do primário ao secundário até a universidade e pós-graduação, as oportunidades mais fracas

de ascender ao nível superior que constitui na eliminação adiada. Assim, a sanção do sistema de ensino funciona desses dois modos.

De fato, não só a relação com a língua e com a cultura é continuamente levada em conta durante o ensino secundário e mesmo (num menor grau sem dúvida e, em todo caso, menos abertamente) no ensino superior, e não só o domínio lógico e simbólico das operações abstratas e, mais precisamente, o domínio das leis de transformação das estruturas complexas são função do tipo de domínio prático da língua e do tipo da língua adquirida no meio familiar, como a organização e o funcionamento do sistema escolar retraduzem continuamente e segundo códigos múltiplos, as desigualdades de nível social em desigualdades de nível escolar (BOURDIEU; PASSERON, p.167).

Entretanto, poderia se indagar de que forma é que se dá essa ligação das desigualdades sociais para se transformarem em desigualdades escolares. Os autores (1982, p.167) dissertam sobre a hierarquia das disciplinas mais abstratas para as mais concretas, presentes nas faculdades de ciências e até de letras. Essas hierarquias dos graus e dos estabelecimentos correspondem à hierarquia das origens sociais dos docentes e considerando que a escola atrai muito desigualmente os alunos das diferentes classes sociais, segundo seu êxito escolar anterior oculta, portanto, as diferenças de oportunidade de acesso aos graus mais elevados do ensino das classes sociais inseridas na escola.

Segundo os autores (1982, p.171) o exame inspira a todos o reconhecimento dos vereditos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam. Os eliminados se identificam com aqueles que fracassam, enquanto aqueles que são eleitos veem em sua eleição a comprovação de um mérito e de um dom que explica o motivo pelo qual são preferidos ao invés dos outros.

Assim, os examinadores seguem as normas implícitas que retraduzem e especificam a lógica escolar os valores das classes dominantes. Desse modo, os candidatos devem suportar uma desvantagem segundo esses valores estão mais afastados da sua classe de origem. Isto explica, por sua vez, o fracasso na privação do ensino e prorrogação da eliminação da classe operária que é a mais distante dos valores das classes dominantes.

O sistema de ensino para Bourdieu e Passeron (1982, p.173-175) dissimula sua função social de legitimação das diferenças de classe em decorrência de sua função técnica de produção das qualificações, segundo as exigências do mercado de trabalho. Dessa forma, oculta sua primeira função se apresentando para a sociedade apenas como uma instituição qualificadora. Mas a escola, sobretudo, legitima o diploma que não pode ser verificado por outra instituição que não ela, ao fazer isso, acaba justificando as hierarquias sociais de acordo

com a rentabilidade social pelo efeito das qualificações escolares. Assim, toda operação de seleção está associada por efeito ao controle das qualificações técnicas referentes ao mercado de trabalho e criação de qualidades sociais referentes à estrutura das relações de classe.

[...] se a Escola detém simultaneamente uma função técnica de produção e comprovação das capacidades e uma função social de conservação e de consagração do poder e dos privilégios, compreende-se que as sociedades modernas forneçam ao sistema de ensino múltiplas ocasiões de exercer seu poder de converter vantagens sociais em vantagens escolares, elas mesmas reconversíveis em vantagens sociais, porque tal permite que se apresente as preliminares escolares, por conseguinte implicitamente sociais, como pré-requisitos técnicos do exercício de uma profissão (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.175).

Aproveitando da instância perfeitamente neutra que a instituição escola oferece, segundo os autores (1982, p.175-176), as classes privilegiadas parecem abdicar da transmissão hereditária dos privilégios perante o poder de seleção e de transmissão do poder a outra geração que a escola oferece⁴⁴. No entanto, a escola jamais sacrifica os interesses técnicos dessas classes, a não ser em proveito de seus interesses sociais. Nesse sentido, a escola contribui em sociedades que proclamam a ideologia democrática, a reproduzir a ordem estabelecida, além de manter a ideologia da mobilidade social acesa nas classes menos privilegiadas.

Bourdieu e Passeron (1982, p.189) põem como necessária para se compreender a relação entre sistema de ensino e a estrutura das relações de classe a percepção de sua autonomia relativa, a qual permite dissimular suas exigências externas (de classe) sob a aparência de independência e neutralidade. Com efeito, podem-se indagar quais são as exigências externas com a estrutura das relações de classe? Uma coisa é certa para os autores (1982, p.194), apesar de consagrar alguns e excluir outros, o sistema de ensino consegue certo grau de adesão, até mesmo dos excluídos, da legitimidade tanto da consagração como da exclusão e, portanto, alertam os autores, que ao conseguir a legitimidade das hierarquias sociais, legitima a ordem social. Nesse sentido, as hierarquias escolares são iguais às hierarquias sociais.

No entanto, cabe a indagação sobre o motivo pelo qual os indivíduos são levados a não contestar a legitimidade do sistema de ensino ao distribuir as hierarquias sociais. Os autores (1982, p.195) citam o exemplo dos estudantes que se contentam com cargos menos privilegiados nas hierarquias sociais como os postos de docentes, estes não contestam:

⁴⁴ Ao mesmo tempo em que oculta à aptidão do conhecimento como produto de uma aprendizagem socialmente qualificada, de acordo com Bourdieu e Passeron (1982, p.172).

[...] porque as relações entre o sistema escolar e o sistema econômico, isto é, no caso em pauta, o mercado de trabalho, permanecem em relação, mesmo entre aprendizes intelectuais, com a situação e a posição de suas classes sociais de origem, pelo intermediário do *ethos* de classe como princípio do nível de aspiração profissional (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.195).

Assim, a escola acaba contribuindo para reproduzir a estrutura das relações de classe ao reproduzir de forma desigual a distribuição entre as classes do capital cultural da classe de origem, já que cobram um capital cultural das classes privilegiadas como a linguagem erudita. Já os indivíduos se conformam, pois, o sistema de ensino reproduz as suas posições de classes que estão dadas. Dessa forma, assume seu aspecto “neutro” que, ao beneficiar algumas classes por meio do conteúdo escolar cobrado, oculta isso das demais classes, apenas justificando suas hierarquias, conforme apontam os autores (1982, p.214).

Ademais, para os autores (1982, p.213) o sistema de ensino consegue dar a ilusão de que a ação de inculcação é responsável pelo *habitus* cultivado, ou seja, a interiorização do conteúdo e exteriorização em uma prova são frutos somente das aptidões inatas que são submetidas no sistema de ensino, ocultando por sua vez, o *habitus* familiar da reprodução do capital cultural e, portanto, as determinações de classe. Com isso, o sistema contribui para perpetuar a estrutura das relações de classe ao mesmo tempo em que as legitima ao dissimular as hierarquias escolares que ele produz e reproduz em hierarquias sociais.

Segundo os autores (1982, p.218) para essa justificação das hierarquias o sistema de ensino atesta a ideologia da distribuição dos dons e dos méritos, segundo as hierarquias sociais e escolares. Com isso, convence os indivíduos que seus destinos sociais e escolares dependem da ausência de dons e de méritos e seu grande serviço para a burguesia é conferir aos privilegiados o aspecto de não parecerem como privilegiados: “a Escola consegue hoje em dia, com a ideologia dos ‘dons’ naturais e dos ‘gostos’ inatos, legitimar a reprodução circular das hierarquias sociais e das hierarquias escolares” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.216).

A escola de modo geral tem por efeito produzir um *habitus* nos indivíduos, ou seja, indivíduos modificados de forma durável e sistemática por uma ação prolongada de uma transformação que tende a dotar os indivíduos de uma mesma formação e transferível, ou seja, esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação que também se reproduzem. O fato de a escola exigir indivíduos identicamente programados e de instrumentos padronizados de conservação e transmissão, conduz a exigência de haver na escola uma série de *reprodutores transformados* – agentes capazes de reproduzir a formação que eles próprios tiveram – os docentes.

Concerne aos autores (1982, p. 208-209) que todo o sistema de ensino apesar de sua autonomia relativa possui duas funções, uma social e outra ideológica. A função social consiste na reprodução das relações de classe, o que assegura a transmissão hereditária do capital cultural, enquanto sua função ideológica dissimula essa função, inspirando a ilusão de autonomia absoluta do sistema de ensino.

A grande astúcia disso para Bourdieu e Passeron (1982, p.208-209) é que o sistema de ensino une essas duas funções em uma somente: a função de inculcação na integração cultural e moral à função de conservação da estrutura das relações de classe, isso por sua vez, cria nos docentes a aparência de autonomia do sistema escolar e esse do Estado, não devendo nada ao último. Tal aparência somente é possível porque ela coincide com o *ethos*⁴⁵ dos docentes que devem a sua classe social de origem a dependência do sistema de ensino que outorga a sua posição social.

Assim, os docentes do primeiro grau não tem dificuldades em reformular na ideologia universalista da Escola liberadora uma disposição jacobina para a reivindicação ética da igualdade formal das oportunidades que eles conservam de sua origem e de sua condição de classe e que, na história social da França, tornou-se indissociável de sua retradução na ideologia escolar do sucesso social pelo mérito escolar (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 209).

Essa ideologia escolar do sucesso social pelo mérito escolar é uma retradução as normas externas da classe dominante e por isso oculta a outras formas de linguagem que são tidas como vulgares, os docentes reproduzem isso, porque disso dependem. Para os autores (1982, p.210), eles são filhos dos pequenos-burgueses que se ascenderam na educação. Dessa forma, os docentes que desviam a autoridade da instituição para dar a ilusão da criação imitável oferecem um terreno favorável ao culto escolar do brio e ao gosto acadêmico da justa medida para reprimir sem se contradizer todos os desvios do sistema de normas burguês. Pode-se assim, assumir que a ideologia do mérito é uma ideologia de segundo grau, pois, depende da função ideológica da escola (da classe dominante) ao ocultar sua real função que é social e que fundamenta toda a hierarquia social e escolar⁴⁶.

⁴⁵ Um sistema de disposições que são relacionados a uma posição de classe capaz de predispor certas práticas e valores (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p.202).

⁴⁶ Na verdade, o culto à meritocracia é apenas uma ideologia de segundo grau; vale dizer, uma argumentação que presta cobertura ao compromisso orgânico da classe média com o seu verdadeiro interesse de classe. Esse interesse consiste na promoção da valorização econômica e social dos trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais (SAES, 2005, p.10).

Nesse sentido, todas as normas universitárias tendem sempre a favorecer o sucesso ao menos no seio da escola de um tipo de “homem” e de obra, definidos por uma dupla negação para Bourdieu e Passeron (1982, p.211) pelo brilhantismo sem originalidade e a gravidade sem peso científico.

A forma pela qual a classe média se relaciona com a escola pode ser compreendida para os autores (1982, p.202) ao se relacionar o sistema de valores escolares com o *ethos* de classe. Assim, a boa vontade cultural ou a valorização do labor e somando-se a isso, o culto a manutenção das hierarquias escolares, a neutralidade do ensino é induzida por sua posição de classe devedora do sistema de ensino, tanto é que por isso o defende.

Desse modo, a ideologia proferida pelos docentes e pela classe média é a ideologia do sucesso social pelo mérito escolar, ou em outros termos, a meritocracia. No entanto, ela é dominada, para os autores (1982, p. 211), pela ideologia burguesa da graça e do dom que marca as práticas escolares e também é inerente a ideologia dominante. Apesar de que os autores não ofereçam muitos argumentos que possibilitem sustentar tal dominação ideológica, isso abre espaço para a crítica dos referidos autores. Como a feita por Saes (2007, p.113) que confere a Bourdieu e Passeron a falta de continuidade em sua teoria da duplicidade ideológica do docente, ora podendo assumir a ideologia do dom e ora a do mérito. Para Saes, os autores não definem teoricamente em que condições específicas os docentes podem variar ao proferir uma ou outra ideologia.

Esta indefinição instaura a equivalência dessas duas ideologias para Saes (2007, p.113), mas como se observa acima, não ocorre, já que a ideologia do dom se faz dominante frente à do mérito, a sua compreensão se refere ao fato de Bourdieu e Passeron considerarem a ideologia do mérito como tendo um papel central em todo o funcionamento do sistema de ensino. Isto por sua vez, condiz a uma incongruência nos autores. Tanto que, para Saes (2007, p.109) a ideologia emanada do professor tem de se compatibilizar com a ideologia do aparelho de ensino.

Saes (2007, p. 114) afirma que a hipótese de que um sistema de ensino que emana a ideologia do mérito funcione de forma eficaz para que depois o docente reproduza em sala de aula a ideologia carismática do dom é ilógica. Pois, nas sociedades abertas onde vigora a igualdade de oportunidades a ideologia do mérito pessoal predomina em sala de aula e alimenta o interesse aos estudos. Ademais, a ideologia do dom enfrentaria algumas barreiras ao se reproduzir como a inibição do esforço pessoal, já que o sucesso escolar seria explicado pela qualidade de desempenho de atividades intelectuais de alguns poucos professores e alunos.

Com efeito, segundo o autor (2007, p.114-115) poucos professores seriam tentados a emanar a ideologia do dom, porque esse discurso desqualificaria as qualidades do professor que seria fruto do acaso e não da sua energia, senso de responsabilidade e a sua iniciativa. Assim, para Saes nas sociedades capitalistas, a ideologia do mérito predomina no sistema de ensino e nas práticas pedagógicas em sala de aula. Entretanto, Saes (2007, p.118) reconhece que o docente pode ser levado a proferir a ideologia do dom, como a obstinação de permanecer na carreira docente mesmo quando o contexto socioeconômico é desfavorável. Desse modo, o professor é levado a reconhecer o dom para evitar o declínio do *status* profissional se converta em degradação do seu *status* pessoal.

Há, aliás, outro fator que Saes identifica que levaram Bourdieu e Passeron a suporem que a ideologia do dom é dominante entre os docentes. Estes autores parecem transpor para o âmbito da ideologia docente o que é conteúdo do ensino, pois, tendo feito sua pesquisa no curso de letras, tenderam a reproduzir a forma que os docentes ministram suas aulas. No curso de letras, de acordo com Saes, os docentes são levados à ideologia do dom ao se referirem as qualidades excepcionais dos autores supostamente decorrentes de um dom pessoal e intransferível, o que os levou a crerem, erroneamente por analisar que o docente proferiria a ideologia do dom. Assim, os autores erram ao interpretar a ideologia do dom como dominante entre os docentes (SAES, 2007, p.119).

Bourdieu e Passeron deixam de responder em sua obra *A reprodução* questões fundamentais em sua análise, e disto resta uma incógnita, como, por exemplo, o que age para que um grupo ou uma classe venha a selecionar e excluir certas significações internas para impor e inculcar em outras classes? Como ocorre tal relação de poder? E como ocorreu a exclusão do vulgar na escola? A essas dúvidas os autores não respondem ao todo em sua obra. Ademais, eles não aprofundam sobre os aspectos materiais dessa exclusão, tais como, a renda e as oportunidades de melhor ensino que esse elemento pode oferecer para além dos aspectos simbólicos, na exclusão da classe operária no sistema de ensino, como bem os autores oferecem.

3.4. O conceito de classe média em Saes

A obra *Classe Média e Sistema Político no Brasil* de Saes (1984) consiste na tese de doutorado do autor que foi publicada com algumas modificações. Defende como tese central a participação da classe média na política brasileira de forma fracionária (dividida em setores) ao longo dos sucessivos períodos (oligárquico, populista, autocrático), sendo assim, um

agregado de frações politicamente divididas entre a velha classe dominante e a nova classe dominante, ou entre o bloco das classes dominantes e as classes populares. O autor, aliás, alerta que, apesar de sustentar a tese do fracionamento ideológico e político da classe média, não delimita com clareza as relações ideológicas e políticas da classe média com as diferentes frações da classe dominante e com as classes populares.

O objetivo da obra é contestar a tese hegemônica sobre a classe média “afastada do seu passado antioligárquico, a classe média estaria prestes a manter-se afastada da prática política e a aceitar o autoritarismo da classe dominante como condição da satisfação de seus desejos crescentes de consumo [...]” (SAES, 1985, p.1-2). Para capturar na história ao longo do processo de industrialização, o posicionamento político assumido pela classe média, o qual é o intuito da obra.

Os trabalhadores improdutivos que compõem a classe média possuem dois aspectos inerentes no capitalismo para Saes (1984, pp. 9-11) tal como, na tradição marxista: 1) não contribuem diretamente com a produção de mercadorias e 2) apesar da sua condição de trabalhadores, concedem, muito frequentemente, um sobretrabalho (mais-valia) aos proprietários do capital, o que os aproximam da classe operária, mas não participam diretamente do processo capitalista da produção de mais-valia, ao invés disso, vivem da mais-valia produzida pela classe operária.

Efeito disto é a compreensão desse conjunto de trabalhadores improdutivos da não oposição direta com o capitalista (proprietário), pois, assim como esse, os trabalhadores improdutivos também vivem da mais-valia do trabalhador produtivo, o que por sua vez, os afastam da contradição principal do MPC (burguesia e operário), condenando-os a uma *situação secundária*, porque, apesar de oferecerem sobretrabalho ao capitalista, têm uma relação de marginalidade com a produção de mercadorias que os afastam do antagonismo entre as classes sociais. Por isso, esse caráter secundário se caracteriza por uma oposição e incompatibilidade enquanto fração do conjunto dos não-proprietários dos meios de produção. Desse modo, a classe média não se identifica com a classe operária (não possibilidade de possuir no seio da produção uma consciência operária), o que oferece margem para indiferença social, à qual a sociedade capitalista tenta apropriar-se para reforçar e reproduzir a dominação de classe, ou seja, a classe média é disputada pela classe capitalista.

Esse último corte empreendido ao nível das relações de produção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo de acordo com Saes (1984, p. 9) faz com que se reagrupem num grande conjunto os assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicações) e da administração das empresas industriais, os funcionários do

Estado, civis e militares, e os profissionais liberais. O que o autor atribui a esse conjunto heterogêneo de trabalhadores improdutivos como constituindo uma classe social – classe média.

Esses trabalhadores improdutivos segundo o autor (1984, p.9) formam uma classe social, já que para o autor, em virtude da extrema variedade desse grupo, o processo social de produção não é capaz de levar o conjunto de trabalhadores improdutivos a idêntica orientação no plano ideológico e político. Saes quer dizer com isso, que a posição nas relações de produção dos trabalhadores produtivos, dada a sua variedade, não é capaz de engendrar um mesmo posicionamento ideológico e político. Resta a indagação, o que levaria tal grupo de trabalhadores a idêntica orientação no plano ideológico e político?

O autor (1984, p.9) responde a isso, aceitando a problemática da estratificação social, ou seja, a ascendência da estrutura ocupacional sobre as relações de produção como fator de aglutinação ideológica e política dos trabalhadores improdutivos. Em outro texto, Saes (1977, p.99) diz ter aberto uma concessão à sociologia funcionalista estadunidense ao tratar a classe média como sendo um problema de estratificação social, a qual, aliás, termina por aí a sua concessão.

[...] a organização técnica do trabalho impõe limites à expressão ideológica e política do fato primordial que é a posição na organização social da produção. Em outras palavras, a estratificação social filtra os efeitos das relações sociais de produção e impede que se manifestem diretamente e sem mediação no plano ideológico e político. Esta afirmação implica o reconhecimento do fenômeno da classe média como uma questão de estratificação social (SAES, 1984, p. 9).

Seria uma contradição do autor (1984) partir de uma problemática teórica das classes sociais marxista para analisar os limites dessa e reagrupa-la em elementos weberianos como a estratificação social? É relevante ressaltar que a mesma ressalva feita pelo autor (1984, pp.9-10) acerca da classe média, não vale para a classe operária, pois, sua condição de produtores explorados os opõe radicalmente ao nível da própria organização social de produção aos proprietários do capital.

Segundo Saes (1976, p.55) a classe média é composta por trabalhadores alocados no aparelho urbano de serviços e os trabalhadores burocráticos. O autor, aliás, retoma a expressão classe média como estratificação social e retifica que não a pensa como um princípio explicativo da estrutura social, mas como um aspecto da ideologia dominante que converte a divisão capitalista do trabalho em hierarquia do trabalho segundo os dons e méritos do trabalhador.

Por outro lado, isso não significa que o autor (1976, p.55) parta da premissa weberiana sobre a questão. Tanto é, que o autor considera os trabalhadores não-manuais como uma classe social (e não apenas como camadas ou frações de classe), apesar de reconhecer que existem frações dessa classe (classe média), às quais podem tender a políticas diversas e até mesmo excludentes. Não obstante, o autor (1976, p.56) defende que a classe média está subordinada aos interesses fundamentais, os quais são os interesses das classes fundamentais (burguesia e operariado no capitalismo) que definem a própria estrutura da sociedade. No entanto, isto não significa que a classe média não tenha interesse, de certa maneira esta procura realizar seus interesses subordinados.

Desse modo, Saes procura avançar na análise da classe média sob a perspectiva das classes fundamentais do capitalismo (marxismo). Com isso, a classe média para o autor não vem a substituir o grau de importância que têm as classes fundamentais, pois essas são as que estruturam o modo de produção capitalista, de acordo com Poulantzas (1977, p.65). A classe média assim é vista como uma classe minimamente organizada que pode ser localizada ao nível da ideologia pela consciência meritocrática.

Saes (1977, p.99-101) compreende que a classe média é uma noção prática e, portanto, não deve ser determinada em um plano apenas teórico, em torno de problemas do tipo. Quem é a classe média? Quem a compõem e etc; essas são perguntas insuficientes para o autor. No entanto, é a análise das práticas políticas dos diferentes setores do trabalho no assalariado improdutivo de uma sociedade capitalista definida, que podem ser suficientes para determinar qual dentre eles (classe média) se submetem à ideologia dominante de hierarquização do trabalho. E essa é a pergunta fundamental que deve guiar o analista da classe média para o autor.

Com isso, o autor (1977, p.101) quer dizer que o marxismo precisa ir além da concepção de “classe média” presente nas conjunturas históricas de 1848 e 1871 na França, ao se sustentar de se tratar das obras históricas de Marx – tese essa que poderia dar caução empírico para a tese do alinhamento da classe média (pequena burguesia tradicional mais nova pequena burguesia) com a classe dominante, pois, constitui uma conjuntura diversa da vivida por Saes na década de 1970 sob o ímpeto do capital monopolista. O que por sua vez, reduziria a posição da classe média em outras conjunturas em prol da classe dominante, o que não é fato, segundo os dados mostrados por Saes (1984, 1985), como será demonstrado no decorrer deste capítulo.

A classe operária se opõe radicalmente aos proprietários de capital, essa oposição, segundo o autor (1984, pp. 9-10) impede que a classe operária sofra os efeitos da

fragmentação e da dispersão social que são alimentadas pela classe capitalista com vistas à sua conservação e reprodução. Desse modo, diferentemente da classe média, a escala da qualificação, a hierarquia dos salários ou o nível de consumo que dizem respeito à fragmentação social não são capazes de retirar do conjunto da classe operária sua personalidade social – consciência operária.

Embora, o autor (1984, p.10-11) pontue que a fragmentação do mundo do trabalho tem efeitos na distinção entre trabalho manual e não-manual, como o enfraquecimento da solidariedade entre os trabalhadores produtivos e os trabalhadores improdutivos e a dispersão desses últimos. Até mesmo por isso, o Estado burguês utiliza-se da fragmentação do trabalho como uma prática cotidiana e permanente de consolidação de sua dominação.

Mediante a isso, surgiu para Saes (1984, p.11) um problema fundamental para a classe dominante preocupada com sua hegemonia. Como justificar e ocultar a aceleração da divisão social do trabalho? Para tanto, criou-se uma gigantesca operação ideológica para o autor que consiste em explicar a fragmentação de toda atividade humana e a especialização forçada em virtude de um elemento racional que se baseava na distinção fisiológica bem pontuada pelo autor (1984) como duvidosa⁴⁷, entre trabalho manual e não manual com o intuito de impor uma hierarquia ao mundo do trabalho justificada pela distribuição desigual de dons e méritos.

Nesse sentido, a posse de uma capacidade inata entendida aqui como sendo o dom mais a aquisição de novas capacidades através da escola (mérito) estaria para o autor (1984, p.11) na origem do estabelecimento de uma hierarquia de prestígio social que consagraria as desigualdades de aptidão existentes entre os trabalhadores. De acordo com o autor (1984, p.11-12) a classe dominante e o Estado burguês visavam com essa gigantesca operação ideológica consolidar sua dominação e apagar a possibilidade de união de todos os trabalhadores contra a classe capitalista – proprietários dos meios de produção.

Não obstante, criou-se uma consciência média, distinta da consciência operária. O que consiste tal consciência média? Percebe-se desde já que Saes parte de uma premissa de classes marxista para reelabora-la com base na estratificação social weberiana e fecha com a problemática da fragmentação do mundo do trabalho utilizando a distribuição desigual de dons e méritos feita por Bourdieu e Passeron em *A Reprodução*.

Segundo o autor (1984, p.15) a consciência média é definida em um limite fixado por um elemento comum a todas as formas de consciência média – a recusa ao nivelamento social entre trabalhadores manuais e não-manuais. E que o autor pontua como sendo o limite pelo

⁴⁷ Pois, não há uma fronteira bem delimitada entre o exercício estrito de um trabalho manual ou intelectual, pontuada anteriormente por (GRAMSCI, 1982, p.7).

qual a classe média pode oscilar entre a direita e a esquerda, sem perder por isso sua identidade.

Tal consciência pode ser vista para o autor (1984, p.15-16) na conduta política dos tenentes dos anos 1920 que desencadearam vários movimentos político-militares contra a dominação oligárquica, não estabelecendo contatos políticos com a classe operária, que também é compreendida em parte como sua posição estratégica no seio do aparelho de Estado. Mas apesar disso, essa tendência antioperária foi também a expressão de uma recusa permanente de igualização social e do medo crescente da proletarianização pelo qual se apoderou dos grupos médios ao longo da década de 1920.

Doravante, para Saes (1984, p.16) o temor de nivelamento social contribuiu para a aceitação pelos trabalhadores de escritório de 1930 até os nossos dias de uma legislação sindical que divide o mundo do trabalho por meio da interdição a toda organização dos trabalhadores por setor econômico e impossibilitou legalmente uma confederação geral dos trabalhadores, isolando assim, a classe operária das outras categorias de trabalhadores e que por isso, situa a luta sindical num contexto muito favorável para a classe dominante. Isto, por sua vez, teve o efeito de expor a classe operária aos trabalhadores não-manuais como uma classe à parte e é o resultado do corte profundo na sociedade brasileira entre trabalho manual e não-manual⁴⁸.

Não obstante, somam-se a isso outros fatos históricos que o autor (1984, p.16-17) traz para confirmar sua tese acerca da consciência média ser em última instância a não equidade com o trabalhador manual. Como o memorial dos coronéis de fevereiro de 1954 endereçado ao presidente Vargas num contexto de crise política do populismo varguista, quando este estava em iminência de anunciar o aumento de 100% do salário dos trabalhadores industriais e comerciais, os militares redigiram a carta que basicamente demonstrava o receio da igualização social entre os “trabalhadores qualificados” e os “trabalhadores não-qualificados”, o qual também demonstrava a exigência corporativa de melhores salários para compensar a diminuição das diferenças salariais e restaurar a hierarquia dos salários e do trabalho que falavam por uma grande parte da classe média.

Todas estas manifestações – tendência antiproletária dos tenentes à exasperação dos funcionários civis e militares diante da escalada

⁴⁸ Para Saes (1984, p.12-13) é o caráter periférico e ex-colonial da sociedade capitalista brasileira que explicam a intensidade de fragmentação do mundo do trabalho. Haja vista, que a exploração do trabalho escravo perdurou até o fim do século XIX, à qual impôs uma sobredegradação ao trabalho produtivo, bem como ao conjunto do trabalho manual. Apesar do fim da escravidão no Brasil, o capitalismo industrial não foi capaz, para o autor, de apagar a curto prazo o caráter colonial, aviltando o trabalho manual urbano da indústria aos serviços manuais.

inflacionária de 1963 – constituem indícios da existência de uma consciência média situada a meio caminho entre a consciência burguesa e a consciência operária. É esta consciência que transforma a fração não manual dos trabalhadores improdutivos em grupos médios. Mas ela não deve ser considerada como garantia de unidade ideológica e política de todos estes grupos; constitui, antes, o limite no interior do qual os grupos podem oscilar à esquerda e a direita (SAES, 1984, p.17).

Ou seja, a consciência média somente é capaz de transformar os trabalhadores improdutivos em grupos médios que se unem em última instância pela não equidade com o trabalhador manual, mas que não pode ser garantia de unidade ideológica. Tão logo, o que garante a unidade ideológica da classe média para o autor (1984)? Isto implica ir além da estratificação social e analisar a política dos grupos médios em relação ao desenvolvimento do capitalismo industrial e o grau de concretização do antagonismo entre as classes sociais, conforme apontado pelo autor (1984, p.18).

É relevante ressaltar que Saes (1984, p.18-19) parte de uma perspectiva que caracteriza a classe média como um agente substituto, ou melhor, alguns grupos médios. Isto quer dizer que em momentos que a classe burguesa e a classe operária se mostrem incapazes de exprimir no plano da organização política, a defesa de seus interesses de classe, esses interesses podem ser assumidos pela classe média, já que ela é um grupo secundário estrategicamente situada no plano institucional. Dessa forma, poderia haver um governo de classe média para Saes?

Por outro lado, os grupos médios que compõem a classe média também podem se constituir como uma base social de apoio à política das classes sociais seja a classe capitalista ou a operária. Nesta situação, os grupos médios aderem a uma linha política pelas organizações ou grupos (agentes substitutos ou não) que falam em nome da classe social. A reunião dos grupos médios em classe o que significaria em atribuir uma única posição política em relação ao conflito social é possível para o autor (1984, p.19-20). Embora, necessite levar em consideração a conjuntura política (nível de desenvolvimento do capitalismo industrial e da oposição das classes) e combinar com as particularidades de cada grupo médio para encontrar a chave de suas orientações políticas.

Para tanto, o autor (1984, p.20) vai fazer uso da *situação de trabalho* para que se encontrem as particularidades de cada grupo médio. Por situação de trabalho o autor compreende como sendo o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores não-manuais, ou seja, a situação de trabalho condiz com o fracionamento da classe média em vários grupos médios. Os elementos que a compõem são: 1) as relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos trabalhadores

manuais); 2) forma de remuneração (salário, honorários); 3) nível de remuneração (proximidade ou distância em relação aos salários dos operários); 4) nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário) e a articulação desses elementos criam uma situação de trabalho particular capaz de engendrar uma disposição ideológica específica. Embora, seja importante ressaltar que a disposição particular de cada grupo médio só se concretiza em contato com uma conjuntura política, a qual é refletida de maneira específica a cada grupo médio em virtude de sua situação do trabalho, conforme aponta Saes (1984, p.20).

O conceito de situação de trabalho exposto acima por Saes (1984) difere da *situação de classe* proposta por Weber (2000) e Mills (1979). Enquanto para o segundo, significa a ocupação de um lugar em comum, como no abastecimento de bens, posição de vida externa e destino pessoal. Para o terceiro significa o montante da renda, prestígio (empréstimo do prestígio da própria firma/uso de roupas de passeio), especializações, grau de autonomia do trabalho (tempo gasto para aprender através da educação formal). Já para o primeiro é o poder de dispor de diversos tipos de bens de consumo, meios de produção (se detém ou não), quantidade de patrimônio, meios de aquisição, qualificação do serviço. Assim, Saes modifica a situação de classe proposta por Weber e avançada por Wright Mills para uma situação de trabalho muito próxima aos elementos de análise de posição de classe do marxismo, como a detenção ou não dos meios de produção e os meios de aquisição, apontado por Marx (1983, p. 317-318).

Apesar de esses critérios serem insuficientes para posicionar a classe média, pois, assim como, a classe operária, a classe média também viveria da mesma fonte de renda, o salário, e dependeria da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Por isso, talvez, Saes (1984) aponte como solução para tal dilema teórico, trazer a classe média para um problema de estratificação social, critérios tais como, a disposição de diversos tipos de bens de consumo, quantidade de patrimônio e qualificação do serviço, apontados anteriormente por Mills (1979). Nesse sentido, Saes avança para a análise dos diversos tipos de bens de consumo como critério de situar a classe média na fronteira com a classe operária.

3.5. Educação e classe média

Para Saes (2005, p.97-98) o processo de busca pela educação é comum a todas as classes, já que todos os indivíduos necessitam da educação para inserirem nas práticas sociais da cultura, economia, família, política entre outras, o que não garante que todos

lutem em prol do mesmo objetivo da escola universal, até mesmo porque, a classe capitalista vive o impasse de não criar maior demanda do que a oferta de trabalhadores não-manuais, gerando assim, um amplo contingente de sobrequalificados que se converterão em fator de atrito dentro do processo de trabalho e exercerão de forma espontânea pressão a favor da redefinição dos seus objetivos gerais.

A classe capitalista busca na educação por iniciativas filantrópicas privadas segundo o autor (2005, p.98), como as escolas privadas geridas pela própria indústria no início do capitalismo ou programas empresariais de alfabetização e a resistir ao cumprimento do princípio imposto por qualquer outra classe, por exemplo, a escola universal imposta pela classe média.

Enquanto as crianças das classes trabalhadoras constituem mão de obra suscetível de ser colocada a serviço da reprodução material da unidade familiar, portanto, não valorizam a universalização da educação de base, mas antes, a autoeducação proletária que seriam para as classes trabalhadoras a melhor arma contra a exploração do trabalho de modo a evitar a incorporação das crianças de origem popular à escola pública, ideológica e politicamente controlada pelo Estado burguês, conforme aponta o autor (2005, p.99-100).

Já as classes médias para Saes (2005, p.101) tiveram o papel histórico de vanguarda da educação pública nas sociedades capitalistas, como na Terceira República Francesa (1870-1940), são os movimentos que representam ideologicamente a classe média e nela se encontram sua base social de apoio e força política que sustentam o projeto de instauração do ensino público, gratuito e obrigatório cuja função social era propiciar a mesma educação para todos. Na Espanha, são os partidos radicais representantes ideológicos e políticos da classe média que defenderam o ensino público, gratuito e obrigatório contra o domínio da Igreja e das classes dominantes.

No Brasil do século XX, o desenvolvimento da classe média – um dos aspectos centrais da primeira fase do processo brasileiro de transição para o capitalismo – desaguará na eclosão da Revolução de 1930 (que foi, em parte, uma revolução de classe média) e, a seguir, na deflagração da luta dos seus representantes ideológicos (escolanovistas, nacionalistas, progressistas, etc.) a favor da escola pública, atacada de modo mais ou menos aberto pelos representantes - clericais ou meramente privatistas – das classes dominantes (SAES, 2005, p.102).

Desse modo, a classe média tende a defesa de um tipo de educação que foi vitoriosa nos países citados acima, a educação pública, gratuita e obrigatória. Mas qual o interesse da classe média em defender tal tipo de educação? O autor (2005, p.102-103) responde que esse

tipo de educação corresponde às aspirações educacionais da classe média, mas essa não defende por acreditar que tal ensino garantirá uma boa educação aos seus filhos. Na realidade, aponta o autor, a classe média é a única classe social que considera sua reprodução econômica e social através da educação escolar. Sob esta ótica, a escola não precisa ser obrigatória para que a classe média leve seus filhos, porque a escola tem um papel central na reprodução de uma classe social definida pelo desempenho de trabalho predominantemente não-manual.

Entretanto, muitas vezes a classe média recusa a gratuidade do ensino para inscrever seus filhos em instituições privadas sob o intuito de garantia da qualidade do ensino. Porque a classe média apesar de não necessitar do ensino público, gratuito e obrigatório, defende tal sistema de ensino? Para o autor (2005, p.103-104) a classe média depende do ensino elementar público, gratuito e obrigatório, pois, é a via institucional para difundir o mito da escola única, arma fundamental na luta ideológica que a classe média trava com vistas a se promover econômica e socialmente, haja vista que introduz ambas as classes a um mesmo ensino, o que por sua vez, propicia iguais oportunidades de sucesso profissional a todos, independente de sua condição de classe. Desse modo, a classe média persegue o ideal da escola única, instaurando uma escola elementar, pública, gratuita e obrigatória, ou melhor, a aparência de igualdade que a classe média persegue, porque dela depende sua promoção econômica e social.

Assim, o culto a meritocracia por parte da classe média no sucesso profissional, econômico e social condizendo com aqueles que revelam maior capacidade para tanto, não deve ser considerado o seu real interesse, antes, é uma ideologia de segundo grau para o autor (2005, p.105). Pois oculta o verdadeiro interesse de classe que consiste na promoção econômica e social dos trabalhadores não-manuais relativos aos trabalhadores manuais.

Para se valorizar econômica e socialmente a classe média, de acordo com o autor (2005, p.107-108), precisa da forma-Escola única e, por conseguinte da configuração institucional que a viabiliza; a escola elementar pública, gratuita e obrigatória – lugar de competição ilusória entre as capacidades individuais que tem como função ideológica sugerir que aqueles indivíduos situados no topo da hierarquia do trabalho ocupam tal lugar por terem provado na vida escolar mediante exames, provas, testes etc. serem mais capazes que os indivíduos situados na base da hierarquia de trabalho. Ilusória, pois, assim como Bourdieu e Passeron (1982), Saes (2005) analisa a desigualdade de recursos culturais com que contam os competidores inseridos na escola (classe média, classes trabalhadoras manuais) – que vai desaguar em diferentes padrões de desempenho escolar e a diferentes trajetórias escolares como curta para as classes de trabalhadores manuais que concluem até o ensino fundamental

ou técnico de nível médio, ou longa para as classes médias e proprietárias que concluem o ensino superior e cada vez mais a pós-graduação, conforme apontado pelo autor (SAES, 2008, p.166). E deve manter a ilusão (aparência de competição entre iguais) porque a classe média precisa disso para se valorizar econômica e socialmente.

No artigo *Escola pública e classes sociais no Brasil atual*, Saes (2008) aborda a diferença entre as classes sociais no sucesso e fracasso escolar no Brasil, enquanto parte considerável dos estudantes oriundos das classes operárias abandona o ensino fundamental, as classes médias concluem a pós-graduação. “Sobre essa diferença, há dados bastante significativos. Segundo o PNAD de 2001, 85% dos alunos com renda mensal média inferior a meio salário mínimo ainda não chegaram, aos 14 anos, à oitava série” (SAES, 2008, p.167).

O proletariado estudantil só chega minoritariamente ao vestibular nas universidades públicas, pois já foi excluído do sistema escolar bem antes disso, por força da lógica de funcionamento desse sistema, bem como das suas próprias condições materiais de existência (SAES, 2008, p.168).

Apesar dos estudantes da classe operária ser a maioria na escola pública eles não entram na universidade pública que ainda é ocupada majoritariamente pela classe média. Alguns autores como Bourdieu e Passeron, e o próprio Saes oferecem pressupostos analíticos para isso, como por meio da linguagem erudita utilizada pelas classes médias fora do âmbito da escola, como por exemplo, dentro da família, o que ofereceria vantagem considerável para a classe média se sobressair as demais classes no sistema escolar capitalista, essa por sua vez, reproduziria no âmbito familiar o conhecimento dominante, pois dessa forma se sobrevalorizariam como trabalhador não-manual/improdutivo mais qualificado do que o trabalhador manual.

No entanto, as classes operárias reproduzem a cultura e a linguagem populares, esses outros tipos de conhecimento são excluídos da escola, o qual é reproduzido apenas a cultura e a ideologia dominante. De longe as classes médias melhor assimilam tais conhecimentos, não que as classes operárias não tenham capacidade de entrar nas universidades e dominar os conhecimentos passados na escola. Embora, a maioria dessa classe não entra por não ter seus conhecimentos respeitados na escola, o que, aliás, Bourdieu e Passeron denominam de violência simbólica por não serem levados em consideração outros conhecimentos que não o dominante.

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e, sobretudo todo o

poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos (BOURDIEU, 1989, p. 146).

Assim, a exclusão da classe operária das universidades é parte de um processo maior que se inicia na exclusão de seus conhecimentos e do ensino continuado conforme maior escolaridade. A classe operária vai deixando o sistema de ensino ao passar dos anos, por isso, os universitários oriundos dessa classe representam a exceção que confirma a regra, tudo aparenta que a universidade não foi feita para eles no capitalismo.

Na verdade, porém, a Escola Única nunca existiu. A Escola Pública nunca funcionou de fato como uma Escola Única em nenhuma sociedade capitalista. A Escola Única foi, antes, um Mito difundido pelo Estado burguês para estabilizar politicamente a sociedade capitalista. Pierre Bourdieu nos mostrou, nos seus trabalhos, que a Escola Pública, ao mesmo tempo em que se apresentava à sociedade como Escola Única, direcionava alunos de diferentes classes sociais para trajetórias escolares de tipo diverso. As classes superiores eram encaminhadas para a trajetória escolar longa (que incluía o ensino superior); e as classes inferiores eram relegadas à trajetória escolar curta (que abarcava, no máximo, o ensino técnico de nível médio) (SAES, 2008, p.169).

Está aí o real caráter de classe da educação e não é a generalização da educação a todos como se pensa a classe média com o mito da escola única, a mais beneficiada com isso é a própria classe média por se sobressair nesse processo que não põe em risco o seu *status quo* social, principalmente pela divisão do trabalho entre trabalhador não-manual e manual.

Essa promoção já está garantida, alerta Saes (2005, p.105) na divisão capitalista do trabalho em que separa de forma recorrente o trabalho de concepção/direção do trabalho de execução. Com isso, a classe média precisa provar ao conjunto da sociedade e mais especificamente a classe capitalista que os trabalhadores não-manuais ocupam esse posto de trabalho por terem provado na vida escolar por meio de provas e concursos etc.; que são os mais competentes para ocupar esse posto privilegiado. Haja vista, que tal valorização econômica e social não ocorre de forma natural por parte da classe capitalista, para Saes, a mera divisão capitalista do trabalho não é capaz para compelir a classe capitalista a valorizar permanentemente e de modo crescente o trabalhador não-manual.

De acordo com o autor (2005, p.105-106), apesar de a classe capitalista demonstrar certo apreço pelo trabalho intelectual⁴⁹ no sentido restrito (criação/inovação) como (artes,

⁴⁹ Para Saes (1985b, p.178) os intelectuais são membros de categorias profissionais como a dos filósofos, economistas políticos, cientistas sociais, historiadores, geógrafos humanos e juristas. Estes se dedicam a decifrar o mundo, embora seja importante frisar que nem todos os intelectuais sejam de esquerda, podendo assim aderir tendências políticas diferentes desde a direita e esquerda a até reacionários. No entanto, apesar dessa heterogeneidade ideológica do intelectual, este não pode ultrapassar certo limite, até mesmo na defesa do

ciências, literatura e etc.) não levou a respeitar o trabalhador intelectual que frequentemente são confundidos com empregados domésticos. Embora, seja preciso resgatar a formulação de Bourdieu e Passeron (1982) que conferem a ideologia da graça e do dom um contraponto da classe capitalista a ideologia pequeno-burguesa do esforço pessoal, até mesmo porque, a ideologia da graça e do dom busca subtrair do trabalhador intelectual a responsabilidade pela construção de sua capacidade criativa e inovadora. Nesse sentido, tal ideologia não visa à promoção econômica e social do trabalhador intelectual em relação ao trabalhador manual.

Saes (2005, p.100) pensa a classe média como ator político apenas com a junção de dois grupos. A classe média atua como grupo social específico quando os trabalhadores intelectuais se reúnem ideologicamente com os trabalhadores cuja atividade é predominantemente mental. Isso somente ocorre quando ambos os grupos compreendem que é possível utilizar seu prestígio social do “trabalho intelectual” para afirmar a sua superioridade econômica e social em relação às classes trabalhadoras manuais.

No capitalismo, a divisão do trabalho se intensifica em diferentes planos da vida econômico-social: a) o aparelho de Estado se separa radicalmente do aparelho produtivo; b) as esferas da circulação e da distribuição se diferenciam claramente da esfera da produção; c) no processo de trabalho, o saber do produtor direto é expropriado em prol dos agentes que organizam o processo de produção. Forma-se assim, ao lado do grupo restrito dos intelectuais, uma massa de trabalhadores não-manuais, cuja superioridade econômica e social com relação aos trabalhadores manuais não é reconhecida de modo natural e espontâneo pela classe capitalista. Assim, os trabalhadores não-manuais deverão deflagrar uma luta ideológica permanente com vistas à construção de uma *hierarquia do trabalho* e à promoção ininterrupta da melhoria de sua posição relativa dentro dessa hierarquia (SAES, 2005, p.106; grifos do autor).

Essa luta pela hierarquia do trabalho não tem fim para o autor (2005, p.106), porque os trabalhadores manuais tendem regularmente a lutar pela diminuição da grade salarial, pela compensação material crescente às desvantagens crônicas (riscos a vida e à saúde, desgaste físico e psicológico) do trabalho braçal, o que provoca a deteriorização da posição relativa dos trabalhadores manuais dentro da hierarquia de trabalho.

socialismo defendem, para Saes (1985b), a divisão trabalho intelectual e trabalho manual, pois dela dependem diretamente para se sobressaírem ao trabalhador manual - ou seja, é um trabalhador que está ao lado do trabalho intelectual na divisão do trabalho, já que se fossem contra, estariam em contradição com sua própria sobrevivência enquanto grupo. Efeito disso, é a defesa de um socialismo de intelectuais que não passa de um capitalismo de Estado, defendendo os seus próprios privilégios, isto é, o “monopólio” do esforço cerebral, o qual como indica Gramsci, eles nunca tiveram. Cf.: Brandelli; Duran Gil (2018, p.130-132).

Nessa luta, os trabalhadores não manuais, segundo o autor (2005, p.106) tendem, por sua vez, a recorrer por empréstimo ao prestígio social do trabalho intelectual, os quais não desempenham (criação/ inovação); em troca, eles emprestam sua massa numérica ao grupo restrito dos intelectuais que assim, potencializam sua ação em virtude da superação da ideologia da graça e do dom para a inserção em termos vantajosos na hierarquia de trabalho para esses últimos.

É também importante ressaltar que a cada fase de desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com Saes (2005, p.100), redefine a fronteira entre trabalho manual e não manual, proletarizando algumas profissões e nobilitando outras. Resta a questão, se a classe média pensada pelos autores das décadas de 1960/1970 – Wright-Mills, Poulantzas, Bourdieu e Passeron têm diferenças para a classe média no período contemporâneo. Para tanto, necessitaria de uma pesquisa profunda acerca do trabalho da classe média, o qual não é o intuito dessa pesquisa, pois, extrapolaria o nosso objetivo de elucidar o conceito de classe média nos autores trabalhados.

O autor (2005, p.107) também contribui para pensar a articulação da classe média com a classe dominante. Na fase inicial da transição para o capitalismo, as classes dominantes estabeleceram com os trabalhadores não-manuais uma relação de favor, procurou-se com isso, deixar claro o lugar desses trabalhadores na estrutura ocupacional (funcionários, profissionais liberais, professores e etc.) resultado da ajuda pessoal ao invés de qualquer demonstração individual de competência.

Assim, de acordo com o autor (2005, p.107) a classe média terá que lutar contra essa relação de favor que condena a dependência pessoal com relação às classes dominantes para se valorizar econômica e socialmente, para tanto, proferem no início do capitalismo o culto a meritocracia (definindo seu interesse específico de classe) como forma de ocultar da sociedade o verdadeiro interesse, concomitantemente se alinham a submissão aos favores (indicações, nomeações, transmissão de clientelas cativas etc.) concedidos pela classe que controla o acesso aos melhores lugares da estrutura econômica e da estrutura jurídico-política – as classes dominantes. Surgem disto, para Saes, no seio da classe média, um discurso misto que articula de modo complexo o culto da competência individual e o reconhecimento da legitimidade do favor.

É relevante ressaltar que para Saes (2005, p.108) a ideologia do mérito não consegue por si só proclamar a superioridade dos trabalhadores não-manuais. Por isso, para o autor tal ideologia pode funcionar como ideologia de segundo grau, porque acoberta seu real interesse tanto dos trabalhadores manuais como da classe capitalista que visa convencer seu posto

superior de trabalho – serve de defesa da hierarquização do trabalho favorável aos trabalhadores não manuais e também: 1) ilude a própria classe média da “nobreza” (meritocracia) das suas motivações de forma aberta e explícita e 2) o apelo à ideologia do mérito individual pode ocorrer nos espaços institucionais onde a vitória da classe média já é certa, como na escola. Com isso, a ideologia dos docentes para Saes (2005) não pode ser outra que não o princípio da competência individual – ideologia do mérito.

Embora, a ideologia do dom, se configure para o autor (2005, p.110) como arma da burguesia para a desvalorização econômica e social do trabalho em geral, pode também, funcionar como arma reserva da classe média quando a ideologia do mérito estiver sob ameaça, ao elucidar na explicação de situações excepcionais (acima da média de classe) tais desempenhos podem indiretamente pôr em questão a explicação oficial de desempenho (mérito) e lançar dúvidas sobre as explicações de desempenho normais. Desse modo, a classe média recorre à explicação da importância da posse de recursos culturais prévios para uma trajetória pessoal bem sucedida, ou seja, a história dos indivíduos excepcionais, o que acaba por proteger a ideologia do mérito de ser atacada.

Percebe-se que a ideologia da graça e do dom desvenda o que a ideologia do mérito quer esconder a primeira vista – a posse de recursos culturais prévios, bem como, o manejo da língua legítima no seio familiar pela classe média, como apontado por Bourdieu e Passeron (1982).

O Estado burguês tem papel fundamental para a manutenção desse tipo de educação, jamais ele poderia qualificar todos os indivíduos, com boa parte da qualificação da classe média, em seus estudos universitários, pois assim, entraria em contradição, segundo Saes (2008, p.169). Primeiro, porque o Estado necessita encaminhar uma minoria de alunos para ocupar os postos de dirigente da divisão do trabalho (não manual *versus* manual) e segundo, até mesmo pela lógica reprodutiva do capitalismo de encaminhar a maioria dos estudantes a postos subalternos, ou seja, para o trabalho de execução. Concerne ao autor que o Estado burguês não poderia difundir a educação de forma equânime para todas as classes, pois entraria em contradição, porque jamais no modo de produção capitalista o Estado poderia assumir uma postura no campo da educação como um Estado socialista, a generalização da educação não lhe circunscreveria, antes, depende necessariamente do baixo valor da maioria da força produtiva (trabalhador manual).

Mas o que explicaria a aparência igualitária e niveladora no seio da educação? Para Saes (2008, p.169-170) é da essência do Estado burguês de se apresentar como representante dos interesses gerais da população, isso não seria diferente no seu aparelho escolar, passa-se

essa ideologia para o conjunto social, ocultando as diferenças entre as classes. Desse modo, a escola é um espaço privilegiado para se observar a ideologia dominante da sociedade aberta, na busca da cidadania (burguesa), na oportunidade igual a todos para se chegar ao topo da escala social.

O contingente de trabalhadores dos serviços entrou em expansão numérica na segunda metade do século XIX, graças aos múltiplos efeitos econômicos ocupacionais do desenvolvimento do capitalismo. Tal grupo social não poderia, porém, apostar que a sua valorização econômica e social ocorreria de modo automático, pelo simples fato de o trabalho no aparelho de serviços estar aparentemente mais próximo do trabalho intelectual que do trabalho braçal. Foi por isso que ele se envolveu concretamente na construção de uma instituição educacional que deveria preencher simultaneamente *duas funções* (SAES, 2008, p.170; grifos nosso).

A instituição de ensino deve preencher assim duas funções para a classe média: 1) recompensar em todos os níveis da atividade pedagógica a superioridade cultural dos alunos da classe média diante dos proletários e 2) apresentar o desenvolvimento escolar superior dos alunos de classe média como pura expressão do seu mérito pessoal, segundo o autor (2008, p.170).

E não que a burguesia teria interesse em generalizar a educação. O autor (2008, p.11) já nega essa tese, não poderia ser a burguesia que teria moldado a aparência igualitária e niveladora da escola, foi antes, a classe média organizada em partido político radical que assumiu papel de vanguarda na luta pela laicização e pela instauração da escola única na França na década de 1900 a 1930. A consequência de tal fato político não poderia ser outra, a classe média introduziu na escola pública preponderantemente o seu interesse de classe.

Os frutos da influência da classe média na escola, segundo Saes (2008, p. 171) são vários, a estrita correspondência da ideologia da meritocracia com o capital cultural oriundos da pré-escola até fora dela, caso do ambiente familiar. Por esse padrão decorrem outros elementos que são centrais para o autor: a linguagem escrita é mais valorizada do que a falada, a primeira condiz mais com a classe média, enquanto a segunda, com o proletário que se acha mais familiarizado. A teoria, por exemplo, é separada totalmente da prática, sem nenhum vínculo com as práticas comuns aos trabalhadores manuais, beneficiando claramente a prática intelectual de abstração teórica frente à prática na qual é separada. Aliás, a familiaridade escolar da pré-escola e fora dela é altamente valorizada, com todos esses elementos presentes na escola e condizentes com o espaço ideológico da classe média. Em suma, essa classe reproduz ideologicamente enquanto prática de classe a meritocracia.

Diante de uma escola pequeno-burguesa que exclui conforme os níveis (básico à superior) os trabalhadores manuais, o fracasso escolar da classe operária se faz presente.

Ao longo da evolução da sociedade capitalista, a classe média atribuiu *invariavelmente* à Escola Pública uma função ideológica: a de encenar uma competição entre capacidades individuais que permitisse ao conjunto da sociedade atribuir aos alunos bem sucedidos (ou seja: os alunos de classe média, portadores de um montante razoável de capital cultural) o título de detentores de um elevado mérito pessoal. Mas isso não significa que os membros individuais da classe média tenham sempre atribuído à Escola Pública uma utilidade pessoal: em muitos momentos, a classe média pareceu perder o interesse pela Escola Pública, já aberta aos filhos de trabalhadores manuais, como lugar ideal para a educação escolar dos seus próprios filhos (SAES, 2008, p.171; grifos do autor).

Isso responderia para o autor (2008, p.172) a aparente contradição que a classe média reproduz, pois, ao mesmo tempo em que defende a escola única, laica, gratuita de oportunidade a todos, matriculam seus filhos na maioria dos casos em escolas particulares. Em suma, não querem abrir mão da concorrência entre os indivíduos porque isso representaria uma contradição, algo que não estaria circunscrito ao seu real interesse de classe que depende constantemente da sua própria promoção na sociedade capitalista frente ao trabalho manual.

Imediatamente após a Revolução de Trinta, os agentes ideológicos e políticos da classe média (tenentes e nacionalistas no plano político, escolanovistas no plano especificamente educacional) se lançaram, antes e depois do processo constituinte, numa ação pela construção de um sistema de educação pública fundado no princípio do ensino (primário) público, gratuito e obrigatório. Tais agentes, ao mesmo tempo, reconheciam como legítima a existência do ensino privado; e sustentavam que a Escola Pública e a Escola Privada poderiam ser encaradas como instituições complementares (isto é, em coexistência pacífica), e não concorrentes (não-envolvidas, cada uma delas, numa luta sem trégua pela supressão da outra), de acordo com Saes (2008, p.173).

É, portanto, importante sublinhar que a classe média, em razão de sua atitude dupla diante da educação escolar, acabou se configurando como um agente importante tanto do ensino público, quanto do ensino privado. Medidas importantes de democratização do ensino público, como o fim do exame de admissão ao ginásio e a decretação de oito anos de escolarização obrigatória (reformas promovidas pelo regime militar), ou a enorme expansão das vagas no ensino fundamental (orientação implementada na Nova República), exprimiam não o ponto de vista educacional das classes dominantes, e sim a pressão social difusa dos “formadores de opinião”, representativos da classe média, ou então a pressão social politicamente organizada, canalizada pelos agentes ideológicos e políticos da classe média, como o movimento docente, as reuniões de cientistas, as corporações profissionais, etc. (SAES, 2008, p.173; grifos do autor).

Com isso, foi a vitória da classe média no âmbito educacional que moldou o sistema de ensino, a consequência prática dessa orientação foi a adoção de um padrão de ensino em estrita correspondência com os horizontes ideológicos da classe média, conforme aponta o autor (2008, p.170-171). Para além da concorrência pela qual não abrem mão, a promoção da classe média (do trabalho não-manual) “exige a manutenção dentro da sociedade capitalista de espaços formalmente democráticos, aptos a encenar uma competição livre de talentos individuais; e têm certeza antecipada de que os seus filhos sairão vencedores dessa competição” (SAES, 2008, p.172).

Primeiramente, porque são apenas nos espaços formalmente democráticos que se equalizam os indivíduos desiguais em variadas instituições como na escola pública que é um espaço aberto de avaliações de conhecimento dominante, cujo espaço da escola pública é o mais representativo da ideologia da classe média (meritocrática) e o qual ela necessita para manter a concorrência entre os indivíduos; o que explica, ao mesmo tempo em que a escola encena para a competição dos talentos individuais em sala acaba por valorizar economicamente e socialmente os mais bem sucedidos, segundo o autor (2008, p.171).

Aliás, para Saes (2008) existem mecanismos tidos como democráticos na seleção dos indivíduos que são tão defendidas pela classe média como a melhor forma de seleção. Daí pode-se refletir sobre a resistência de parte dessa classe a política de cotas raciais e de indivíduos oriundos da escola pública. Pois com isso, negaria a igualdade de capacidade dos indivíduos de disputarem os melhores cursos e empregos na hierarquia de trabalho em igualdade, as cotas garantem assim, a entrada de uma percentagem de pessoas de raça/etnia e origem socioeconômica por meio de representação de pessoas afrodescendentes e indígenas, apesar disso, é feita uma seleção por notas nesse grupo. Grosso modo, nem todos os setores médios são favoráveis às cotas e até mesmo aqueles grupos que em tese são beneficiados com ela, a justificativa é a mesma no geral, ou seja, concorrência igual pelos melhores cargos⁵⁰.

O autor (2008) chega à questão principal do interesse da classe média, a não equidade com o trabalhador manual refletida no empenho político da classe média na construção da escola única em vários países, em que tal classe muito se empenhou para a concretização de

⁵⁰ Lerner (2014) demonstra que alguns indivíduos negros de classe média são contrários à política de cotas devido à possibilidade de virem a ser percebidos como inferiores e incapazes de competir com os brancos em igualdade de condições. No entanto, a política de cotas foge de nosso objetivo que é demonstrar o caráter da educação para a classe média, procuramos com esse breve apontamento demonstrar que a ideologia da meritocracia influencia até contrariamente uma política que veio a beneficiar os grupos minoritários da universidade.

tal direito. No entanto, essa que poderia ser uma conquista social para todos os indivíduos se tornou mediante a impossibilidade da “essência” do modo de produção capitalista de não generalizar de fato a educação ao conjunto da população, um escudo ideológico da classe média, na qual, já tinha seus interesses de classe durante a luta pela implementação da escola única, a sobrevalorização do trabalho não-manual frente ao manual.

Pode-se visualizar tal fato facilmente na sociedade, por mais que a classe operária possa até mesmo reproduzir a ideologia do mérito, isto não corresponde com a sua *determinação estrutural de classe* nos termos poulantzanianos, ou seja, a classe operária nas *relações de subordinação/dominação* das relações econômicas, políticas e ideológicas não correspondem a práticas meritocráticas.

Para transformar essa escola pública que beneficia a classe média para uma verdadeira escola a serviço da maioria social (classe operária dos trabalhadores manuais) Saes (2008, p.174) pontua que é necessário o rompimento do compromisso orgânico do aparelho educacional do Estado burguês com a reprodução da divisão capitalista do trabalho. Para o autor, uma escola a serviço do proletariado teria que integrar o processo de produção com a transmissão de conhecimentos. Entretanto, tal revolução no interior da escola somente poder-se-á ser feita por uma democracia socialista de massa.

3.6. Polêmicas acerca do conceito de classe média

De acordo com Boito Jr. (2004, pp. 218-219) existem três questões que auxiliam a precisar e a desenvolver o conceito de meritocracia e sua função na constituição da classe média que aqui se indica como se tratando do conceito de classe média de Saes: 1) ao assumir a posição segundo a qual a ideologia meritocrática distingue o trabalhador da classe média do operário, não estaria com isso, abandonando o marxismo e assumindo a posição de seus críticos como Wright Mills?

A essa primeira questão, o próprio Boito Jr. (2004, 219-220) oferece a resposta, que é negativa. Até mesmo porque, enquanto Wright Mills e Lockwood recorrem a Weber ao utilizar a noção de distribuição desigual de prestígio, Boito Jr. (e aí se inclui aqui também Saes) trabalham com a noção de ideologia, o que, por conseguinte acarreta três alterações: 1) ao designar os valores e ideias meritocráticos como conceito de ideologia se compreende que tais valores e ideias ocultam a verdadeira origem das desigualdades sociais que aparecem no discurso meritocrático, como resultado de diferenças de dons e méritos, sendo, assim, um discurso mistificador; 2) é uma ideologia porque procura legitimar os interesses particulares

de um setor social que é a classe média. Dessa forma, acaba por beneficiar os trabalhadores não-manuais⁵¹ de um “justo” prêmio por meio de seus dons e méritos demonstrados; e 3) os valores e ideias meritocráticas afirmam-se na luta e podem ultrapassar os limites de sua própria classe, podem, portanto, serem incorporados por diferentes setores sociais, apesar de que, o meritocratismo é funcional para a classe média.

Segunda questão levantada pelo autor (2004, p.218-220) refere-se a valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, pergunta se não seria uma ideologia burguesa ao invés de ser da classe média. Esta indagação condiz, portanto, que o meritocratismo seria uma ideologia burguesa. Desse modo, se o meritocratismo é burguês não seria correto utiliza-lo como “fronteira de classe” que separaria então classe média da classe operária, o que apenas indicaria que a classe média estaria sob efeito dessa ideologia dominante.

Para autor (2004, p.210) existe uma ideologia burguesa de exaltação e de mistificação do trabalho em geral, e não apenas do trabalho não manual. Como na ideia de que o trabalho é fonte de toda a riqueza. Doravante, a classe média parte da exaltação do trabalho, que são dependentes ideologicamente da burguesia para chegarem a um resultado específico e particular – a valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual, em virtude disso, a classe média produz uma variante específica de culto ao trabalho.

Observa-se que apesar de não estar diretamente relacionada com uma crítica ao conceito de classe média de Saes, Boito Jr. acaba por critica-lo, já que procura sustentar que a ideologia meritocrática é uma variante específica do culto ao trabalho burguês, ao invés da compreensão defendida por Saes, que sustenta a meritocracia como sendo uma ideologia da classe média.

Saes considera que o traço que distingue esses trabalhadores dos trabalhadores assalariados manuais – a classe operária – é o seu apego à ideologia meritocrática, e não ao individualismo de tipo pequeno-burguês, que é um individualismo de pequeno proprietário. Classe média seria uma “noção prática” para indicar um comportamento político e ideológico específico, guiado por uma “consciência meritocrática”, típico de um setor dos trabalhadores assalariados, comportamento esse que os distinguiria dos trabalhadores manuais (BOITO JR., 2004, p.218).

Por fim, a terceira questão suscitada pelo autor (2004, p.218-219) é que a classe média define-se no terreno da ideologia na figura da consciência meritocrática e que para este,

⁵¹ É relevante ressaltar que Boito Jr. utiliza o termo trabalhadores de classe média, mas para o intuito de ter uma escrita mais fluída e sem mudanças bruscas de termos igualmente referentes, preferiu-se trabalhar aqui com o termo cunhado por Saes – trabalhadores não-manuais.

O que ocorre é que não há um limite objetivo, rigoroso e fixo que separaria, no âmbito do processo e da situação de trabalho, a situação de classe média da situação operária. Esse limite é definido também pela intervenção da luta de classes, apresenta-se como algo relativamente frouxo e móvel, e sua mobilidade depende tanto da situação de trabalho quanto da conjuntura específica da luta de classes (BOITO JR., 2004, p. 223).

E para tanto, o autor (2004, p.223) vai propor para situar a classe média, analisá-la por meio de sua situação de trabalho⁵², a qual reúnem atributos que tornam os trabalhadores não-manuais mais ou menos apegados a ideologia meritocrática, como a simplificação e controle das atividades em um trabalho, ocupação que dispensa elevado nível de formação, socialmente menos valorizada e com salários baixos. Propõe com isso, uma gradação de acordo com a situação econômica do setor da classe média, a ser também considerada e pelo contexto histórico, ao apego a ideologia meritocrática.

Assim, Boito Jr. procura situar mais especificamente os vários setores da classe média à ideologia meritocrática que para este não é comum a todos os pertencentes da classe média. Caberia ressaltar, que apesar de não considerar a problemática proposta por Saes, como a ideologia meritocrática sendo correspondente a uma ideologia da classe média, Boito Jr. recorre a esta ideologia propondo gradações em seu apego, ao considerar que uma “baixa” classe média seria mais propensa a abandonar a ideologia meritocrática.⁵³

Saes (2005, p.100) não propõe com a ideologia do mérito um critério de fronteira de classe com a classe operária, ao invés disso, trata-se de uma ideologia de segundo grau que oculta o verdadeiro interesse da classe média – a não equidade com o trabalhador manual. A fronteira de classe para Saes pode variar a cada fase do desenvolvimento das forças produtivas que acabam por nobilitar certas profissões e proletarizar outras.

Aliás, Saes (1984, p.11-12) reconhece que a explicação da fragmentação de toda atividade humana e especialização forçada mediante a distribuição de dons e méritos foi uma gigantesca operação ideológica da classe dominante e não da classe média, esta apenas se apropria e procura intensificar tal hierarquização do trabalho por via da ideologia do

⁵² A situação de trabalho para Boito Jr. (2004, p.222) é a variação segundo as frações da classe média em virtude de fatores diversos, tais como, nível de socialização do trabalho que realizam, das formas e do montante de renda que recebem, das qualificações formais exigidas para o exercício da profissão e do conteúdo do trabalho que executam – complexidade de tarefas, maior ou menor grau de autonomia no local de trabalho, atividade de direção ou controle sobre outros trabalhadores etc. Percebe-se que a situação de trabalho proposta por Boito Jr. é modificada daquela cunhada por Saes (1984), porém – a nosso ver - não consegue alterar o essencial da análise teórica proposta por Saes, simplesmente modifica algumas variantes de uma invariante em Saes.

⁵³ A nosso ver, Boito Jr. não apresenta uma teoria alternativa à de Saes em relação a essa ideologia específica, simplesmente questiona o fato de a ideologia meritocrática ser, em geral, burguesa, sem apresentar pesquisa significativa ou de monta sobre o assunto, ficando, portanto, genérico seu questionamento; ao invés disso – contrariamente ao sugerido pelo autor -, acaba concordando com a explicação teórica substancial de Saes.

mérito, porque é o único meio pelo qual ela pode convencer a classe dominante que deve ser mais privilegiada do que a classe operária. Deste modo, se pode concluir que a meritocracia é burguesa para o autor, apesar de ser apropriada pela classe média para buscar se diferenciar da classe operária, ocultando por sua vez a sua real ideologia a não equidade com o trabalhador manual.

Boito Jr. critica a análise de que a meritocracia serviria de fronteira de classe para com a classe operária, ele imputa a Saes tal afirmativa que se aponta desde já equivocada, não se comprova em Saes a afirmativa que a consciência da classe média seja a consciência meritocrática, como demonstrado neste trecho.

É um fato que o culto à meritocracia figura na fachada do discurso da classe média sobre a escola pública. Analisada essa fachada de um ponto de vista sociológico, fica evidente que a opinião de que o sucesso profissional, econômico e social deve bafejar exclusivamente aqueles que revelarem capacidade para tanto, independentemente de sua condição de classe, não pode ser qualificada como a codificação dos verdadeiros interesses da classe média. Essa classe social, enquanto grupo social específico, não pode ter interesse em que as chances, na vida econômica, profissional e social, das crianças potencialmente capazes das classes trabalhadoras manuais sejam aumentadas, pois isso significaria a diminuição, em termos relativos, das chances dos seus próprios filhos. Na verdade, o culto à meritocracia é apenas uma ideologia de segundo grau; vale dizer, uma argumentação que presta cobertura ao compromisso orgânico da classe média com o seu verdadeiro interesse de classe. Esse interesse consiste na promoção da valorização econômica e social dos trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais (SAES, 2005, p.105).

Demonstra-se, portanto, o equívoco de Boito Jr. ao imputar a Saes, a consciência meritocrática como sendo exclusivamente da classe média, quando na realidade é a promoção da valorização econômica e social dos trabalhadores não-manuais, o mesmo que afirmar que a classe média luta pela não equidade com o trabalhador manual. Assim, Boito Jr. fica apenas na aparência, ou seja, na ideologia de segundo grau da classe média e não vislumbra que esta é um ocultamento do interesse da classe média no próprio Saes. Por isso, a crítica acerca da ideologia meritocrática sendo a ideologia da classe burguesa não poderia ser imputada a Saes.

3.7. Operacionalização do conceito de classe média em Saes

Para Saes (1985) a classe média surgiu no período escravocrata e já no seu início demonstrou ter um papel revolucionário, foi para o autor a força dirigente, juntamente com a classe dos escravos rurais que foram a força principal da derrubada do Estado escravista e substituição pelo Estado burguês. O autor (1985, p.227-228) tem assim, uma proposta

inovadora do período, pois, ao invés de dar crédito aos industriais não-escravistas, principais beneficiários em longo prazo de uma revolução burguesa, vai além e demonstra que essa classe não se interessava pelo fim do escravismo no Brasil, e sim, apoiava por ação ou omissão o escravismo. Porque, a indústria era submissa da agricultura escravista mercantil, em que repassava capitais oriundos dessa última por via de crédito à indústria e destinava a sua produção ao mercado rural.

Segundo o autor (1985, p.222) o capital mercantil não escravista desenvolveu a rede comercial que se desenvolveram nas cidades, o trabalho de escritório ligado às atividades mercantis, nascendo assim, uma nova classe social praticamente inexistente na fase colonial, uma classe média (trabalhadores não manuais e não proprietários dos meios de produção), a qual era distinta da pequena-burguesia (pequenos proprietários independentes, artesãos ou comerciantes das cidades portuárias).

Não obstante, a liquidação das relações coloniais com Portugal determinou para Saes (1985, p.287-288) um desenvolvimento do comércio interno, ou seja, dos serviços comerciais urbanos (escrituração, contabilidade, representação junto a compradores, etc.). Aliás, com o fim do tráfico internacional dos escravos em 1850, isso provocou a internacionalização de capitais e o surgimento de vários bancos, surgindo assim, trabalhos de contabilidade, caixa, etc. Também é importante ressaltar que o Estado escravista moderno agora com tarefas de um Estado nacional exigiu, por sua vez, a multiplicação do número dos profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros) e, com o surgimento de uma imprensa regular (jornalistas). Formou-se desse modo, para Saes, um conjunto numericamente importante de trabalhadores urbanos não-manuais.

Da população total (cerca de 9.930.000 habitantes), aproximadamente 2.600 eram religiosos (mais de 2.200 seculares), 7 mil eram profissionais de justiça (juizes, advogados, escrivães, oficiais de justiça, etc.), 2 mil eram médicos ou cirurgiões, 3.500 eram professores, 10.700 eram empregados públicos, 28 mil eram militares (SAES, 1985, p.288).

Não restam dúvidas, portanto, da significância que simbolizava a classe média do período escravocrata. Poderia até pensar em certo anacronismo de parte do autor que imputa aos trabalhadores não-manuais, uma classe presente no desenvolvimento capitalista – classe média como pertencente ao escravismo, mas é preciso lembrar que para o autor (1985, p.288-289) esses trabalhadores não constituíam uma classe média de uma formação capitalista, pois, o mercado de trabalho não-manual e de serviços pessoais não estava plenamente constituído no século XIX e o recrutamento dos funcionários civis e militares não era aberto a todas as

classes sociais e fundado no critério de competência individual. Assim, os trabalhadores não-manuais não ofertavam livremente a sua força de trabalho.

O nascimento das camadas médias urbanas⁵⁴ situa-se em um duplo contexto histórico: de um lado, consolidação do Estado nacional de 1850; de outro, expansão da economia cafeeira de São Paulo desde 1870. Se o primeiro fenômeno redundou na formação de um vasto corpo burocrático civil e militar, o segundo impôs a criação de um aparelho urbano de serviços anexo ao setor agrário-exportador. Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades da região cafeeira tornam-se doravante focos de novos grupos sociais; a cena social urbana encontra um novo ímpeto na presença complementar dos burocratas e dos militares, dos advogados e dos empregados (SAES, 1984, p.42).

Apesar de que, o germe do burocratismo já havia se instalado a partir dos conflitos com os Estados nacionais vizinhos, nas forças armadas imperiais contrariando, o caráter pré-burgues do Estado, não foram revolucionados os critérios de recrutamento, ou seja, não havia se completado a sua profissionalização, o que impeliu uma parte do aparelho de Estado, a oficialidade média do exército (classe média militar), para à crítica à desvalorização do trabalhador não-manual no escravismo. Percebe-se com isso, que os militares se enxergavam como pertencentes a estes trabalhadores e por isso, uma degradação das condições desses também os afetaria, de acordo com o autor (1985, p.294-295).

Quanto ao funcionalismo civil, esse permaneceu imune ao germe do burocratismo (profissionalização burguesa), o que é explicado pelo autor (1985, p.295) por sua relativa ausência do movimento de crítica à desvalorização do trabalho não-manual no escravismo.

Então, como era contratado o trabalho dos funcionários não-manuais no período escravocrata? Saes (1985, p.289), se baseando em Joaquim Nabuco e Roberto Schwarz, aponta para a contratação por meio de favores personalizados prestados pela classe dominante aos homens livres não-proprietários. Em suma, o trabalhador não-manual dependia materialmente para o acesso a vida social e a bens dos favores da classe dominante para poder exercer sua profissão, conquistar e manter seu posto, o que por sua vez, correspondia ao caráter pré-burguês do aparelho do Estado. Deste modo, membros de famílias de fazendeiros

⁵⁴ Atenta-se para o fato do uso do termo camadas médias urbanas por parte de Saes (1984), em nota na página 44 dessa obra, o autor menciona que utilizou o termo para designar as camadas médias despossuídas, e que faz referência ao seu conceito de classe média. Portanto, optou-se por manter o termo classe média para melhor compreensão do conceito e não provocar confusão do leitor com outros termos. Apesar disto, aponta-se, desde já, que o uso de camadas ao invés de classe é dado pelo fato do mercado de trabalho não-manual não estar ainda constituído na última etapa do desenvolvimento capitalista agrário e por isso, as condutas políticas e ideológicas da camada média tradicional e da baixa camada média não eram totalmente coincidentes, não constituindo assim, uma classe média tradicional e uma baixa classe média e é dessa maneira que deve ser compreendido o uso do termo classe média ao decorrer do texto, conforme aponta Saes (1984, p.46).

escravistas, traficantes ou comissários podiam preencher os cargos de trabalho não-manual e cargos liberais no Estado.

Embora, para o autor (1985, p.290) tal premissa somente foi possível pela ideologia escravista dominante que desvalorizava não apenas o trabalho manual, como também o trabalho não-manual, apesar de não desvalorizar o trabalho intelectual em si, até mesmo porque, era visto como uma prerrogativa dos proprietários de escravos que condicionavam o trabalho não-manual como um favor prestado.

Esse condicionamento do trabalho não-manual como uma relação de favor se dava porque o direito escravista impunha a certos homens como objeto de propriedade que deveriam prestar obrigatoriamente trabalho manual a outros (proprietários) e isso tinha como efeito a frustração dos desejos da classe média nascente, pois não poderiam provar para as classes dominantes, para eles próprios e para a classe escrava que a sua superioridade dependia de uma superioridade de dons e méritos de sua capacidade individual, conforme aponta o autor (1985, p.292).

Dessa maneira Saes (1985) utiliza seu conceito de classe média como um agente da vanguarda revolucionária que traria o Estado burguês, juntamente com a meritocracia burguesa para a cena política como solução de sua precariedade de contratação por meio de favores prestados a classe dominante escravista.

Para tanto, a classe média buscava para o autor (1985, p.296-297) uma transformação de sua situação de classe, de submissão à classe dominante escravista com sua superioridade declarada, mas não provada em relação aos trabalhadores manuais, para uma situação proporcionada pelo direito burguês – igualização de todos os membros das classes sociais mediante a conversão desses em sujeitos de direitos (cidadãos), já que como afirmado pelo autor, ela não tinha nada a perder enquanto classe trabalhadora e não-proprietária no escravismo. Sobretudo assim, a classe média poderia provar, lembrando que essa é uma verificação falsa para Saes, mas produz efeitos práticos reais, que são superiores e mais capazes que os trabalhadores manuais para exercerem funções não-manuais.

Com isso, criaria a aceitação subjetiva de uma hierarquia de trabalho baseada por razões de diferenças na distribuição dos dons e méritos individuais, que beneficiariam a si mesmos (classe média). Nesse sentido, Saes (1985, p.296) reitera que isto permite a classe média ter vantagens econômicas duradouras, ao invés da luta reformista por melhores salários ou honorários, ela pautou uma luta política de valorização social do trabalhador não-manual. Desse modo, a classe média intuiu a obtenção de uma maior parte na distribuição do produto social, o interesse econômico de curto prazo (renda melhor), tinha como pré-condição a

valorização social do trabalhador não-manual. E para isso, necessariamente deveria derrubar o modo pré-burguês de organização do aparelho de Estado para encetar (igualdade jurídica) uma competição entre iguais, conforme apontado por pelo autor (1985, p.297).

E é a partir daí que se encontra o motivo encontrado pelo autor (1985, p. 297) para a classe média lutar pela extinção legal da escravidão quanto pela reorganização burguesa do aparelho do Estado, o que por sua vez, explica porque a fração revolucionária da classe média era tanto abolicionista como republicana.

Assim, chega-se a uma questão crucial para a análise de Saes (1985), o autor parte de uma noção de classes fracionadas e a operacionaliza na classe média, essa, aliás, tem sua cisão entre civis e militares, e no interior do militarismo havia um fracionamento entre o alto escalão e a oficialidade média. O que constituiria tal cisão? Primeiro Saes (1985) não vê em seus inúmeros trabalhos acerca da classe média, uma classe homogênea, essa é antes fracionada e polarizada, apesar de que em última instância opta pela manutenção da hierarquia de trabalho capitalista e na promoção do trabalho não-manual frente ao trabalho manual.

A classe média imperial não é diferente nesse sentido, mais precisamente na segunda metade do século XIX a classe média se cindiu em duas, uma dessas frações apoiou a escravidão, aceitando, portanto, a relação de favor que mantinha com as classes dominantes escravistas e se conformou com sua superioridade “adscrita”, declarada e não provada em relação aos trabalhadores manuais, denominados pelo autor (1985, p.304-305) de abolicionistas moderados; foram eles, Joaquim Nabuco, André Rebouças e Tavares Bastos que buscavam meios pacíficos de se chegar à abolição, como a via parlamentar e, propunham entre outras coisas, longos prazos (10 anos) para a extinção da escravidão e admitiam o respeito ao princípio da indenização aos proprietários de escravos.

Por outro lado, havia José do Patrocínio e o advogado Luís Gama e entre outros, considerados pelo autor (1985, p.306-) como representantes da classe média revolucionária (abolicionista/republicana), o primeiro defendia a abolição total, imediata e sem indenização aos proprietários, buscava para tanto a via insurrecional e criticava a via parlamentar preconizada por Nabuco. Enquanto, o segundo advogava em prol dos escravos e libertos, fazia propaganda abolicionista e republicana através dos jornais *O Diabo Coxo* e *O Cabrião*, e passou da militância do movimento de emancipação por compra, à tarefa ilegal e clandestina de fuga de escravos das fazendas.

Segundo Saes (1985, p.297-303) a classe média, ou melhor, a fração revolucionária (abolicionista/republicana) sob a influência da ideologia jurídica burguesa lutava pelo fim da

escravidão e do direito escravista, e emergência do Estado burguês, bem como, da profissionalização do burocratismo e, por conseguinte, a instalação de uma meritocracia burguesa que a beneficiasse enquanto classe, por duas vias em aliança com a força principal (escravos rurais): 1) fundo para compra de escravos e 2) fugas de escravos (SAES, 1985, pp. 245 e 305).

Cabe ressaltar agora quem compunha essa fração revolucionária da classe média. Apesar da liderança dos intelectuais civis mencionados acima, tal fração era composta predominantemente pela oficialidade média do Exército imperial, segundo o autor (1985, p.314-316). A classe média civil e militar se encontrava no interior dos partidos republicanos, em que eram minoritários e tentavam sem sucesso passar suas propostas abolicionistas e republicanas. No entanto, os partidos republicanos estavam comprometidos com a orientação geral da política do Estado imperial e com a própria forma monárquica de Estado escravista, obedecia fundamentalmente o comportamento parlamentar dos deputados republicanos paulistas e mineiros, cuja orientação se baseava em omitir sobre a questão escrava, conciliar com as forças sociais pré-monárquicas, além de passar acordos eleitorais com os partidos escravistas e, sobretudo, se abstinham de fazer propaganda republicana e de organização das classes populares para a luta contra a monarquia como a classe média radical queria (SAES, 1985, pp. 309-312).

Isto gerou uma crise interna em todos os partidos republicanos, o que fez com que a classe média abandonasse maciçamente os partidos republicanos em decorrência do compromisso com a monarquia e com o escravismo dos fazendeiros de café que esses partidos representavam. Embora, nem por isso a classe média deixou de se fazer presente na luta política, para o autor (1985, p. 313-314), a classe média se mostrou incapaz, em plena ascensão do movimento antiescravista, de construir um partido político que dirigisse a processo de derrubada da monarquia que é explicado pelo autor mediante o apartidarismo decorrente da experiência negativa vivida no interior do partido republicano.

Restando para a oficialidade média do exército imperial se tornar o substituto do partido político após a abolição, isso graças as suas características profissionais (hierarquia, disciplina, centralização). Vale ressaltar que a persistência da escravidão e com o desenvolvimento do burocratismo no exército imperial fez gerar uma crise no Estado escravista. Assim, para se constituir em burocracia segundo as regras do burocratismo burguês, o exército imperial passou a lutar pela extinção legal da escravidão e pela reorganização burguesa do aparelho do Estado, se opondo diretamente as classes dominantes e ao governo imperial, deixou de cumprir automaticamente as decisões tomadas pelas classes

dominantes escravistas, como perseguir os escravos que haviam fugidos. Não obstante, criou o Clube Militar de 1887 e formalizou a sua existência como organização partidária, segundo o autor (1985, p.314).

Desse modo, para Saes (1985, p.315) em virtude do apartidarismo da classe média em decorrência da crise dos partidos republicanos e da crise com o Estado, obrigou o grupo militar a agir como partido republicano se quisesse perseguir seus objetivos – subsistir como burocracia do Estado. A proclamação da República não sofreu muita resistência por parte da classe dominante, devido à derrubada da monarquia ser precedida da Abolição, e o Estado escravista moderno se encontrava em crise profunda, haja vista que o ramo do aparelho do Estado, o exército sabotava as suas próprias funções no escravismo. Com isso, a minoria da classe média radical logrou derrubar a monarquia pela força (golpe militar) aproveitando o colapso final do escravismo que causaram recuo, hesitações e oscilações na classe dominante (SAES, 1985, p.315-317).

No processo de reorganização burguesa do Estado, de acordo com o autor (1985, p.317), a classe média civil e militar acumulou os papéis de força dirigente (fixação dos objetivos políticos e organização da luta) e força principal (a massa de participantes), já que os escravos rurais abandonaram a cena política logo após a abolição (SAES, 1985, p.284). Entretanto, a classe média não assumiu o papel de classe dominante e sim, apenas como *classe reinante* no período de 1889-1894. Quem realmente governou foram as classes exploradoras e proprietárias, cujos interesses mais gerais modelaram o Estado e quem deteve hegemonia política foi o bloco regional cafeeiro. Em suma, a classe derrotada na derrubada da monarquia escravista, logrou retornar ao poder logo após a sua saída da cena política e a classe média contentou-se com o burocratismo burguês e com a meritocracia da igualdade jurídica.

Sob esta ótica, a classe média para Saes (1985) lutou para se tornar uma classe média “realmente”, ou seja, uma classe média amparada pelo sistema capitalista na hierarquia de trabalho em sua promoção do trabalho não-manual e criar a ilusão de uma distribuição desigual de dons e méritos individuais que diferenciam a aptidão do conhecimento dominante em virtude da posição na divisão do trabalho capitalista. Pode-se afirmar com isso, que a classe média no Brasil foi à vanguarda/guardiã da divisão capitalista favorável a ela.

No período oligárquico de acordo com o autor (1984, p.42-44) manteve-se a relação de favor da classe média com a classe dominante e os principais cargos no aparelho de serviços foi resguardado para os aristocratas empobrecidos que mantinham laços familiares e sociais com a classe dominante agrária, tal como sua participação comum em um mundo de

valores aristocráticos e pré-industriais. Incitaram assim, a prática do apadrinhamento, a qual exprimia a imposição oligárquica de critérios tradicionais e pré-industriais de recrutamento ao mercado urbano de trabalho não-manual. Essas relações de lealdade criavam as condições psicossociais necessárias à submissão ideológica e política da classe média tradicional pelas oligarquias rurais.

A classe média tradicional recebeu mediante o apadrinhamento das oligarquias os melhores cargos da burocracia de Estado, além de ocupar os cargos de profissões liberais e os postos de direção na administração privada e pública, cátedras nas faculdades, como apontado pelo autor (1984, p.43-44).

Por outro lado, havia a baixa classe média, composta por empregados de banco, pequenos funcionários do Estado e os empregados de escritório, os quais estavam à margem do mundo oligárquico e, portanto, sem predisposições psicossociais pró-oligárquicas como a classe média tradicional. É relevante ressaltar que apesar dos cargos superiores serem controlados pelas oligarquias, os cargos inferiores pertencentes às classes médias baixas eram permitidos critérios mais impessoais de recrutamento, o que por sua vez, também os afastavam do mundo oligárquico (SAES, 1984, pp. 45-46).

Assim, pode-se observar o uso por parte de Saes de seu conceito de situação de trabalho a ambas as classes médias. A tradicional tinha um vínculo aproximado das classes dominantes por suas relações de lealdade e pelo apadrinhamento, o qual era a forma de contratação desses funcionários que ocupavam cargos superiores na burocracia de Estado e na direção da administração privada, com possíveis salários mais distantes dos trabalhadores manuais. Já a classe média baixa não dependia dos favores das classes dominantes, porque os empregados dessa classe eram contratados por via de concurso e tinham salários menores e mais próximos aos salários dos trabalhadores manuais. Em suma, a situação de trabalho da primeira condiz com sua aproximação da oligarquia e da segunda de um distanciamento da oligarquia.

O alinhamento da classe média tradicional com as oligarquias rurais se dava por dois aspectos, um ideológico e outro político. O primeiro consistia no liberalismo oligárquico, o qual a classe média tradicional o reproduzia, de acordo com o autor (1984, p.50). O liberalismo oligárquico consiste na importação-readaptação da ideologia liberal e não fazia senão legitimar a dominação dos grandes proprietários de terras, ou seja, uma reinterpretação da ideologia do capital industrial nascente, que, ao invés de invocar a importância da indústria para criação de riquezas, invocava a vocação agrícola do Brasil. O qual se tratava de uma concepção elitista de política que negava às massas incultas a participação política,

resguardando apenas para os homens letrados a responsabilidade exclusiva do funcionamento das instituições democráticas (SAES, 1984, pp. 47-49).

Existia, aliás, o civilismo que reorientava a ação dos militares pelo receio das oligarquias de um possível golpe militar contra elas, tentou intensificar os sentimentos antimilitares, ou seja, afastava os militares da política para serem apenas árbitros do processo eleitoral. Dessa forma, o civilismo veio justificar tal reorientação militar, segundo o autor (1984, p.48-49).

Nesse sentido, o liberalismo político reencontrava as predisposições da classe média tradicional, pois essa já havia relações de lealdade com as oligarquias e sua situação de trabalho permitia entrar no mundo dos grandes proprietários rurais, também pela visão elitista de apenas os cultos poderem participar da política. Lhe era familiar pelo mito dos mais capazes e de suas qualificações intelectuais. Saes (1984, p.50) aponta que o liberalismo oligárquico satisfazia todas as dimensões da consciência média tradicional, até mesmo pelo temor da proletarianização, liberdade do mercado e a concorrência que lhes pareciam ser as condições para preservação de sua dignidade profissional.

Essa identidade ideológica permitiu que as oligarquias integrassem as classes médias ao sistema político oligárquico, incorporando individualmente os melhores elementos das classes médias tradicionais aos partidos políticos republicanos regionais, cujos indivíduos, poderiam ocupar os poderes executivo, legislativo e judiciário. Em suma, Saes (1984, p.52) diz que as oligarquias transformaram as classes médias tradicionais em sua fachada política. Sob essa ótica, a classe média tradicional deveria cumprir seu papel a favor da classe que o inseriu no poder, portanto, guardiões do sistema político oligárquico.

Apesar da aliança com a classe dominante agrária, a classe média tradicional se dividiu entre a composição oligárquica hegemônica e as oligarquias dissidentes, embora a classe média tradicional não conseguisse alcançar certo grau de autonomia política, na criação de um partido típico de classe média, de acordo com o autor (1984, p.58-59).

Já diferentemente da classe média tradicional, a baixa classe média era excluída da incorporação política e era uma classe que sofria com a política oligárquica de “socialização das perdas”, a qual provocava um empobrecimento real e instalava entre a baixa classe média, o temor da proletarianização. A socialização das perdas também provocava devido a sua especialidade agrária o ônus disso aos trabalhadores, como as desvalorizações da moeda nacional, inflação e as taxas sobre a importação de manufaturados, segundo o autor (1984, 62-63).

A socialização das perdas torna-se clara para as populações urbanas; são elas que pagam, enquanto consumidores de manufaturados industriais, os custos da especialização agrária. Nestas condições, a industrialização torna-se uma alternativa social, cada vez mais aceitável à medida que se anuncia a crise do mercado mundial (SAES, 1984, p.69).

O que foi ao encontro para o autor (1984, p.65-66) do culto ao Estado típico da classe média que, em virtude de sua não participação no processo de produção de mercadorias, bloqueia a possibilidade de uma consciência da exploração e da expropriação. Nesse sentido, ausentes da luta social direta e aberta ficam obrigados a traduzir seu mal estar social em reivindicações endereçadas a expressão mais abstrata da dominação dos proprietários do capital, que é o Estado, tendem assim, a considerar o Estado o personagem da cena social e a desconhecer sua base social de classe. Embora, no caso brasileiro houve uma adaptação dada à conjuntura de ímpeto do capitalismo agrário, a baixa classe média especificamente cultuava um Estado futuro de cunho industrializador como solução de seus problemas com a socialização das perdas e capaz de promover o bem-estar das populações urbanas (SAES, 1984, pp. 65-66).

O tenentismo como se sabe foi o grande movimento que pôs fim ao Estado oligárquico no Brasil. Para o autor (1984, p.70-74) os tenentes eram a expressão de inserção e de sua filiação às classes médias urbanas. Mediante isso, também sofriam cisões, uma parte, a ala liberal estava alinhada com as oligarquias dissidentes e as classes médias tradicionais defendiam a partir de critérios moralizadores, em última instância oligárquicos, uma reforma do Estado a partir da crítica ao conjunto da política oligárquica; e a ala nacionalista traduzia as aspirações das baixas classes médias à industrialização.

Mesmo com as cisões no interior da classe média e do movimento tenentista, ainda assim, o autor (1984, p.76) vai identificar uma cisão de parte da ala nacionalista para fora do movimento tenentista que tendeu a radicalização ideológica e política à esquerda. Trata-se do grupo de Luiz Carlos Prestes, depois de ter participado da longa marcha nacional da coluna Luiz Carlos Prestes-Miguel Costa, passa para a clandestinidade e funda, em 1929, a Liga de Ação Revolucionária. Tal fundação marca o rompimento do grupo de Prestes com o tenentismo, em sua pauta estava a recusa ao compromisso da política burguesa, o que caracteriza uma pequena-burguesia radical que traduz, por sua vez, na recusa dessa fração minoritária ao exercício permanente de vanguarda política das classes médias urbanas.

Tão logo, a baixa classe média teve um papel relevante para a Revolução de 1930, pois os tenentes souberam interpretar as reivindicações dessa baixa classe média ao mesmo tempo em que as exprimiam a um nível político-institucional e apenas nesse sentido pode-se

afirmar que a Revolução de 1930 foi em parte uma revolução de classe média. Apesar de que o tenentismo revolucionário se mostrou incapaz, após a deposição do governo federal, de retirar às oligarquias rurais do poder, segundo Saes (1984, p.82-84).

Assim, a baixa classe média emprestou sua massa de reivindicações entorno do melhor nível de vida e consumo à vanguarda que foram os tenentes nacionalistas, os quais sustentavam a necessidade de um Estado nacional, antioligárquico e centralizado para a construção de um Estado intervencionista e industrializador, capaz de substituir a burguesia industrial na condução do processo de industrialização capitalista, tão comumente chamada pela sociologia de período populista, de acordo com o autor (1984, p.90).

É relevante ressaltar que para o autor (1984, p.93) a ideologia populista é uma ideologia das classes médias já desligadas da ascendência social das oligarquias e politicamente representadas pelo tenentismo nacionalista. No plano político para Saes (1984, p.102) as categorias sociais da classe média – os tenentes, implementam uma política de desenvolvimento pela via da industrialização e integração com concessões sindicais a classe operária que não coincide com nenhum grupo dominante, haja vista, que a burguesia industrial estava nascendo e foi criada pelo Estado populista.

De acordo com Saes (1984, p.106), a Revolução de 1930 foi em parte expressão das aspirações das classes médias e representou o momento inicial do processo de abertura do sistema político ao conjunto das classes médias. Desse modo, o populismo significou a democratização do Estado e do sistema político, pois se abriram as categorias sociais filiadas as classes médias que, por sua vez, forçaram o reconhecimento da presença social dos trabalhadores urbanos e seu direito de influenciarem o processo decisório. Contudo, havia uma parte da classe média contrária ao populismo, que eram as classes médias tradicionais e os profissionais liberais. O autor (1984, p.107) pontua para o fato de que a situação de trabalho de ambos cria uma disposição ideológica não compatível com o intervencionismo social e econômico do Estado populista.

Haja vista que as classes médias tradicionais defendiam o liberalismo oligárquico antes de 1930 e que para o autor (1984, p.107), isto foi conservado pela classe média tradicional como um elitismo na política, já presente anteriormente, quando ela, juntamente com a oligarquia rural, controlava o sistema político. Com a democratização do sistema político efetuada pelo populismo e estabelecendo um pacto com a classe operária e outros grupos urbanos na democracia de massas, apenas reforçou a dimensão elitista das classes médias tradicionais, como também evidenciou seu caráter não-democrático.

O que de fato se passava com a classe média tradicional era o temor da proletarização muito próximo em virtude da elevação maciça dos salários reais da classe operária, o qual provocou não apenas o recuo da burguesia industrial como também semeia o pânico das classes médias diante da ascensão popular, segundo Saes (1984, p.109).

A baixa classe média, junto com a classe operária, era a base social de apoio do populismo, a integração política dessa fração de classe à política populista foi assegurada pelas relações ideológicas com o Estado populista, ao que o autor (1984, p.110-112) empresta de Hélio Jaguaribe o termo Estado cartorial, que consiste na expansão da burocracia não sob uma exigência racional, mas antes um empenho na criação de uma corrente de lealdades políticas. Assim, satisfazia os anseios do setor dos funcionários públicos potenciais e não ao conjunto das baixas classes médias, apesar de que seja para o autor a expressão da orientação ideológica das baixas classes médias.

Existe, aliás, para o autor (1984, p.114-115) outro culto ao Estado presente na baixa classe média que é o sindicalismo médio, que imputa ao Estado o árbitro supremo capaz de resolver o conflito da empresa mediante uma imposição justa, ou seja, o Estado acima da luta de classes. Nessa perspectiva, a pressão sindical das baixas classes médias é um meio capaz de tornar mais eficaz seus pedidos e de reverter em benefício à mediação do Estado-árbitro.

Efeito desse sindicalismo médio, segundo Saes (1984, p.116) é a fragmentação do mundo do trabalho que o populismo apenas o reforçou ao proibir a organização horizontal dos trabalhadores urbanos, induzindo os sindicatos médios a reivindicações corporativas, maior exemplo disso para o autor é a grande greve de 1934 pela previdência social aos bancários. Deste modo, Saes quer alertar para o limite do sindicalismo médio, o qual consiste na manutenção de uma escala social centrada na divisão do trabalho manual e o trabalho não-manual.

O autor (1984, p.124-125) evidencia em sua obra o conflito ideológico entre as classes médias, de um lado a classe média tradicional em seu liberalismo oligárquico e de outro a baixa classe média forte aliada ao populismo. Para o autor, o populismo foi à expressão política mais pura da classe média, mas como explicar o movimento político militar de 1964 para a destruição do populismo?

Primeiro, para Saes (1984, p.135-136) o setor mais dinâmico das oligarquias rurais – os grupos agrário-exportadores tinham se lançado à luta contra o populismo e encontrará apoio nas classes médias tradicionais, que foram procuradas pela classe dominante como sua massa de contramobilização antipopulista, além da procura de apoio das forças armadas para buscar um clima favorável à intervenção militar.

Embora, diferentemente da Revolução de 1930, a condenação do populismo por parte da classe média tradicional já não provinha do desejo de restauração da política como privilégio social, mas de um temor real da proletarização, o qual se baseava na oposição da “democracia” ao “comunismo”. Assim, o antipopulismo se transforma em anticomunismo à recusa da democratização da política se acrescenta o medo da proletarização, de acordo com o autor (1984, p.136).

Exemplo maior disso é a tentativa da classe dominante de criar um intenso e vasto movimento feminino, capaz de exprimir a recusa à ascensão popular e contramobilização anticomunista que defendia as instituições sociais fundamentais, como a família, a religião, a propriedade, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que visavam, sobretudo um clima favorável a intervenção militar. Deste modo, a classe dominante encontra sua base social de apoio para a derrubada do populismo, como apontado pelo autor (1984, p.137-139).

Não escapam da percepção de Saes (1984, p.140) as novas classes médias criadas pela etapa monopolista de industrialização, são estes, gerentes, quadros, chefes de serviço, economistas, técnicos médios, engenheiros industriais, etc. Esses grupos possuem uma situação de trabalho diferente das classes médias tradicionais e das baixas classes médias, pelo exercício da autoridade técnica ou administrativa no seio da empresa moderna, encontra-se a origem do caráter racional da autoridade, tal como a necessidade de uma organização hierarquizada da sociedade, o que por sua vez, tende a engendrar disposições políticas autoritárias, a ameaça da igualização sócio-econômica é vista como possibilidade de ruptura da ordem e destruição da autoridade.

Essa nova classe média, assim como as outras, também possui um culto ao Estado em virtude de sua situação de trabalho exposta acima, tende a ver o Estado como mantenedor da ordem com o desejo de reforço do poder, ou seja, cultua o Estado autoritário, e este deve consagrar a hierarquia social para o autor (1984, p.141).

Apesar do apoio ao populismo, as baixas classes médias de acordo com Saes (1984, p.143) estavam entre as grandes vítimas da inflação depois de 1956, juntamente com os trabalhadores manuais, o que explica para o autor o motivo de a baixa classe média estar no movimento reivindicativo e na pressão popular sobre o Estado populista. No entanto, suas manifestações não implicam uma oposição ao Estado, pode-se interpretar nessa perspectiva que não houve um rompimento da baixa classe média com o populismo.

Por fim, o autor (1984, p.149-150) pontua que a contra-revolução de 1964 consistiu no suicídio político das classes médias urbanas. A participação da classe média tradicional e da nova classe média no movimento político-militar de 1964 foi responsável pela exclusão

política de toda a classe média no sistema político. Haja vista, que para Saes, o populismo integrou a classe média na política estatal, concedendo direito à reivindicação e à cidadania enquanto fragmento do mundo do trabalho urbano – consolidou a separação trabalho manual do trabalho não-manual.

Já no Estado autocrático de 1964 as classes médias tradicionais que haviam pedido a intervenção como alternativa ao populismo (autoritarismo de crise) não esperavam que essa militarização fosse permanente. Efeito disso, para o autor (1984, p.174-175) foi que logo após a queda do governo populista a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - seção São Paulo reivindica o respeito à constituição e isto por sua vez, exprime para o autor que o autoritarismo comum das classes médias tradicionais na crise do governo populista ceda lugar ao liberalismo tradicional.

De fato, para Saes (1984, p.175-176) a classe média tradicional queria um Estado militar para que derrubasse o governo populista, queria com isso, que os adversários políticos populistas fossem eliminados e os partidos liberais clássicos fossem reforçados. Assim, com o Ato Institucional nº 02, o qual extingue a estrutura partidária e frustra as aspirações políticas das classes médias tradicionais na esperança de instauração de uma liberal-democracia de elite. Desse modo, a militarização contínua do aparelho de Estado afasta a classe média tradicional de seu apoio. Não obstante, as associações liberais particularmente a OAB voltam-se contra a ditadura.

É relevante ressaltar que com o desenvolvimento monopolista ocorre uma desintegração progressiva das profissões liberais, segundo o autor (1984, p.177-178), cujas profissões de advogados, médicos, engenheiros, arquitetos ou economistas⁵⁵ são incorporadas pela grande empresa de serviços pessoais, comerciais ou financeiros. Isto é, ocorre uma mudança na sua situação de trabalho, não mais pertencente às profissões liberais e sim, a formas engendradas pelo contato com a racionalidade autoritária da empresa pública ou privada, o que as aproxima das novas classes médias, apesar de que Saes pontue que a classe média tradicional continua leal a seu liberalismo de elite e antipopular.

É que, para o autor (1984, p.181), a nova classe média é favorável ao autoritarismo de Estado devido as suas disposições ideológicas no seio da grande empresa monopolista, as quais dispõe de autoridade sobre outros trabalhadores manuais e não-manuais. Assim, pode-se dizer que o autoritarismo de Estado é a imagem engrandecida de suas práticas cotidianas, ao mesmo tempo em que o poder do saber e da competência é indispensável à obtenção de um

⁵⁵ Saes (1984, p.140) anteriormente havia posto a profissão dos economistas no conjunto das novas classes médias, o que demonstra certa incongruência do autor.

grau máximo de rentabilidade, o exercício de autoridade de Estado sobre o povo mostra-se necessário para uma política “racional” de desenvolvimento.

A nova classe média, aliás, é favorecida na política de desenvolvimento monopolista, como a política de compressão de salários da classe operária e das baixas classes médias que alargou o lucro retido da grande empresa e permitiu o aumento considerável dos salários de sua cúpula técnica e administrativa. Desse modo, acabou favorecendo o poder aquisitivo das novas classes médias.

Além de comprimir os salários da baixa classe média, os reduzindo abaixo da produtividade, e que Saes (1984, p.184-185) diz que entre 1964 e 1971 reduziu-se 40% o salário real dos funcionários públicos federais, um dos setores mais representativos das baixas classes médias. A militarização do aparelho de Estado brasileiro vai levar a expulsão da baixa classe média do sistema político. Haja vista, que seu poder de tomada de decisões estava reduzido ao sindicalismo médio, o qual, o Estado militar passa a intervir o que implicará na anulação mediante a neutralização do sindicalismo médio.

A destruição do sindicalismo médio não precedeu a destruição do sindicalismo de Estado, ou seja, a extinção dos instrumentos institucionais de controle da atividade sindical como o imposto sindical e o reconhecimento legal. O que por sua vez, destacou o interesse político das baixas classes médias ainda nostálgicas, segundo o autor (1984, p.185-190) ao populismo – ao demonstrar esse desejo para Saes fica evidente o seu limite político, o qual significa a não quebra com o sindicalismo de Estado, cuja baixa classe média identifica no Estado populista, diferentemente do Estado militar as aspirações de justiça, progresso e bem estar social que são próprias dessa “classe”.

Saes (1984, p.195-196) vai observar a posição política das classes médias na crise do regime militar brasileiro de 1968, fruto de uma crise interna da própria camada militar dirigente que abre caminho em 1967 para manifestações de oposição de certos setores da classe dominante, das classes populares e dos grupos sociais secundários, ou seja, a classe média. As classes médias tradicionais reavivarão para o autor (1984, p.203) as aspirações liberal-democráticas ao se aproveitar dos propósitos da média burguesia e da grande propriedade fundiária. Assim, as classes médias tradicionais conduzirão a oposição liberal ao Estado militar, frisadas pelo autor de duas formas, os protestos liberais democráticos das associações de profissionais liberais e o movimento feminino. Ademais, vai se solidarizar ao forte movimento estudantil da época (1968), reconhecem, portanto, na categoria média dos estudantes universitários seus filhos e ambos passam a se encontrar no caráter antiditatorial e atirepressivo de suas manifestações (SAES, 1984, p.206).

No entanto, existem segundo o autor (1984, p.206-207), diferenças muito significativas no interior dos propósitos antiditatoriais das manifestações de classe média. Enquanto, para o movimento feminino e para os profissionais liberais o combate à ditadura constitui a condição para a restauração de um regime democrático “puro” que resguardasse as “elites culturais”, uma influência sobre o processo de tomada de decisões, ou seja, procuravam um diálogo com as autoridades.

Observa-se deste modo, que parecido com a baixa classe média, a classe média tradicional em seu movimento feminino e dos profissionais liberais querem o retorno de um passado nostálgico – passado este do período oligárquico, em que lograram certa introdução ao sistema político no processo de tomada de decisões.

Já o movimento estudantil queria a ruptura com o governo e se constituíram na parte mais radical da classe média, pois assim como, a classe operária da época nas greves de Osasco e Contagem⁵⁶, o movimento estudantil ultrapassa os limites do quadro populista e prega a revolução popular e anti-imperialista, além de sugerir o emprego de violência politicamente organizada, como aponta o autor (1984, p.205-207).

E para as baixas classes médias, as suas aspirações antiditatoriais continuam sendo a condição de restauração de seu potencial máximo de reivindicação e pressão junto ao Estado, até mesmo porque, esta “classe” estava no interior do sistema político populista e busca consecutivamente o retorno deste. Embora haja uma tendência ao declínio da influência populista para uma tendência trade-unioista nos sindicatos da baixa classe média (SAES, 1984, p.208).

O que consiste tal tendência? O sindicato trade-unioista para o autor (1984, p.228) admite a importância do partido e da luta partidária diferentemente do sindicalismo de Estado (populista). No entanto, coloca-os a serviço da luta reivindicatória no plano econômico e sindical. Nessa perspectiva o partido se assemelha a um braço “político-parlamentar” do aparelho sindical e não põe como necessária a luta anticapitalista, conduzindo a uma concepção economicista do partido.

Depois disso, Saes somente vai produzir análises acerca da classe média em *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil* (2001), em que analisa o papel dessa classe no recente neoliberalismo brasileiro. Para o autor (2001, p.84-85), a maioria da classe

⁵⁶ Saes (1984, p.202) utiliza a obra de Francisco C. Weffort *Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem* para se basear nesta greve. Trata-se de um setor de vanguarda operária – operários metalúrgicos que tentará buscar em suas bases o impulso necessário para romper com o sindicalismo de Estado. Esta atitude se exprimirá nas experiências das greves de Contagem e Osasco de 1968, onde a espontaneidade corporativa (Contagem) ou política (Osasco) desloca as comissões de fábrica o eixo da ação operária antigovernamental.

média fez parte de uma ampla frente política conservadora na vitória eleitoral de 1994, apesar dessa aproximação da classe média ao processo de modernização neoliberal, isto não implica apoio incondicional. Haja vista, que a classe média exige do Estado intervenção e proteção quando o que está em questão é sua condição de vida. Assim, a classe média opõe à liquidação dos direitos sociais e trabalhistas e resiste a propostas governamentais como a reforma da previdência social e reforma administrativa (SAES, 2001, p.89).

É relevante ressaltar os limites de a classe média apoiar o neoliberalismo, conforme a análise do autor. O neoliberalismo prega uma diminuição do poder público em privatizações. Com isso, diminui a oferta de emprego público para a população, o que pode induzir a baixa classe média, principalmente os funcionários públicos, a se postarem contra tais medidas, este por sua vez é um dos vários indícios dos limites da classe média apoiar o neoliberalismo (SAES, 2001, pp. 82-83).

Saes faz um grande percurso na história do posicionamento da classe média no Brasil do escravismo ao neoliberalismo para encontrar a última instância limitante do posicionamento dessa classe, tão procurada anteriormente por vários sociólogos. A não equidade com o trabalhador manual é a única capaz de reunir as várias diferenças das classes médias em um único objetivo que é efeito do primeiro, a promoção ininterrupta do trabalho não-manual frente ao trabalho manual, o qual é exprimido pela ideologia inerente das classes médias – o meritocratismo.

Dessa maneira, o autor demonstra em todo este percurso histórico a operacionalização de seu conceito de classe média e prova que o posicionamento dessa classe não se deu de forma homogênea, como se pudessem reunir os vários setores de trabalho em uma só classe com um real objetivo, e sim, que se deu de forma fragmentada, como se pôde observar nas diferenças desde o escravismo da baixa classe média para a classe média tradicional e em 1964 para a nova classe média. O que reuniria, portanto, esta diversidade de posicionamentos seria a ideologia do mérito que oculta o real objetivo da classe média – a não equidade com o trabalhador manual.

CONCLUSÃO

Marx contribui para se pensar a classe média, porém, não a aprofundou, até mesmo porque, este não vivenciou o apogeu da classe média na sociedade capitalista, apesar disso,

ofereceu ao marxismo a concepção da oscilação da classe média entre as classes fundamentais, o que por sua vez, não a especifica com uma determinação de classe.

A contribuição do marxismo estruturalista para o conceito de classe média é vasto, pois ao criticar as concepções e as correntes de classe média, Poulantzas, por exemplo, especificou e vinculou as classes as suas camadas, como sendo presentes na pequena-burguesia sem deixá-las de fora da luta de classes. O autor a especificou enquanto fazendo parte das relações políticas e ideológicas, já que prestam um trabalho improdutivo e não-manual, não produzindo diretamente mais-valia.

Assim, Poulantzas situa e define a “classe média” a partir do escopo marxista, além de avançar no aspecto do conhecimento científico, o qual a classe média pensa deter hegemonia frente ao trabalhador manual, também procura levantar certos traços ideológicos que a compõe apesar dos problemas em sua obra já referidos. O autor busca mapear as possíveis alianças contra o capital monopolista e encontra parte da chamada por este de nova pequena-burguesia como possível aliada. Desta maneira, não a reduz a uma classe conservadora e sim, que deve ser levada em consideração a conjuntura da época.

Bourdieu e Passeron (1982), ao partir da tese de vinculação da escola com a divisão do trabalho de Althusser (1980), encontram a sua principal beneficiária, que é a classe média. E aí está o grande achado dos autores para a corrente marxista estruturalista, já que vão ao encontro da concepção de Marx (1997, p.55) em que afirma que a mentalidade da pequena-burguesia não ultrapassa os limites da vida que condiz com seu interesse.

Embora, Bourdieu e Passeron não tenham um conceito de classe média, este é sistematizado por Saes. A classe média vista pelo último autor tem um interesse de classe próprio e defende em última instância a não equidade com o trabalhador manual, ou seja, esta classe pode oscilar entre burguesia e operariado, mas não pode ultrapassar o seu limite nas condições de vida que é a divisão do trabalho entre trabalhadores manuais e não-manuais, pois assim, perderia seus privilégios de classe na hierarquia de trabalho capitalista.

Conclui-se com isso, que o conceito de classe média marxista estruturalista avançou na teoria de classes sociais marxista. Haja vista, que a classe média percebida pela corrente marxista estruturalista contribui para descobrir o posicionamento político desta entre a oscilação de classes, seu apreço pela educação à qual é dependente de sua posição social e a sua ideologia – o mérito pelo qual não se desvincula.

Trata-se de um conceito altamente operacionalizável, algo que foi demonstrado nas pesquisas históricas de Saes (1984, 1985 e 2001), mantendo a análise da luta de classes, principalmente na articulação dessa classe específica e sua relação com o Estado burguês,

pois perpassa em toda a sua obra as táticas para a aliança da classe média com a classe operária, a recuperando como uma possível aliada e não mais como uma classe conservadora, o que por sua vez, contribui para pensar a classe média em uma Revolução Socialista.

Assim, supera a condição conservadora e em alguns momentos até reacionária da classe média, esta pode até ser progressista como Saes (1984 e 1985) demonstrou na história do Brasil, a classe média só não pode deixar de lutar pela promoção ininterrupta do trabalho não-manual/improdutivo e pela não equidade com o trabalhador manual, já que disto depende sua posição social, encontrando desse modo, seu limite em última instância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. Advertências aos leitores do livro I d'O capital. In.: MARX, K. **O Capital – livro I**. Boitempo: São Paulo, 2011.
- _____. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3.ed. Lisboa: Presença, 1980.
- _____. Sobre o jovem Marx: questões de teoria. In: **A favor de Marx**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 39-74.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Classe média e sindicalismo. **Politeia: História e Sociedade**, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/186>>. Acesso em: 01 de jul. de 2018.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRANDELLI, D.; DURAN GIL, A. “A fase obreirista do PCB (1929-1934): uma análise da expulsão dos intelectuais do partido”, **Pensata**. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/697/43>>. Acesso em 17 de jun. de 2019. <https://doi.org/10.34024/pensata.2018.v7.10100>
- _____. A reprodução das forças produtivas e a qualificação diferenciada da classe média. In: IV Seminário Internacional desafios do trabalho e educação no século XXI, 2019, Uberlândia. **Anais do IV Seminário Internacional desafios do trabalho e educação no século XXI**. Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://www.semintertrabedu.com.br/anais>>. Acesso em: 12 de set. de 2019.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CAVALCANTE, S. M. **Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista**. 2012. 382 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280878>>. Acesso em: 20 de out. 2018.
- _____. “Nova pequena burguesia “ampliada” e proletariado “reduzido””? Avanços e limites da análise marxista em Nicos Poulantzas. **Revista Demarcaciones**. [S.I.] 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/9688622/Nova_pequena_burguesia_ampliada_e_proletariado_reduzido_Avan%C3%A7os_e_limites_da_an%C3%A1lise_marxista_em_Nicos_Poulantzas>. Acesso em: 03 de dez. de 2018.

- DURAN GIL, Aldo. Caráter da função da escola no capitalismo: o mito da escola única. In: II Seminário Internacional desafios do trabalho e educação no século XXI, 2015, Uberlândia. **Anais do II Seminário Internacional desafios do trabalho e educação no século XXI**. Uberlândia, 2015. p. 248 - 258. Disponível em: <laborework.blogspot.com/>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- DURAN GIL, A.; LIMA, A. B. Escola única capitalista: metas e mitos. In: PREVITALI, F. S.; LUCENA, C.; LIMA, A. B. (Org.). **Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI**. Uberlândia: Navegando, 2017, pp. 23-50
- DURAND, J. C. G. Resenha Bibliográfica. **Revista de Administração de Empresas**, [S.I.] janeiro/março 1970. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v10n1/v10n1a09.pdf>>. Acesso em: 13 de jul. de 2018.
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GURVITCH, G. **As classes sociais**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1966.
- GUTIERREZ, A. “Fim da luta de classes? A teoria das classes em poder político e classes sociais a partir do Maio de 1968 e sua peculiaridade em relação à corrente althusseriana”. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3320>>. Acesso em 28 de fev. de 2019. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2007v12n2p90>
- HIRANO, S. **Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.
- IANNI, O. Introdução. In: IANNI, Octavio (org). **Marx: sociologia**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. pp. 07-42.
- LERNER, S.M. “A política de cotas raciais no Brasil segundo a percepção dos negros das camadas médias do Rio de Janeiro”, **Sociedade e Cultura**. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/38277>>. Acesso em: 05 de set. de 2018. <https://doi.org/10.5216/sec.v17i2.38277>
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, K. A estrutura de classes na Alemanha. In: IANNI, Octavio (org). **Marx: sociologia**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. pp. 102-109. ISBN 85 08 017 09.
- _____. **Capital e tecnologia: manuscritos de 1861 – 1863**. [S.I.] 1861-1863. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>>. Acesso em: 08 de jul. de 2018.

_____. **Carta a Joseph Weydemeyer em Nova Iorque**. Londres. 1852. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/03/05.htm>>. Acesso em: 15 de jul. de 2018.

_____. **Carta à Pavel V. Annenkov em Paris**. Bruxelas. 1846. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1846/12/28.htm>>. Acesso em: 10 de out. de 2018.

_____. Da manufatura à fábrica automática. In.: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. Martins Fontes: São Paulo, 1980.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

_____. **O Manifesto Comunista**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, K. Infraestrutura e superestrutura. In: IANNI, Octavio (org). **Marx: sociologia**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996b. pp. 82-83.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O capital: crítica à economia política**. São Paulo: Abril cultural, Cap. LII – As Classes. Volume III – Tomo 2. 1983. p.317-318.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kulgelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Produtividade do capital, trabalho produtivo e improdutivo**. [S.I.] 1863. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>>. Acesso em: 09 de set. de 2018.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. [S.I.] 1849. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/marx_engels/portuguese/portuguese_marx_trbalho_assalariado_e_capital_1849.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2018

MIGUEL, L. F. “De que falam os marxistas quando falam de classes?” **Revista Mediações**. 1998. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9315>>. Acesso em: 03 de dez. de 2018. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.1998v3n1p23>

MILIOS, J. ECONOMAKIS, G. “Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe: uma abordagem crítica da teoria de classes de Nicos Poulantzas”. **Crítica Marxista**. 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo233merged_document_243.pdf>. Acesso em 05 de jan. de 2019.

MILLS, W. C. **A nova classe média**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MOTTA, L. E. “Nicos Poulantzas, 30 anos depois”, **Revista de Sociologia e Política**, vol. 17, nº. 33, Jun., 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28745/18851>>. Acesso em 06 de jan. de 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782009000200017>

PEREIRA, D. **Das classes à luta de clases**. [S.I.] 2002. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/DP-Classes-e-luta-de-classes-2.pdf>>

Acesso em 27 de nov. de 2018.

PERISSINOTTO, Renato M. **O 18 brumário e a análise de classe contemporânea**. [S.I.] 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/03.pdf>>. Acesso em 22 de jul. de 2018. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200004>

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, D. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1889)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. “A ideologia docente em “A reprodução”, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron”, **Educação & Linguagem**, vol. 10, nº. 16, jul./dez., 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/EL/article/viewFile/129/139>>.

Acesso em 12 de jan. de 2017. <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v10n16p106-126>

_____. “Classe média e escola capitalista”, **Crítica Marxista**. 2005. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo122artigo5.pdf>.

Acesso em 03 de fev. de 2019.

_____. “Classe média e política de classe”, **Contraponto**. 1977. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/ldi7u5iz0ntl14g/D%C3%A9cio%20Saes.%20Classe%20m%C3%A9dia%20e%20pol%C3%ADticas%20de%20classe%20%28uma%20nota%20te%C3%B3rica%29.pdf?dl=0>>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

_____. “Escola pública e classes sociais no Brasil atual”. **Linhas Críticas**. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193517382007>>. Acesso em 12 de jul. de 2019.

_____. “Marxismo e história”. **Crítica Marxista**, [S.I.] 1994. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo286Artigo1.3.pdf>

Acesso em 15 de dez. 2018.

_____. Os intelectuais e suas associações. In: SOARES, M.S.A. **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985b, pp. 176-184.

_____. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Os tenentes divididos. In: AGUIAR, F.; MARANHÃO, R. et. al. **Cadernos de debate 1: história do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976, pp.55-58.

_____. “Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado”. In: **Estado e democracia: ensaios teóricos**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.

_____. “Althusserinismo e dialética”, **Demarcaciones**, nº 5, Mayo de 2017. Disponível em: <<http://revistademarcaciones.cl/numero-5/>>. Acesso em 12 de jul. de 2019.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Editora UnB, 2012.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília: Editora UnB, 2012b.

WEFFORT, F.C. Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem, São Paulo: Cebrap, 1972.